

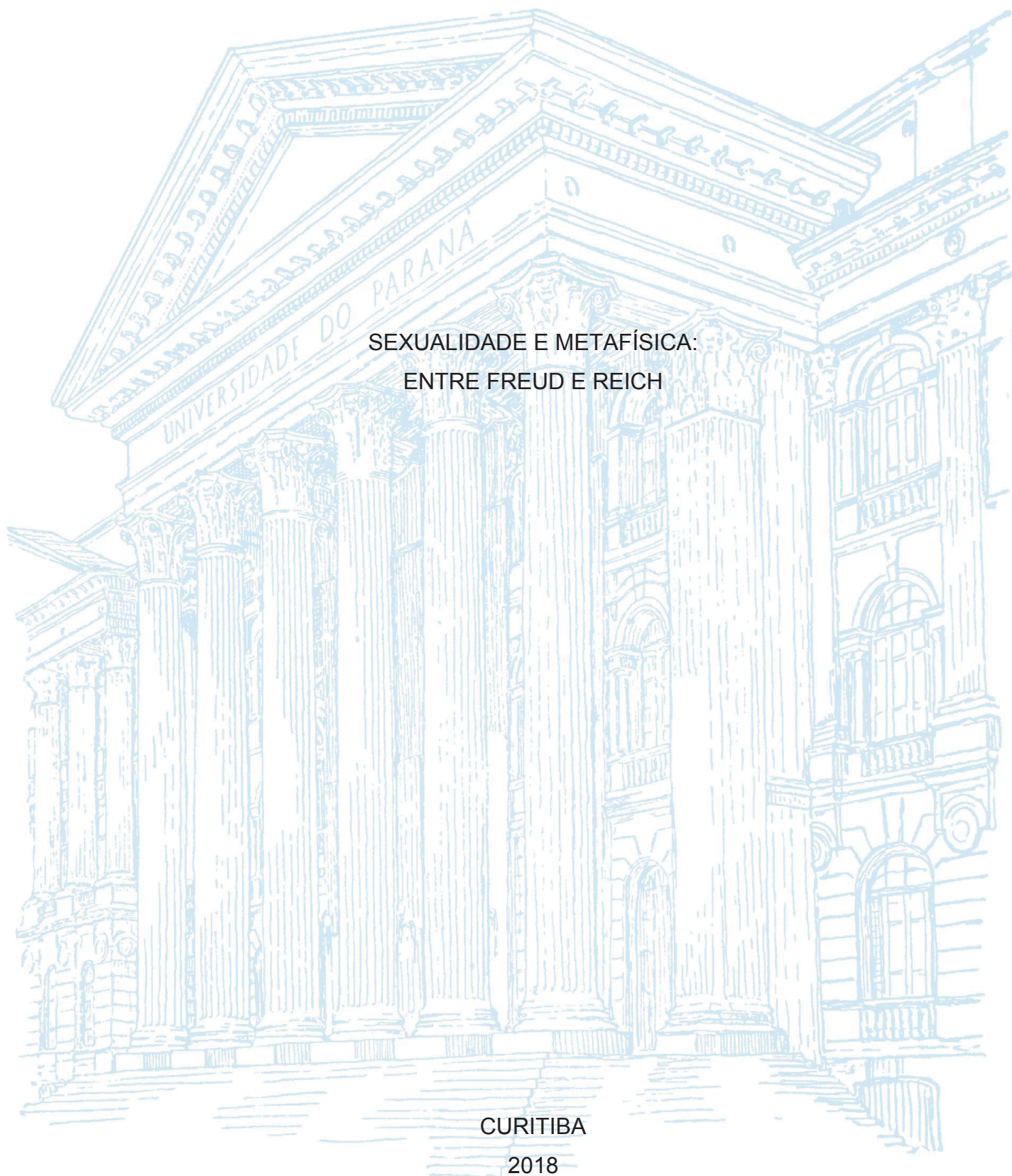
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TIAGO HERCÍLIO BALTAZAR

SEXUALIDADE E METAFÍSICA:
ENTRE FREUD E REICH

CURITIBA

2018



TIAGO HERCÍLIO BALTAZAR

SEXUALIDADE E METAFÍSICA:
ENTRE FREUD E REICH

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. André de Macedo Duarte

Coorientador: Prof. Dr. Philippe Sabot

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecária: Rita de Cássia Alves de Souza – CRB9/816

Baltazar, Tiago

Sexualidade e metafísica: entre Freud e Reich / Tiago Baltazar. –
Curitiba, 2018.

242 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. André de Macedo Duarte

1. Sexo (Psicologia). 2. Freud, Sigmund, 1856-1939. 3. Reich,
Wilhelm, 1887-1957. 4. Ética sexual. 5. Metafísica. I. Título. II.
Universidade Federal do Paraná.

CDD 150.1952

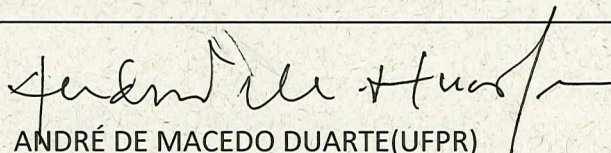


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - PGFILOS

ATA Nº 207/2000/2018 DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM FILOSOFIA. No dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito às 14:00 horas, na sala 603, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia-UFPR, Ed. D. Pedro II. 6º andar, do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do Doutorando **TIAGO HERCILIO BALTAZAR** para a Defesa Pública de sua Tese de Doutorado intitulada: **SEXUALIDADE E METAFÍSICA: ENTRE FREUD E REICH**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: Prof. Dr. ANDRÉ DE MACEDO DUARTE (Orientador e Presidente da banca) – UFPR, Prof. Dr. LEANDRO NEVES CARDIM (UFPR), Prof. Dr. PAULO VIEIRA NETO (UFPR), Prof. Dr. CÉSAR CANDIOTTO (PUC/PR) e Prof. Dr. ERNANI PINHEIRO CHAVES (UFPA) . Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a(o) discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação do aluno. O Doutorando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de Doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ANDRÉ DE MACEDO DUARTE, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Observações: _____

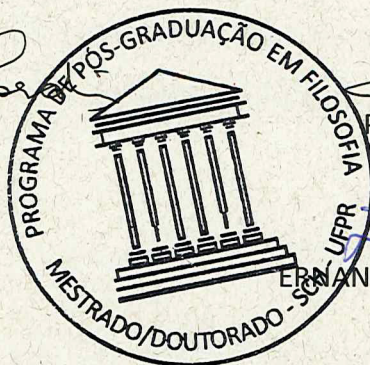
Curitiba, 24 de maio de 2018.

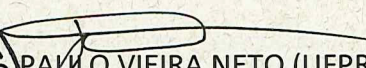

ANDRÉ DE MACEDO DUARTE(UFPR)

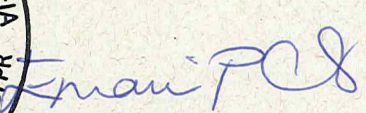
(Orientador e Presidente da Banca Examinadora)


LEANDRO NEVES CARDIM (UFPR)


CÉSAR CANDIOTTO (PUC/PR)




PAULO VIEIRA NETO (UFPR)


ERNANI PINHEIRO CHAVES (UFPA)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **TIAGO HERCILIO BALTAZAR**, intitulada: **SEXUALIDADE E METAFÍSICA: ENTRE FREUD E REICH**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de PósGraduação. Curitiba, 24 de Maio de 2018.

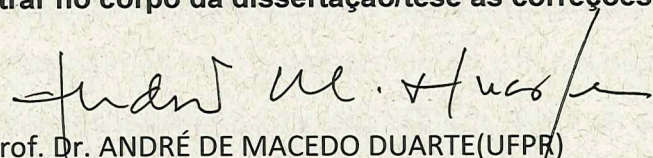
Cesar Candiotti 9.8

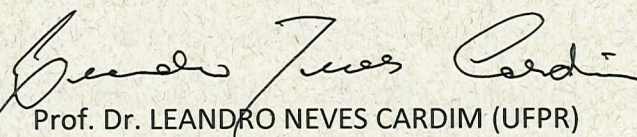
Integrantes da Banca Examinadora	Notas
Prof. Dr. ANDRÉ DE MACEDO DUARTE (UFPR) (Orientador e Presidente da Banca Examinadora)	10.0
Prof. Dr. LEANDRO NEVES CARDIM (UFPR)	10.0
Prof. Dr. PAULO VIEIRA NETO (UFPR)	10.0
Prof. Dr. ERNANI PINHEIRO CHAVES (UFPA)	9.8
Média Final	9.9
Conceito	A

Os examinadores atribuem nota em escala de zero a 10 (dez), sendo considerado aprovado o mestrando que obtiver como nota final a média aritmética superior a 7 (sete). No parecer emitido por ocasião da defesa, constará a nota e o critério: **CONCEITO**.


Os examinadores devem registrar no corpo da dissertação/tese as correções sugeridas.

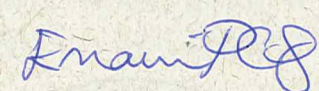



Prof. Dr. ANDRÉ DE MACEDO DUARTE (UFPR)
(Orientador e Presidente da Banca Examinadora)


Prof. Dr. LEANDRO NEVES CARDIM (UFPR)


Prof. Dr. PAULO VIEIRA NETO (UFPR)


Prof. Dr. CÉSAR CANDIOTTO (PUC/PR)


Prof. Dr. ERNANI PINHEIRO CHAVES (UFPA)

§ 1º - Será considerado aprovado o aluno que lograr os conceitos A, B ou C.

A = Excelente = 9,0 a 10,0

B = Bom = 8,0 a 8,9

C = Regular = 7,0 a 7,9

D = Insuficiente = zero a 6,9

AGRADECIMENTOS

Esta tese não teria sido viável sem o apoio e sobretudo a confiança de meu professor e orientador, Dr. André de Macedo Duarte.

Na França, agradeço especialmente à solicitude e ao acolhimento na *Université Lille 3- Sciences Humaines et Politiques*, por parte de meu coorientador, Dr. Philippe Sabot.

Aos professores que compuseram as Bancas de Qualificação e Defesa, Dr. Paulo Vieira Neto e Dr. Leandro Neves Cardim, da Universidade Federal do Paraná; ao professor Dr. Ernani Chaves da Universidade Federal do Pará, e ao professor Dr. Cesar Candiottto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

À CAPES, pela Bolsa integral de estudos no Brasil e no estágio no exterior.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná.

Aos meus pais e a toda minha família, pelas diferentes e incontáveis formas de apoio.

Ao Centro Reichiano de Curitiba, que na pessoa do professor Dr. José Henrique Volpi me prestou amigavelmente consultoria sobre as formas de abordagem da obra e do pensamento de Wilhelm Reich, incluindo o acesso ao material de sua biblioteca particular.

Aos alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Paraná – Psicologia, Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda –, a quem tive a oportunidade de lecionar de 2015 a 2017, pela atenção e pelas questões que auxiliaram na construção deste percurso teórico.

Aos participantes do Grupo de Estudos Freudianos, unido pela ideia de ler os textos de Freud, e que resultou em calorosas discussões das quais surgiram muitas ideias desenvolvidas aqui nesta tese.

RESUMO:

O freudo-marxismo de Wilhelm Reich se desenvolveu desde meados de 1920, como uma crítica das condições históricas e sociais da neurose. Ao ver sua proposta recusada por Freud e por outros psicanalistas, a crítica reichiana das origens sociais da repressão sexual se radicalizou na denúncia de uma metafísica no pensamento freudiano que, segundo Reich, teria se desenvolvido em acordo com padrões culturais autoritários e com uma postura política conservadora. A presente pesquisa delimita este período do pensamento de Reich, que vai desde as suas bases teóricas e clínicas iniciais – a teoria do orgasmo e a análise da estrutura do caráter – até o desenvolvimento de uma orientação sociológica explicitamente marxista. Este estudo tornará evidentes algumas operações características daquilo que Michel Foucault delimitou, em sua arqueologia de *As palavras e as coisas*, como uma estrutura antropológica do pensamento ocidental, surgida a partir do século XIX. A relação que se verá explicitada entre as estruturas da crítica freudo-marxista reichiana e da antropologia moderna consiste, sobretudo, num tipo de vínculo determinado entre as figuras da natureza e da história que, conforme a arqueologia de Foucault, configura um pensamento especulativo sobre a totalidade humana. No cenário filosófico sessentista, Foucault formulou o seu diagnóstico do pensamento ocidental moderno para caracterizar o esgotamento desta antropologia enquanto projeto ético-político. Analisando detalhadamente essas operações do pensamento antropológico, tem-se como principal hipótese deste trabalho, portanto, apontar como elas formariam a base da estrutura da problematização sociológica de Reich, em geral, e de suas críticas a Freud, em particular. Consequentemente, não se pode deixar de observar que a demonstração desta tese inverte a acusação reichiana acerca de uma metafísica em Freud, contra o próprio Reich. Esse expediente permite reabrir o polêmico debate travado pelos dois psicanalistas, questionando interpretações correntes sobre quais seriam as suas divergências a respeito da relação entre sexualidade e cultura. Ainda em complemento à demonstração desta tese, algumas importantes inovações teóricas de Freud – como a hipótese do instinto de morte ou a sua nova teoria da angústia instintiva, que integram a viragem dos anos 1920 em psicanálise –, habitualmente associadas a uma posição política conservadora, ganhariam sentido como movimentos críticos de ruptura com a estrutura antropológico-humanista do pensamento moderno e suas implicações éticas e políticas.

Palavras-chave: Freudo-marxismo; Reich; Freud; Antropologia; Metafísica.

ABSTRACT:

Wilhelm Reich's Freudo-Marxism has developed throughout the 1920's in the form of a critic of the neurosis' social and historical conditions. In the face of Freud and other psychoanalysts' refusal of his arguments, Reichian critic of sexual repression's social origins has radicalized to the level of an accusation of metaphysics in Freudian thought. This metaphysics, says Reich, has developed in accordance to authoritarian cultural standards and to a conservative political position. This research delimits this period of Reichian thought, beginning with his initial theoretical and clinical basis – the orgasm theory and the character structure analysis – until the development of an explicit Marxist sociological orientation. This study will make evident some operations characteristic of what Michel Foucault has pointed out, in his archaeology of *The order of things*, as the modern thought anthropological structure, born at the beginning of the 19th century. The relation between the Reichian Freudo-Marxist critic and the modern anthropology structures is based, specifically, on the bound between the figures of nature and of history, since this bound constitutes – according to Foucault – a speculative thought over human totality. In the 1960's philosophical scenario, Foucault proposed his diagnosis of modern thought to characterize the exhaustion of this anthropology as an ethical and political project. Analyzing these anthropological operations in detail, it is therefore proposed, as the main hypothesis of this research, that they form the basis for Reichian sociological criticism, in general, and of his critics to Freud, in particular. Consequently, the demonstration of this thesis inverts the Reichian accusation of metaphysics in Freudian thought, against Reich himself. At this point, it will be revisited the polemical controversy between the two psychoanalysts, a controversy on the sexuality-culture relation, by the questioning of current interpretations of their arguments. In addition to the demonstration of this thesis, some polemical Freudian theoretical innovations – as the death drive hypothesis or the new anxiety theory, both part of the 1920's theoretical turn in psychoanalysis –, cease to be exclusively associated to a conservative political position, to gain meaning as critical ruptures with the anthropological and humanist modern thought structure and its ethical and political implications.

Key-words: Freudo-Marxism; Reich; Freud; Anthropology; Metaphysics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
PRIMEIRA PARTE.....	15
PREÂMBULO.....	16
CAPÍTULO 01: DA TEORIA DA LIBIDO À TEORIA DO ORGASMO.....	18
Introdução.....	18
1. Retomada da teoria freudiana da libido.....	18
2. O estabelecimento da teoria do orgasmo.....	22
3. <i>Trieb</i> , libido, instinto e algumas considerações epistemológicas.....	38
4. Revisão reichiana da economia sexual da angústia neurótica.....	46
CAPÍTULO 02: ANÁLISE REICHIANA DO CARÁTER.....	51
Introdução.....	51
1. Desvendando as fontes escondidas da energia genital.....	52
2. Os limites da análise reichiana do caráter.....	67
3. Helmut Dahmer e a “defasagem teórica” no criticismo social de Reich.....	76
4. O pressuposto da incompatibilidade entre história e natureza.....	81
CAPÍTULO 03: A CRÍTICA SOCIAL-SEXUAL DE REICH	88
Introdução.....	88
1. Crítica social embrionária.....	89
2. O nascimento do freudo-marxismo.....	94
3. Radicalismo sexual.....	109
4. Psicologia de massas do fascismo.....	124
CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE.....	129
SEGUNDA PARTE.....	131
PREÂMBULO.....	132
CAPÍTULO 4: INTERLÚDIO FILOSÓFICO.....	134
Introdução.....	134
1. Freud e Reich: duas antropologias?.....	134
2. A figura da natureza.....	138
3. A figura da história.....	141

4. Co-operações entre natureza e história.....	151
CAPÍTULO 05: ANTROPOLOGIA E METAFÍSICA EM <i>AS PALAVRAS E AS COISAS</i> DE MICHEL FOUCAULT.....	155
Introdução.....	155
1. As novas empiricidades e a finitude humana.....	158
2. Modernidade e metafísica.....	163
CAPÍTULO 6: REICH E AS FIGURAS ANTROPOLÓGICAS.....	173
1. Reich e o materialismo histórico.....	173
2. Reich e a história.....	179
3. Reich e a dialética.....	182
CONCLUSÃO DA SEGUNDA PARTE.....	188
 TERCEIRA PARTE.....	 192
PREÂMBULO.....	193
CAPÍTULO 07: A GÊNESE DA ANGÚSTIA NEURÓTICA.....	198
Introdução.....	198
1. <i>Hemmung, Symptom und Angst</i> (Freud, 1926).....	199
2. Novas formas do problema: o substrato biológico em questão.....	205
CAPÍTULO 08: ALÉM DO PRINCÍPIO DE PRAZER	211
1. A hipótese do instinto de morte em <i>Além do princípio do prazer</i> (1920).....	211
2. Perspectivas políticas em questão.....	219
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 230
 REFERÊNCIAS.....	 234
1. Bibliografia de Wilhelm Reich.....	234
2. Bibliografia de Sigmund Freud.....	235
3. Bibliografia dos demais autores.....	237
 ANEXO 1: APRECIÇÃO DOS PRINCIPAIS AUTORES UTILIZADOS PARA DISCUTIR O PENSAMENTO DE WILHELM REICH.....	 242

INTRODUÇÃO:

O FREUDO-MARXISMO

I

Wilhelm Reich e Herbert Marcuse foram os maiores representantes de um movimento filosófico que articula o pensamento de Freud à sociologia marxista: o freudo-marxismo. Trata-se de uma proposta em que a teoria psicanalítica fornece meios para uma reflexão crítica acerca das condições subjetivas e irracionais profundas dos movimentos históricos e sociais. Diferentemente do marxista ortodoxo, o freudo-marxista parte da premissa de que a psicanálise é uma teoria psicológica revolucionária imprescindível para a construção de uma crítica social. Por outro lado, ele seria também capaz de reconhecer as limitações do método da psicanálise, tais como aquelas que implicariam naturalizações legitimadoras de determinados fenômenos da ordem social vigente. Diferentemente do psicanalista ortodoxo, portanto, o freudo-marxista analisa também estes fenômenos em suas condições relativas ao capitalismo, como uma realidade sócio histórica em vias de transformação.

A articulação entre freudismo e marxismo, surgida com esses autores, pode ser definida como proposta de solução para uma *dupla carência*:

Uma carência do marxismo, que seria resultante da fixação de suas análises nas relações de classe e produção. Na literatura crítica, esta carência é também chamada “economicismo”, como uma maneira de qualificar o tipo de análise onde não há lugar para uma reflexão sobre o processo de formação do indivíduo enquanto tal, mas apenas na qualidade de uma força de trabalho explorada e organizada num sistema econômico. Por fixar-se na análise estrita das relações de produção, que considera anteriores à estruturação familiar e à genealogia social dos instintos, o marxismo desenvolveu-se desde o início do século XX pensando o indivíduo apenas na qualidade de um adulto

assalariado. Bem entendido, Marx e Engels não ignoraram a existência ou mesmo o papel conservador da família, que eles consideravam uma instituição ela mesma dependente de condições socioeconômicas, em processo de contínua mudança baseado na luta de classes. Porém, faltaria ao marxismo um método dinâmico de investigação psicológica do desenvolvimento individual, o que Freud havia construído eficientemente no contexto de uma forma particular de vida familiar: a família pequeno-burguesa, patriarcal, monogâmica, cujo modelo se difundira, em sua essência estrutural e ideológica, por toda a ordem social vigente após a revolução industrial. Segundo o sociólogo e teórico do freudo-marxismo Jean-Marie Brohm, o marxismo carece mais especificamente de uma análise da família e dos seus conflitos internos e psíquicos, ignorando “o papel da repressão sexual e do recalçamento na coesão da família burguesa, na adaptação da criança ao sacrossanto princípio da realidade, na estruturação do Ego e do Superego”. Ele “ignora, por isso mesmo, o papel da família na reprodução alargada da força de trabalho, reprodução biológica no sentido forte do termo, e sobretudo reprodução ideológica de uma mão de obra dócil e submissa” (cf. DAHMER; FRAPPIER; BROHM, 1978, p. 118).

A negligência do papel político contrarrevolucionário da família na estabilização da ordem vigente, em toda a sua profundidade, toca numa das principais insuficiências do marxismo do início do século. Daí a fertilidade de uma articulação com a psicanálise, para o marxismo que se via em dificuldades, na década de 1930, para explicar o fato das massas deixarem de procurar os interesses de sua própria classe para se disporem a seguir líderes autoritários. De fato, a análise marxista “oficial” da ascensão e da vitória do fascismo acantonava-se nos lugares comuns segundo os quais uma crise econômica, com a amplitude daquela de 1929-1933, deveria necessariamente conduzir a uma evolução ideológica de esquerda nas massas atingidas. Porém, a realidade mostrava um “desvio”, analisava Reich em sua *Psicologia de massa do fascismo*, “entre a evolução da base econômica que impulsionava para a esquerda, e a evolução da ideologia das mais largas camadas da população, que se fazia para a direita” (cf. REICH, 1974, pp. 12-3). Por que os homens agem em contradição com sua situação econômica? Como pode a grande massa se tornar nacionalista num processo de pauperização? Ou ainda, de que modo foi possível que a mística vencesse a sociologia científica? Como resolver este impasse do “efeito de volta da ideologia”, isto é, de sua força autônoma em relação à base econômica? Segundo Boadella,

quando a situação econômica se deteriorou na Alemanha, muitos marxistas esperavam uma grande reviravolta em direção à esquerda – isto é, previam que a deterioração das condições sociais tornaria o povo mais radical. Mas, conflitando com a urgência de mudança, a espera por melhores condições e o desejo de liberdade, foi um *medo à liberdade* evidente que levou as pessoas a se identificarem de uma forma emocionalmente dependente com um movimento que prometia em seu nome liberdade de modo paternalista. Para que o fascismo o sucedesse, contudo, seria necessário apelar precisamente para o lado emocionalmente irracional, místico e infantil das pessoas, e reforçar a necessidade delas se apegarem a figuras de autoridade que prometiam uma “nova vida” (BOADELLA, 1985, pp. 85-6).

Já no início dos anos 1930, Reich estabelecia uma relação entre a miséria emocional pessoal e a submissão das massas a regimes políticos autoritários (cf. SHARAF, 1994, p. 4). Por escotomizar a relação erótica da existência humana, Reich considerava que o marxismo vulgar¹ de sua época desconhecia o processo de formação de uma “estrutura de caráter neurótica”, única a partir da qual se poderia compreender como se difunde um medo à liberdade e uma atração por promessas paternalistas e autoritárias de uma nova vida. A psicanálise freudiana então atraía os olhares da crítica social marxista, que se via confrontada com a ascensão dos regimes autoritários e consciente do inútil dogmatismo das causalidades econômicas propostas para justificá-lo. Na medida em que Freud estabelecia as bases para uma *Massenpsychologie*, começava a tornar-se explicável, ao preço de algumas correções, a estarrecedora inversão autodestrutiva dos desejos vitais dos indivíduos e, com isso, sua devotada adesão à tirania. “Complemento psicológico da sociologia histórica de Marx, afirma Pierre-Henri Castel, *A psicologia de massas do fascismo*, de Reich (1933), propôs, assim, solucionar o enigma da ‘distância irracional’ entre a base econômica e a superestrutura ideológica” (CASTEL, in: KAUFMANN, 1996, p. 648).

Ao preço de algumas correções: apesar desta carência do marxismo, posta em causa pela evidenciação do papel da sexualidade na vida social, não serão as emergentes descobertas de Freud, muito simplesmente, que poderão realizar a pesquisa desse “fator subjetivo” da história. Noutros termos, para que se possa aprofundar a interdependência entre a estrutura material das relações de produção e a estrutura instintual, será necessário primeiramente identificar os “desvios ideológicos” no pensamento de Freud, de modo a qualificar a psicanálise para esta injunção com a sociologia marxista. E aqui se esboça a proposta crítica do freudo-marxismo em relação à própria psicanálise.

¹ Segundo Brohm (DAHMER; et. al., 1978), essa caracterização vale aqui como marxismo-leninismo e estalinista em traços gerais, antes de Maio de 1968.

Estes desvios marcariam diversos pontos da obra freudiana, segundo Reich e Marcuse, como o estabelecimento, por ex., de um princípio de realidade geral limitador de Eros, do complexo de Édipo como forma universal das relações sociais ou do discurso especulativo em torno de um instinto de morte originário. No tocante ao âmbito social do indivíduo e suas relações com a subjetividade, Freud desconheceria ainda um conceito-chave: o antagonismo das classes sociais. Para ele, as relações de produção não desempenhariam papel na estruturação do psiquismo, e uma das consequências dessa lacuna seria fazer da psicologia individual o próprio modelo para uma psicologia social analítica. Se o marxismo escotomisa o papel da sexualidade na vida social, desconhecendo todo o poder da instituição da família na construção de uma estrutura caracterológica mantenedora da ordem vigente, a psicanálise, por sua vez, ignora a esfera política, que ela apresentaria como uma esfera psico-sociológica (cf. DAHMER; *et. al.*, 1978, p. 95).

Por desvios como estes, Freud terminaria, ao longo de sua vida e com sua influência, por atenuar o caráter revolucionário de suas descobertas iniciais. No próprio âmbito institucional, Freud teria ainda se dedicado à preservação da sua escola nos moldes da respeitabilidade acadêmica burguesa. O apontamento dessas carências não se restringiria ao pensamento de Freud; Reich elaborou críticas também aos psicanalistas ortodoxos e posteriormente, assim como Marcuse, ao conhecido movimento revisionista neo-freudiano. Em suma, os freudo-marxistas reconheceriam uma involução do movimento psicanalítico, como um progressivo desenvolvimento do seu caráter reacionário, ideológico e metafísico, o que Brohm qualifica como um amplo *fenômeno de aburguesamento da psicanálise*. Este desenvolvimento teve uma de suas mais fortes expressões nos EUA, convertendo-se a psicanálise “numa técnica de saúde mental, de higiene moral e de adaptação social”; um desenvolvimento onde até a institucionalização da psicanálise pode ser compreendida como “a reação da sociedade burguesa ao vírus analítico” (DAHMER; *et. al.*, 1978, pp. 105-6). Segundo a análise de teóricos mais recentes, como Marcuse, esta reação levou a psicanálise a transformar-se em “mercadoria cultural”, fechando um ciclo em que a psicanálise se tornará “uma peça da engrenagem do capitalismo avançado”. Por um fenômeno de “necessidade estrutural do capitalismo avançado”, ele toma a seu cargo a organização da saúde mental, e absorve a psicanálise com a finalidade de promover adaptação social (cf. DAHMER; *et. al.*, 1978, p. 107).

Os teóricos do freudo-marxismo marcaram época posicionando-se contra este fenômeno de aburguesamento da psicanálise em suas diversas facetas. Em uma nota de 1934 acrescentada a *Materialismo dialético e psicanálise*, obra de 1929 que marca a primeira tentativa sistemática de uma injunção entre a psicanálise e o marxismo, Reich constatava uma divisão do movimento psicanalítico em dois grupos opostos, um revolucionário e o outro burguês. Estes dois grupos estariam divididos pela questão do reconhecimento – ou não – da dimensão política da neurose, das origens sociais da repressão sexual, da existência de um instinto de morte como um instinto primário, biologicamente dado, orientado pelo sofrimento e pela violência. Nessa época, Reich já apontava na hipótese do instinto de morte um expediente teórico cujo conteúdo o faz “refúgio das especulações idealistas e metafísicas sobre a vida psíquica” (REICH, 1983, p. 43); uma hipótese naturalizadora que impediria a compreensão crítica das origens históricas e sociais da repressão sexual e da formação do caráter neurótico.

Marcuse também se posicionou destacadamente contra uma faceta deste aburguesamento da psicanálise, a saber, a *corrente revisionista neo-freudiana*, sobre a qual dedicou o epílogo de *Eros e civilização*, em 1955, criticando-a por dar à saúde mental a definição de “uma resignação bem conseguida”, e à terapêutica a de “um curso de resignação à ordem estabelecida”. Toda uma escola culturalista norte-americana (Fromm, Horney, Thompson, Sullivan, etc.)², com sua psicologia do Eu, seu behaviorismo analítico, também a psiquiatria analítica conformista francesa, tornavam-se correntes para libertar as potencialidades positivas do homem, favorecer sua aculturação, a harmonia entre o Eu e o mundo exterior, o seu equilíbrio funcional; todas elas destilavam assim a ideologia burguesa dominante, a ideologia do desempenho e da produtividade, da normalidade, do êxito e da competitividade.

Entendemos até aqui que o freudo-marxismo surgiu como uma articulação entre os pensamentos de Freud e Marx, com o objetivo de revelar a interdependência entre a estrutura material das relações de produção, a estrutura ideológica e a estrutura instintual. Reich, partindo de Freud e seguido em muitíssimos pontos por Marcuse, teria revelado que a “força da ideologia” não remete imediatamente às relações materiais de produção, mas que nela se deve detectar a combinação de elementos materiais, reais e imaginários, de acordo com leis para as quais a psicanálise pode fornecer importantes

² Para Robinson (1971, p. 10), uma 3ª geração de revisionistas e ego-psicólogos que iniciam suas atividades em 1930, e que ainda inclui: Anna Freud, Ernst Kris, Heinz Hartmann e Erik Erikson.

contribuições (cf. REICH, 1983, p. 9). Para além das importantes diferenças entre as críticas da psicanálise de Reich e de Marcuse, importa aqui sublinhar uma tese compartilhada entre eles, segundo a qual a época atual se caracteriza por uma vinculação entre ordem social e estrutura psíquica. Nesta, torna-se obsoleta a separação entre psicologia e filosofia social, na medida em que os processos psíquicos estariam sendo absorvidos pela função do indivíduo no Estado, convertendo-se os termos da filosofia nos termos das forças da sociedade que definem a psique. O freudo-marxismo busca assim compreender como acontece a adesão política, como o sujeito se vê representado por um pensamento, por um projeto ou por um partido político; como ele se orienta, em suma, entre esquerda e direita. Essa adesão necessita ser explorada à luz de um padrão de estrutura psico-afetiva – ainda que a ela não se reduza – cujas configurações são também constructos históricos e sociais.³

Do ponto de vista da sociologia marxista, uma crítica do “aburguesamento” da psicanálise deveria significar a possibilidade de reintegrar a dimensão instintual, ampliando sua capacidade de compreender a formação das forças conservadoras da ordem vigente, e assim elaborar uma *práxis* política mais eficaz. Todavia, o que significaria esta articulação do ponto de vista da psicanálise? Noutros termos, como os freudo-marxistas compreendem os motivos desse aburguesamento da ciência psicanalítica, e como pretendem resolver aquilo que está sendo qualificado como uma degeneração ideológica e metafísica no pensamento de Freud? A resposta a esta pergunta nos leva agora ao âmago da proposta do freudo-marxismo em relação ao pensamento de Freud, e que nos interessa aqui tomar como ponto de partida de nosso estudo.

Numa palavra, os desvios ideológicos que proliferaram nos conceitos freudianos, segundo Reich e Marcuse, estão relacionados a uma *negligência da dimensão histórica*

³ Há divergências no modo como Reich e Marcuse entendem o emprego das categorias psicológicas nessa análise. Ambos criticam a aplicação direta da psicanálise à análise dos acontecimentos sociais e políticos, como psicologização reacionária. A partir daí, Reich defenderá uma aplicação “indireta”, isto é, uma aplicação de alguns resultados alcançados pelo método psicanalítico, por ex. o complexo de Édipo, como um elemento mediador da relação entre infraestrutura e ideologia (estudaremos essa mediação no Capítulo 3). Por sua vez, em *Eros e civilização*, Marcuse afirmará que qualquer tipo de aplicação da psicologia significaria a aceitação de um critério que foi viciado por esses mesmos acontecimentos e, portanto, a tarefa seria oposta: “reinterpretar a concepção teórica de Freud, segundo os termos de seu próprio conteúdo sócio-histórico” (MARCUSE, 1982, p. 22). Na prática, enquanto Reich rejeitará conceitos inteiros como, por ex., o instinto de morte, por considera-lo puramente desvio ideológico, Marcuse pode se basear nesta especulação para interpretar aí uma tendência autodestrutiva do próprio processo civilizatório repressor.

nos fenômenos analisados e nos conceitos construídos. A negligência da materialidade histórica é um dos sentidos que podemos depreender do termo “metafísica” em Reich. Assim, por exemplo, ele observará, em *Materialismo dialético e psicanálise*, que a descrição freudiana em torno de uma realidade limitadora da satisfação dos instintos teria validade enquanto possui base material verificável: a realidade capitalista. O “princípio de realidade” cunhado por Freud estaria assim referido às características e às exigências dessa realidade social vigente, pela qual ele identifica e descreve as características relativas a um modo de funcionamento do aparelho psíquico – como o adiamento da satisfação, a busca por formas substitutivas desta, em alguns casos sua negação e a tolerância do desprazer. Porém, Freud prosseguiria, num segundo passo, a uma “generalização apressada” de suas constatações, conceituando uma realidade externa universalmente oposta ao princípio do prazer. Seria preciso, no lugar desta generalização, tratar das transformações históricas que engendraram a realidade capitalista, sob pena de se conceber um princípio metafísico de realidade.

Do mesmo modo, Freud descobriu no Inconsciente, com o eficiente método de interpretação que ele desenvolveu, a presença de impulsos que podem ser descritos em seu aspecto antissocial e perverso. Todavia, conceituá-los como expressão de uma natureza humana viciosa e perigosa seria perder de vista o seu caráter derivado do bloqueio da descarga da energia biológica, isto é, perder de vista o processo histórico e social de negação da sexualidade, da qual a destrutividade humana é apenas produto. A análise da hipótese freudiana do instinto de morte revelaria, assim, sua ausência de base material, evidenciando mais uma vez a atividade especulativa, ideologicamente conservadora e reacionária, por trás da teoria freudiana. O instinto de morte, segundo Reich, é por isso uma parte da teoria psicanalítica que deve ser completamente abandonada.

Em outro desenvolvimento de sua crítica, *As origens da moral sexual* (1932), Reich utiliza os estudos do antropólogo Bronislaw Malinowski sobre povos melanésios, os Trobriandeses, cuja organização matriarcal excluiria a articulação repressora da figura paterna, revelada pela psicanálise como o universal complexo de Édipo. Na medida em que, para Reich, esses povos representariam estágios remotos no curso da história humana, tal estudo levaria à conclusão de que Freud não se perguntou pelo significado histórico do complexo de Édipo, como um desenvolvimento ulterior da civilização, e articulado a uma série de condições sociais e econômicas como o patriarcado e o capitalismo. O resultado a ser retido é o de que o conceito freudiano de

Édipo valeria como descrição precisa de um conjunto de relações no interior da família pequeno-burguesa, mas cuja universalização ganha ares de uma metafísica das relações entre gerações.

Marcuse empreenderá sua própria reavaliação fundamental dos mesmos conceitos culturais freudianos que Reich havia criticado desde o fim da década de 1920. O filósofo abordará o princípio de realidade, tal como descrito por Freud, também como relativo a um modo de dominação social específico na história. Freud teria pensado uma modificação repressiva do princípio de prazer devido à necessidade material que assola a existência dos homens (*Ananke*), como um fato natural absoluto, uma “eterna luta contra a sobrevivência” que, em todas as civilizações, exigiu o desvio das energias sexuais para o trabalho. Contudo, afirma Marcuse, esse argumento “é falacioso na medida em que se aplica ao *fato* concreto da carência, que na realidade é a consequência de uma *organização* específica de carência e de uma igualmente específica atitude existencial, imposta por essa organização” (MARCUSE, 1982, p. 46). Diferentemente de uma análise em que se decide por aquilo que deve ser abandonado e o que pode ser aproveitado da teoria psicanalítica, como aquela feita por Reich, Marcuse propõe uma reinterpretação de toda a metapsicologia freudiana segundo os termos de seu próprio conteúdo sócio histórico, mostrando que ela não é tão cética quanto parece a respeito dos dilemas enfrentados pela civilização.

Sendo assim, o caráter irreconciliável dos conflitos em Freud, o eterno antagonismo entre princípio de prazer e princípio de realidade, é apenas o primeiro plano em seus conceitos, no qual predomina o problema da repressão. Encontra-se aí uma racionalização da ordem social repressora; porém, ao trazer à tona a história neutralizada nesta mesma racionalidade, como uma história oculta que esses mesmos conceitos negam em sua superfície, e chocando-se com ela, produzir-se-iam, segundo Marcuse, padrões críticos que rompem com a identificação entre civilização e repressão. Mesmo a hipótese freudiana acerca de uma “inércia regressiva da vida orgânica” – o instinto de morte e sua tendência para recuperar um estado de coisas que foi abandonado por forças externas –, ganha luz como uma questão de mudanças históricas a partir de que se poderia circunscrever a necessidade de morte como “fuga inconsciente à dor e às carências vitais”, que imperam na história de uma civilização que progrediu como dominação organizada. O que aparece como tendência para se buscar dor e sofrimento, na verdade, “é uma expressão da eterna luta contra o sofrimento e a repressão” (MARCUSE, 1982, p. 41).

O núcleo da crítica freudo-marxista a Freud, como podemos observar, consiste em apontar uma *perda de historicidade* no pensamento freudiano, na medida em que isto implicaria, naturalizando os fenômenos conceituados, uma incompatibilidade entre a civilização e o livre desenvolvimento da sexualidade. Perpassando toda a obra freudiana, tal concepção constitui irrefutável acusação à civilização ocidental e, ao mesmo tempo, uma defesa desta, como um desvio ideológico a legitimar a ordem social repressora vigente. Segundo a tese de Paul Robinson, em *A esquerda freudiana*, foi precisamente esta implicação de renúncia instintual no pensamento de Freud que motivou o posicionamento político de uma “tradição esquerdista” na história da psicanálise. Tendo como principais representantes Reich e Marcuse, essa esquerda buscará explorar o potencial da psicanálise destacando, na obra de Freud, “os elementos rudimentares de uma filosofia política e sexual radical, que serviu para abalar a cultura estabelecida” (ROBINSON, 1971, p. 5).

Veremos em nosso estudo que a grande descoberta clínica de Reich tem por efeito colocar em xeque esta antítese entre sexualidade e cultura: o restabelecimento da potência orgástica não apenas remove os sintomas e a angústia; ele produziria uma transformação radical do caráter, que passa a funcionar segundo leis completamente diferentes. Torna-se evidente a relação entre a sexualidade e a sociabilidade, a capacidade autêntica para o trabalho e, por outro lado, como a referida antítese é uma característica exclusiva do caráter neurótico, que se revela profundamente vinculado à ordem social vigente. No caso de Marcuse, a exploração do potencial da teoria cultural freudiana inspira-se na premissa de que ela mesma fornece-nos razões para rejeitarmos sua identificação axiomática entre civilização e repressão. Uma civilização não-repressiva seria então possível, avalia Marcuse, não como uma especulação abstrata e utópica, mas uma vez que “a própria concepção teórica de Freud parece refutar a sua firme negação da possibilidade histórica de uma civilização não-repressiva” (MARCUSE, 1982, p. 22), isto é, os conceitos que Freud elaborou com o método psicanalítico revelariam tendências ocultas explosivas da civilização, cujas realizações parecem criar as condições para a abolição gradual da repressão.

Portanto, o problema no desenvolvimento da teoria freudiana dos instintos, segundo autores como Reich e Marcuse, foi que, ao formular determinadas hipóteses ou conceitos, Freud converteria as contingências em necessidades, generalizando formas históricas específicas em realidade pura e simples. Bem entendido, a crítica de uma negligência da história nos conceitos freudianos é ao mesmo tempo o reconhecimento

da presença, nesses conceitos, de um conteúdo sócio histórico profundo; presente, mas não desenvolvido, como se diz em linguagem dialética. Do mesmo modo, a crítica do efeito legitimador que a psicanálise tem sobre a ordem social repressora é também o reconhecimento de sua aptidão política como crítica histórico-social revolucionária. Segundo Rouanet (1998, p. 11), é preciso compreender nessa injunção freudo-marxista a relação de imanência entre uma crítica da cultura e da ideologia, por um lado, e o pensamento de Freud, por outro, como uma crítica que é, em grande parte, “*através de Freud, mas também contra Freud*”.

Para o momento, nos interessa sublinhar que a psicanálise estará em questão para os freudo-marxistas a partir de uma *proposta de historicização* de seus conceitos fundamentais.

Consideremos, por ora, a crítica de Wilhelm Reich à psicanálise⁴, como um debate que pode ser esquematizado em torno de duas posições antagônicas: A concepção freudiana de uma incompatibilidade entre sexualidade e cultura esbarra nas constatações clínicas a respeito do caráter sociável e culto do homem orgasticamente potente. Critica-se, assim, o que seria uma incapacidade, patente na posição contrária, para pensar uma civilização que não fosse repressiva. No diagnóstico desenvolvido por Reich, a verdadeira incompatibilidade se passa entre um princípio de regulação moral, historicamente estabelecido, e um princípio de autorregulação, fundado nas leis e necessidades eróticas do organismo vivo. A antítese artificial entre sexualidade e cultura aparece, então, como um argumento sustentado nas condições historicamente determinadas deste princípio de regulação moral temente ao reprimido. É a partir dele que a sexualidade inibida tornou-se destrutiva, dando sinais, equivocadamente, de uma necessidade de manutenção e até mesmo reforço das inibições.

No exterior desta regulação moral historicamente estabelecida, sexualidade e cultura se encontrariam unidas segundo o princípio de autorregulação econômico-sexual, que se define como uma racionalidade diversa, uma práxis e uma configuração distinta para a experiência, para a vida, para o pensamento e para a sensibilidade, e na

⁴ Vemo-nos diante de duas possibilidades: tratar o freudo-marxismo *em geral*, envolvendo Reich e Marcuse como seus maiores representantes, ou o freudo-marxismo *especificamente de Reich*. Apesar da evidente desvantagem em deixar de lado a obra de Marcuse, só esta opção nos permitirá, no âmbito deste trabalho de doutoramento, o nível de profundidade desejável para realizarmos as articulações conceituais necessárias e formular nossas hipóteses. O estudioso de Marcuse poderá reconhecer, com a ajuda de algumas indicações nossas, de que modo uma discussão semelhante é passível de ser desenvolvida para o caso de Marcuse.

qual não se encontraria a angustiante associação entre prazer e dor. O antagonismo irreduzível descoberto pela psicanálise entre as exigências destrutivas da sexualidade, por um lado, e os interesses da sociedade, por outro, está sendo relativizado pela teoria de Reich, que transpõe este conflito estrutural para o plano das contradições culturais, historicamente solúveis. Mas é então que a posição freudiana ortodoxa acusa nos seus opositores um desejo de negar os componentes destrutivos e desagradáveis da sexualidade, como uma descoberta propriamente realizada pela psicanálise. Seus opositores estariam na verdade buscando negar e conter uma angústia sexual através da elaboração da fantasia de uma civilização idílica, onde a satisfação sexual não sublimada é afirmada como sinônimo da felicidade humana.

Parece que os argumentos relativos a cada uma dessas duas posições se repõem indefinidamente. “Visão utópica de um paraíso orgástico, pré-lapsariano” (RYCROFT, 1971, p. 42), é o modo como alguns qualificarão a intersecção operada por Reich entre ciência e política⁵. Seria esse o resultado de uma análise mais rigorosa do projeto político-social de Reich? Ou seria, isso sim, a sintomática manifestação, naquele que assim o acusa de ingênuo utopista, da imobilidade das estruturas repressivas e neuróticas, incapazes de conceber uma realidade ao mesmo tempo livre, racional e prazerosa? O que temos aqui: a constatação de uma ingenuidade, ou de uma incapacidade?

O sexo é a felicidade humana?

II

Para o diretor dos cursos de Sexologia e de Sexualidade humana da *Université Paris Descartes*, Philippe Brenot, a questão é simples se compreendermos que a personalidade forte de Reich – que bebeu na fonte do mestre, mas que “se distanciou

⁵ Nem todas as afirmações de utopia em Reich têm uma conotação pejorativa. Há aquelas que são laudatórias, como, por ex., Palmier (2013, p. 81) – quando se refere à reinvenção da utopia em Reich pela politização da exigência de felicidade – e Rouanet (1998, pp. 30-1) – quando se refere à “utopia genital” concebida por Reich para entrar em choque com a realidade social repressiva. Nestes casos, trata-se do conceito tal como elaborado por Marcuse em *O fim da utopia*, onde se afirma que todas as forças materiais e intelectuais que podem contribuir para realizar uma sociedade livre estariam presentes no mundo de hoje, sendo que para a sua realização faltaria apenas organização política (cf. MARCUSE, 1969).

pela recusa de submissão à ortodoxia psicanalítica” – foi feita objeto de discriminações e perseguições por parte até mesmo de seus colegas psicanalistas (“Préface”, in: PALMIER, 2013, pp. 9-11). Michel Onfray, quem mais recentemente dedicou-se à temática em *Os freudianos heréticos*, define essa ortodoxia como “corporação de psicanalistas de estrita obediência” (ONFRAY, 2013, p. 176). Para estes e muitos outros intérpretes, Reich defenderá o instinto de vida e a liberdade contra a terrível “visão sombria do mundo” implícita nos escritos de Freud (ONFRAY, 2013, 2013, p. 124). Há mesmo quem afirme que a obra de Reich tenha sido, “malgrado suas insuficiências e seus excessos, a crítica mais violenta já feita da civilização industrial e de sua ideologia” (“Avant-propos”, in: PALMIER, 1969, p. 14) – o que é dito apesar de Marx, uma vez que Reich politiza e revela o papel de instituições e aparelhos ideológicos subestimados pelo marxismo. Assim, veremos constantemente a afirmação de que

a história oficial das ideias nomeia merecidamente *freudo-marxismo* esta sensibilidade filosófica que se apoia sobre Freud e Marx para os ultrapassar, os esclarecer mutuamente, os sublimar, deles servir-se como estríbo para ir mais longe, mais alto, além (...) o freudo-marxismo exprime a vitalidade do freudismo e do marxismo contra os freudianos e os marxistas petrificados no dogma (ONFRAY, 2013, p. 177).

Segundo o historiador Paul Robinson, as tensões e controvérsias políticas existentes em torno da teoria freudiana podem ser organizadas como uma dicotomia acerca da localização ideológica de Freud, no espectro que vai do conservadorismo ao radicalismo. Num dos extremos, encontraríamos o veredicto que identificou Freud (junto com Weber, Durkheim, Pareto e Spengler) a um antiutopista que “desferiu o golpe final nas aspirações revolucionárias do marxismo” (ROBINSON, 1971, p. 4). No outro, a esquerda freudiana, crente no potencial radical da teoria psicanalítica. A questão que, para Robinson, bem poderia ser equacionada em termos políticos ou sexuais, é a de saber se a obra de Freud implicou uma atitude revolucionária ou reacionária; se ele teria sido, verdadeiramente, o apologista da repressão sexual e política, ao traçar o quadro de uma infelicidade humana, ou se sua nova ciência continha no seu âmago a promessa de satisfação, liberdade e paz.

De nossa parte, partiremos da reflexão acerca de um fato curioso: a discussão sobre o “conservadorismo de Freud” se dará justamente no momento em que esta é inserida na tradição marxista do pensamento social europeu. Diante de uma perspectiva histórica cujo tema principal é a alienação do homem, e a revolução por meio da qual este se restituirá a parte que lhe foi tirada, é plausível que todas as “tensões e

controvérsias” sofram a tendência de serem interpretadas na chave libertador vs. conservador.⁶ Freud foi crítico na medida em que elaborou um método que tornou os homens mais conscientes sobre as bases de suas ações; porém foi conservador porque não apostou todas as suas fichas naquele projeto que aparece, então, como a consequência inevitável dessa descoberta, a saber, o projeto ético-político de libertação do homem alienado. Quanto aos questionamentos e reservas feitos à obra de Reich, estes serão imediatamente colocados na conta de um conservadorismo político, de uma ortodoxia teórica e institucional, de um pessimismo cultural.

Mas seria correto tratar o tema da repressão sexual, em Freud, no registro estrito da *alienação*? Pois é possível que esse vínculo entre repressão e alienação fosse o pressuposto de uma tradição que absorveu a psicanálise freudiana no seu próprio projeto político. Tal suspeita encontrará respaldo nos trabalhos arqueológicos do filósofo francês Michel Foucault, que trouxeram à luz as ligações do pensamento marxista e do pensamento ocidental moderno em geral com uma espécie de metafísica desalienadora do ser humano.

A Segunda Parte da nossa pesquisa consistirá, então, numa espécie de interlúdio filosófico em que discutiremos a caracterização de Foucault, em *As palavras e as coisas*, de uma antropologia como um conjunto de condições historicamente estabelecidas na Modernidade, que configurariam um saber marcado pela especulação sobre a totalidade do homem. Procedendo a uma verificação *in locu* de algumas destas teses de Foucault, avaliaremos, como nossa hipótese principal de trabalho, em que medida Reich laboraria, ele mesmo, no interior de uma questão “metafísica”, portanto. Mas agora, porém, num sentido diferente daquele que ele mesmo utilizou para acusar a deterioração do pensamento de Freud como ausência de base material de seus conceitos e como caráter ideológico de suas convicções.

As mais de cem páginas dedicadas por nós à obra de Wilhelm Reich consistem num estudo sistemático do seu pensamento nas décadas de 1920 e 1930, extensivo ao nascimento do freudo-marxismo. Acontece, porém, que a fundamentação teórica de Reich numa *natureza* libidinal aparecerá em contradição com sua proposta de uma

⁶ O que leva a uma insuperável ambiguidade na avaliação da posição de Freud: “entretanto, permanece a obcecante suspeita de que Freud andava tramando alguma grande travessura, de que a psicanálise, apesar do seu manifesto pessimismo histórico, recusava se adaptar pacificamente à ordem política e sexual estabelecidas” (ROBINSON, 1971, pp. 4-5). Essa ambiguidade, como vimos anteriormente, na crítica da cultura e da ideologia que é feita *através* de Freud, e ao mesmo tempo *contra* Freud, atravessará todo o projeto freudo-marxista, de Reich a Marcuse. Ela será uma pista importante para determinarmos um pressuposto filosófico do freudo-marxismo.

crítica *histórica* da sociedade e dos conceitos da psicanálise. Segundo os principais intérpretes do freudo-marxismo, independentemente do consenso a respeito do valor de suas teorias psicológicas, é unanimidade que Reich tenha sido um crítico social revolucionário. Para alguns, deveríamos mesmo abstrair de seu biologismo, assim como também de sua paranoia cosmológica desenvolvida posteriormente no exílio, mantendo apenas aquelas suas críticas que articularam a psicanálise ao marxismo.

Todavia, ao perseguirmos esse problema ao longo dos três capítulos da Primeira Parte, seremos surpreendidos com a descoberta de uma dinâmica rigorosa nas relações entre História e Natureza no pensamento de Reich. Num nível mais profundo, essas duas figuras não se contradizem, mas se remetem uma a outra: naturalizar é a interrupção de uma crítica histórica, mas historicizar significa, em Reich, atingir uma natureza verdadeira, para além das falsas naturalizações produzidas historicamente. Não podemos deixar de cogitar a existência de um conjunto de condições de possibilidade que autorizaria essa dinâmica.

Os pressupostos revelados pela arqueologia foucaultiana tornam evidente que o lado incômodo e detestável de Reich, como teórico de uma energia libidinal natural, está em harmonia com o tipo de crítica histórica e social desenvolvida pelo Reich fundador do freudo-marxismo. Esta espécie de *cooperação* entre as figuras da História e da Natureza, como configuração operatória de determinados saberes modernos, está inegavelmente ligada àquilo que Foucault chamou metafísica antropológica. Em última análise, caberá discutir quais seriam as consequências da explicitação deste fundamento não refletido da crítica freudo-marxista, no contexto daquele debate sobre as posições ético-políticas de Freud e Reich.

PRIMEIRA PARTE

PREÂMBULO

Reich não chega a desenvolver uma crítica histórica e social da repressão sexual, isto é, a propor uma articulação entre a psicanálise de Freud e o marxismo, antes de 1929. Esta articulação não se fez, como sabemos, sem uma crítica a Freud que, por sua vez, também não foi elaborada de um só golpe, mas se constituiu de gradativas investidas. Toda a construção crítica onde encontramos essa articulação – na realidade toda a economia sexual reichiana – tem como base as primeiras descobertas clínicas de Reich, que não foi um intelectual de gabinete, mas um médico de incansável vigor para o trabalho de campo, fonte privilegiada de onde tirou suas ideias e elaborou seu sistema de pensamento. A mais original e decisiva descoberta reichiana foi a “potência orgástica”, a partir da qual Reich estabeleceu sua Teoria do orgasmo e uma técnica terapêutica, a Técnica de análise do caráter. Como afirma Reich,

Nos anos de 1922 a 1926, a teoria do orgasmo era formulada, comprovada – peça por peça –, e seguida pelo desenvolvimento da técnica de análise do caráter. Toda a experiência subsequente, tanto no sucesso quanto no fracasso, confirmou essa teoria, que se desenvolveu por si mesma, sobre a base daquelas primeiras observações decisivas (REICH, 1990, p. 105).

Posteriormente a este período, um novo conjunto de problemas, definido pela pergunta sobre a fonte e a função da repressão sexual, exigirá a extrapolação dos limites impostos pelo trabalho teórico-clínico. Nesse momento, mais uma vez será a teoria do orgasmo que veremos nortear as investigações. Conforme Reich, “a teoria do orgasmo determinou os setores psicológico, psicoterapêutico, fisiobiológico e sociológico da economia sexual” (REICH, 1990, p. 105). Portanto, a fim de compreendermos o que é o freudo-marxismo em Reich – localizado neste “setor sociológico” do seu pensamento –, decidimos percorrer um caminho que vai do estabelecimento da teoria do orgasmo, passando pelo desenvolvimento de sua técnica de análise do caráter até apreendermos, no decurso deste trabalho, uma exigência que se colocou para Reich e o levou à formulação de uma investigação acerca das origens históricas e sociais da repressão

sexual. Este será o nosso percurso geral no que diz respeito ao desenvolvimento das ideias de Reich, ao longo do qual realizaremos intervenções a fim de elaborar nossas hipóteses.

Conduziremos o leitor a nos acompanhar na discussão aprofundada de algumas questões bastante internas à psicanálise, o que será necessário para evitarmos o afã de discuti-las sem preservarmos devidamente o pensamento original de Freud. Diferentemente do que é feito com frequência na literatura, que pouco contém deste pensamento, mas muito empresta do estilo popularizado pelos psicanalistas, nossa investigação exige sua preservação a fim de realizarmos as análises propostas. A primeira dessas questões diz respeito à “etiologia das neuroses”, uma vez que tanto Freud como Reich desenvolveram suas ideias básicas num esforço para dar conta deste problema. Outras questões dizem respeito à técnica terapêutica, à relação entre estrutura psíquica e estrutura social, e ao papel político da psicanálise.

Ainda uma observação preliminar: *A função do orgasmo* é o título conhecido no Brasil para uma obra de Reich publicada em 1942, quando este já se encontrava estabelecido nos EUA⁷. Nesta obra, Reich reconstrói, em estilo comentado, a evolução do seu trabalho desde a psicanálise até a vegetoterapia de caráter, no estado da arte em que esta se encontrava no início da década de 1940. Devemos tirar proveito dessas passagens biográficas e apreciações retrospectivas de um Reich já completamente desligado de Freud e da psicanálise, bastante esclarecedoras sobre o encadeamento de alguns fatos e decisões. Todavia, muito mais relevante, do ponto de vista da construção argumentativa das suas teses e críticas, será para nós a obra original de 1927, *Die funktion des orgasmus*, traduzida para o português sob o título *Psicopatologia e sociologia da vida sexual*. Muitos autores importantes ignoram as verdadeiras diferenças entre essas duas obras. Utilizaremos ambas as obras, fazendo referência às traduções disponíveis para o português.

⁷ Tradução de *The Discovery of the Orgone - I. The Function of the Orgasm*, e que traz como subtítulo: “problemas econômico-sexuais da energia biológica”. Nova Iorque, Orgon Institute Press, 1942.

CAPÍTULO 01:

DA TEORIA DA LIBIDO À TEORIA DO ORGASMO

Introdução

(1) Delimitaremos o ponto de partida de Reich na teoria da libido do jovem Freud, cuja reinterpretação, nos termos de uma exigência científico-naturalista, está relacionada à descoberta de um substrato fisiológico para a neurose. (2) O estabelecimento da Teoria do orgasmo, então, se dará através da crítica de Reich à distinção freudiana entre neuroses atuais e psiconeuroses, tendo como base a revelação deste substrato fisiológico comum às enfermidades neuróticas: a estase de excitação sexual. Em seguida, discutiremos o que ocorreu com o elemento histórico nessa crítica de Reich, realizando uma rápida análise comparativa com a problematização construída por Freud para a neurose. (3) Algumas considerações epistemológicas deverão nos auxiliar na determinação do papel do naturalismo reichiano. (4) Por fim, com a revisão reichiana da economia sexual da angústia neurótica, apresentaremos algumas das implicações teóricas mais imediatas da Teoria do orgasmo, bem como as implicações que nos levarão até a técnica terapêutica em Reich, onde encontraremos novas oportunidades para ampliarmos nossas análises anteriores.

1. Retomada da teoria freudiana da libido

A primeira impressão deixada em Reich pela psicanálise foi acerca da ruptura de Freud com a associação entre sexualidade e procriação. Nos círculos vienenses, Reich teria sido o primeiro a se despertar para o que havia de profundamente radical na distinção freudiana entre “sexual” e “genital” (PALMIER, 2013, p. 22). Em seu livro *A*

função do orgasmo, Reich localiza em Freud um ponto de inflexão, distinguindo na sua teoria da libido uma “teoria coerente e científico-natural”, em ruptura com uma longa tradição metafísica e moralizante na história da biologia.

Devemos delimitar nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* este Freud que Reich tem em conta, como aquele que ainda presumia a existência de “substâncias químicas” como causa da excitação sexual, que ainda se referia à libido como “libido dos órgãos”. Um Freud que, ao definir o instinto como uma exigência de trabalho feita à vida anímica, distinta pelas suas fontes somáticas e seus alvos, trabalha com a hipótese de que os órgãos do corpo fornecem tipos de excitação “baseados em diferenças de natureza química” (FREUD, 2002, p. 46). Trata-se da “insistência de Freud nas bases químicas da sexualidade”, conforme o editor inglês dos *Três ensaios*, que remonta ao início da década de 1890, em que suas primeiras abordagens da sexualidade partiam de pontos de vista da fisiologia e da química (“Nota do editor inglês”, in: FREUD, 1989).

Nessa obra, Freud esclarecia que sua noção de libido “como uma força quantitativamente variável”, havia sido concebida em estrita relação com “hipóteses sobre a base química da excitação sexual”. Com ela, Freud havia chegado à representação de um quantum de energia “cuja produção, aumento ou diminuição, distribuição e deslocamento devem fornecer-nos possibilidades de explicar os fenômenos psicosexuais observados” (FREUD, 2002, p. 94). Uma teoria da libido, afirma Freud nesse momento, deveria assumir como tarefa “expressar todos os fenômenos observados e os processos deduzidos em termos da economia libidinal” (FREUD, 2002, p. 95).

Para o seu biógrafo oficial, Myron Sharaf, Reich teria então sido despertado pela esperança de Freud de que “um dia o conceito de libido fosse mais do que uma metáfora ou uma analogia, que ele fosse fundamentado numa matriz bioquímica” (SHARAF, 1994, p. 57). Paul Robinson chega até mesmo a “caracterizar todo o desenvolvimento intelectual de Reich como uma elaboração do conceito freudiano de libido, no processo do qual a ‘metáfora’ original se consolidou numa matéria muito concreta: a Energia Cósmica do Orgone” (ROBINSON, 1971, p. 14).

Além dessa premissa de que o organismo psíquico é uma miscelânea de necessidades primitivas que têm origem em condições somáticas de excitação (REICH, 1995, p. 166), Reich interessou-se particularmente pelo energetismo de Freud, como uma abordagem da libido em termos de uma “energia do instinto sexual”, passível de ser calculada quanto às suas quantidades e assim explicando o funcionamento psíquico.

Como se sabe, Freud concluirá, já na década de 1890, por uma etiologia sexual das enfermidades neuróticas, que ele explica sempre do ponto de vista de uma *economia libidinal*: ele diferencia os sintomas histéricos, cuja perturbação econômica seria relativa a um desvio de excitação proveniente da vida sexual passada, dos sintomas de angústia, que seriam motivados por um distúrbio na economia da vida sexual atual. Alguns anos depois na mesma década, Freud também demonstrará a etiologia das fobias e obsessões como distúrbios na economia libidinal.

A “libido” de Freud, concluí, não é o mesmo que a “libido” dos pré-freudianos. A última denota os desejos sexuais conscientes. A “libido” de Freud não é, e não pode ser, senão a energia do instinto sexual. É possível que algum dia possamos chegar a medi-la [...] O pensamento coerente e científico-natural de Freud, em termos de energia, cativara-me. Era objetivo e lúcido (REICH, 1990, p. 35).

Segundo David Boadella (1985), tratava-se do Freud que desenvolveu uma teoria da libido a partir das respostas dadas aos problemas apresentados pelas pacientes histéricas. Nessa época, em colaboração com Josef Breuer, Freud relacionava a doença física e a energia emocional, postulando, como princípio teórico, que a descarga de energia, associada à recordação esquecida, produziria o efeito terapêutico. Era assim um Freud que, ao referir-se à libido, revelava um interesse no conceito de energia física; e cuja formação médica e interesse pelas ideias de Johannes Mueller, Ernest Brücke e Hermann von Helmholtz (que aplicavam o princípio de conservação de energia à fisiologia), moviam-no na direção de uma fundamentação de sua compreensão do funcionamento psíquico em termos fisiológicos. O trabalho mais significativo de Freud desse período e deste interesse, como sabemos, é o *Projeto para uma psicologia científica*, escrito em 1895, porém não publicado por Freud. Nessa obra, Freud descrevia o Aparelho Psíquico e seu funcionamento em relação com processos fisiológicos e neurológicos que acompanhavam e provocavam a sua atividade. “Esta experiência, afirma Boadella, sem dúvida, influenciou o uso de Freud do termo ‘quantidade de excitação’ para descrever a energia aparente das emoções e sintomas dos pacientes” (BOADELLA, 1985, p. 18).

Assim, temos delimitada a teoria freudiana da libido à qual Reich narra sua filiação, desenvolvida desde 1890, e que recebe seu maior acabamento com os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, em 1905; obra em que se encontra, segundo Elizabeth Roudinesco, a “verdadeira matriz da teoria da libido” (ROUDINESCO, 1998, p. 772). Valorizando essa abordagem da libido, Reich afirma que o conceito freudiano

de *Trieb* “constituía um dos fundamentos do pensamento científico-natural, sobre o qual se poderia trabalhar com confiança” (REICH, 1990, p. 35). Levar adiante a descoberta freudiana significava, para Reich, “essencialmente, descobrir as bases fisiológicas da teoria da libido, através da experimentação” (REICH, 1990, p. 40). Esse trabalho não será outra coisa que uma investigação do instinto, segundo o modelo da ciência experimental, e que representa para Reich “a continuação legítima da teoria da vida psíquica inconsciente” (REICH, 1990, p. 40).

Nessa narrativa reichiana de sua filiação a Freud, devemos ter em mente esta ideia de uma psicanálise de base biológica. “Teoria da libido”, segundo Reich, diz respeito a essa concepção energética, somática e quantitativa, cujo princípio de funcionamento seria uma descoberta mais importante que a própria teoria do inconsciente (cf. BARRETO, 2000, p. 29), e que ele desenvolverá na contramão de seu progressivo abandono pelo próprio Freud. Sharaf, que teve oportunidade de trabalhar com Reich por muitos anos, relata que em conversas pessoais Reich gostava de comparar sua obra com a de Freud nos seguintes termos: “Breuer primeiro esteve de posse do princípio de energia e largou dele. Então Freud o teve e depois largou dele. Agora eu o tenho, e até o momento ainda não o larguei” (SHARAF, 1994, p. 117).

Sendo assim, fazemos bem em ler neste elogio não uma simples filiação de Reich, mas, antes, a forte presença de uma *exigência científico-naturalista*, diante da qual até mesmo a teoria freudiana da libido, que de resto Reich tinha em altíssima conta, merecerá uma “interpretação corrigida” (DAHMER, 1978, p. 26). Sua exigência, mensurando o desvio de Freud em relação a sua própria descoberta, irá retomá-la a partir da radicalização da hipótese freudiana de uma economia da libido (cf. ROBINSON, 1971, p. 17). Na prática, essa exigência significava fundamentar a teoria da libido em termos fisiológicos *puros*, isto é, purificada de qualquer “psicologização”, o que em Reich significa toda forma de explicação psicológica que desconsidere, equivocadamente, um embasamento possível pelos meios que as ciências naturais tornam disponíveis.

Essa abordagem da teoria da libido levará Reich à descoberta de um substrato fisiológico da repressão sexual, ligado ao funcionamento da sexualidade genital e como etiologia última para as enfermidades neuróticas. Entramos, assim, no âmbito da Teoria do orgasmo propriamente dita, que alguns intérpretes chegam a qualificar como a “concretização” da teoria inicial da libido (cf. BOADELLA, 1985, p. 64).

Se, em seus primeiros escritos, Reich demonstrou um posicionamento psicanalítico mais ortodoxo (quanto ao papel da repressão para o estabelecimento da sublimação e da cultura), tal ponto de vista sobre essas questões se modificaria, aos poucos, completamente. O posicionamento de Reich sofrerá uma modificação com a descoberta teórico-clínica da potência orgástica, noção apresentada em uma conferência no Congresso Psicanalítico de Salzburgo, em 1924. Este seria o primeiro estudo daquilo que virá a ser, em 1927, *Die funktion des orgasmus*, que resultou num primeiro questionamento da repressão sexual. Tratou-se então de uma crítica teórica da distinção freudiana entre neuroses atuais e psiconeuroses, baseada numa discussão sobre a importante distinção entre sexualidade genital e não genital, e também sobre o mecanismo psíquico da sublimação e suas possíveis fontes energéticas. Vamos agora apresentar o estabelecimento da Teoria do orgasmo através dessas críticas, e como ela apresentava respostas a alguns problemas importantes insuficientemente respondidos pela teoria freudiana da libido.

2. O estabelecimento da Teoria do orgasmo

Em um texto de 1898, *A sexualidade na etiologia das neuroses*, Freud realiza uma distinção que considera crucial para definir os limites do método psicanalítico e seu objeto. Algumas afecções não seriam psicanalisáveis, e para designá-las Freud utiliza pela primeira vez o termo neuroses atuais (*Aktualneurosen*). Elas possuem uma “etiologia contemporânea”, ligada a uma afecção do sistema nervoso ou a hábitos prejudiciais que desviam o emprego adequado da libido. Nestes casos, o indivíduo desenvolve um sintoma neurótico em decorrência, por exemplo, do uso de substância ilícita; ou devido a hábitos inadequados como masturbação excessiva, abstinência sexual ou coito interrompido. Ainda que tenham como causa fatores que interferem no emprego da libido – portanto uma etiologia sexual –, Freud não as considera psicanalisáveis, chamando-as neuroses atuais uma vez que, em suspendendo-se a ação desses fatores, desaparecem também os sintomas, que lhe são contemporâneos (cf. FREUD, 1987 [a]).

Já a psiconeurose – desde a reviravolta na teoria freudiana da sexualidade, em 1897, motivada pela descoberta da sexualidade infantil e o consequente abandono da teoria da sedução – estaria ligada a um conflito psíquico inconsciente, a ser rastreado

desde suas origens mais remotas na infância. Nela, constata-se a ação de mecanismos de defesa contra a angústia, como uma formação de compromisso entre instâncias que competem em torno da realização de desejos. Nas palavras de Roudinesco (1998, pp. 535-6), o sintoma psiconeurótico manifesta de maneira simbolizada um conflito psíquico recalcado de origem infantil.

A pertinência desta distinção não seria meramente clínica, tocando ainda o âmbito social da neurose. Em *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*, Freud critica as autoridades médicas que discutem as neuroses a partir das condições da vida civilizada moderna, raciocínio que valeria apenas para o modelo das neuroses atuais que, no entanto, constituem a menor parte das neuroses modernas, segundo Freud. Além do mais, essas autoridades não distinguiriam sua etiologia peculiarmente sexual (pois acusam fatores como poluição, agitações urbanas, etc.). As neuroses da civilização, afirma então aquele que seria o mais famoso médico vienense, são em sua maioria psiconeuroses, e o modo como os psiquiatras discutem a questão, nivelando-as às condições sociais e materiais da atualidade, incorre no prejuízo de promover tentativas higienistas de solução, que passam ao largo da forma adequada de se abordá-las.

Assim, a pertinência desta distinção está em que, nos casos de psiconeurose, não há que se analisar o sintoma a partir de fatores contemporâneos, mas sim, conforme Freud, a partir dos “mais profundos rastros em nossa vida anímica”, deixados por esses conflitos e vivências que “se tornaram determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior” (FREUD, 2002, p. 53). A psiconeurose, portanto, requer uma *investigação histórica da sua constituição*, desde suas origens infantis remotas, modo unicamente pelo qual a psicanálise pode ser realizada.

Encerrando um debate de vários dias a respeito da masturbação, que ocorreu na Sociedade Psicanalítica de Viena no verão de 1912, Freud reitera uma vez mais a sua distinção, feita então há mais de quinze anos, nos seguintes termos:

O essencial de minha teoria sobre as neuroses atuais, que formulei no passado e defendo hoje em dia, está na afirmação, apoiada em experimento, de que não podemos decompor analiticamente seus sintomas, como fazemos com os psiconeuróticos. Ou seja, que a obstipação, a dor de cabeça, o cansaço dos assim chamados neurastênicos *não admitem ser referidos histórica ou simbolicamente a vivências efetivas*, não podem ser entendidos como satisfações sexuais substitutivas, como *compromissos entre impulsos* opostos, diferentemente dos sintomas psiconeuróticos (que às vezes parecem de igual natureza). Não acredito que se consiga derrubar essa tese com ajuda da psicanálise (FREUD, 2010 (a), p. 248; *grifo nosso*).

Com esse tipo de distinção, Freud valorizava o psiquismo, na tentativa de romper com uma psiquiatria organicista, tendente a reduzir os fenômenos psicológicos à dimensão somática. Sua atitude, que para alguns teria motivações tanto políticas quanto científicas (BARRETO, 2000, p. 34), tenderia a certo exagero, levando-o a uma “psicologização do biológico”, isto é, ao tratamento, em termos meramente psicológicos, de alguns aspectos da doença que deveriam ser mais propriamente abordados no seu nível biológico e fisiológico. Foi importante retomarmos essa distinção freudiana, uma vez que a Teoria do orgasmo de Reich se estabelecerá através de sua crítica implacável. Uma passagem testamental de Reich nos fornece uma orientação sobre o sentido dessa crítica:

Lembrarei ao leitor que cheguei a Freud através da sexologia. Não admira, portanto, que eu tenha achado a sua teoria das neuroses atuais (*Aktualneurosen*), que chamei neuroses estáticas sexuais, muito mais interessante e científica do que a “interpretação” do “significado” dos sintomas nas psiconeuroses (REICH, 1990, p. 83).

A teoria freudiana das neuroses atuais tem “grande valor heurístico” para Reich, a ser mais bem explorada, segundo ele, como “solução do problema da base orgânica das neuroses” (REICH, 1977, p. 29). É valorizando essa teoria que Reich, interessado nos caminhos fisiológicos da energia sexual, chegará à sua mais importante descoberta clínica, a potência orgástica. Tal descoberta foi precedida de uma série de estudos e artigos publicados em torno da questão da genitalidade, cujo conceito, diferentemente daqueles de potência e orgasmo, era conhecido e bastante consolidado na literatura psicanalítica da época. Nesses artigos, Reich desenvolveu uma concepção elementar, pressuposta em tudo aquilo que ele escreveu no tocante à teoria do orgasmo, segundo a qual *a genitalidade, compreendida como a atividade sexual envolvendo pênis e vagina, devido à própria constituição fisiológica dos órgãos genitais humanos, é a única forma de atividade sexual capaz de dar solução completa para a energia libidinal, através da descarga orgástica.*

Clinicamente, numa conferência de 1923, intitulada *Sobre a genitalidade do ponto de vista da prognose e terapia da psicanálise*, Reich defendia que a questão do primado genital, como um estágio do desenvolvimento psicosexual, segundo a teoria da libido de Freud, fornecia um importante critério terapêutico para que se classificassem os pacientes, por ordem de melhor prognóstico, em 1) aqueles que alcançaram o primado genital, 2) aqueles que o alcançaram porém regrediram a estágios

anteriores, e 3) aqueles que jamais alcançaram o primado genital. Reich defendia ainda uma qualidade específica da constituição fisiológica do aparelho genital⁸, pelo qual ele podia distinguir sua atividade de outras formas não-genitais de sexualidade.

Bem aceito como jovem psicanalista desde o início dos anos 1920, e reconhecido pela qualidade de seu trabalho clínico e seus *papers* sobre técnica, as ideias de Reich começam a tornarem-se impopulares na esteira de suas comunicações sobre a genitalidade (cf. SHARAF, 1994, p. 86). Segundo Robinson, “o próprio entusiasmo com que ele aceitou e elaborou a hipótese de Freud de uma economia libidinal tendia a isolá-lo das principais preocupações da sua geração de psicanalistas” (ROBINSON, 1971, p. 17). Independentemente dessa polêmica, foi aplicando a concepção econômica da libido que Reich chegou à compreensão de um fenômeno de concentração de energia sexual no aparelho genital, como sendo fundamental para que o orgasmo pudesse dar uma solução plena para a libido disponível no organismo. Assim entendemos um dos aspectos da potência orgástica, segundo uma de suas definições mais claras, dada em 1942, como “a capacidade de descarregar *completamente* a excitação sexual” (REICH, 1990, p. 94; *grifo nosso*).

De onde Reich retira essas conclusões, como procede às suas investigações? Se fizermos recurso à sua obra de 1927, entenderemos que foi a partir de “descrições fenomenológicas” e análises clínicas do comportamento sexual (de que, segundo Reich, se pode obter critérios qualitativos e quantitativos bem definidos), que se fez a seguinte observação: pacientes que sofrem de ejaculação precoce, por exemplo, desvio de concentração ou que relatam a presença de fantasmas que acompanham o ato sexual, manifestam menos concentração de energia (excitação) no genital, bem como ausência ou redução de prazer durante o orgasmo. Esses mesmos pacientes, ao serem analisados quanto às suas fantasias perturbadoras, tornam-se capazes de realizar o coito com maior excitação e conseqüentemente com maior satisfação orgástica. Daqui, Reich retira a conclusão de que “*a intensidade do prazer final do orgasmo é diretamente proporcional à quantidade de tensão sexual concentrada na zona genital*, isto é, é tanto maior quanto mais amplo e mais abrupto for o ‘crescendo’ da excitação” (REICH, 1977, p. 47).

O processo de transferência seria revelador desta economia libidinal no ato sexual. Segundo Reich, se um parceiro real está em condições de concentrar em si os interesses libidinais do outro, então ocorre uma “transferência genuína” do objeto

⁸ “O facto de só o aparelho genital ter a possibilidade de proporcionar a satisfação orgástica deve residir na estrutura fisiológica das diferentes zonas erógenas” (REICH, 1977, p. 207).

primário para o objeto real. Nesse caso, a atividade fantasista, como uma busca neurótica pelo objeto primitivo e signo de uma má adaptação à realidade, não absorverá energia no esforço de manter a ilusão e a idealização do objeto real, pois “quanto mais a imaginação tem de funcionar para identificar o objecto real com o objecto primitivo, mais a satisfação perde em intensidade e em valor da economia sexual” (REICH, 1977, p. 55). A partir dessa correlação entre o nível de satisfação orgástica e o nível de concentração de energia na zona genital, entendemos que determinadas perturbações nessa capacidade de concentração podem decorrer na medida em que essa energia estaria sendo dispendida em atividades psíquicas como a imaginação e a produção de fantasmas.

Quando o orgasmo não conta com toda a energia libidinal disponível no organismo, a descarga ocorre de forma parcial. A energia não descarregada será então conceituada por Reich como um fenômeno da estase de excitação sexual, isto é, o acúmulo patológico de energia libidinal no organismo, a alimentar a sintomatologia neurótica. Na conferência já mencionada de 1923, Reich havia avançado a hipótese segundo a qual perturbações da função genital, como dificuldade na descarga da energia libidinal, constituiriam não apenas mais um sintoma neurótico possível, mas sim o sintoma neurótico fundamental, uma vez que explicaria, através da formação da estase, todas as enfermidades neuróticas. Sem precedentes na história da psicanálise, Reich realizava uma distinção entre sexualidade genital e não-genital, cujo significado geral foi estabelecer o primado e a especificidade da sexualidade genital (cf. ALZON, 1972, p. 52).

Reich nos revela que o seu raciocínio, nesta época, tinha sido o seguinte: se a hipótese sobre as perturbações da genitalidade como causa fundamental das neuroses estava certa, “*então não poderia haver um só caso de neurose com genitalidade não perturbada*” (REICH, 1990, p. 92). Mas o que Reich ainda não havia feito até então, nos seus estudos sobre a genitalidade, era definir o que de fato ele entendia por satisfação genital *efetiva* (cf. SHARAF, 1994, p. 90). Esta lacuna, somada às crescentes e ridicularizantes críticas à sua tese da genitalidade, o levou a debruçar-se sobre as maneiras pelas quais os pacientes neuróticos fracassavam em experimentar esta satisfação plena. Como consequência ele se via impulsionado a empreender “uma análise precisa do comportamento genital”, como o caminho para a verificação da sua hipótese sobre a perturbação da genitalidade.

Quanto mais precisamente os meus pacientes descreviam o seu comportamento e as suas experiências no ato sexual, mais firme eu me tornava na minha convicção, clinicamente demonstrada, de que *todos os pacientes, sem exceção, estavam seriamente perturbados na sua função genital* (REICH, 1990, p. 93).

Mantendo a hipótese de que as perturbações do orgasmo, como perturbações da “descontração [descarga] das excitações libidinais” (REICH, 1977, p. 59) são a causa principal de todas as afecções neuróticas, Reich desenvolvia aquele argumento que vimos acima, a respeito da correlação entre o nível de satisfação orgástica e a capacidade de concentração da libido na zona genital. Tratava-se de uma inibição interna no indivíduo impedindo a plena excitação genital, e com isso a descarga desta excitação pelas contrações dos músculos genitais no momento do orgasmo, que encontrava no aparelho psíquico oposições e obstáculos.⁹

Para ilustrar essa situação, Reich nos fornece o exemplo de um paciente que “tinha relações frequentes e gozava de boa potência erectiva, mas não conseguia interromper as contagens ao longo de todo o acto. Levava muito tempo a ejacular e à custa de muito esforço, sem que, por isso, a sensação de prazer aumentasse” (REICH, 1977, p. 63). Reich está deixando para trás algumas noções que circulavam sem maiores questionamentos no meio psicanalítico, como por exemplo a noção de que, no caso dos homens, a capacidade de ereção e ejaculação seriam indicativos de que fossem sexualmente potentes. Daí que a potência eretiva e a ejaculativa sejam distinguidas da potência orgástica, como não mais do que suas pré-condições: do ponto de vista econômico, as duas primeiras podem levar a um orgasmo sem, no entanto, haver a descarga de toda a energia disponível no organismo, isto é, sem que ocorra um orgasmo potente.

Reich está conhecendo aqui uma das formas de perturbação do orgasmo, que se caracteriza pela redução da excitação e da satisfação, implicado em que a totalidade da libido disponível não seja solucionada, subsistindo estases somáticas e psíquicas da libido. Todavia, para provar que as perturbações do orgasmo e a consequente estase de excitação sexual constituem a causa de *todas* as enfermidades neuróticas, Reich deverá empreender um grande esforço em analisar outras formas de neurose. Assim, é mérito também de sua grande obra inaugural dar a conhecer outra forma de perturbação do

⁹ De fato, a descoberta de que o sistema dos mecanismos de defesa, e os obstáculos ligados à perturbação da satisfação orgástica, estariam enraizados no corpo como *couraçado* (e não apenas psiquicamente), vem apenas posteriormente, nos artigos que preparam e compõem a *Análise do carácter*, publicado em 1933.

orgasmo, consistindo, além dessa diminuição da potência devida ao investimento de libido em atividade psíquica, numa interferência “no curso fisiológico da excitação em si”. Trata-se da neurastenia, cujos sintomas são destacadamente mal-estares físicos, e que Reich define como um fenômeno de “fragmentação do orgasmo”, onde há diminuição do prazer final, porém, paralelamente, manutenção da excitação no nível somático. “A fragmentação do orgasmo encontra-se sobretudo em doentes que se queixam de abatimento neurastênico agudo, excitabilidade, repulsa pelo trabalho, estados de lassidão, vagos mal-estares físicos, tais como dores nas costas, picadas nas pernas, etc.” (REICH, 1977, p. 63).

A sugestão freudiana sobre a etiologia da neurastenia seria a de que esta “pode sempre reduzir-se a um estado do sistema nervoso comparável à situação gerada por um *excesso* de masturbação (...)” (REICH, 1977, p. 64). O fato a ser explorado por Reich é que há casos de neurastenia sem a masturbação, e onanistas desenfreados que não são neurastênicos. O que haveria na prática masturbatória excessiva que, segundo Freud, seria indicativo do mecanismo da neurastenia? Reich concluirá, a partir dos casos de neurastenia que analisou, que aquilo que é o fundamental, para além dos maus hábitos (que, assim como a masturbação excessiva, alteram o sistema nervoso), é que, em nenhum deles falta a estase de energia sexual, que é tão evidente nos casos de onanismo excessivo, mas não exclusiva destes.

Aqui, a análise da relação entre o onanismo e o sentimento de culpabilidade é particularmente propícia para que se aponte a condição somática dessa estase em todos os casos de neurastenia. Os onanistas que conseguem afastar sua escrupulosidade durante a prática masturbatória não prejudicam sua experiência de prazer e obtêm maior sucesso na liquidação da tensão. Estes “estão pelo menos libertos das suas tensões somáticas” (REICH, 1977, p. 71), vendo desaparecer seus sintomas neurastênicos por algum momento após a prática. Já aqueles que veem surgir a culpabilidade durante o ato masturbatório, como um entrave psíquico, têm perturbado o curso fisiológico da excitação, malogrando a experiência de prazer. Permanecem aí “restos de excitação somática” não liquidada, que se traduzem em sintomas neurastênicos com maior intensidade.

O que é autêntico na neurastenia não é, portanto, a prática masturbatória, mas sim o aspecto fisiológico deste acúmulo de excitação continuamente produzida, à qual podem ou não vir somar-se perturbações de ordem psíquica. “*Assim, portanto, a neurastenia aguda tem uma etiologia directamente somática e uma etiologia*

indirectamente psíquica. Esta [sic.] ocorre logo de início, e não se encontra ausente em caso nenhum” (REICH, 1977, p. 72). Esta conclusão está de acordo com aquela concepção freudiana sobre a etiologia da neurastenia como uma neurose atual onde ocorre uma perturbação do sistema nervoso a partir de fatores contemporâneos. Muito mais importante do que isso, a explicação reichiana logrou ainda complementar a etiologia freudiana, ao demonstrar como tal perturbação do sistema nervoso (“mau emprego da libido”, conforme aos termos de Freud) estaria diretamente associada à formação de uma estase de excitação sexual, cuja analogia com a prática masturbatória desenfreada está apenas no aspecto fisiológico “puro” dessa estase, isto é, a produção e manutenção de alto nível somático de excitação como característica nuclear da enfermidade. Nessa época, Reich acreditava laborar em nome da psicanálise, e que suas ideias não seriam outra coisa que um desenvolvimento lógico das ideias do mestre. Daí que afirmasse, em torno dessas observações, como “podemos constatar que confirmam e infirmam a concepção freudiana da neurastenia” (REICH, 1977, p. 66).

Na busca para esclarecer a etiologia das neuroses, Reich investiga fundamentalmente as perturbações ligadas ao funcionamento da genitalidade, como perturbação do orgasmo. “Eu estava procurando pela *fonte de energia da neurose*: pelo seu cerne somático. Esse cerne não poderia ser outro senão a energia sexual reprimida, mas eu não podia explicar a origem dessa estase se a potência não estivesse enfraquecida” (REICH, 1990, p. 91). Segundo Reich, o conceito que ele formulava reveste-se de uma significação econômica, baseado na ideia de que “o neurótico sofre de uma falta de satisfação e que, conseqüentemente, tem que procurar o núcleo da neurose na estase somática e psíquica da libido” (REICH, 1977, p. 58). Assim, no conjunto das enfermidades neuróticas, Reich vai demonstrando, para cada tipo específico, como ele tem por fundamento uma estase de excitação sexual presente, sendo a diferença de características e da sintomatologia de cada neurose devida apenas às diferenças das perturbações e do modo como atuam sobre o orgasmo. Em algumas, o sistema psíquico coloca-se contra a descarga excitatória, dispondo para si da energia, e com isso reduzindo ou até impedindo o prazer orgástico (neurose obsessiva com sintoma de ruminação, por ex.); noutras, a estase pode não assumir uma dimensão tão expressiva psiquicamente, mas ter como causa formas de perturbação do orgasmo que

consistem numa prática que mantém a excitação fisiológica exacerbada (neurastenia com vício masturbatório, por ex.).¹⁰

O resultado é sempre um acúmulo de excitação para além do que o orgasmo alcança satisfazer, isto é, uma excitação não resolvida, a estase, como fator que explica o surgimento de qualquer neurose e como ela se mantém. Daí que a potência orgástica seja definida, em 1927, como “a capacidade, no ser humano, de atingir uma satisfação de acordo com a estase libidinal do momento” (REICH, 1977, p. 41); e a impotência orgástica, mais adiante, como “a *inaptidão interna do indivíduo para atingir de forma duradoura uma satisfação correspondente às reivindicações sexuais e à estase libidinal do momento*, mesmo quando se encontra nas condições externas mais favoráveis” (REICH, 1977, p. 59).

Até aqui, vimos como Reich verificou, para todas as formas de neurose, tipos de perturbação do orgasmo que, por impedirem a descarga completa da libido, vão formando uma estase, como causa principal da neurose. Ao argumentar pelas perturbações do orgasmo como perturbações da descarga libidinal, e a resultante formação da estase, como etiologia última de toda e qualquer enfermidade neurótica, segundo o modelo freudiano para as neuroses atuais, Reich está realizando uma crítica daquela distinção, feita por Freud, entre neuroses atuais e psiconeuroses. Se, conforme a concepção freudiana, a angústia e os sintomas da neurose atual proliferam de um emprego inadequado da libido no organismo, em seu âmbito fisiológico, pergunta-se Reich então qual seria a fonte da energia dos sintomas e formações psíquicas no caso das psiconeuroses: “poderia haver dúvidas de que era do mesmo ‘cerne neurótico atual’ da excitação sexual reprimida? Em outras palavras, essa deve ser também a fonte de energia das psiconeuroses” (REICH, 1990, p. 85).

¹⁰ Numa passagem de *A função do orgasmo*, Reich descreve exatamente como a forma de uma neurose corresponde ao tipo de perturbação que está incidindo na genitalidade: na histeria feminina (anestesia e angústia genital), na histeria masculina (incapacidade eretiva e ejaculação precoce), na neurose compulsiva (abstinência ascética). A descrição mais brilhante refere-se a um grupo de afecções neuróticas que “se compõe de homens que, por medo à mulher e para afastar fantasias homossexuais inconscientes, são eretivamente superpotentes. Precisam demonstrar constantemente a si mesmos que são potentes, usando do pênis como de um objeto penetrante, acompanhado de fantasias sádicas. São homens fálico-narcisistas, sempre presentes entre os oficiais do tipo prussiano, os conquistadores baratos e os tipos compulsivamente autoconfiantes. Todos eles têm sérias perturbações orgásticas. O ato sexual é apenas uma evacuação, seguida de uma reação de desgosto. Esses homens não amam a mulher — servem-se dela. Entre as mulheres, o seu comportamento sexual cria profunda aversão ao ato sexual” (REICH, 1990, pp. 145-6).

Reich apresenta dois argumentos para criticar qualquer distinção etiológica essencial entre as neuroses. Esses argumentos tornariam patente uma dificuldade implicada pela distinção freudiana, uma vez que, na prática, os dois tipos se sobrepunham e confundiam-se completamente. Diante dessa dificuldade, a crítica de Reich conteria os méritos de uma solução. Em primeiro lugar, Reich argumenta que mesmo os casos de neuroses atuais não constituem uma disfunção fisiológica pura, pois apresentam também uma superestrutura psíquica, que inclusive tem influência mantenedora sobre a disfunção. Em segundo lugar, argumenta que as psiconeuroses e seus sintomas alimentam-se também de uma energia inadequadamente empregada, e que esta energia não pode ser procurada noutro lugar senão na própria fisiologia do organismo. Trata-se do argumento da fonte energética única para todo tipo de neurose e seus sintomas, a qual Reich advogará, segundo as exigências de sua abordagem científico-naturalista, uma base fisiológica.

Foi assim que um jovem paciente, enviado para tratamento com Reich, viu amenizados os seus sintomas compulsivos após experimentar satisfação sexual, e os viu reaparecer e permanecer nos momentos em que não pôde satisfazer sua excitação. Tornava-se claro então, conta-nos Reich, que a intensidade das ideias e formações psíquicas daquele quadro psiconeurótico (os sintomas “compulsivos”) estava em correspondência direta com quantidades de energia somática a que estavam associadas¹¹. Então Reich concluirá que a neurose em geral “é uma perturbação *física* provocada pela excitação sexual inadequadamente resolvida, i. e., insatisfeita” (REICH, 1990, p. 87). Esta energia se acumula no organismo de forma patológica, o que Reich conceitua como “estase de excitação sexual”. Uma vez que este acúmulo se produz, pode ser então que intensifique e reative outros complexos de ideias. No caso desses complexos estarem ligados a experiências infantis, o resultado será que, ao receberem um excesso de energia proveniente de uma inibição atual, esses complexos entram em conflito com a organização psíquica adulta e exigem ser controlados com a ajuda da repressão. O que aí se observa, segundo Reich, é que “essa estase, por sua vez, ativou os desejos incestuosos e as angústias sexuais infantis” (REICH, 1990, p. 88).

A obra de 1927 traz maior detalhamento desses argumentos. Nela, compreendemos que uma perturbação do equilíbrio libidinal energiza registros psíquicos relativos a conflitos e vivências, isto é, a energia não satisfeita investe esses

¹¹ “Foi-se tornando claro gradualmente que a intensidade de uma ideia psíquica depende da excitação somática momentânea à qual é associada” (REICH, 1990, p. 87).

complexos que continuam sempre disponíveis para o sujeito. Dessa forma, esta energia desviada dos seus fins “ganha o seu potencial patológico em razão desta activação dos intensos fantasmas antigos” (REICH, 1977, p. 119). A estase somática da libido acentua conflitos psíquicos e constitui-se na “verdadeira fonte energética dos sintomas” (REICH, 1977, p. 119). Reich podia então afirmar que *todas as neuroses atuais adquirem, por reativação de conflitos psíquicos disponíveis, uma superestrutura psiconeurótica, tanto mais forte quanto mais durar, cuja fonte verdadeira é a estase somática da libido* (cf. REICH, 1977, p. 119).

Reich propõe que não se faça uma distinção entre, por um lado, um grupo de neuroses com uma causa atual e, por outro, neuroses com uma causa histórica; e sim, que se distinga, em toda neurose, uma etiologia histórica e uma etiologia atual, superpondo-se. Assim, a estase libidinal forneceria a energia para a produção da neurose, criando uma superestrutura psiconeurótica pelo investimento e reativação de conteúdos e fantasmas passados, segundo o caminho histórico do material edípico. “A componente psiconeurótica da neurose corresponde à etiologia *histórica* (complexo de Édipo), a componente actual corresponde à etiologia *actual* (estase libidinal)” (REICH, 1977, pp. 119-20). Com esse investimento de energia estática (uma energia desviada de seus fins e acumulada), a reativação dos conteúdos históricos atualiza o complexo de Édipo; fixando, por assim dizer, a estase libidinal num circuito psiconeurótico:

A estase libidinal transforma o complexo de Édipo, facto histórico, em facto actual; o complexo de Édipo, por sua vez, através da inibição da função genital, torna crônica a estase libidinal aguda. Assim se fecha o círculo das duas etiologias no seu circuito contínuo: fantasma – perturbação da função genital – estase libidinal – angústia – fantasma – perturbação da função genital, etc.... (REICH, 1977, p. 120).

Devemos atentar para o que está acontecendo na argumentação de Reich: ele está apresentando a base fisiológica da enfermidade neurótica, mostrando como, a partir do acúmulo patológico de excitação sexual no organismo físico, que ele chama estase e que seria motivado por uma dificuldade de sua descarga na vida sexual atual do indivíduo – uma causa atual, portanto! –, se desenvolve um quadro com todas as características que Freud havia reservado exclusivamente para as psiconeuroses: conflito psíquico de ordem sexual, recalcado e envolvendo experiências da infância¹². A

¹² Interessante observar como essa hipótese de Reich daria a palavra final na querela entre Freud e Jung, bastante em voga nessa época, acerca de saber se são as experiências infantis que agem fornecendo o modelo para os conflitos adultos (Freud), ou se são conflitos da vida adulta que motivam uma atividade

regressão à infância não constitui um fator diferencial de um tipo de neurose (como pensava Freud), sendo apenas um sintoma que possui também uma causa atual, a saber, a estase e as perturbações do orgasmo.

Assim, a distinção freudiana entre neuroses atuais e psiconeuroses perderia sua razão de ser na esteira de uma aplicação sistemática do fator econômico, descoberto e defendido pelo próprio Freud, na investigação das neuroses e de uma fundamentação da teoria da libido em termos fisiológicos, tal como Reich retomara a teoria freudiana da libido. “Haveria ainda necessidade de distinguir as duas? Não se trataria apenas de uma questão quantitativa?” (REICH, 1990, p. 85). Com esta questão, Reich sugere a necessidade de continuar aplicando rigorosamente o fator econômico na investigação, de forma a nivelarem-se as neuroses aos seus fatores contemporâneos, cujo sentido devemos reter como sendo o seguinte: se não há necessidade de distinguir as neuroses como atuais ou históricas, é porque existe uma “base fisiológica comum a todas as enfermidades neuróticas”. O fato de essa estrutura atual vincular-se a vivências infantis deixa de constituir um tipo específico de neurose. Ainda que, conforme veremos adiante, a etiologia histórica de uma neurose possa vir a ser útil na psicoterapia, como um fator que permite sistematizar uma técnica de análise do caráter, ela jamais constitui um elemento decisivo para uma enfermidade, e sim, apenas um agregado superestrutural, secundário em relação à sua verdadeira etiologia atual.

Observemos alguns aspectos desta recuperação da teoria freudiana das *Aktualneurosen* feita por Reich. Ela se apoia em reiteraões do próprio Freud, como quando ele escreve, na ocasião já mencionada do verão de 1912:

Minha concepção é ainda aquela a que cheguei mais de quinze anos atrás: de que as duas neuroses atuais — neurastenia e neurose de angústia (talvez a hipocondria propriamente dita deva ser considerada a terceira neurose atual) — demonstram complacência somática pelas psiconeuroses, fornecem o material excitatório que é então selecionado e travestido psiquicamente, de modo que, falando em termos gerais, o núcleo do sintoma psiconeurótico — o grão de areia no centro da pérola — é constituído por uma manifestação sexual somática (FREUD, 2010 (a), pp. 246-7).

fantasista neurótica sobre cenas infantis (Jung). (Cf. sobre esse debate o caso do *Homem dos lobos*, capítulo V). Segundo o entendimento de Reich, tornar-se-ia desimportante discutir se a cena primária está sendo reativada ou fantasiada, isto é, se ela é um acontecimento real do passado ou uma criação adulta neurótica. O interesse estaria apenas em tratar a causa desse investimento libidinal, a saber, a impotência orgástica (que gera o acúmulo patológico da energia), liberando o indivíduo deste suposto acontecimento remoto.

Com a noção de “complacência”, Freud estava afirmando que as neuroses atuais frequentemente entrelaçavam-se com uma superestrutura psiconeurótica, e que, nestes casos, os seus sintomas deveriam sempre ser referidos a este núcleo somático. Quando Reich dá o passo seguinte de afirmar uma perturbação física e atual como núcleo de *todas* as enfermidades neuróticas, ele pretendia que essas reiteraões de Freud validassem a direção que ele imprimia para a pesquisa psicanalítica da neurose através da sua teoria do orgasmo. Com a teoria das neuroses atuais, afirma Reich, “Freud nos indicou uma solução do problema da base orgânica das neuroses”, da qual “podemos tirar partido, teórica e praticamente, da sua descoberta por demais e por muito tempo menosprezada” (REICH, 1977, p. 29). Assim, o sentido da recuperação reichiana dessa teoria das *Aktualneurosen* é o de construir a verificação para a hipótese de uma base fisiológica – a estase de excitação sexual – como aquilo que ele afirmará ter sido sua descoberta do “fator sempre-presente simultâneo da enfermidade” (REICH, 1990, p. 103).

Reich sempre buscava associar suas ideias e descobertas a aspectos da teoria freudiana, ou mesmo afirmá-las como fruto do aprofundamento destes. No entanto, as teses do livro dedicado a Freud em 1927 produzem um grande deslocamento em relação à psicanálise: diante da premissa da estase como fator sempre-presente, a pesquisa do conteúdo e significado da neurose, que a psicanálise freudiana desdobrava na sua constituição histórica, torna-se secundária ou mesmo dispensável diante da pesquisa da sua fonte atual de energia. Na medida em que a teoria das neuroses atuais é estendida para as psiconeuroses, o complexo de Édipo, pedra angular do trabalho em psicanálise com essas últimas, cede lugar ao problema da estase, pois “*depende do grau de descarga da energia sexual que o conflito de Édipo se torne ou não patológico*” (REICH, 1990, p. 103). Completamente absorvida no fato atual da neurose estática, a história deixa de ter uma função de problematização da constituição do indivíduo, do seu tornar-se sujeito, como ocorria na psicanálise freudiana das psiconeuroses. Por outro lado, o ponto central da problematização reichiana passa a ser aquilo que atualizou toda essa estrutura, a estase que, uma vez solucionada, devolverá toda a cronologia histórica para o passado insignificante.

Uma questão então se coloca: Como podemos compreender que essa desclassificação do papel da história, somada ao rigor científico-naturalista de uma tentativa de fundamentação fisiológica da neurose, esteja em harmonia com a declarada

crítica de supostas involuções naturalizantes por parte de Freud, e isso a partir de uma proposta de “historicização dos conceitos freudianos”? (Cf. nossa *Introdução*, I). De algum modo, a figura de uma estase que deve ser dissolvida para dar vazão ao fluxo da energia sexual sugere a existência de um “núcleo duro” de natureza que, ele mesmo, é indissolúvel pela crítica histórica.

O psicoterapeuta britânico Charles Rycroft, em seu livro *As ideias de Reich* – que, segundo Sharaf (1994, p. 523), tem por aspecto mais valioso a “pesquisa lúcida do trabalho terapêutico de Reich” –, fornece algumas ideias para discutirmos essa crítica reichiana. Ele reconstruirá a distinção freudiana apontando para a dificuldade que ela implicava, e a partir da qual a crítica reichiana apresentaria uma solução. Segundo o autor, o motivo principal da distinção freudiana era mostrar que

As neuroses podiam ser divididas em dois grupos, neuroses atuais e psiconeuroses, com as primeiras sendo o resultado fisiológico direto de perturbações atuais (*Aktuel*), da função sexual, e as segundas sendo complicadas consequências psicológicas de experiências passadas. As neuroses atuais, sendo de origem fisiológica, eram incapazes de interpretação psicológica e, portanto, não a requeriam; eram curadas automaticamente se o paciente abandonasse hábitos sexuais pouco saudáveis, como a masturbação excessiva, o coito interrompido ou a abstinência sexual. Por outro lado, as psiconeuroses, sendo formações psicológicas complexas, só poderiam ser explicadas e curadas por meio da investigação e interpretação psicanalíticas do complexo de Édipo e das fantasias sexuais infantis do paciente, bem como pela recuperação de suas experiências reprimidas e traumáticas (RYCROFT, 1971, pp. 30-1).

No entanto, vimos Reich argumentar que essa distinção teórica implicaria uma dificuldade intransponível na prática, uma vez que esses quadros se sobrepunham, confundindo-se completamente. Para Rycroft, se um analista procurasse explicar uma neurose atual de um paciente, “tornava-se necessário, em muitos casos, postular a presença simultânea de uma psiconeurose que o impedia de organizar, para si próprio, uma vida sexual satisfatória” (RYCROFT, 1971, p. 31). Assim, uma neurose surgia em decorrência de uma perturbação na descarga de energia sexual, que alimenta uma superestrutura psiconeurótica e explica também, por sua vez, a inaptidão do neurótico para a satisfação orgástica. Como um círculo vicioso, “as neuroses atuais forneciam a energia para criar e manter as suas psiconeuroses, as quais, então, perpetuavam suas neuroses atuais” (RYCROFT, 1971, pp. 31-2).¹³

¹³ Para Sharaf, podemos pensar aqui – e Reich de fato ponderou assim também – sobre a possibilidade de um *círculo benéfico*: “Uma vida sexual completa sem neuroses atuais poderia levar a absorver a

Diante desta dificuldade, Rycroft afirma que a crítica reichiana apresentaria uma solução ao propor a neurose atual como núcleo de toda enfermidade neurótica. Essa solução tem pelo menos dois méritos, segundo o intérprete. Em primeiro lugar, ela mantém a relação entre psicopatologia e fisiologia, trazendo o corpo, ou os processos somáticos, para explicar a fonte e a manutenção da enfermidade psíquica. Em segundo lugar, sua distinção da função genital, em cuja perturbação residiria a causa da neurose, leva ao original questionamento do senso comum quanto à noção de potência sexual, distinguindo da potência orgástica as potências eretiva e ejaculativa como meras “pré-condições” para a primeira.

Fazem-se necessárias algumas observações sobre este comentário de Rycroft. Em sua reconstrução da distinção freudiana, Rycroft apontou como ideia central o fato de uma delas, a neurose atual, não poder receber uma “interpretação psicológica”. Nós, por outro lado, encontramos (cf. p. 23) que o núcleo desta distinção, feita por Freud entre neuroses atuais e psiconeuroses, residia em mostrar que o objeto da psicanálise, a psiconeurose, era somente aquele que permitisse uma *investigação histórica de sua constituição*. A explicação para que um dos tipos de neurose não fosse psicanalisável, segundo Freud, não era a ausência de uma dimensão psicológica interpretável, mas sim o fato de que a neurose atual não podia ser problematizada em termos de sua história.

Se as neuroses atuais são, como quer Rycroft, “incapazes de interpretação psicológica”, isso por si mesmo tem ainda uma razão, que é o fato do método psicanalítico de interpretação se realizar de modo tal que requer uma *historicização* do seu objeto, sendo, portanto, em última instância, devido à ausência de uma constituição histórica que as neuroses atuais não seriam psicanalisáveis. Se a diferença das psiconeuroses estaria em serem “formações psicológicas complexas”, segundo este intérprete, é preciso acrescentar que essa complexidade, aos olhos de Freud, reside sobretudo na historicidade do quadro psiconeurótico.

Quando Freud narrava a “história de um caso de...”, o termo “história” não se referia a uma simples anamnese, como é o papel que ela cumpre na teoria reichiana e, de forma ainda mais explícita, na técnica de análise do caráter, como ainda veremos. Tratava-se, na realidade, de uma forma de colocar o problema da configuração das relações de forças (os instintos), suas formações de compromisso (sintoma, sonho,

energia de conflitos da tenra infância. A redução nas inibições infantis por sua vez facilitariam ainda mais relações amorosas adultas satisfatórias. De fato, em seu primeiro artigo sobre a genitalidade, Reich defendia que isto estava acontecendo em seus casos de sucesso” (SHARAF, 1994, p. 89).

lapsos), os ganhos envolvidos (gozo, noção de “fuga para a doença”) no tocante a estruturas psíquicas, como o Eu, o supereu, etc., elas mesmas estruturas formadas a partir das relações de forças estabelecidas nessa mesma história, portanto, estruturas nunca fundamentais. Não é a libido, nem o *Ics*, mas sim *a história é a forma maior do problema*, diante da qual se poderia abordar o sentido na vida anímica do sujeito neurótico.

Robinson corrobora nosso argumento de que o elemento central na distinção freudiana é a ênfase na concepção histórica de neurose como sendo decisiva para a configuração da problematização psicanalítica:

Feita essa distinção, Freud passou a dedicar a sua carreira ao estudo das psiconeuroses; as suas concepções psicológicas posteriores e, com a maior evidência, a sua técnica terapêutica foram orientadas para o conceito histórico (em contraste com o contemporâneo) de desordens neuróticas (ROBINSON, 1971, pp. 13-4).

Perder de vista esse núcleo da distinção freudiana não teria sido, precisamente, o motivo pelo qual Rycroft pôde ver tanto a “dificuldade” implicada por ela, como também apenas méritos na solução reichiana? Em relação à suposta dificuldade, o objetivo de Freud seria realizar uma classificação nosológica bem delimitada ou, antes, atentar para o fato de que a psicanálise precisa, para se realizar, de um conteúdo historicizável?

Com estas perguntas não pretendemos comparar duas concepções sobre a neurose quanto à sua consistência teórica ou eficácia terapêutica, mas sim mostrar como a solução de Reich apagaria um elemento decisivo na distinção feita por Freud – a historicização da neurose –, bem como perguntar quais são as implicações que podemos esperar dessa redução da história da neurose à fisiologia do organismo.

Ainda que não possamos dar uma resposta a todas essas perguntas no momento, ao questionarmos a reconstrução de Rycroft o que fizemos foi mudar a perspectiva sobre o significado da crítica de Reich, evidenciando a perda do elemento histórico na problematização psicanalítica da neurose. Assim, parece manter-se erguida, pelo menos enquanto uma suspeita, aquilo que afirmamos acerca da flagrante contradição entre esta implicação e a proposta de historicização no freudo-marxismo de Reich.

3. *Trieb*, libido, instinto e algumas considerações epistemológicas

Libido é o termo latino utilizado em psicanálise para designar os instintos sexuais, em oposição aos instintos não sexuais (instintos do Eu ou instintos de auto conservação, conforme o primeiro dualismo freudiano), ou ainda em oposição aos instintos de morte (conforme o novo dualismo que se configura a partir de *Além do princípio do prazer*).

Já o termo *Trieb*, em psicanálise, nos leva a três problemas que será preciso cuidar:

Primeiramente, ele traz consigo um problema histórico quanto a sua tradução para a língua portuguesa. Como é sabido, o estabelecimento da tradução das obras originais de Freud a partir da tradução inglesa (que utilizou *instinct* para traduzir *Trieb*) consolidou em língua portuguesa uma espécie de uso inadvertido do termo *instinto*. Este uso tornou-se objeto de críticas por subtrair à *Trieb* freudiana o seu valor de conceito-limite, apagando a fundamental diferenciação, pretendida por Freud, entre aquele que definiria o objeto da psicanálise, propriamente dito, e o instinto animal como objeto da biologia. Este último é designado em alemão pelo próprio Freud através de outro vocábulo, *Instinkt*.

Uma solução frequente para corrigir, nas traduções em língua portuguesa, esta falta de diferenciação entre o instinto animal e o instinto como objeto da psicanálise, foi a criação do termo *pulsão*, tomando por base o vocábulo da tradução francesa *pulsion*. Esta solução é fortemente marcada pela influência da obra de Lacan, e que veremos aparecer em algumas traduções e frequentemente nos textos de intérpretes que aqui utilizamos.

Entretanto, em nossa própria redação, nós adotaremos, ainda uma vez, o termo *instinto* para se referir à *Trieb* de Freud. Nesta decisão seguimos o tradutor Paulo Cesar de Souza, que argumenta contra o uso de neologismos sempre que for possível encontrar, na língua portuguesa, palavras que cubram a mesma gama de sentidos presente no texto de Freud (cf. SOUZA, 2010, p. 258).

O segundo problema é relativo às modificações sofridas pelo conceito freudiano de *Trieb* ao longo de sua própria obra. Não será o propósito de nosso estudo realizar uma discussão aprofundada de todas essas modificações, mas apenas daquela que ocorrerá a partir de *Além do princípio do prazer*, com a introdução do conceito de *Todestrieb*, ou o instinto de morte. Tratou-se de uma alteração do modelo da *Trieb*, que

até então teria sido o da sexualidade, e que será discutida em nosso Capítulo VIII junto a uma reinterpretação do recuo de Freud diante de sua primeira *Triebtheorie*.

Finalmente, não podemos deixar de notar a suspeita de que a abordagem reichiana da *Sexualtriebe* possa ter impedido qualquer coincidência de significação entre os mesmos termos, tal quando usado por ele ou quando usado por Freud. Sobre este último ponto, que toca nos aspectos epistemológicos da abordagem cientificista ou naturalista de Reich sobre a Teoria da libido, é o que precisaremos agora discutir, antes de prosseguir em nossas investigações.

De forma lacônica, o próprio Rycroft também observa problemas na interpretação que Reich faz da teoria freudiana da libido. Segundo ele, “Reich acreditava na realidade objetiva do Aparelho Mental de Freud”, mesmo quando este, mais tarde, veio a admitir que tal aparelho seria apenas uma ficção, um sistema metafórico sem relação necessária com os processos fisiológicos e neurológicos mencionados. Curiosamente, esta seria uma característica de Reich que o mesmo intérprete atribui aos “filosoficamente incautos” (cf. RYCROFT, 1971, p. 24).¹⁴ Helmut Dahmer (*et. al.*, 1978) vai ainda mais longe ao criticar o realismo grosseiro por detrás deste ideal de cientificidade pura em Reich, com o qual, segundo ele, o pensamento de Freud não coincidiria. Críticos como Dahmer afirmam que uma tal abordagem levaria Reich a “eliminar o caráter psicológico do conceito freudiano de pulsão”. Enquanto Freud pensava os instintos em termos de representantes, manifestações para um conhecimento indireto, uma mitologia prestando serviço heurístico, na teoria de Reich existe um instinto verdadeiro constatável pelos meios de que dispõem as ciências da natureza.¹⁵

Segundo Paul Robinson, a mutação de ênfase para o modelo teórico de neurose atual é um expediente de Reich a ser compreendido como tentativa de alcançar uma

¹⁴ Essa lacuna na apresentação de Rycroft de um Reich que apresenta soluções científicas, mas ao mesmo tempo filosoficamente incauto, é escusável, pois não devemos ler no livro deste psicoterapeuta uma sistematização do pensamento de Reich, mas apenas um conjunto de *insights* e interpretações sobre aspectos pontuais de sua obra.

¹⁵ “Para Reich, as pulsões são fatos constatáveis pelos meios de que dispõem as ciências da natureza, tendências biológicas palpáveis, energias (virtualmente) quantificáveis. Renúncia a todos os refinamentos de uma epistemologia, realismo ingênuo completando a doutrina reichiana da vida (...) Como o pensamento de Freud não coincide em nada com este ideal de ‘cientificidade pura’, Reich não pode furtar-se a dar uma interpretação corrigida da teoria das pulsões, eliminando o caráter *psicológico* do conceito freudiano de pulsão” (DAHMER, *et. al.*, 1978, pp. 25-6).

abordagem mais quantitativa do funcionamento psíquico.¹⁶ Por um lado, a concepção econômica do funcionamento psíquico (“*leitmotiv* da teoria do orgasmo”, segundo Robinson, 1971, p. 21) e a pretensão de uma abordagem quantitativa são atribuíveis a Freud. No entanto, a radicalização da hipótese freudiana de uma economia libidinal, efetuada por Reich nos seus próprios termos, pode ser questionada quanto à vinculação do problema a um modelo de psicologia positivista:

A medida em que Freud pretendia que essa fórmula metapsicológica fosse levada a sério é ainda uma questão muito debatida. Não podemos afirmar, simplesmente, com uma total certeza, até que ponto Freud estava fortemente vinculado à visão positivista de uma psicologia científica do século XIX, que se ocuparia, fundamentalmente, de quantidades mensuráveis e controláveis, como na hidráulica e na eletricidade (ROBINSON, 1971, p. 14).

O “positivismo” a que Robinson se refere, nesse caso, é uma tentativa de constituição de uma psicologia científica, vislumbrada por um Freud herdeiro da tradição científica da experiência e observação, que inicialmente pensou a vida psíquica a partir de uma base fisiológica. Esse intuito freudiano havia sido traduzido psicanaliticamente na hipótese de uma economia da libido que flui no organismo e no aparelho psíquico. Se, na hipótese econômica de Freud, de fato se constata um flerte com um ideário positivista para a psicologia, a radicalização dessa concepção, por Reich, poderia significar uma adesão total a este ideário. É possível esperar que, colocando-a nos termos rigorosos de uma circulação de libido em todo o organismo, a “elaboração entusiasmada” de Reich traga implicações para a teoria e psicoterapia das neuroses: a neurose passa a ser, teoricamente, uma quantidade de libido não descarregada apropriadamente pelo orgasmo, que se acumula no organismo fisiológico formando sintomas psíquicos e físicos; e a terapia psicanalítica, por sua vez, passa a ser colocada em termos bastante objetivos, tendo por meta a restauração da “capacidade de obter uma plena satisfação orgástica” (REICH, 1990, p. 102). Noutros termos, este expediente torna-se decisivo para uma modificação quanto à forma da problematização da neurose, do ponto de vista teórico como também técnico, em relação ao que foi proposto por Freud.

Segundo Robinson, uma das questões mais salientes da história da constituição intelectual de Freud é “a questão de saber se a psicanálise foi o produto final do positivismo do século XIX ou uma manifestação inicial da revolta contra o positivismo,

¹⁶ “Eu sugiro que a implicação mais significativa foi o fato dessa mutação envolver a opção por uma noção mais quantitativa do que qualitativa do funcionamento psíquico” (ROBINSON, 1971, p. 14).

com que se iniciou o século XX” (ROBINSON, 1971, pp. 3-4). Sobre esta questão epistemológica, a posição de Robinson, junto com os dois intérpretes anteriores, é a de uma não coincidência de Freud com o ideário científico-naturalista do século XIX, em contraste com a radicalização deste naturalismo na abordagem reichiana da teoria da libido. Por sua vez, um grande epistemólogo da psicanálise, Paul-Laurent Assoun, escreverá, doze anos após Robinson, uma *Introdução à epistemologia freudiana* que surpreenderá com a tese categórica segundo a qual a psicanálise, pelos fundamentos epistemológicos mobilizados por Freud, caracteriza-se como uma ciência da natureza.

A tese capital segundo a qual a psicanálise é uma ciência da natureza deve confrontar-se com a conotação que esse termo toma em relação aos desafios do momento de sua constituição. Este saber se constituiria, segundo Assoun (1983), num campo epistêmico em plena revolução, caracterizado pela ascensão das ciências ditas do homem, do espírito, da história ou morais, e que reivindicaria uma reformulação do entendimento epistemológico, culminando na produção de um novo par fundador: o das *Naturwissenschaften* e das *Geisteswissenschaften*. Se a esfera da natureza dispunha de métodos já comprovados no âmbito da ciência clássica (galileana), a esfera do homem ou da história precisava dotar-se de uma metodologia *sui generis* que, desde o princípio, será definida, com Droysen, Dilthey e outros, pelas noções de interpretação, compreensão e valoração, em oposição à noção de explicação, cabível às ciências da natureza. Observa-se o desafio ideológico enfrentado pelas ciências do espírito, e como, no contexto desta querela de métodos, onde se obstina organizar uma região irreduzível à *démarche* naturalista, a emergência da psicanálise se verá confrontada com a questão imediata de definir seu lugar. No entanto, segundo Assoun, a obstinação de Freud em rotular sua psicanálise de *Naturwissenschaft* é na verdade um meio de recusar tal querela: Freud não escolhe a ciência da natureza contra uma ciência do espírito: quer mostrar, praticamente, que a alternativa não existe, na medida em que, em fato de cientificidade, só pode tratar-se de ciência da natureza.

Essa abstenção de Freud anunciaria sua posição em seu meio epistêmico. O que seria evidenciado pelo lugar da interpretação no projeto freudiano que, longe de transferir a psicanálise para o campo das ciências hermenêuticas, não modificaria sua identidade de *Naturwissenschaft*. A *Deutung* freudiana é sempre fundada na *erklären*. “Em momento algum a hermenêutica freudiana toma a acepção antagônica da explicação”, ela é um procedimento intelectual que explica de modo interpretativo ou

interpreta fornecendo a causa, sem perturbar o modelo epistemológico naturalista. Ao se determinar a significação de um sonho, o ato interpretativo nunca se liberta do ato explicativo pelo qual se remonta do efeito (conteúdo manifesto) à causa (conteúdo latente). No caso da interpretação dos lapsos e sintomas, o genial senso clínico de Freud jamais transgride seu imperativo explicativo exigindo que não se pare antes de ter detectado o *nexus* entre o acontecimento e o processo: é isso que sustenta o fato clínico num objetivismo rigoroso.

Freud teria então escolhido, sem problema e sem a menor hesitação, o seu campo neste confronto. Ele é naturalmente levado a fazer essa escolha epistemológica pelo tipo de prática científica que apenas codifica. O ideal científico no qual Freud se inicia, desde a origem, na anatomia e na fisiologia, tende a alinhá-lo com o campo físico-químico, que é seu modelo incontestado (ASSOUN, 1983, pp. 51-2). Desse modo, Assoun afirma que a concepção freudiana do estatuto epistêmico da sua ciência do psiquismo é *reducionista*, no sentido do juramento fisicalista¹⁷, segundo o qual a integralidade dos fenômenos é redutível às forças físicas e químicas; e, portanto, o organismo deve ser exaustivamente investigável em conformidade com o método físico-químico. Nesta perspectiva, qualquer irreducibilidade vale como fracasso da cientificidade, instaurando o dualismo mente-corpo, e regredindo do ponto de vista do estatuto de cientificidade da psicologia. Esta convicção epistemológica de Freud que, segundo Assoun, como um “conservadorismo epistemológico”, perpassa toda a sua obra, implica, na prática, o requisito de se expulsar os germens de irreducibilidade nos fenômenos ditos “inconscientes” (ASSOUN, 1983, p. 55).

O que toda essa análise dos fundamentos epistemológicos mobilizados por Freud tem que ver com nossa questão? Ela indicaria que a historicização freudiana, junto a sua interpretação, sua mitologia grega e toda a sua erudição, são todos instrumentos redutíveis a uma prática científico-naturalista? Isso deveria então verificar que Reich, ao estabelecer um fundamento fisiológico para as neuroses, se projeta como uma linha de exploração válida dentro da “coerência epistemológica” da teoria freudiana da libido? Não é necessário desenvolvermos exaustivamente um estudo da literatura

¹⁷ Trata-se de um juramento solene e bastante conhecido, feito em 1842 por Du Bois-Reymond, e que historiadores, epistemólogos como Assoun, também Boadella e Ernst Jones utilizam para definir aquilo que seria uma posição epistemológica do jovem Freud: “Brücke e eu nos comprometêramos solenemente a impor esta verdade, a saber, que somente as forças físicas e químicas, com exclusão de qualquer outra, agem no organismo” (*apud* ASSOUN, 1983, pp. 53-4).

epistemológica da psicanálise a fim de chegarmos a uma conclusão final sobre a questão da relação entre Freud e o modelo epistêmico das ciências da natureza – para então verificar se Reich estaria justificado em sua abordagem científico-naturalista da libido. Tomaremos uma outra direção, pois, ainda que Freud dê à sua psicanálise a tarefa da explicação, conforme o modelo naturalista e reducionista, cabe observar o que se passa com o seu “reducionismo”. Nossa decisão foi inspirada na discussão com a tese de doutoramento de Ricardo Amaral Rego, intitulada *Psicanálise e biologia: uma discussão da pulsão de morte em Freud e Reich* (REGO, 2005).

Em sua tese, o autor afirma que uma posição reducionista defende a possibilidade de uma unificação dos conhecimentos pelo fato de que todas as áreas compartilham certos componentes comuns. Existiria uma ordem lógica sobre a qual repousariam algumas ciências, ainda que num nível mais superficial elas possam apresentar-se com suas peculiaridades e diferenças.

O que seria condenável, neste procedimento, seria o exagero. Rego lembra a distinção de Steven Pinker segundo a qual, assim como o colesterol, o reducionismo existiria na forma boa ou ruim. O reducionismo ruim, destrutivo, ou eliminativo, é aquele em que algumas ciências perdem sua autonomia, pois os fenômenos que elas descrevem serão explicados com base em alguns elementos constituintes mais básicos ou elementares que, como tais, podem ser mais bem compreendidos num nível de abordagem oferecido por uma outra ciência. Assim, seguindo este raciocínio, ciências inteiras podem acabar sendo absorvidas, por exemplo, pela física de partículas.

Então, Reich seria um reducionista deste tipo, nós poderíamos concluir, pois para ele tudo repousaria nas leis biológicas do orgasmo como fórmula da vida, a sociedade e inclusive o cosmos, num violento desrespeito à autonomia de ciências como a psicologia¹⁸. Veremos adiante como Reich eliminará o caráter psicológico do instinto freudiano, abandonará até mesmo a linguagem como forma de abordagem na sua vegeto terapia. Como afirma Palmier (2013, p. 36), o que incomoda nessas formulações de Reich é a tendência de biologizar toda a teoria psicanalítica, que aumenta até o delírio final.

Por outro lado, o reducionismo bom consistiria não em substituir um campo de conhecimento por outro, mas em conectá-los ou unificá-los. Assim, os grandes pensadores das ciências da natureza humana afirmam categoricamente que a vida

¹⁸ “O conceito econômico-sexual do mecanismo psíquico não é de natureza psicológica, mas biológica” (REICH, 1990, p. 126).

mental, por exemplo, tem de ser compreendida em vários níveis de análise, e não apenas no mais inferior. Esta última afirmação alude a uma psiquiatria biologicista que tenta estabelecer a vida mental com base unicamente numa química cerebral. Rego considera de forma bastante interessante que, quando alguns autores na área da biologia evolucionista perguntam: “Para que este traço de personalidade, esta tendência ou este comportamento teriam servido no ambiente em que nossos ancestrais evoluíram?”, sua pergunta onipresente deixaria em segundo plano – quando não ignora completamente – os demais níveis de análise. Em especial no que se refere ao campo da subjetividade e da cultura encontramos muitos exemplos. Um exemplo desse perigo pode ser visto quando um biólogo evolucionista, Richard Wright, afirma que certas concepções errôneas

... levaram Freud a dizer muitas coisas que soam como sem sentido para os darwinistas atuais. Por que as pessoas teriam um instinto de morte (‘tânatos’)? Por que as garotas iriam querer ter um genital masculino (‘inveja do pênis’)? Por que iriam os meninos querer ter sexo com suas mães e matar seus pais (o ‘complexo de Édipo’)? Imagine genes que encorajassem especificamente algum destes impulsos, e você estará imaginando genes que não estão exatamente destinados a se espalhar do dia para a noite numa população de caçadores/coletores. (*apud* REGO, 2005, p. 58).

Para Rego, “esse argumento só seria válido se considerássemos o nível biológico como o único relevante para a determinação dos fenômenos. Estaríamos aqui diante de um exemplo de reducionismo ‘ruim’? Parece que sim. Talvez se possa questionar o instinto de morte no plano da biologia, mas, se referenciada em outros patamares, pode encontrar validade e utilidade. E se o complexo de Édipo e a inveja do pênis não tiverem origem na seleção natural? Seriam menos verdadeiros? Se levássemos ao pé da letra as afirmações de Wright, parece que seria necessário descartar conceitos úteis da clínica apenas pelo fato deles aparentemente não serem compatíveis com a biologia darwinista” (REGO, 2005, p. 59).

“Num sentido mais amplo, podemos considerar o suicídio, a depressão, a contracepção, a homossexualidade, entre tantas outras características humanas. Se pensarmos como Wright, quanto a pouca possibilidade de que ‘genes que encorajassem especificamente algum destes impulsos’ pudessem prosperar numa população de caçadores/coletores, parece que teríamos duas opções: ou estas coisas não existem; ou então admitir a existência de outras determinações além da biologia e da genética, o que abre espaço para o complexo de Édipo, a inveja do pênis, etc. Em outras palavras, se o fenômeno humano comporta elementos tão frontalmente contrários à sobrevivência

(como o suicídio não altruísta) e ao sucesso reprodutivo (contracepção), possivelmente sejam necessárias outras ordens de explicação além daquelas decorrentes do darwinismo” (REGO, 2005, p. 59).

Em suma, o bom reducionismo respeitaria a hierarquia e a singularidade de cada nível ou dimensão do conhecimento e pesquisa, como o faz Freud, buscando apenas assinalar relações e conexões entre elas. Já o reducionismo ruim é aquele que substitui um nível de pesquisa por outro, eliminando-o e reduzindo-o aos conhecimentos mais elementares, tal como se passa na abordagem reichiana da teoria da libido.

A discussão sobre aspectos epistemológicos da Teoria da libido e da Teoria do orgasmo nos permitiu avançar no seguinte ponto: quanto à história, que de acordo com nossa suspeita Reich havia desclassificado (cf. p. 34), compreendemos agora que *a história é um nível próprio de problematização que Reich reduziu (eliminou) em benefício de uma fixação da análise no nível biofisiológico de explicação da constituição do sujeito neurótico*. Isso, quanto às relações entre Reich e Freud.

Permanece, no entanto, nosso questionamento anterior acerca da relação entre a Natureza em Reich e sua própria crítica histórica dos conceitos naturalizantes e reacionários da psicanálise. Se todo o pensamento de Reich se fundamenta em sua Teoria do orgasmo, como ele mesmo afirmou, podemos suspeitar que a sua proposta freudo-marxista de historicização partisse de uma natureza libidinal dada que, ela mesma, escaparia à crítica histórica e, portanto, limitaria o seu alcance, produzindo-lhe um déficit teórico.

Vimos como o desdobramento da bastante original teoria reichiana do orgasmo se deu através de algumas primeiras divergências em relação a elementos básicos do pensamento de Freud, como a crítica da distinção entre neurose atual e psicose, e o apontamento da especificidade e do primado da genitalidade. No entanto, essas divergências representam uma parte ainda muito pequena do pensamento de Reich, para que possamos esperar responder às questões que acabamos de colocar. Há também, implicados por essa teoria, questionamentos acerca do mecanismo psíquico da sublimação que, junto às divergências anteriores, constituem já um primeiro ataque de Reich à tese freudiana da necessidade de repressão sexual para a existência da cultura. Por este motivo, ao invés de concluirmos pela negligência de Reich sobre determinados níveis de análise, caberia antes verificarmos, através do estudo de como se desenvolvem

outros setores de seu pensamento, se nós mesmos não estaríamos negligenciando níveis de análise elaborados por Reich.

Adotemos aqui o princípio da cautela, sobretudo quando observamos, apoiados na interpretação e análise cuidadosa de um destacado psicoterapeuta reichiano, David Boadella, como a teoria do orgasmo estaria também solucionando problemas importantes deixados em aberto pela teoria freudiana da libido, no estado da arte em que esta se encontrava, por volta de 1926. Um desses problemas diz respeito à economia de produção da angústia neurótica, que receberá uma brilhante revisão por parte de Reich. A todas essas primeiras divergências somam-se ainda uma série de constatações, feitas por Reich, quanto às insuficiências da técnica analítica convencional, levando-o a um maior distanciamento da psicanálise de Freud. O exame dessas questões nos levará inevitavelmente à Análise reichiana do caráter, como um conjunto teórico-clínico de problemas impulsionados pelas implicações mais imediatas da Teoria do orgasmo. Após esse estudo, recolocaremos nossas questões.

4. Revisão reichiana da economia sexual da angústia neurótica

Reich afirmava que a teoria freudiana da libido, embora revolucionária, fracassava em solucionar algumas questões fundamentais, devido ao estágio insuficiente de desenvolvimento que ela teria alcançado nas mãos de Freud. Este seria o fator responsável por Freud ter decidido abandonar, talvez precipitadamente, a sua teoria da libido, enquanto a solução de Reich para essas questões viria através da continuidade do seu desenvolvimento no sentido – menosprezado por Freud – de uma fundamentação fisiológica, até culminar na Teoria do orgasmo. A mais importante dessas questões respondidas pela teoria do orgasmo diz respeito à economia sexual da angústia neurótica¹⁹.

De acordo com a primeira teoria freudiana da angústia, sua gênese estava associada à ideia de que uma quantidade de energia sexual não descarregada convertia-se em angústia. Freud jamais logrou demonstrar tal processo de conversão, noção que se tornaria cada vez mais problemática ao longo dos anos. Em *Inibição, sintoma e*

¹⁹ Outras questões dizem respeito (cf. BOADELLA, 1985) à relação entre tensão e prazer (a tensão é geralmente sentida como desprazerosa, mas em alguns casos, como na ereção, ela é prazerosa) e ao fato de que na psicanálise sentia-se a ausência de um conhecimento sobre o que seria a sexualidade normal.

angústia, obra de 1926, Freud tentava uma solução para “o enigma da ‘transformação do afeto’ na repressão”, porém mantendo a tentativa, igualmente problemática, segundo Reich, de descrever a gênese da angústia em termos estritamente psíquicos. “O Eu é a sede da angústia”, afirma Freud, cuja produção se explicaria como um “sinal de desprazer” enviado pelo Eu na luta contra processos instintuais no Id (cf. FREUD, 2014 (a), pp. 20-2). No mesmo ano, Reich insistiria numa pergunta que talvez muitos psicoterapeutas se faziam: “Como era possível a libido ‘transformar-se’ em angústia? Todo o problema continuava de pé” (REICH, 1977, p. 95). Os problemas com a concepção freudiana de angústia eram, além do desconhecimento do referido processo de conversão, um abandono da relação deste processo com o fisiológico, e também a falta de explicação para os casos em que o “mau emprego” da libido não se manifestava em angústia (por ex., nos sintomas compulsivos).

Por sua vez, Reich manterá a relação direta entre libido e angústia (isto é, sem que uma seja o resultado da “conversão” da outra), buscando compreender as vicissitudes da excitação sexual em relação ao sistema nervoso vasovegetativo²⁰. A teoria do orgasmo já informava que o núcleo de toda neurose reside na presença da estase. Se a angústia se produz a partir de um mau emprego da libido, como suspeitou Freud corretamente, então a angústia deverá estar relacionada de alguma forma à presença desta energia acumulada no organismo. Reich então propõe compreender a produção da angústia tendo-se em vista os conhecidos deslocamentos da energia sexual no sistema vasovegetativo: Quando a excitação sexual se instala numa região do corpo onde ela não pode encontrar descarga, fica ali bloqueada e manifesta-se como dor ou angústia, dependendo das características do sistema em que ela se alojou.

Há várias formas de angústia neurótica ou não neurótica, descrita na literatura como uma sensação de constrição na garganta, ou na região do peito, por exemplo. No caso da angústia peitoral, a medicina conhece um conjunto de fatores, tais como a intoxicação pelo uso prolongado de nicotina, a disfunção da glândula tireoide (doença de Basedow) ou o estreitamento das artérias que diminui o fluxo de sangue e oxigênio no músculo do coração e provoca a *angústia pectoris*. Todas essas causas agem de forma a “irritar” ou sobrecarregar o sistema vasovegetativo, mais exatamente a região deste ligada à atividade cardíaca. A contribuição de Reich residiria então em demonstrar que a angústia neurótica, assim como qualquer outra forma de angústia, não é apenas

²⁰ Trata-se de uma parte do sistema nervoso que não está sujeito ao controle voluntário e que enerva certos órgãos como o coração, os intestinos e os genitais (cf. RYCROFT, 1971, pp. 75-6).

“equivalente” de manifestações vasomotoras, conforme a concepção freudiana; mas sim, como qualquer outra forma de angústia, ela é também um sintoma de “irritação vegetativa” (cf. REICH, 1977, p. 104). A diferença estaria em que, na angústia neurótica, essa irritação é proveniente de estase libidinal, o que significa que a energia sexual não satisfeita e patologicamente acumulada, instalando-se numa determinada região do sistema vasovegetativo, irrita-o.

Podemos ver claramente a etiologia da angústia actual: a estase libidinal provoca uma irritação do sistema vaso-vegetativo sob a forma de uma neurose cardíaca, a qual constitui sempre o ponto central da sintomatologia da neurose de angústia; como na intoxicação pela nicotina, na doença de Basedow e na angina de peito, a angústia surge imediatamente da irritação da atividade cardíaca e o problema da transformação da libido em angústia fica assim suprimido. Tal como a nicotina nos casos de intoxicação, devemos pois considerar a estase como sendo causa mediata da angústia na neurose de angústia (REICH, 1977, p. 104).

Esta tese suprime o intransponível problema da “conversão” da libido em angústia e, ainda, mantém uma explicação para a angústia neurótica ligada a processos somáticos, mediada pela questão da estase sexual. Isso significa que Reich não irá recorrer ao vocabulário psychologizante de um Eu que enviaria um “sinal de desprazer”, cujo conteúdo concreto seria o seu sentimento de angústia. Nenhum daqueles diálogos que Freud inventava entre o Eu, o Isso e o Supereu, para nos fazer imaginar o que estaria se passando no sistema psi.²¹ A excitação sexual se manifesta inicialmente no sistema cardíaco através dos nervos vegetativos e, com o seguimento do processo, “se transfere para o sistema genital, na medida em que não existe inibição, aliviando assim o sistema cardíaco” (REICH, 1977, p. 108). O ato sexual é a passagem gradativa da excitação do sistema vegetativo para o sistema senso-motor (concentrando-se na zona genital deste último); todavia o orgasmo não é apenas um deslocamento da excitação, “mas também um rejuvenescimento físico-químico das outras funções vegetativas” (REICH, 1977, p. 111).

Compreendemos agora melhor como se fixa a neurose de angústia de Freud: quando qualquer inibição impede que a excitação sexual passe ao sistema nervoso senso-motor e à zona genital, a excitação permanece em estado de tensão no sistema vaso-vegetativo, dando origem a todos os fenômenos característicos da neurose vaso-motora (REICH, 1977, pp. 109-10).

²¹ Um exemplo desse tipo de diálogo “psychologizante”, segundo Reich, criado por Freud: “Se o Eu assume os traços do objeto, como que se oferece ele próprio ao Id como objeto de amor, procura compensá-lo de sua perda, dizendo: ‘Veja, você pode amar a mim também, eu sou tão semelhante ao objeto’” (FREUD, 2011, p. 37).

Observe-se aqui que a energia libidinal não se transforma: ela se investe, se acumula, se desloca. No orgasmo potente, ela se desloca sobre o sistema vegetativo produzindo transformações físico-químicas em suas funções (rejuvenescimento). Portanto, não há conversão ou mudança na forma da energia entre libido e angústia, tratando-se apenas daquilo que mais tarde Reich conceituará em detalhe como sendo “manifestações de duas direções antitéticas das sensações vegetativas de excitação” (REICH, 1990, p. 121). O desenvolvimento desta tese em um conhecimento psicossomático satisfatório levará ainda muitos anos²², porém a revisão de Reich sobre a economia sexual da angústia revela claramente, desde o estabelecimento da teoria do orgasmo em 1927, o seu sentido de fundamentá-la fisiologicamente. Conforme seu próprio testemunho, “tornava-se cada vez mais claro que a sobrecarga do sistema vasovegetativo com excitação sexual não descarregada é o mecanismo central da angústia e, portanto, da neurose” (REICH, 1990, p. 121).

Sendo assim, a revisão reichiana da economia sexual da angústia neurótica confirma e mantém a tese freudiana inicial da relação econômica entre repressão sexual e angústia; ela também aprofunda esta tese ao estabelecer a relação entre angústia e sistema vegetativo, pela qual se extrapola os limites estritamente psíquicos para que se possa compreender as formas de manifestação da angústia a partir das características da região do sistema vegetativo em que a energia desviada se instalou; por fim, essa revisão traz maior esclarecimento ao substituir a noção de conversão pela noção de sobrecarga, isto é, esclarece que a angústia se produz quando a energia sexual é deslocada para fora do aparato genital, única zona onde esta energia, ao invés de ficar bloqueada e irritar o sistema, poderia ser satisfeita.

Por tais razões, não restava outra saída para Reich se não posicionar-se contra a nova teoria psicanalítica da angústia, apresentada por Freud em *Inibição, sintoma e angústia*. Na sua perspectiva, esta e outras inovações que viriam formar a viragem teórica em psicanálise eram uma flagrante perda de cientificidade. Na realidade, a grande modificação introduzida por Freud nesta obra era o abandono da concepção de angústia como *resultado* da repressão sexual, em favor da concepção desta como um “sinal do Eu” perante a agressividade do *Id*, isto é, em favor da angústia como *causa* da repressão sexual. Para Freud, é o Eu angustiado que mobiliza um aparato repressivo perante a intensidade da energia libidinal, enquanto na perspectiva da Teoria do

²² Trata-se da passagem da fase da análise do caráter para a fase da vegetoterapia caracter-analítica, onde a análise reichiana do caráter se articula com uma abordagem mais detida do sistema vegetativo.

orgasmo é a estase que leva à produção de angústia. Como afirmou Boadella, a contribuição de Reich não significa outra coisa que uma confirmação da relação econômica entre repressão da libido (causa) e angústia neurótica (resultado) (cf. BOADELLA, 1985, pp. 24-5).²³

Na medida em que essa concepção de fatores atuais na causação das enfermidades neuróticas, segundo Reich, “não só possui grande valor heurístico, mas é também, como teoria dos fundamentos psicológicos das neuroses, um elemento *indispensável* da psicopatologia e da teoria terapêutica da análise” (REICH, 1977, p. 29), Reich vai trabalhar sobre as implicações que a descoberta da potência orgástica tem para a terapia das neuroses. Noutros termos, a teoria do orgasmo implica uma reformulação sobre o objetivo da terapia: a cura será atingida quando, e somente quando, se consegue eliminar completamente a fonte de energia da neurose, restabelecendo no indivíduo a capacidade para descarregar a energia acumulada, isto é, restabelecendo sua potência orgástica. Após ter revelado o núcleo central de todas as enfermidades neuróticas, o substrato fisiológico da repressão, o papel da genitalidade e fornecido as supracitadas soluções para o mecanismo da angústia, a Teoria do orgasmo fundamentará agora, sempre pautada pela relação com a fisiologia e com o fator econômico de explicação, uma nova descoberta no campo clínico, a saber, a *couraça de caráter*. Esta descoberta vem na esteira da solução para o problema já mencionado dos casos em que o mau emprego da libido não se manifesta em angústia, e impulsionará o desenvolvimento de uma teoria da estrutura do caráter que revoluciona a técnica terapêutica em Reich.

²³ Retornaremos à concepção freudiana sobre a angústia neurótica na Parte III, quando então discutiremos a questão do abandono da teoria da libido por Freud.

CAPÍTULO 02:

ANÁLISE REICHIANA DO CARÁTER

*“A análise do caráter foi a técnica que ajudou a
desvendar as fontes escondidas da energia genital”
(Wilhelm Reich, *A função do orgasmo*)*

Introdução

As primeiras contribuições de Reich para o campo da psicanálise, no início dos anos 1920, portanto antes mesmo de sua descoberta da potência orgástica, deram-se em torno de questões relativas à técnica psicoterapêutica, mais exatamente em torno do problema clínico das resistências. Quando, alguns anos mais tarde na mesma década, a Teoria do orgasmo estiver estabelecida, revelando o substrato fisiológico da repressão sexual e a potência orgástica como sua solução e paradigma do funcionamento biológico normal, o trabalho clínico de Reich sobre a análise das resistências sofrerá uma transformação decisiva a partir de noções como couraça, função e estrutura do caráter. Nosso objetivo para este capítulo consiste em discutir, no contexto destas descobertas clínicas, a formação de um quadro de problematização – conhecido como Análise reichiana do caráter –, que agora se desdobra numa teoria da estrutura do caráter e numa técnica correspondente para sua análise. No âmbito deste quadro de problematização buscaremos nova oportunidade para verificar nossa suspeita de uma perda de historicidade no pensamento reichiano, na contramão da sua proposta de crítica histórica da psicanálise.

Passaremos então a apresentar o desenvolvimento do trabalho clínico de Reich, num recorte que vai desde sua proposta inicial da análise de resistências até a Análise do caráter. Para isso, faremos recurso aos artigos reunidos em 1933 sob o título *Análise*

do caráter, dentre outros textos de Reich, bem como de seus intérpretes, na medida do necessário.²⁴

1. Desvendando as fontes escondidas da energia genital

(a) Em seus primeiros trabalhos, Reich propôs que se deixasse de tomar o sintoma como ponto de partida para um trabalho de interpretação – como se fazia na técnica clássica – para que fossem focadas as resistências que o paciente apresentava à sua própria cura. Enquanto o sintoma era para Reich “um concentrado do caráter neurótico”, não necessariamente presente em todas as neuroses, que diria respeito apenas a desejos pontuais e que o próprio paciente experimentava como algo estranho a si mesmo, as resistências seriam relativas ao modo de ser do neurótico em geral. Esta proposta vinha expressa na primeira obra de Reich, *O caráter impulsivo*, de 1925, e estava baseada na premissa de que a eficácia do trabalho de análise recairia, em primeiro lugar, na capacidade técnica de se trabalhar o fenômeno clínico das resistências.

É fato que as resistências já eram então um fenômeno conhecido pela psicanálise, sob muitas formas, e a sua importância vinha sendo cada vez mais reconhecida pelo próprio Freud. Desde que abandonou a hipnose e pôs em prática a regra da associação livre, a psicanálise descobriu e aprofundou a compreensão do fenômeno da resistência. Como uma função da repressão, entendia-se que ela visava ao enfraquecimento das quantidades de energia das ideias, assim protegendo o paciente da experiência dolorosa da emoção. Por volta de 1910, Freud elaborava a questão da relação transferencial e chamava a atenção para a necessidade técnica de que o terapeuta, além de interpretar diretamente, também descobrisse e superasse as resistências apresentadas pelo paciente. Já na década de 1920, com a publicação de *O eu e o isso*, de Freud, tornavam-se agora também conhecidas as forças defensivas e inconscientes do próprio Eu.

²⁴ Fazendo este recorte, estamos cientes de que deixamos de acompanhar os desenvolvimentos posteriores relativos à “vegetoterapia caracter-analítica” (a partir de 1934), e à “orgonoterapia” (a partir de 1948), esta última incluindo a guinada de Reich para o campo da física experimental e sua famosa pesquisa dos *Bions*. Uma análise filosófica detida desses desenvolvimentos posteriores talvez pudesse mostrar que não escapam à forma de problematização apresentada e discutida por nós quanto ao período anterior.

Porém, na proposta de Reich estava patente uma outra compreensão das resistências, onde estas seriam muito mais do que um elemento entre outros a ser interpretado. As resistências a que Reich se referiu não eram apenas as formas conhecidas de interrupção do fluxo de material inconsciente, de associações durante a análise, lapsos, esquecimentos, um silêncio ou uma ausência do paciente à sessão, etc. Na realidade, Reich não encara as resistências como apenas um fenômeno particular, como uma forma de censura ou defesa específica do Eu contra o analista, por exemplo (o que em psicanálise se conceitua como “transferência negativa”). Por volta de 1927, reunindo sua expertise clínica num artigo sobre terapia de caráter, Reich conceituaria pela primeira vez o termo “blindagem de caráter”, deixando claro que para ele, o fato de que o analista se depara com resistências é algo relativo ao comportamento geral do paciente neurótico, cujo modo de ser defensivo constitui a primeira barreira a ser eliminada, sob pena de que o trabalho terapêutico fracasse completamente.

Rycroft (cf. 1971, pp. 25 e 29) assinala que as ideias de Reich em torno de um caráter defensivo podem ser filiadas no conceito freudiano de “defesa”; assim também a própria noção de “caráter”, como um conjunto de atitudes e reações estereotipadas e habituais do neurótico perante certos impulsos e situações, remonta a um artigo de Freud de 1908, *Caráter e erotismo anal*.²⁵ Entretanto, o que devemos reter aqui, como crédito de Reich e ao mesmo tempo como aspecto revolucionário em psicologia, é a ideia, primeiramente, de que o caráter opera de forma essencialmente defensiva e, ainda, a proposta que ele daí retirou, de direcionar o trabalho de análise e interpretação não ao sintoma isolado, ao material proveniente do *Ics*, como os sonhos e associações, mas sobretudo, em primeiro lugar, à natureza e às funções do caráter. Seu trabalho terapêutico então conceituará a “resistência de caráter” tendo em vista uma estrutura cuja principal função é a defesa, e que ela realiza neuroticamente. Para Robinson, “essa definição de neurose em função do caráter foi uma das mais interessantes ideias de

²⁵ De fato, o próprio Reich observava em *Análise do caráter* que a descoberta de Freud nesse campo havia sido pioneira, quando “demonstrou que certos traços de caráter podem ser explicados historicamente como sendo as transmutações permanentes das moções pulsionais primitivas”, e que os trabalhos de Jones e Abraham uniam-se a essas contribuições onde “a questão era explicar a *base pulsional* dos traços de caráter individuais típicos”. Mas esses trabalhos, afirma Reich, estavam aquém dos “problemas resultantes das exigências da terapia cotidiana” (cf. REICH, 1995, p. 150); eles não dariam “resposta sistemática” a questões como: “qual é a função da formação de caráter”, “que espécie de estrutura de caráter emerge se as fixações neuróticas puderem ser resolvidas”, ou “quais são as condições da formação e da diferenciação do caráter?” (Cf. BOADELLA, 1985, p. 44). Voltaremos a essas questões mais adiante, quando abordarmos a *Análise do caráter*.

Reich e assinalou uma importante mudança histórica no conceito de doença mental” (ROBINSON, 1971, p. 18).

Uma das consequências imediatas dessa contribuição de Reich será conceber um papel muito mais ativo para o terapeuta. Este deverá deixar de limitar-se a interpretar o material inconsciente conforme aparece em análise – vez por outra atuando na remoção de uma resistência, em seguida voltando à postura interpretativa anterior –, para agir confrontando o paciente com suas resistências até que este pudesse percebê-las objetivamente e experienciá-las como um elemento estranho e patológico no seu organismo. Esta nova exigência feita ao terapeuta, aparte todas as críticas que motivou perante a ortodoxia, tornará Reich sensível para outra grande deficiência técnica no campo da psicoterapia. Ainda que o fenômeno clínico das resistências viesse de fato ganhando cada vez mais importância, Reich avalia que, até a década de 1920, jamais havia sido desenvolvido um método para o trabalho com as resistências, tornando-se cada vez mais escancarada a situação de dificuldade geral no tocante à técnica terapêutica, sobretudo pela ausência de “um trabalho sistemático e ordenado quanto às resistências” (REICH, 1990, p. 109). Em sua avaliação, a técnica psicoterapêutica constituía um dos pontos de menor evolução da ciência psicanalítica, envolta em inúmeras dificuldades. Aprofundemos um pouco mais essa questão do ponto de vista da aplicação da técnica.

A regra básica da técnica psicanalítica, segundo a qual o paciente deveria associar livremente e o terapeuta, por sua vez, interpretar o material de análise na ordem em que este surgia, mostrava-se insatisfatória em vários aspectos. Vencido pelas resistências, só em raras ocasiões o paciente conseguia estar à altura de corresponder à solicitação feita. Quando então o material de análise surgia, a “maneira não-sistemática pela qual o analista lidava com os elementos que o paciente lhe fornecia” (REICH, 1990, p. 109), segundo Reich, dificilmente fazia evoluir o processo terapêutico de acordo com o esperado. A questão mais essencial que se podia formular nessa época, segundo a experiência de Reich naquela ocasião, era “se e como uma técnica claramente definida de tratamento analítico pode ser deduzida da teoria psicanalítica de doenças psíquicas” (REICH, 1995, p. 17). Noutros termos, em meio a essas dificuldades e

contradições²⁶, como a técnica psicanalítica poderia merecer o título de uma “terapia científica causal” (REICH, 1995, p. 22)?

Reich então afirmaria que uma aplicação estrita da regra básica da técnica psicanalítica configurava uma postura pouco eficaz²⁷. As resistências e sua formação na história do indivíduo possuem uma lógica e uma dinâmica próprias, diferente das manifestações do material proveniente do *Ics*. É como se a interpretação funcionasse quando aplicada a este último, porém não às primeiras, sendo impossível, portanto, ater-se somente à regra básica “interprete tudo conforme aparece”. É na sistemática própria às resistências que devem ser procuradas as condições que determinam a eficácia terapêutica de uma interpretação. Noutras palavras, a adesão à regra básica da interpretação, pelo paciente, dependeria de um estágio anterior, o da remoção de certas resistências. Eis a clássica passagem de Reich sobre este ponto:

A chamada regra básica da psicanálise, que requer a eliminação do censor e a entrada em cena da “livre associação de pensamentos”, é o processo mais rigoroso e indispensável da técnica analítica. Ela encontra poderoso apoio na força dos impulsos e desejos inconscientes que pressionam em direção à ação e à consciência. Entretanto, a isso se opõe uma outra força, também inconsciente, o “contra-investimento” do ego, que torna difícil e às vezes impossível ao paciente seguir esta regra básica, e também alimenta a neurose por meio das instâncias morais. No tratamento analítico, essas forças apresentam-se como “resistências” à eliminação do recalque. Esta compreensão teórica dita uma regra básica posterior: tornar consciente o inconsciente não deve ser feito diretamente e, sim, pela quebra de resistências. Isso significa que o paciente precisa primeiro perceber que está resistindo, depois como o faz, e finalmente contra o quê (REICH, 1995, p. 18).

No lugar de limitar-se a interpretar o que aparece e, diante de uma resistência, tentar convencer o paciente da exatidão de sua interpretação, o analista deve antes voltar-se à análise cuidadosa das resistências apresentadas pelo paciente, pois elas

²⁶ “Mesmo nas questões mais simples surgidas nas situações analíticas cotidianas, as opiniões são necessariamente muito divergentes. Quando por exemplo, se descreve uma determinada situação de resistência, um analista pensa isso, outro aquilo e um terceiro aquilo outro. E quando então o analista que descreveu a situação volta a seu caso com as várias sugestões de seus colegas, inúmeras outras possibilidades surgem e a confusão se torna muitas vezes ainda maior do que no começo. E todavia deve-se admitir que, sob determinadas circunstâncias e condições, *uma* situação analítica definida admite apenas *uma única* possibilidade ótima de solução, e que existe apenas uma intervenção técnica que pode realmente ser correta em um dado caso. Isso é válido tanto para uma situação particular como para a técnica analítica como um todo. Daí se conclui que a tarefa consiste em estabelecer os critérios dessa técnica correta e, sobretudo, como se chega a ela” (REICH, 1995, pp. 19-20).

²⁷ “‘Interprete tudo conforme aparece’. A esse argumento, replicamos: quando incontáveis experiências e sua subsequente avaliação teórica nos ensinam que a interpretação de todo o material, dessa forma e na sequência em que aparece, não atinge, num grande número de casos, o objetivo da interpretação, a saber, a influência terapêutica, torna-se então necessário procurar as condições que determinam a eficácia terapêutica de uma interpretação” (REICH, 1995, pp. 20-1).

contêm o elemento do instinto contra o qual ela se dirige e, “se o paciente reconhece o significado da defesa, então também está bem encaminhado no sentido de compreender o que está sendo repellido” (REICH, 1990, p. 109-10).

Nessa época, Reich ainda não contestava abertamente as teses freudianas como o instinto de morte ou o masoquismo primário²⁸. Entretanto, uma década e meia mais tarde, Reich avaliará que, se naquela época todos já estavam convencidos da necessidade de se estudar mais rigorosamente as resistências, sobretudo após a publicação de *O eu e o isso*, noções como “instinto de morte”, “masoquismo primário”, bem como a nova teoria da angústia instintiva (angústia como causa da repressão, e não como sua consequência), conduziram a uma dessexualização da compreensão da defesa, onde psicanalistas se preocupavam menos com a libido e mais com a análise da estrutura e dos mecanismos do Eu. A partir daí, constituía-se uma tendência em psicanálise justificar as dificuldades técnicas da psicoterapia; uma tendência que, conforme Boadella, “consistia em entregar-se a especulações e a explicação para o apego obstinado do paciente à neurose como o produto de um suposto ‘desejo de sofrer’ primário” (BOADELLA, 1985, p. 41).

Por sua vez, Reich não atribuirá as resistências e a destrutividade do paciente a uma tendência primária (ideia que estaria contida na hipótese freudiana de um instinto de morte). Seu trabalho clínico desenvolverá, conforme veremos adiante, a noção do caráter derivado desse apego do neurótico à sua doença. Em termos propriamente clínicos, a grande intuição de Reich foi então a de que o fenômeno das resistências estaria a serviço da manutenção de uma tentativa patológica do organismo em se defender de seu próprio material inconsciente, isto é, de uma cisão com sua vida vegetativa ou libidinal. Reich descobria que o paciente não estava apenas impedido de realizar seus desejos, devido à repressão, mas sim que ele estaria despreparado para realizá-los. Se colocássemos nos termos de sua Teoria do orgasmo, que agora estava sendo construída, o neurótico estaria na realidade estruturado para manter sua libido em forma de estase, e não para satisfazê-la.²⁹ Nessa perspectiva, o material inconsciente não caberia ser abordado diretamente, mas sim as resistências, pois estas seriam relativas à

²⁸ Segundo SHARAF (1994, p. 120), porque Reich acreditava parcialmente nelas, e em parte porque ele não queria afastar-se demais da doutrina de Freud.

²⁹ “Tinha agora uma compreensão teórica do que experimentei analiticamente na solução da neurose. Tinha também uma compreensão analítica daquilo que sabia teoricamente, e consegui o mais importante dos resultados: a pessoa orgasticamente insatisfeita desenvolve um caráter artificial e um medo às reações espontâneas da vida; e assim, também, um medo de perceber as suas próprias sensações vegetativas” (REICH, 1990, p. 133).

dinâmica de funcionamento da estrutura neurótica como tal. Tais resistências não caberiam ser abordadas como uma fatalidade a ser habilmente contornada, mas constituir o próprio objeto da psicoterapia e segundo uma abordagem organizada.

Vimos que (a) a concepção de um caráter neurótico essencialmente defensivo implicou a ideia de que o sucesso terapêutico dependeria, em primeiro lugar, de uma análise das suas resistências. Na medida em que essas reações (resistências) de caráter são relativas a conflitos sexuais infantis, a interpretação do material inconsciente não é abandonada, mas, pelo contrário, dado o correto manejo das resistências, entende-se que “o acesso aos conflitos infantis profundamente recalcados decorre por si mesmo” (REICH, 1995, p. 89). E, na medida ainda em que se observou que essas reações se dão de maneira *típica*, seguiu-se a necessidade de estabelecer normativas para a técnica psicoterapêutica. No bojo dessa proposta, Reich deparava-se com uma grande deficiência no campo da psicoterapia, relativa ao que ele então denominou *ausência de um método sistemático e ordenado quanto às resistências* (cf. REICH, 1990, p. 109). Veremos a partir de agora (b) como o entendimento de Reich sobre essas questões técnicas vai entrecruzar-se com as noções teóricas de potência orgástica, estase sexual, e sua revisão da economia de produção da angústia neurótica. O resultado deste entrecruzamento será um aprofundamento da compreensão do processo de formação e da função do caráter, desenvolvendo-se para isso uma Teoria da estrutura do caráter. (c) Esta teoria embasará o “método sistemático e ordenado” que faltava ao campo da psicoterapia analítica, com a análise das resistências transformando-se em Técnica de análise do caráter.

(b) Com a Teoria do orgasmo, um objetivo definido se colocará para a psicoterapia: restabelecer a potência orgástica³⁰. Essa formulação do objetivo da psicoterapia lançará novos desafios, cujas soluções levarão Reich à compreensão de que o caráter neurótico funciona através de uma série de mecanismos, psíquicos e também somáticos, defendendo o indivíduo de sua libido. Trata-se da própria estrutura que mantém a libido em forma de estase. Há um diálogo entre conceitos da Teoria do orgasmo e as necessidades imperativas do trabalho clínico, que impulsiona essa

³⁰ “Não pode haver dúvidas, portanto, de que a meta mais alta e mais importante da terapia analítica causal é o estabelecimento da potência orgástica: a capacidade de descarregar energia sexual acumulada” (REICH, 1990, p. 102).

compreensão. Reich nos conta que, se por um lado, agora se poderia ter a clareza de perseguir o objetivo de tornar a atividade genital satisfatória do ponto de vista da descarga da energia sexual, na prática, liberar excitações genitais de suas inibições em muitos casos não constituía medida suficiente para o restabelecimento da potência orgástica.

A minha primeira premissa estabelecia que a satisfação genital resolve os sintomas. A experiência clínica, porém, mostrava que poucos pacientes tinham à sua disposição a energia genital necessária para experimentar satisfação genital. Assim, era necessário encontrar os pontos e os mecanismos nos quais a energia estava cravada, ou pelos quais havia sido desviada (REICH, 1990, p. 136).

Parecia lógico, afirma Reich, procurar essa energia no âmbito das atividades pré-genitais e fantasias da primeira infância, onde ela se encontraria fixada, pois “se uma quantidade grande do interesse sexual se focaliza no sugar e no morder, no desejo de ser amado, nos hábitos anais, etc., a capacidade de experimentar uma experiência genital é reduzida” (REICH, 1990, p. 118). Ao se fixar em atividades pré-genitais, a energia sexual diminuiria sua concentração na genitalidade, cuja distinção Reich já havia postulado como sendo a única “capaz de proporcionar o orgasmo e de descarregar plenamente a energia biológica” (REICH, 1990, p. 119). A teoria freudiana da libido, com seus estádios de desenvolvimento, funciona como base para este argumento segundo o qual os instintos que não se submeteram ao primado da genitalidade estão fixados em estádios mais primitivos do desenvolvimento libidinal (oral, anal, narcísico, etc.). Mas é a revisão da economia sexual da angústia neurótica, efetuada a partir da Teoria do orgasmo, que então permitirá uma estratégia de identificação da energia represada na fisiologia do organismo. Segundo esta revisão, que confirmava e ainda aprofundava a teoria inicial de Freud sobre a angústia como consequência da repressão sexual (cf. pp. 46 e ss.), a angústia se produziria pelo desvio e bloqueio da libido fora do âmbito genital. Esse entendimento permitia recolocar a questão da economia da libido nos seguintes termos: se a energia sexual não se encontrava disponível na genitalidade, ela deveria ser procurada no nível somático através das manifestações de angústia que, conforme Reich havia estabelecido, tinham por natureza a sobrecarga do sistema vasovegetativo com energia sexual insatisfeita que foi desviada da genitalidade.

Aproximando-se de um entendimento fisiológico da produção de angústia, o trabalho clínico de Reich se esforçará para perseguir suas manifestações. Uma angina *pectoris*, por exemplo, pode indicar a presença e disposição da energia sexual desviada.

Como exemplos dessa relação entre libido e angústia, e de como essa relação permitia identificar a disposição da energia libidinal, Reich menciona os casos de duas pacientes que tratou em 1924, ambas com neurose cardíaca:

Com o aparecimento da excitação genital, diminuía a angústia cardíaca. Em uma das pacientes pude observar, durante várias semanas, a alternância entre angústia cardíaca e excitação genital. Toda inibição da excitação vaginal provocava imediatamente uma sensação de constrição e angústia “na região cardíaca” (...) Eu conseguia então localizar o ponto da sensação de angústia. Era na região do coração e do diafragma. A outra paciente apresentava a mesma função alternada; e também urticária. Quando temia ceder à sua excitação vaginal, o resultado era a angústia, ou grandes vergões de coceira em vários lugares da pele (REICH, 1990, p. 120).

A partir daí o trabalho terapêutico consistirá em reconduzir essa energia desviada para o genital, isto é, reconduzir a angústia estásica em excitação genital, o que, segundo as observações de Reich, produzia resultados duradouros quando era alcançado (cf. REICH, 1990, p. 123). Tal era o estado da questão, reunindo as premissas da Teoria do orgasmo – toda neurose possui um núcleo de energia não descarregada, a estase de excitação sexual – e da revisão da economia da angústia – a instalação desta energia sexual desviada numa determinada região do sistema vasovegetativo, sobrecarregando-o, manifesta-se como angústia –:

1. Tratamento das inibições genitais, buscando o aumento da potência orgástica. O aumento nem sempre garante o restabelecimento de toda a potência orgástica;
2. Procura pela energia libidinal que ficou represada fora do âmbito genital, através das manifestações de angústia, para então reconduzi-la até o genital.

No entanto, um novo problema surge aqui. Sabe-se de muitos casos de neurose que não apresentam angústia. Clinicamente, nem sempre a energia sexual oscila diretamente entre uma excitação genital e uma forma de manifestação de angústia. Há inclusive pacientes que se caracterizam justamente por serem tipos completamente bloqueados nas suas emoções em geral. Então, o que ocorre quando se nos deparamos com neuroses em que não há manifestação de angústia? Reich produzirá um avanço no seu trabalho clínico reunindo suas intuições iniciais sobre o caráter, suas noções teóricas mais recentes e uma importante pista fornecida pela psicanálise. A psicanálise conhece um mecanismo de fixação de energia livre, relativo a certos tipos de sintomas que se

desenvolvem anulando a produção da angústia, por exemplo, os sintomas compulsivos. Reich então propõe esse mecanismo bastante conhecido como sendo uma função básica do caráter. O caráter é uma estrutura eminentemente defensiva porque ele surgiu com a função de proteger o Eu contra a ameaça representada pela libido; mas ele estaria novamente sendo colocado em ação, no momento seguinte, para cumprir ainda uma outra função que é a de bloquear a angústia decorrente da não satisfação da libido, que ficou em forma de estase. Apresentaremos agora sua Teoria da estrutura do caráter em linhas gerais, para compreendermos alguns detalhes desse processo.

Segundo Reich, alguns aspectos de toda reação de caráter são: ela consiste numa mudança crônica do Eu, que poderia ser descrita como um “enrijecimento” e cuja finalidade é proteger o Eu dos perigos externos e internos. Resultado crônico de choques entre exigências instintuais e um mundo externo frustrante, ela constitui uma restrição à mobilidade como um todo. Entretanto, até aqui não se caracteriza a patologia. O critério para diagnosticar uma reação neurótica reside no grau de flexibilidade deste caráter. Uma vez que seu modo de reagir procede de acordo com o princípio de prazer, “*sua capacidade de se abrir ou de se fechar ao mundo exterior, dependendo da situação, constitui a diferença entre uma estrutura orientada para a realidade e uma estrutura de caráter neurótico*” (REICH, 1995, pp. 151-2). Essa capacidade de ampliar-se ou enrijecer-se, de acordo com a situação (realidade), é uma função de regulação econômico-sexual. Inicialmente saudável, ela é perdida quando um modo de reação do caráter vai “longe demais”³¹, enrijecendo-se até não poder alcançar um limiar mínimo de flexibilidade. Este enrijecimento dos gestos, das emoções, das ideias, que Reich vai denominar *couraça*, representa as forças repressoras que mantêm a libido em forma de estase.

Tal couraça serve, por um lado, de proteção contra os estímulos externos e, por outro, consegue ser um meio de obter controle sobre a libido, que está continuamente pressionando desde o id (...) A angústia está sendo continuamente ligada nos processos que estão na base da formação e preservação dessa couraça, da mesma maneira que, segundo a descrição de Freud, ela é ligada nos sintomas compulsivos (REICH, 1995, pp. 56-7).

Assim, a tagarelice, por exemplo, também é um fenômeno neurótico que indica a disposição energética, ainda que de uma maior complexidade do que a *angina pectoris*:

³¹ “A base de reação do caráter neurótico significa que ele foi *longe demais* e permitiu ao ego enrijecer-se de tal maneira que impediu a realização de uma vida sexual e uma experiência sexual ajustadas” (REICH, 1995, pp. 154-5).

ela constitui indicador da presença de libido (a libido desviada da genitalidade instala-se na região da garganta), e ao mesmo tempo da couraça, isto é, do bloqueio da angústia pelo mecanismo de contração da musculatura vocal e da fala compulsiva, que “consome” a energia instalada nessa região. Se o terapeuta ordenar ao paciente que este fique calado, segundo a orientação de Reich (REICH, 1995, p. 50, *nota de 1945*), a ansiedade que nutre esse sintoma vem imediatamente à tona. O paciente se angustia profundamente em ter que ficar calado, revelando pouca habilidade em manter-se como tal: sua fala é automatizada, ele sente necessidade de falar todo o tempo. Além dos sintomas já conhecidos, uma gama de gestos, posturas, comportamentos, etc., vai se tornar objeto da terapia reichiana.

Mas como exatamente uma função de regulação torna-se uma função neurótica?

O encouraçamento protetor, que se forma no organismo contra estímulos perturbadores, é uma função biológica normal do organismo saudável. O Eu, ainda em seus primeiros estágios de formação, criou uma couraça para proteger-se da ameaça de impulsos e estímulos intoleráveis devido a sua intensidade. No entanto, Reich assinala que essa função de “proteção”, que motivou a formação do caráter, “definitivamente não constitui, mais tarde, a principal função do caráter” (REICH, 1995, p. 167). É nesse momento que Reich – indo além das noções, já conhecidas em psicanálise, de ligação da energia livre e de formação de uma barreira de proteção contra estímulos – vincula a função de proteção do caráter com a noção de estase, para compreender o funcionamento neurótico. É quando a insatisfação do instinto, isto é, a estase, atingir um determinado nível de pressão sobre esta proteção – e a estase sempre cresce acima do nível de força deste encouraçamento, até que este não seja mais adequado para manter a tensão psíquica sob controle (cf. REICH, 1995, p. 155) –, então o caráter funcionará neuroticamente, de forma automatizada e sem orientação pela realidade, tentando proteger o organismo lançando mão de um mecanismo ineficaz e caduco para o controle da libido. “Quando isso acontece, o caráter tem de controlar a angústia atual (estase) que resulta da energia da pulsão obstaculizada” (REICH, 1995, p. 167). Essa ligação da angústia de estase é parte de um princípio econômico da formação do caráter. “Há uma relação definida entre o impulso inicial para a formação do caráter – a proteção contra perigos concretos –, a sua função final – a proteção contra perigos pulsionais, a angústia de estase (...)” (REICH, 1995, p. 168). A cronicidade de um tal sistema de defesa é compreensível a partir da economia deste enrijecimento. Nas palavras de Reich, “a fim de manter o recalque, torna-se necessária uma transformação adicional do ego: os

recalques têm de ser cimentados, o ego tem de se enrijecer, a defesa tem de assumir um caráter cronicamente operante e automático”³² (REICH, 1995, p. 153).

O que nos importa reter sobre esta relação entre a evitação da angústia real (frente a perigos concretos do mundo externo e impulsos de grande intensidade) e a ligação da angústia de estase (proveniente da insatisfação instintual) é que *o organismo repetirá uma função inicialmente saudável de proteção, numa tentativa de proteger-se da angústia que, no entanto, é justamente o resultado da primeira tentativa de proteção*. Deve-se notar que a função que Reich considera saudável não é o que leva imediatamente à estase. Entram aqui considerações de ordem *social*, a partir de que se compreende que é a reiteração dessa tentativa de proteção, por parte de um Eu que não alcança uma postura afirmativa diante de suas necessidades instintivas, que resulta na formação de estase. Mas se o Eu permanece fraco e inapto para lidar com a libido, é porque a ordem social em que ele se desenvolveu é sexualmente repressiva, e por aqui se abre uma porta para compreendermos, mais adiante, por que a clínica da neurose exige, para Reich, sua extrapolação na direção de uma investigação social de suas origens.

Em suma, essa função neurótica de proteção se define também pelas suas consequências: ao bloquear a sensibilidade para a angústia, ele reduz também a sensibilidade para o prazer; atuando na resolução da angústia, que é efeito da insatisfação genital, ele tem papel mantenedor da estase e, portanto, da neurose como

³² O conceito reichiano de couraça se utiliza da ideia freudiana, bastante elaborada em *Para além do princípio de prazer*, de que o psiquismo cria uma barreira em sua extremidade, contra impulsos que desestabilizam o seu sistema. Ela está relacionada à noção de um princípio de ligação de energia livre, de cujo desenvolvimento teórico Freud é amplamente devedor de Josef Breuer (cf. o Capítulo III dos *Estudos sobre histeria*, “Considerações teóricas”, que foi um capítulo assinado por Breuer). Quando Reich comenta o aspecto crônico e automatizado da couraça protetora, lembremos ainda como Freud pensava a repressão, não como um acontecimento pontual, mas como um *dispêndio constante de energia*, utilizando a metáfora do guardião que deve ficar à porta vigiando-a todo o tempo (cf. FREUD, 2010 (b)). É a partir de conexões como essas (ver também nota nº 34), em que podemos observar claramente como Reich desenvolve suas ideias partindo de noções freudianas, que o próprio Reich e muitos intérpretes gostam de reafirmar que suas ideias consistiam num “prolongamento direto” ou num “desenvolvimento perfeitamente lógico” da psicanálise freudiana (REICH, 1977, p. 26; BOADELLA, 1985, p. 17). Uma questão que surge aqui é por que, então, Freud negou veementemente a publicação de *Análise do caráter* na *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse* e, vencido pela opinião contrária dos editores da revista, permite sua publicação apenas com a adição de uma nota introdutória em que desqualifica abertamente as motivações “bolchevistas” do trabalho de Reich. Segundo Robinson (1971), além das questões teóricas é preciso reconhecer nesse fato um conjunto de questões práticas relativas à atuação profissional de cada um (ver p. 194). Abordaremos esse conflito e seu acirramento no contexto de nossa discussão acerca da crítica social de Reich mais adiante. Nosso estudo mostrará onde se configuram as diferenças radicais quanto à forma de problematização de Reich e Freud, e como essa recusa “inexplicável” de Freud poderia ser indicador dessa diferença e de uma percepção de Freud acerca de suas implicações.

um todo; investindo moções instintuais contra os próprios impulsos internos, reduz a capacidade econômica geral do organismo para orientar-se pela realidade, para dedicar-se ao trabalho, para as relações sociais, para os investimentos culturais em geral. A luta contra a angústia, que se produz após o recalçamento, se expressa nesse enrijecimento do Eu e, assim, a função de bloqueio emocional das couraças fornece a resposta final para a pergunta sobre qual é a função da formação do caráter.

(c) Segundo o biógrafo Myron Sharaf, uma notável intuição de Reich neste período foi a de que um dos papéis importantes desempenhado pelas resistências era justamente o de *não* impedir que as fantasias, as memórias e os impulsos emergissem, porém – e isso era mais importante –, sem as fortes emoções que os deveriam acompanhar. Para Reich, a polidez excessiva, a evasão do paciente, sua arrogância ou sarcasmo, dentre outros comportamentos similares no cotidiano das pessoas, tinham originalmente se desenvolvido na infância como uma forma de evitar fortes estímulos emocionais que uma vez estiveram associados à dor, à frustração ou à culpa. Na análise, eles continuariam a funcionar como mecanismo de bloqueio de emoções, que agora estavam sendo novamente estimuladas pelo trabalho analítico em andamento (cf. SHARAF, 1994, pp. 74-5). Pelo aspecto econômico³³ desta função, compreende-se por que as resistências se apresentam de forma tão consistente, isto é, inevitavelmente, como um elemento de hostilidade contra o agente de perturbação; ela pode estar encoberta por uma polidez ou timidez, por exemplo, mas não tardará em irromper de forma explícita contra o analista. Se o surgimento desses impulsos e a irrupção da angústia sinalizavam a perturbação de um equilíbrio, a qualidade desses impulsos que o analista encontrava, ao interferir no equilíbrio econômico envolvido na couraça, indica qual é a constituição instintual da couraça: são impulsos *agressivos* que estão mobilizados para o estancamento da produção de angústia. Uma análise em que não são experimentadas as emoções, em que não se persegue sistematicamente a hostilidade

³³ “*Economicamente*, o caráter na vida diária e a resistência de caráter na análise servem como meio de evitar o que é desagradável (*Unlust*), de estabelecer e preservar um equilíbrio psíquico (ainda que neurótico) e, por fim, de consumir quantidades recalçadas de energia pulsional e/ou quantidades que escaparam à repressão. A ligação da angústia que flui livremente, ou (o que dá no mesmo) a absorção de energia psíquica represada, é uma das funções principais do caráter. O elemento histórico, isto é, infantil, é incorporado e continua a viver e a atuar no caráter, assim como o faz no sintoma neurótico” (REICH, 1995, p. 60).

latente do paciente, é uma análise que segue um curso puramente intelectual³⁴, o que nos remete à crítica de Reich, já estudada por nós, sobre a evitação dos analistas em tratar as resistências dos seus pacientes.

Outro elemento que Reich observou foi o de que as resistências surgiam de forma isolada, a recobrir um determinado impulso ao qual ela se conectava, para proteger e esconder. As resistências apareciam assim como camadas de defesa contra impulsos determinados, formando uma unidade em que a defesa contém o elemento instintivo sobre o qual ela recai. Reich conceitua uma “unidade funcional antitética entre instinto e defesa” (REICH, 1990, p. 129), a lembrar uma racionalidade dialética, em que a tematização da resistência permite o desvelamento daquilo que a ela se opõe e que ela traz consigo, e assim o terapeuta encontra o caminho correto para a condução da análise.

Esses dois aspectos – a hostilidade latente dissociada da produção analítica intelectual e o modo como cada impulso traz em si a camada que se lhe opõe no nível imediatamente inferior – são ilustrados pelo caso de um paciente que, segundo Reich, o alertou para a desconfiança, a rejeição e o profundo ceticismo que todo paciente tem em relação ao tratamento. Este paciente “mostrava-se muito polido e concordava com tudo”, comportamentos atrás dos quais se encontrava a sua verdadeira fonte de angústia. Ainda que este paciente “produzisse” material abundante, sobretudo em torno de uma fixação incestuosa pela mãe, sua polidez funcionava como um estrato mais alto em sua estrutura, a filtrar o conteúdo afetivo que deveria estar associado à emergência do material inconsciente. Reich observa que a situação exigia que não fossem interpretadas essas fantasias e associações claras de incesto com a mãe antes que fosse analisada sua polidez “como uma defesa contra sua percepção realmente afetiva” (REICH, 1990, p. 127). Ainda que isso estivesse em flagrante contradição com a regra vigente de interpretar cada fragmento de sonho e associação no momento e na ordem em que aparece na terapia, a análise da polidez, desconstruindo-a cada vez mais, começou a revelar um ódio até então ausente, e o paciente contido então se tornara insultante. “Assim, era a polidez que lhe aparava o ódio” (REICH, 1990, p. 127), estando ambos

³⁴ Consiste em mais uma indicação de que Reich trabalhava sobre problemas reconhecidos em psicanálise, por ex., o fato de Freud observar, num texto escrito em 1925 (*A negação*), esta dissociação entre função intelectual e processo afetivo. Segundo ele, ao longo do trabalho analítico é frequente resultar “uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, mantendo-se a repressão quanto ao essencial”; pode-se até mesmo “estabelecer a plena aceitação intelectual do reprimido, mas nem com isso o processo da repressão é levantado” (FREUD, 2014 (b), p.21).

diretamente relacionados, a polidez funcionando como uma proteção contra o ódio que era proveniente de uma camada inferior, como uma atitude inconsciente cuja análise, após o seu aparecimento, revelou ser um impulso dirigido a uma camada ainda mais inferior. A continuação da análise revelou que o ódio deste paciente repelia um medo intenso ao pai. Simultaneamente um impulso reprimido e uma defesa contra a angústia uma vez despertada perante o pai, o ódio revelava-se como “uma formação nova, de um período posterior”, em relação à angústia proveniente da camada mais abaixo.

Observações como essas revelavam que as resistências eram defesas contra impulsos mais profundos que, por sua vez, tinham a função de proteger o indivíduo contra estratos ainda mais profundos de impulsos. A análise das resistências, de sua função defensiva e nas suas relações com diferentes impulsos, revelava uma *estratificação dinâmica* do caráter, ampliando muito a compreensão da sua estrutura. Segundo Reich,

o conceito de “estratificação da couraça” abriu muitas possibilidades ao trabalho clínico. As forças e as contradições psíquicas não representavam mais um caos, mas uma organização sistemática, histórica e estruturalmente compreensível. A neurose de cada paciente individual revelou uma estrutura específica (REICH, 1990, p. 129).

Por um lado, o desenvolvimento da análise de uma forma *definitiva* de caráter, atualmente operante, revela como ela está relacionada, em última instância, à solução dada a um conflito entre os desejos genitais incestuosos e à frustração real da satisfação desses desejos. Noutras palavras, “*a formação do caráter principia como uma forma definida de superação do complexo de Édipo*” (REICH, 1995, p. 152). Como o vestígio de um conflito infantil entre o Eu e a libido, um conflito decisivo, intenso, estabeleceu-se uma forma de reação crônica, padronizada, isto é, *característica*. Por outro lado, além do modo como o caráter total e “definitivo” remete ao conflito edípico primordial, podemos entender que as diversas couraças que constituem a estrutura caracterológica remetem aos diversos conflitos que se configuram na história do indivíduo, como os seus sucessivos desenvolvimentos. As couraças que formam o caráter do indivíduo são assim as marcas concretas do seu desenvolvimento, como cristalizações das soluções (neuróticas) dadas a cada conflito experienciado pelo indivíduo na sua história.

Esses conflitos são as causas das reações do caráter, que o formaram mas também consolidam e preservam as suas formas de reação.³⁵ As resistências na situação analítica devem portanto informar o terapeuta sobre as causas e as formas de resposta que estão sendo ativadas.³⁶ Por isso, ao trabalhar com foco numa resistência atual, Reich assegura que o analista não deveria temer perder de vista a história infantil: elas “são *réplicas exatas das situações de infância* responsáveis pela formação do caráter” (REICH, 1995, p. 60; *grifo nosso*), a fornecer ao analista uma aproximação segura e direta com o conflito infantil. Reich compara essa estratificação, segundo os seus termos, a “depósitos geológicos” que, como “história solidificada” guardam vestígios de conflitos combatidos outrora.

Cada um desses estratos da estrutura do caráter é uma parte da história da vida do indivíduo, conservada e, de outra forma, ativa no presente. A experiência mostrou que os conflitos antigos podem ser bem facilmente reativados pela liberação desses estratos (REICH, 1990, p. 130).

A ideia de estratos que contêm partes da história do indivíduo, *ativas no presente*, é uma inovação para os padrões psicoterapêuticos da época, que permite trabalhar o presente e não mais ter que estar à procura de fatos de infância (cf. BARRETO, 2000, p. 43). Ao serem desarticuladas em análise, essas resistências liberam uma quantidade significativa de energia, a saber, a hostilidade que estava direcionada para o estancamento da angústia, e a própria angústia que deverá agora irromper livremente. Estas energias oscilarão pelo organismo ainda por um tempo, até que possam gradativamente ser reconduzidas para a genitalidade, a fim de melhorar-se a potência orgástica.

A relação das couraças com o conflito infantil levará à concepção de que a estratificação das defesas perfaz o processo histórico de desenvolvimento do caráter, isto é, o processo histórico da repressão da libido. Dado que “havia uma correlação entre a estrutura e o desenvolvimento da neurose”, afirma Reich, “aquilo que, quanto ao tempo, havia sido reprimido por último na infância permanecia mais próximo à

³⁵ Dado que o caráter do paciente, em seu modo típico de reagir, torna-se resistência à descoberta do inconsciente (*resistência do caráter*), pode-se provar que, durante o tratamento, essa função do caráter espelha sua origem. As causas das reações típicas de uma pessoa, no dia-a-dia e no tratamento, são as mesmas que não só determinam a formação do caráter, em primeiro lugar, como também consolidaram e preservaram o modo de reação, desde que este se estabeleceu e se constituía num mecanismo automático independente da vontade consciente (REICH, 1995, p. 150).

³⁶ “Investigando a fundo a formação do caráter desde a primeira infância, descobrimos que a couraça decorreu, nessa época, dos mesmos objetivos e razões aos quais a resistência de caráter está relacionada na situação analítica presente” (REICH, 1995, p. 60).

superfície” (REICH, 1990, p. 129). Para desfazer a repressão sexual, será preciso reverter este processo histórico, pois, “a estrutura da neurose corresponde ao seu desenvolvimento, em sequência reversa” (REICH, 1990, p. 129).

A não-sistematicidade da técnica de abordagem a que Reich se referiu – conforme vimos em (a) – era uma consideração pelo fato de que algumas resistências são mais arraigadas, isto é, possuem maior “profundidade” do que outras. Mas agora a estrutura do caráter poderá ser analisada tendo-se para isso uma indicação segura acerca de qual é o elemento certo a ser trabalhado a cada momento em análise: o elemento mais propício de ser analisado é aquele que se encontra mais acima na estrutura do caráter. A *Análise do caráter* diferencia-se da análise das resistências pelo modo como entende a sequência em que o material deve ser interpretado (cf. REICH, 1995, p. 60). Para sanar a deficiência técnica relativa à ausência de um método sistemático e ordenado para o trabalho psicoterapêutico, a Técnica de análise do caráter será aplicada segundo o *princípio de coerência*, que consiste na consideração da estratificação e da dinâmica do caráter do paciente:

Sugeri que as resistências fossem tratadas sistematicamente, começando-se com a que estivesse mais próxima da superfície psíquica e tivesse particular importância imediata (...) Uma remoção sistemática dos estratos da couraça do caráter deveria levar em conta a estratificação dos mecanismos neuróticos. Interpretações diretas da matéria instintiva inconsciente podiam apenas romper esse trabalho, e assim deviam ser evitadas (REICH, 1990, p. 150).

2. Os limites da Análise reichiana do caráter

Podemos agora ensaiar algumas conclusões sobre o nosso estudo da Análise reichiana do caráter:

A primeira conclusão que podemos extrair deste estudo é a de que o caráter reichiano é um sistema crônico de *defesa*, conceituado como um conjunto de resistências perniciosas por parte do Eu. Como tal, sua teoria do caráter é uma reinterpretação da concepção psicanalítica do Eu, que vinha então ganhando novos contornos desde *O eu e o isso*, de Freud. Na pena de Freud, o Eu é uma espécie de herói, merecedor de toda nossa simpatia e respeito, devido ao seu papel de mediador no conflito entre as exigências do mundo externo e as exigências demoníacas do Isso. A psicoterapia proposta por Freud vinha então em auxílio deste papel do Eu, por vezes até mesmo reforçando e consolidando suas formas de defesa contra a vida instintiva. Por

sua vez, vimos que a postura adotada por Reich em sua *Análise do caráter* é completamente hostil ao Eu e suas defesas. Segundo Robinson, “o contraste entre a hostilidade de Reich e a compaixão de Freud em relação ao ego refletiu, exatamente, a diferença entre suas respectivas atitudes para com os instintos” (ROBINSON, 1971, p. 20).

De fato, sabemos que Reich podia adotar uma postura afirmativa dos instintos porque, diferentemente de Freud, que em sua análise do *Ics* encontrou toda sorte de maldade e destrutividade no homem, ele compreendia a personalidade humana como estruturada em três níveis elementares:

Havia o estrato mais superficial, a superestrutura caracterológica, como sendo a aparência que a pessoa escolhe apresentar ao mundo, recobrando sua perversão. Uma espécie de máscara de autocontrole, sociabilidade artificial, polidez compulsiva, etc. Vimos também que o processo terapêutico fracassaria se esse estrato fosse tomado como base para a interpretação. Abaixo deste nível, havia uma segunda camada, que pode em grande medida ser descrita como o *Ics* freudiano, reservatório das perversões, do sadismo, da destrutividade. Mas para Reich, este segundo nível é somente o resultado da repressão em nossa cultura negadora do sexo. Enquanto a psicanálise freudiana se limitava a trabalhar as relações entre as duas camadas mais à superfície, acreditando na necessidade de repressão e laborando a favor do fortalecimento do ego-caráter, a “lógica implícita” na caracterologia reichiana, segundo Robinson, é a de que “em última instância, o próprio caráter era uma doença, tanto mais perniciosa por não ser reconhecida como tal” (ROBINSON, 1971, p. 21). Daí que, em sua *Análise do caráter*, Reich nos forneça uma compreensão da personalidade que confere “uma espécie de justificação funcional” ao caráter, assumindo a missão de denúncia do Eu e da natureza doentia de sua resposta aos impulsos inconscientes.

Em relação ao *Ics* freudiano, Reich continuou sua análise até alcançar uma terceira camada de impulsos. Segundo Boadella,

O sucesso do método da análise do caráter reside na sua capacidade de penetrar por baixo dessa camada em direção a uma outra fundamental onde os impulsos não são mais distorcidos e patológicos mas, de forma espontânea, decentes. Esta camada principal era tão saudável quanto às secundárias e na superfície havia doença emocional (BOADELLA, 1985, p. 47).

Esta seria uma “camada fundamental” encontrada pelo terapeuta que conduzir, de forma eficiente, a análise dos impulsos que constituem o caráter neurótico. Então,

finalmente vem à tona uma camada de impulsos dotados de “um colorido sexual”, ligados a um “desejo genital incestuoso” (REICH, 1990, p. 129), e que Reich afirmou como sendo *o cerne biológico da estrutura humana*, que teria ficado em desacordo com as instituições civilizadas, a partir de então inconsciente e temido (cf. REICH, 1990, pp. 200-1).

Feitas essas primeiras considerações, recoloquemos nosso problema: Como podemos compreender a afirmação deste “cerne de natureza” na reflexão de um autor que propõe, justamente, uma “historicização” dos conceitos freudianos? Se em ocasiões anteriores concluímos por uma desclassificação ou redução da história à natureza na Teoria do orgasmo (cf. p. 34 e p. 45), podemos agora extrair de nosso estudo da *Análise do caráter* a consideração de que Reich concebeu a estrutura do caráter, no processo de sua formação e na função que ele cumpre, mantendo o modelo teórico da neurose atual que ele utilizou como base para sua Teoria do orgasmo. Vejamos.

Em sua revisão da etiologia das neuroses, o teórico do orgasmo revelou uma base fisiológica comum a todas as enfermidades neuróticas e, agora, esta noção de estase como “o fator sempre-presente simultâneo da enfermidade” (REICH, 1990, p. 103) respaldará a concepção das resistências e das couraças como um sistema de defesas *atuais* do neurótico. Essas couraças são formações que o teórico e analista reichiano investiga a partir de uma etiologia contemporânea (os modos de reação do caráter frente às situações atuais, no cotidiano e durante a análise, seus gestos, a modulação da sua voz, o modo como respira, etc.). Elas remetem apenas secundariamente a sua etiologia histórica, cuja importância está em ser uma projeção instrutiva para a sistemática de abordagem da estrutura do caráter, em que o crucial é a dissolução das resistências e couraças como mecanismos atuais, desimpedindo o fluxo da energia que se encontra represada. Em suma, do mesmo modo que, do ponto de vista teórico, o problema histórico do complexo edípico cedia lugar ao problema da estase, do ponto de vista técnico, a dissolução do padrão de reação do caráter, isto é, do acúmulo energético presente na couraça, significa que o trabalho terapêutico chega ao seu fim.

A confirmação de nossa hipótese de uma perda da história, como forma de problematização da neurose em Reich, está em que a teoria do orgasmo e a análise do caráter estabelecem um *quadro atual* onde aparecem, *simultaneamente*, a neurose e seus sintomas, a fonte de sua energia, a perturbação da genitalidade. Todo o entendimento do problema e a ação da cura se esgotarão no interior desse quadro atual: a liberação do

fluxo de energia vegetativa dissolve a profundidade histórica, que parecia consistir na maneira encontrada por Freud para problematizar o sintoma psiconeurótico fora dos limites estritamente fisiológicos do organismo – enquanto, por outro lado, era justamente essa “atualidade” que caracterizava, na distinção de Freud, a impossibilidade de uma psicanálise.

Com Reich, do sintoma se persegue sua excitação somática atual, seu circuito e seus entraves manifestos no corpo, isto é, neste corpo presente que está diante do médico e se oferece ao seu toque, restaurando concomitantemente seu fluxo e sua descarga. Tudo está ligado por uma relação imediata: o paciente experimenta a satisfação sexual e seu sintoma desaparece. Junto com o sintoma, a descarga também eliminou as fixações patológicas, as fantasias edípicas e outros conflitos que aí se impuseram desde experiências remotas. Vimos como a potência orgástica, conceito teórico, reduzia a história à condição de etiologia secundária; agora, como meta da psicoterapia, a irrupção do orgasmo potente anula, sem recursos, a história da neurose e do sujeito.

Ainda que nosso recorte tenha privilegiado a *Análise do caráter* (cf. nota nº 24), podemos estender nossa análise de modo a incluir a sua evolução, a partir de 1934, para a vegetoterapia caracterológico-analítica. Esta se define por uma abordagem direta do sistema fisiológico e muscular, sem os intermediários da linguagem e da psicologia.

A irrupção no campo biológico é muito mais completa e carregada de energia, quanto mais completamente tratamos não só as atitudes de caráter, mas também as atitudes musculares correspondentes. Isso faz com que uma parte do trabalho seja desviado dos campos psicológicos e caracterológicos para a dissolução imediata da *couraça muscular*. Já está claro há algum tempo (...) [que] *é precisamente o processo fisiológico de repressão* que merece a nossa maior atenção (REICH, 1990, p. 254-5).

A partir de então, a própria estrutura psíquica será compreendida como “*uma estrutura biofísica* que representa um estado específico indicativo da interação de forças vegetativas de uma pessoa”. Essa passagem para a vegetoterapia se dá com a descoberta do “reflexo do orgasmo”, uma descoberta segundo as exigências científico-naturais da fisiologia e que diz respeito ao equilíbrio vegetativo e à motilidade natural. Sendo assim, a hipótese de *redução da história* a leis biológicas torna-se ainda mais evidente quando Reich afirmar, do ponto de vista desta nova abordagem, que *a história e o significado de uma neurose estão contidos na rigidez muscular*, e que aquilo que o

trabalho clínico pretende realizar “não é senão uma mudança na interação das forças no mecanismo da vida vegetativa” (cf. REICH, 1990, p. 255).

Numa palavra, enfatizamos que a noção clínica de atualidade, em Reich, minimiza a importância do método interpretativo freudiano que visa reconstituir e problematizar um padrão afetivo historicamente estabelecido. Assim, a complexidade histórica da constituição da subjetividade, dos mecanismos do inconsciente, das experiências infantis e de outras gerações será identificada a uma couraça caracterológica, em seguida a uma couraça muscular, fazendo da neurose uma questão praticamente fisiológica. Segundo Palmier, este fisiologismo ou biologismo de Reich não consistiria absolutamente num aprofundamento científico da psicanálise, mas numa regressão manifesta das teses freudianas. Ao identificar a libido a uma energia bioelétrica, Reich daria mostras de que desconhecia a estrutura específica da *Trieb* freudiana (PALMIER, 2013, p. 40).

Vejamos agora alguns contra argumentos, bastante plausíveis, à ideia de uma perda de história nas elaborações teóricas de Reich.

Primeiramente, é preciso observar o seguinte envolvimento das noções de Natureza e História no pensamento clínico de Reich: a descoberta da natureza (o cerne biológico, como uma camada de impulsos sexuais que se autorregulam) seria fruto de uma continuação da análise dos desenvolvimentos “históricos” que levaram ao aparecimento da destrutividade humana, dadas as condições de uma cultura negadora do sexo. Portanto, e o que é o mais desconcertante, *a descoberta do “cerne de natureza”, em Reich, é o próprio produto de uma “historicização”*. Diante dessa forma de analisar historicamente a personalidade em seus estratos, realizada por Reich, a própria análise das vicissitudes históricas dos instintos, tal como desenvolvida por Freud em sua psicanálise, aparecerá com o sentido pejorativo de uma “naturalização”: ela haveria sido interrompida quando chegou ao segundo estrato, digamos, deixando de compreender o “caráter derivado”, isto é, historicamente produzido, daquilo que ela terminou por naturalizar como destrutividade humana, através de hipóteses como masoquismo primário e instinto de morte.

Sendo assim, as noções de “naturalização” e “historicização” agora se embaralharam completamente. Pois, como pode haver uma natureza, o cerne biológico, postulada como resultado de uma análise histórica que se atribui, precisamente, a tarefa

de desconstruir as naturalizações? A partir de agora, temos que lidar com essa ambiguidade na noção de natureza em nossa investigação do trabalho de Reich. É como se houvesse uma natureza falsa – o instinto de morte, a destrutividade humana, a angústia ou o modelo edípico de família –, por um lado, e uma natureza verdadeira, que é o cerne biológico em sua capacidade de autorregulação, por outro. Voltaremos a essa questão noutro momento.

Em segundo lugar, a identificação reichiana da libido como uma energia bioelétrica não permite afirmar, simplesmente, como o faz Palmier (2013), que Reich desconhecesse a estrutura específica da *Trieb*. A questão é mais complexa, na medida em que Reich na verdade entendia que a dimensão psicológica da *Trieb* (conceito limítrofe entre o somático e o psíquico, segundo Freud) era meramente uma psicologização, isto é, uma estratégia provisória da qual Freud fazia uso para tematizar algo para o qual ainda não havia bases seguras, e que deveria ser mais bem determinado, em seguida, pela biologia e pela química.

Em terceiro lugar, não podemos nos esquecer que, quando Reich deixou de analisar o sintoma para debruçar-se sobre o caráter, ele justificou tal abordagem pelo fato de que o sintoma correspondia a uma vivência pontual na história do neurótico, ao passo que o caráter seria o produto de toda a sua história. Assim, a Análise do caráter teria sido desenvolvida para lidar com a história total do indivíduo, a partir do que se poderia também contra argumentar: que a teoria da estrutura e da gênese do caráter, da formação da couraça como “depósitos geológicos” foi, ela mesma, compreendida como o resultado deste processo histórico. Como comenta Rouanet, a respeito da teoria do caráter de Reich:

ora, essa *Panzerung* tem uma história; mais exatamente, não é outra coisa que a cristalização de toda a história passada do indivíduo. É a soma de todas as vicissitudes vividas pelas pulsões, durante a biografia do indivíduo, e da forma pelas quais essas pulsões realizaram seu destino, seja pela gratificação, seja pela sublimação, seja pela repressão (ROUANET, 1998, p. 32).

O papel da história teria sido ainda fundamental para a constituição da Técnica de análise deste caráter, fornecendo, através da “correlação entre estrutura e desenvolvimento da neurose”, o entendimento da ordem correta para manejar a eliminação das resistências, isto é, a história foi a chave para a elaboração do “trabalho sistemático e ordenado” que faltava no campo da psicoterapia.

Estes contra argumentos parecem inviabilizar *tout court* a ideia de uma redução da história em benefício da natureza, no pensamento de nosso futuro filósofo social. Se os considerarmos com maior cautela, veremos, como mais um contra argumento à nossa hipótese de perda de história na *Análise do caráter*, que esta não está dissociada de uma preocupação com as condições históricas e sociais para o desenvolvimento do caráter neurótico, bem como da potência orgástica. Ainda que Reich afirmasse que todo o seu pensamento foi determinado pela sua Teoria do orgasmo, cujo aspecto naturalizante nos levou a suspeitar, e depois verificar (perpassando o conjunto teórico-clínico de problemas formado a partir desta teoria), uma limitação da sua capacidade de crítica histórica, é preciso observar a existência de outro conjunto de questões inaugurado por ele, paralelamente ao âmbito clínico do seu trabalho, como uma investigação das origens da repressão sexual.

Se, na metade da década de 1920, o trabalho clínico de Reich era reformulado com base na elaboração da teoria do orgasmo, na parte final da década ele sofrerá um redimensionamento à luz de sua crítica social, que até o momento ainda não consideramos. Acompanhamos até aqui o desenvolvimento de um conjunto de problemas interno à clínica, digamos, que parte da seguinte pergunta: dado o fato da repressão sexual, e a enfermidade neurótica resultante, o que devemos entender sobre esta enfermidade (teoria da neurose) e o modo como atua no organismo (teoria da estrutura do caráter), de modo a curá-lo, isto é, restabelecer sua potência orgástica (técnica de análise do caráter)? Esse conjunto de problemas forma uma vertente que se desenvolverá ao longo das décadas de 1930 e 1940 até a orgonoterapia.

No mencionado conjunto paralelo de problemas, que não parte do reprimido, mas pergunta: “qual é a fonte e função da repressão sexual?” (REICH, 1990, p. 105), Reich estabelecerá uma investigação das origens sociais da repressão, como aquele que se define como o “setor sociológico” (REICH, 1990, p. 105) do seu pensamento, no qual encontraremos a conhecida tentativa reichiana de uma injunção entre freudismo e marxismo, ao lado de suas polêmicas antifascistas. Ainda que esta crítica social tenha permanecido em forma embrionária por mais tempo, enquanto as questões clínicas ganharam maior interesse de Reich desde as suas primeiras contribuições, há importantes intérpretes que a consideram “em muitos aspectos, a fase mais interessante de sua carreira” (ROBINSON, 1971, p. 31).

No bojo desse setor sociológico, e no modo como ele se anuncia no próprio texto de *Análise do caráter*, é possível perceber que Reich reconheceria que as condições que

levam a uma determinada resolução do conflito sexual da infância, isto é, “as condições da formação e a estrutura do caráter”, “correspondem às circunstâncias sociais predominantes às quais a sexualidade infantil está submetida” (REICH, 1995, p. 152). Ou ainda, que a *base de reação do caráter neurótico* se dá “sob as condições a que a formação do caráter está sujeita em nossos círculos culturais” (REICH, 1995, p. 154). No capítulo que encerra a parte sobre a Teoria da formação do caráter³⁷, Reich afirma que (cf. REICH, 1995, pp. 263-4) “o sofrimento provém da sociedade”. Para ele, o conflito original da neurose é um “conflito entre a exigência sexual pulsional e a ameaça de ser punido por uma sociedade patriarcal autoritária por ter se envolvido em atividade sexual”, e “por isso, temos toda razão em perguntar por que a sociedade produz sofrimento e a quem isso interessa”. Para Reich, que escreve essas páginas já na década de 1930, portanto após a consolidação de uma orientação sociológica marxista, os fatores relacionados à neurose, ao sofrimento, à destrutividade, “não são determinados biologicamente, mas sociologicamente”, revelando-se ciente de que as condições últimas da formação do caráter residem num determinado momento histórico, onde determinadas condições sociais e culturais respondem pela formação de sua estrutura. “Todas essas condições são determinadas pela ordem social dominante no que diz respeito à educação, moralidade e satisfação das necessidades, em última análise, pela estrutura econômica vigente da sociedade” (REICH, 1995, p. 156).

Em suma, como um argumento possivelmente contrário à ideia de uma redução da história à natureza na clínica reichiana, o problema perseguido pelo seu criticismo social demonstraria que Reich haveria compreendido os limites da Análise do caráter, isto é, da reflexão clínica sobre a neurose, motivando-se a extrapolá-la na direção de suas condições históricas e sociais, como condições objetivas na determinação da neurose em massa. Devemos, então, entender a pergunta de Reich por tais condições da repressão sexual como uma crítica *em ruptura* com o âmbito clínico? Tudo indica que não. Tanto a Análise do caráter quanto a crítica social são ambas igualmente fundamentadas na Teoria do orgasmo e, apesar de se desenvolverem como dois conjuntos paralelos de problemas, seus resultados devem ser compreendidos a partir do modo como se respaldam mutuamente. A relevância desse diálogo entre clínica e investigação social em Reich pode ser apreendida na noção de *caráter autorregulado* – uma das grandes descobertas do trabalho clínico de Reich –, relacionado ao

³⁷ “Algumas observações sobre o conflito básico entre necessidade e mundo externo” (REICH, 1995, pp. 255 e ss.).

conhecimento da existência de um vínculo entre estrutura psíquica e estrutura social, demonstrando, portanto, que em momento algum Reich ficou alheio à dimensão histórica do problema. Senão, vejamos.

Enquanto muitos analistas ficaram satisfeitos em aliviar os sintomas de seus pacientes, as tentativas de Reich em dissolver o encorajamento neurótico do caráter subjacente a esses sintomas o conduziram a mudanças de personalidade de alcance mais efetivo. Segundo Boadella (1985, p. 46), os seus sucessos terapêuticos levaram a modificações globais no funcionamento de uma pessoa, cujo estudo o levou ao conhecimento do caráter autorregulado. Assim, já em 1929, num artigo chamado *O caráter genital e o caráter neurótico*, Reich distinguia o caráter genital autorregulado para defini-lo com base na noção de potência orgástica.³⁸ Este caráter se apresentaria em desarmonia com a ordem social vigente, revelando, por contraste, a existência de um vínculo estrutural entre o psiquismo neurótico e a ordem social repressora. Segundo Boadella,

Tal indivíduo não era dividido pelas cisões que perturbam a média das pessoas, entre a natureza humana por um lado e a civilização de outro, ou entre comportamento instintivo e comportamento moral; ou comportamento animal e racional. Seria mais racional, pois estaria em contato mais próximo com sua natureza animal; mais moral de forma natural porque os seus impulsos não seriam mais tão violentos e perigosos que teriam de ser reprimidos, mais civilizado porque mais plenamente humano (...) Desvendar completamente a estrutura de caráter como Reich estava fazendo, deveria levar inevitavelmente ao questionamento da *estrutura social*, que enfatizava certos tipos de rigidez neurótica e que foi identificada de modo tão rigoroso às forças repressivas e controladoras da personalidade (BOADELLA, 1985, pp. 49-50).

Desse modo, o caráter autorregulado é uma noção que organiza a crítica reichiana da antítese entre sexualidade e cultura, tese esta postulada por muitos como justificativa para a necessidade de repressão sexual. Esta antítese é característica do neurótico e da ordem social repressora em que ele vive. Os ensinamentos da Análise do

³⁸ “Em um artigo publicado em 1929, Reich estava em condições, pela primeira vez, de estabelecer a diferença entre as estruturas de caráter de uma forma fundamental: com base no seu grau de doença ou saúde. Reservou o termo ‘caráter neurótico’ para todas as formas qualitativamente variadas de caracteres diversos que eram formados a partir da repressão dos impulsos naturais. Para a pessoa que era capaz de agir a partir de sua primeira camada diretamente, de uma forma madura, usou os termos: ‘caráter auto-regulado’, ‘caráter genital’ e ‘caráter não blindado’. O termo ‘caráter genital’ já estava em uso, mas Reich adotou-o em um sentido mais específico, ou seja, como sinônimo de seu conceito de potência orgástica” (BOADELLA, 1985, pp. 47-8). Em relação à potência orgástica, o caráter seria “a antítese econômica do orgasmo”, desenvolvendo-se à custa deste. Robinson observa que a existência de um caráter genital não contradiz essa tese, sendo este “uma espécie de anti-caráter. Representa um estilo de ego que é profundamente transparente aos desejos do id” (ROBINSON, 1971, p. 20, *nota*).

caráter dialogam com a investigação social beneficiando-se dela, por exemplo, como quando Reich afirma, no prefácio à sua primeira edição de 1933, que “a estrutura do caráter é o processo sociológico congelado de uma determinada época” (REICH, 1995, p. 7). Inversamente, a investigação social também faz recurso às descobertas clínicas, como quando a análise dos aspectos do funcionamento da estrutura neurótica aponta-a como condição imprescindível para a manutenção do sistema ideológico repressor; ou quando esta análise demonstra o caráter derivado da destrutividade humana, em função de uma realidade social sexualmente repressiva. Neste último caso, a clínica desenvolve noções que respaldam uma denúncia das implicações políticas e sociais reacionárias da teoria e da técnica psicanalíticas.

Assim, somos levados à conclusão, de que dificilmente poderemos nos desvencilhar, segundo a qual *a teoria do orgasmo e a análise do caráter não devem ser tomadas como incompatíveis (no sentido de uma contradição negligenciada) com a investigação histórica de Reich*. Reich estaria de alguma forma combinando todas essas dimensões. É possível esperar que encontremos uma relação definida entre a Natureza da Teoria do orgasmo e a concepção sócio histórica de Reich? Como Reich poderia elaborar essa relação?

Tais argumentos exigem uma ampliação do nosso recorte, estudando a crítica social de Reich de modo a decidir se esse “diálogo” entre suas duas linhas de investigação depõe a favor da historicidade da análise do caráter, ou contra a historicidade do seu criticismo social. É possível esperar que, em última instância, esse papel tão importante dado à natureza libidinal, às funções vegetativas, conforme vimos na teoria do orgasmo e na análise do caráter, se harmonize com uma crítica histórica de orientação marxista? Noutras palavras, sem o estudo da sua crítica social nós ainda não criamos a melhor oportunidade para compreender como a Natureza em Reich se pretenderia harmonizar com as premissas do materialismo histórico de Marx e Engels.

3. Helmut Dahmer e a “defasagem teórica” no criticismo social de Reich

Podemos tentar encurtar nosso caminho, apresentando de antemão a análise crítica do sociólogo marxista alemão Helmut Dahmer, que afirmará categoricamente que os resquícios de uma antropologia naturalista no pensamento de Reich produziriam uma “defasagem teórica” na leitura que este faz do materialismo histórico. Assim,

encontraríamos uma possível resposta à nossa questão, no sentido de que a Natureza não se harmonizará com a reflexão histórica em Reich, funcionando como um fator de exclusão ou limitação desta última³⁹. Estudaremos agora a sua contribuição feita para o livro *Reich perante Marx e Freud*, organizado por Jean-Marie Brohm, em 1978.

Segundo Dahmer⁴⁰, a *Análise do caráter* de Reich tem por objetivo uma racionalização da técnica psicanalítica. Tratou-se de uma objetivação da couraça e do sistema de defesas, para que então sua destruição sistemática levasse ao restabelecimento da potência orgástica, da saúde do organismo. Com a descoberta do reflexo orgástico e outros desenvolvimentos posteriores que levam à vegetoterapia e à orgonoterapia, Reich ainda abandonará a dimensão psicológica da sua ação, o domínio da linguagem, da reflexão e da prática (cf. DAHMER, 1978, p. 34), passando diretamente à destruição das defesas e à libertação dos instintos primários, sem ter em conta as possibilidades de associação ou de memória e abstraindo da consciência dos pacientes. Agora, entende Reich, a psicoterapia tem por alvo a estrutura biopática; como psicologia nervosa e muscular, ela abordará o terreno das funções protoplasmáticas, pois o ser vivo funciona para lá de palavras, conceitos e ideias. O ser vivo não pensa, diz Reich, ele se exprime biologicamente. A psicoterapia vai dispor de meios físicos para abordar os equivalentes somáticos dos mecanismos psicológicos de defesa, a fim de desimpedir o fluxo da energia vegetativa.

Dahmer escolhe bem as passagens em que Reich expressa o objetivo da psicoterapia nos termos de uma *libertação da biologia*, que ressurge livre das perturbações que tinham se sobreposto a ela. Por exemplo: “o desvendar do núcleo do sistema biológico e o estabelecimento de uma economia energética equilibrada conduzem automaticamente ao desaparecimento dos sintomas, se é verdade que estes, do ponto de vista energético, resultam duma desorganização das trocas de energia no interior do sistema biológico”. Ou ainda: “a análise tem por primeiro objetivo, libertar os homens do que oprime e subjuga as suas pulsões” (REICH, “*Análise do caráter*”; *apud* DAHMER, 1978, p. 35). Com essas passagens, Dahmer busca evidenciar o caráter utópico, ideológico e burguês da teoria e da prática terapêutica reichianas, no modo

³⁹ Esta discussão foi primeiramente apresentada por nós em forma de Seminário Teórico no XXI Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais, e publicada nos seus anais com o título “Algumas considerações sobre o problema das relações entre natureza e história em Wilhelm Reich” (BALTAZAR, T. H., *In*: VOLPI & VOLPI, 2016).

⁴⁰ Cf. “Wilhelm Reich, Freud e Marx”, *In*: DAHMER; FRAPPIER; BROHM; 1978, pp. 7-57.

como Reich pensa tal acontecimento da “liberação” e a capacidade da biologia vital para, estando desimpedida, organizar e garantir, por si mesma e automaticamente, a vida prazerosa dos indivíduos e da coletividade:

Estas pulsões já não carecerão de qualquer outra elaboração por parte dos indivíduos, pois se encontram já ordenadas “correctamente” ao nível biológico (isto é, garantem o prazer e a auto-conservação) e estão em harmonia, tanto com a natureza humana, como com a natureza exterior (o oceano de orgões), ou ainda com a “democracia do trabalho” que será a sociedade do futuro (do futuro próximo) (DAHMER, 1978, p. 36).

A tematização da liberdade por Reich seria, portanto, ideológica, afirma Dahmer, no sentido de que se trataria apenas de um abrir caminho para uma regulação, a qual Reich chama “autorregulação biológica”, mas que, no entanto, determinará por meio de leis naturais as formas de organização da vida individual e social.

Segundo uma conhecida tese de Reich sobre “a posição sociológica da psicanálise”, esta haveria surgido com o *declínio* da moral burguesa, explicitando suas contradições e oferecendo, pela primeira vez na história, uma abordagem verdadeiramente científica para o problema da repressão sexual. A psicanálise representaria, portanto, uma teoria revolucionária em prol da transformação do capitalismo⁴¹. Por sua vez, Dahmer parte para uma consideração mais crítica a respeito do surgimento histórico da própria psicanálise. Ele analisa que, nos primeiros séculos de desenvolvimento do capitalismo, a reação ao declínio da pequena e média propriedade se caracterizou por movimentos de libertação burguesa, que garantiam autonomia aos proprietários recém-libertados dos favores senhoriais, e colocavam em suas mãos a sua própria existência individual. Provém desta etapa do desenvolvimento capitalista todas as noções que serviram para falar da “pessoa”, para nos compreendermos a nós próprios (autonomia, consciência, independência, espontaneidade, livre arbítrio, bem como os conceitos da psicologia do Eu). Mais tarde, esse sistema de compreensão entrará em colapso diante das transformações da realidade material em que foi gerado.

Com o declínio da importância social da pequena e da média propriedade, estas auto-interpretações perderam a base real e continuam a viver como ideologias, como um “Kulturlag”, no “ideal do Ego” de burgueses que se tornaram incapazes de se manterem por si e se encontram pouco certos de que a sua prática econômica “solipsista” conduza automaticamente ao progresso social e à harmoniosa expansão da riqueza social. O desfazamento criado pela evolução social entre a prática da vida e a maneira de os homens se compreenderem a si próprios, entre a reivindicação de autonomia e a impotência de facto, fornece o quadro em que se desenvolvem as neuroses

⁴¹ Cf. REICH, 1983, pp. 115 e ss.

individuais, cujo denominador comum Nunberg, Fenichel e outros definiram como “fraqueza do Ego” (DAHMER, 1978, p. 45).

Dahmer conclui que, se a psicoterapia freudiana surgiu num contexto em que se observara uma disseminação das neuroses na civilização, ela nem por isso representaria o reconhecimento das contradições de uma moral sexual repressora, como quer Reich, atacando os grilhões ideológicos do capitalismo. Originalmente, a psicanálise é um fenômeno da libertação burguesa, seus conceitos foram geridos juntamente com os ideais burgueses de liberdade, e as neuroses de que ela busca tratar são na verdade um sinal do colapso de todo este sistema de compreensão em que ela mesma está inserida. Reich não poderia compreender a real posição sociológica da psicanálise, segundo Dahmer, uma vez que suas premissas fundamentais acerca do homem como “um pedaço da natureza, sujeito à sua lei”⁴²; do flagelo humano como uma perturbação das trocas de energia orgônica entre o organismo e o cosmos, periodicamente efetuada através do orgasmo; da instauração de um sistema econômico opressor como irrupção de uma moral sexualmente repressora; ou das couraças como “o nó de todas as funções humanas representando *desvios* em relação à lei natural do ser vivo...” – todas essas formas de Reich conceber a condição humana como consequência de uma perturbação da natureza “bloqueia o seu próprio acesso à história social e à práxis da transformação da sociedade”, pois, “para ele, o homem é, antes de mais, um animal harmonioso em si, capaz de auto-regulação” (DAHMER, 1978, p. 21).

Com a irrupção da moral sexual, durante o período de surgimento da sociedade de classes o homem degenerou e o seu funcionamento natural foi perturbado. A “cultura” é, desde sempre, o produto de uma “biopatia”, a história (da sociedade de classes) é a história de uma doença, a apostasia da natureza (DAHMER, 1978, p. 21).

“Qual é então, o objetivo da psicoterapia reichiana?”, pergunta-se Dahmer, e a resposta nós já conhecemos pelo estudo que acabamos de realizar sobre a *Análise do caráter*: é o restabelecimento do funcionamento natural do organismo humano, isto é, da potência orgástica, onde o homem aprende a deixar de ser regulado coercitivamente pelas couraças, para deixar-se regular pelo ritmo natural dos instintos biológicos. Este *regresso à natureza*, que é a grande “divisa de Reich”, segundo Dahmer, como ficção

⁴² “Tanto para o jovem Reich como para o Reich da última fase, tanto para o psicanalista como para o teórico do orgone, só há uma ciência, a da natureza, e o homem, o ‘animal humano’ como gosta de lhe chamar, é um pedaço de natureza, sujeito à sua lei (a fórmula do orgasmo, a fórmula da vida)” (DAHMER, 1978, pp. 20-1).

de uma natureza harmoniosa, é o que o distanciará tanto de Marx como de Freud. Pois, ainda que o grande tema político de Reich tenha sido a determinação das relações entre freudismo e marxismo, sua “idolatria da natureza conduziu-o a soluções ilusórias” (DAHMER, 1978, p. 19). Acrescenta ainda que Reich seria um descendente do “socialismo verdadeiro do século XIX”, cuja “natureza” não é mais do que uma noção da ideologia burguesa, a mesma que Marx criticara juntamente com Feuerbach no *Manifesto do partido comunista*.⁴³

Reich afirmava que se sentia apenas o instrumento de uma lógica implícita em tudo o que escreveu – e vimos esse tipo de afirmação em várias ocasiões, e também intérpretes que consideram o trabalho de Reich como um “desenvolvimento perfeitamente lógico” das ideias psicanalíticas iniciais. Para Dahmer, diferentemente, na “longa glosa” que as publicações de Reich formariam em torno de poucas teses fundamentais, “trata-se do desenvolvimento lógico duma antropologia naturalista, elaborada a partir da teoria freudiana dos instintos e finalizando numa doutrina da vida e da salvação, que tem consequências ontológicas e é imitada das ciências da natureza” (DAHMER, *et. al.*, 1978, p. 14). Segundo o autor, no lugar do referido desenvolvimento perfeitamente lógico constata-se que *essa antropologia naturalista implicaria uma defasagem teórica de Reich em relação a Marx e Freud* (cf. DAHMER, *et. al.*, 1978, p. 19), o que ele demarcará a partir de uma distinção entre “teoria crítica” e “teoria naturalista”:

Marxismo e psicanálise são teorias essencialmente críticas⁴⁴, o que se caracteriza por terem como ponto de partida a dimensão histórica e social, e também pelo fato de que suas teses não pretendem fixar-se como descrição das leis em que operam seus objetos. O Homem, o psiquismo, a sociedade ou a economia, segundo Marx e Freud, são, antes de qualquer outra coisa, teses para a transformação desses mesmos objetos.

Ambas as teorias críticas analisam o respectivo objeto como algo sujeito a leis naturais, psicológicas ou sociais (...) Mas nenhuma destas duas teorias pretende manipular seu objeto pelo conhecimento de tais leis. Tanto uma

⁴³ “No conjunto dos ideólogos socialistas pequeno-burgueses criticados no ‘Manifesto do Partido Comunista’, encontra-se o grupo alemão dos ‘socialistas verdadeiros’, saídos da ‘nova religião’ de Feuerbach e do seu ‘culto ao homem abstracto’. O apelo à natureza e ao homem natural como norma é um ponto comum tanto aos ‘socialistas verdadeiros’ como de Feuerbach (*e também de Reich*). Marx desenvolve uma crítica à sua idolatria da natureza” (DAHMER, 1978, p. 17; *grifo nosso*).

⁴⁴ “Incitamento a ‘sabotar o destino’, a teoria de Freud é, por isso, parente muito próximo da teoria crítica de Marx” (DAHMER, 1978, p. 15). Dahmer faz referência ao seu ensaio “Psicanálise e materialismo histórico” (in: *Ps. als Sozialwissenschaft*, Frankfurt, 1971). Este texto, a que não conseguimos acesso, deve ser relevante para aprofundar nossa tese, mais adiante, de que Dahmer estaria associando Freud ao materialismo dialético.

como a outra concebem tais leis, como leis que têm por base a *inconsciência* daqueles a quem elas dizem respeito. Esforçam-se por fazer penetrar a própria *teoria* na consciência dos objetos sujeitos, tanto da neurose como das mercadorias, quer através da destruição da ignorância, quer pela ação política. (A teoria é uma formação insuficiente mas provisoriamente aceitável, designando um modo de existência um pouco deficiente desse objeto, que tem por particularidade o poder tornar-se sujeito em certas condições propícias, transformando assim a situação inicial, a situação de inconsciência, a cuja existência está ligado o funcionamento das leis)” (DAHMER, *et. al.*, 1978, p. 47).

Noutras palavras: em Marx e Freud, a tese do funcionamento das leis do objeto – tornando-as conscientes como leis de funcionamento do sujeito – é já uma transformação do objeto que estava ligado a essas leis. Esse tipo de teoria é diferente da teoria naturalista, uma vez que esta última limitar-se-ia a fixar um conhecimento dessas leis, com vistas à manipulação do objeto que assim se tornou conhecido. Por sua vez, “na sua compreensão do materialismo histórico e da psicanálise, Reich reduz, tanto um como o outro a teorias naturalistas (...) e faz desaparecer a dimensão social e histórica, terreno único originário das teorias críticas de que Reich pretende partir” (DAHMER, *et. al.*, 1978, p. 16).

Nisso consistiria a defasagem teórica de Reich em relação às duas teorias críticas que pretendeu mobilizar em sua economia sexual; defasagem produzida pelo seu reducionismo biológico, pela sua exigência científico-naturalista, e pela sua crença no homem como bom selvagem. Portanto, a antropologia natural que atravessa o pensamento de Reich deve ser distinguida da *antropologia histórica* de Marx, onde não encontraremos jamais uma adequação do homem à natureza. Em Marx, pelo contrário, é uma *inadequação* entre o homem e a natureza que constitui o motor do processo de produção do homem por si próprio, isto é, “a história da formação da natureza humana” (DAHMER, *et. al.*, 1978, p. 23). Nesta perspectiva de uma antropologia histórica, a relação sexual, como tudo o mais na vida dos homens, presta-se a um juízo global sobre o conjunto da etapa em que se encontra a formação do homem, e não remete jamais a um fundamento normativo que teria por base uma relação natural invariante (cf. DAHMER, *et. al.*, 1978, p. 23).

4. O pressuposto da incompatibilidade entre história e natureza

Na perspectiva de Dahmer, nossa suspeita de uma perda de história pareceu confirmar-se: o que Reich desenvolveu, após sua Teoria do orgasmo, teria sido nada mais do que uma terapia ideologicamente libertária e, ainda, uma crítica social artificial onde veremos, de forma muito mais explícita, que *a Natureza funciona como o limite de sua capacidade de pensar historicamente*. Nos termos de Dahmer, a natureza arrancou Reich da dimensão histórica e social, terreno único originário de onde partem as teorias que pretendeu mobilizar em sua crítica social.

O que está se passando com a crítica que acabamos de considerar – bem como aquelas que elencamos a respeito dos limites da análise reichiana do caráter, cf. p. 67 e ss. – é que, à natureza, atribui-se o papel de uma limitação da história, esta última como elemento crítico. Sobre este ponto, o artigo de Paul Frappier, *A sobrestimação da repressão sexual em “A psicologia de massas do fascismo”*, reunido na mesma obra em que encontramos o artigo discutido anteriormente, vem de encontro às conclusões deste ao lembrar-nos que “a concepção marxista considera que é próprio da condição humana (da ‘natureza’ humana) ser directa e imediatamente uma condição social, que é transformada pela prática *histórica*”. O autor então nos esclarece que Reich haveria cometido o erro clássico de separar abstratamente as necessidades humanas da práxis humana, tornando-se incapaz de apreender “toda a sua dimensão social”, e tendendo a considera-las como simples efeitos de uma *natureza* que ele no entanto concebe de modo ideológico e burguês (cf. FRAPPIER, *et. al.*, 1978, p. 86; *grifo nosso*). Por este motivo, “Reich é levado a criticar a repressão sexual em nome de uma relação *imediate*, isto é, fisiológica, não socializada, do homem com a natureza” (FRAPPIER, *et. al.*, 1978, p. 89).

Destacados intérpretes e críticos de Reich nutrem-se aqui do seguinte esquema: De início, uma exigência científico-naturalista em Reich o leva à descoberta da potência orgástica, no âmbito de uma abordagem da libido em sua fundamentação fisiológica. Ao mesmo tempo, uma crítica histórica estaria sendo gestada nesse trabalho, e que vai aparecer como uma investigação sobre as origens sociais da repressão sexual. Haveria uma *hesitação* entre Natureza e História na práxis teórica de Reich, até que ele se decidiria pela Natureza, como um fato que poderia ser demarcado em meados da década de 1930. Segundo Sharaf, a partir de 1934, seus conceitos psiquiátricos e sociais serão cada vez mais influenciados pelo trabalho científico-natural até submergirem completamente, na década de 1940, na experimentação (cf. SHARAF, 1994, p. 6). Constata-se que, a partir de 1935, o interesse de Reich pela política foi gradativamente

dando lugar a um crescente interesse pela biologia, numa “metamorfose” em que Reich passa de “filósofo social” a “cientista natural” (cf. OLLMAN, *in*: REICH, 1972, p. XIV). Afirma-se ainda que a fase sociológica de Reich teria sido surpreendentemente breve, visto que, tendo iniciado no final de 1920, por meados da década de 1930 Reich já teria desviado a sua atenção para questões na biologia (cf. ROBINSON, 1971, p. 31). Reich abandonaria a cena política para dedicar-se à elaboração do mais extraordinário mito biológico (cf. ROBINSON, 1971, p. 46). Palmier (cf. 2013, p. 137) afirma que é preciso reconhecer aí um verdadeiro corte a partir do qual a inteligência de Reich se desorganiza e suas análises sociais e políticas são esvaziadas pelo misticismo e delírio. Estudar a obra política do fundador do freudo-marxismo requereria uma “abstração de toda esta confusão mítico-biológica que não tem praticamente nenhum interesse” (cf. PALMIER, 2013, p. 153; *tradução nossa*).⁴⁵

Em todas essas considerações acerca do papel da natureza em Reich – onde se afirma abandono de conceitos sociais em favor da experimentação natural, retirada da cena política em favor do trabalho em biologia, limitação do materialismo histórico pela presença de um naturalismo, ou abstração do delírio biológico para se preservar a seriedade do freudo-marxismo reichiano –, em todas elas, há em comum o fato de que *à natureza atribui-se o papel de uma interrupção do criticismo histórico-social de Reich*. Nelas podemos ler claramente a afirmação de uma *relação de incompatibilidade entre Natureza e História*, no sentido de que a presença da natureza exclui a historicidade. No que diz respeito à nossa questão sobre as relações entre história e natureza em Reich, aprendemos com todas essas críticas que a hipostasia da natureza é um problema na medida em que, em sendo a natureza oposta ou incompatível com a história, um tal procedimento só poderia estar em flagrante contradição com a proposta política que ele mesmo formulará.

É prudente, todavia, fazer algumas concessões pontuais a Reich. Ainda que os conceitos da psicanálise possam remontar aos valores geridos pelos movimentos de libertação burguesa, Reich, como vimos, foi o primeiro grande crítico da psicologia do Eu. Sua *Análise do caráter* estabelece o programa de uma destruição sistemática do Eu,

⁴⁵ Há contraposições a essas últimas afirmações. Boadella (1985) é da opinião de que a parte mais significativa do pensamento social de Reich ainda viria após a sua fase marxista. Barreto (2000, p. 155), estudioso brasileiro da psicologia política reichiana, afirma que a atuação política de Reich ultrapassa o seu “temporário viés marxista” e vai “até o fim de sua vida” (cf. pp. 17 e 155). Retomaremos o desenvolvimento do pensamento político e social de Reich adiante.

colocando-se Reich na contracorrente da tendência narcísica explorada pela ideologia do capital. Também sua extrapolação da clínica, na direção de uma investigação social, sob pena de que a psicoterapia individual se tornasse uma prática ideológica reforçadora das condições sociais vigentes, é um aspecto a ser levado em consideração na carreira de Reich, como estando mais uma vez na contracorrente daquele ideal de uma psicoterapia libertária. Em suma, há diversos argumentos que levam a uma perspectiva mais otimista acerca da referida injunção reichiana, em contraste com as interpretações acima.

Neste mesmo livro em que estudamos as críticas de Dahmer e Frappier (*Reich perante Marx e Freud*), por exemplo, encontramos o artigo escrito pelo seu organizador, Jean-Marie Brohm⁴⁶ que, numa perspectiva não menos crítica em relação a Reich, desenvolve uma análise mais ampla de sua proposta de articulação entre freudismo e marxismo, envolvendo o contexto de seu surgimento bem como da sua situação atual. Ele então afirma que, liquidado “por quarenta anos de estalinismo e uma dezena de anos de reação fascista e imperialista”, esta articulação nascida com Reich retorna como o recalado, após Maio de 1968, à cena teórica e política.⁴⁷ Brohm é um autor que vai se posicionar não exatamente contra o tipo de crítica desenvolvida por Dahmer ou Frappier, mas àquelas críticas mais radicais avessas à psicanálise ou mesmo à sua articulação com a teoria marxista em qualquer nível. Dando continuidade a uma discussão que iniciamos em nossa *Introdução* sobre o freudo-marxismo como “solução para uma dupla-carência”, observaremos o autor passar em revista essas críticas para respondê-las a partir do que seria um resultado inegável da injunção originalmente reichiana entre freudismo e marxismo. Dou a palavra ao autor:

O freudo-marxismo foi uma das primeiras correntes, senão a única, a compreender e a combater correctamente o fascismo, na altura que os estalinianos e os social-democratas se aliavam a ele ou favoreciam as suas manobras reacionárias. A questão fulcral colocada pelo freudo-marxismo é esta: se é verdade que a sociedade se reduz a um complexo de relações sociais diferentes e contraditórias (luta de classes), não é menos verdade que esta luta de classes é assumida por indivíduos concretos, indivíduos de carne e osso, indivíduos que amam, desejam, têm angústias, têm medo da morte, etc. Em resumo, a sociedade capitalista é concretamente mediatizada pelo inconsciente e pelas pulsões individuais das pessoas. Por conseguinte, o que

⁴⁶ “Notas sobre Marx, Freud e o freudo-marxismo”, in: BROHM, et. al., 1978, pp. 93-136.

⁴⁷ “Hoje somos filhos de Freud, Reich e Marcuse, pelo menos tanto como somos de Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky. Se segundo Sartre, o marxismo é o horizonte intelectual inultrapassável do nosso pensamento teórico, o freudo-marxismo tornou-se, sobretudo após Maio-Junho de 1968, o fermento teórico necessário fora dos limites do qual é impossível pensar e agir de maneira revolucionária no campo das superestruturas e da ideologia” (BROHM, 1978, p. 93).

há que compreender é a inserção concreta dos indivíduos na sociedade, a sua socialização, ou, mais exatamente, a adequação contraditória entre a estrutura material (relações de produção), a estrutura ideológica (superestrutura) e a estrutura pulsional (organização psíquica). Como Reich mostrou, por exemplo, em *A psicologia de massas do fascismo*, a ideologia burguesa necessita de criar raízes estruturais na cabeça dos indivíduos e na sua biologia. É ao nível das tripas, ao nível da estrutura caracterial (Reich) ou do carácter social (Fromm), que se interioriza a ideologia burguesa. Como Freud, Reich, Fromm e Marcuse amplamente mostraram, a ideologia só se torna realmente força material (Marx) quando se transforma numa incrustação corporal. Duma forma mais geral, o aparelho pulsional dos indivíduos tem que ser moldado de tal forma ‘que corresponda ao aparelho de Estado e ao aparelho de produção’ (BROHM, 1978, pp. 100-1).

Por este caminho, Brohm observa como a negação categórica da psicanálise, como fenómeno da decadência imperialista e ciência burguesa, e do freudo-marxismo como o instrumento da exploração da psicanálise contra o marxismo, deitam fora o bebê junto com a água do banho. Eles deixam de aproveitar o método dinâmico de investigação psicológica desenvolvido por Freud, de forma muito eficiente, no contexto de uma forma particular de vida familiar, que permitiria esclarecer um importante filão do comportamento reacionário das massas e assim desenvolver uma prática política mais eficaz. Por outro lado, a pertinência dessa injunção está em que ela politiza a psicanálise, e por este caminho Brohm responde a críticas feitas ao freudo-marxismo provenientes de parte de psicanalistas que afirmam a necessidade de uma separação entre psicanálise e política (uma concepção segundo ele sustentada originalmente pelo próprio Freud). Ele mostrará a vocação do freudo-marxismo como crítica de diversos aspectos reacionários da psicanálise e de sua instituição, associando a noção de neutralidade analítica a uma apoliticidade burguesa, apontando o carácter ideológico da noção de política veiculada por determinados analistas como Maud Mannoni e lacanianos. Assim, se a reação hostil que o freudo-marxismo encontrava, por parte dos marxistas ortodoxos, era “resistência à análise” (BROHM, *et. al*, 1978, pp. 109-10), por parte dos psicanalistas, a neutralidade analítica destes “corresponde como que por encanto à apoliticidade da sociedade burguesa” (BROHM, *et. al*, 1978, p. 103). Brohm, de maneira hábil, dirige uma crítica analítica aos marxistas “leigos” e, então, dirige uma crítica marxista aos psicanalistas “burgueses”.⁴⁸

⁴⁸ “O freudo-marxismo nomeadamente o de Reich, nasceu precisamente como movimento que tinha por fim arrancar a mensagem subversiva de Freud ao império reacionário das instituições analíticas e transportar para a vida as descobertas analíticas. O freudo-marxismo procede portanto duma crítica da análise das suas insuficiências, dos seus compromissos com o sistema burguês e o reino da mercadoria. Crítica da sua institucionalização enquanto movimento integrado, crítica da sua ideologia adaptacionista, crítica do seu recrutamento de classe, crítica ao seu funcionamento burocrático, crítica,

Após termos estudado o apontamento de uma perda de capacidade de crítica histórico-social em Reich, apoiado nas colaborações de Dahmer, Frappier e outros intérpretes que se baseiam na ideia de uma relação de incompatibilidade entre natureza e história, contemplamos uma perspectiva mais positiva em que Brohm busca resgatar a eficácia da articulação reichiana entre freudismo e marxismo. É preciso agora tentarmos um diálogo entre essas posições, algo que o livro que as reúne, ele mesmo, não oferece.

Ainda que Reich tenha deixado a desejar, pelo modo como importou e acolheu uma ideologia da natureza, mobilizando leis biológicas e outras noções que vimos impregnar sua teoria da estrutura caracterológica, surpreendentemente ele de fato avançou no modo como pensou o enraizamento do capitalismo e suas ideologias em algo que auxiliou na explicação do papel dos indivíduos na reprodução de suas próprias condições de existência. Segundo Pierre-Henri Castel, responsável pelo verbete “Psicanálise e Filosofia” no *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*, seria preciso observar que Reich tenha sido o primeiro a criticar o hitlerismo e o estalinismo *juntos*: um a título de delírio de uma “pureza assexual”, robotização da experiência e misticismo da vida; o outro, por não abolir a “moral sexual” tradicional, e assim reduzir o “novo homem” a um slogan vazio e ser incapaz de liberar a potência para o trabalho, reinstaurando o culto ao Pai e a infantilização das massas. “Assim, cada um abrigava *em si mesmo* a possibilidade de fascismo, e a subjetivação torna-se um conflito político, ligado ao modelo familiar mais ou menos autoritário que nos teria dominado” (CASTEL, *in*: KAUFMANN, 1996, p. 648).

Ao enumerar a riqueza teórica do freudo-marxismo sobre esta questão pontual do fascismo, Brohm afirma que com Reich aprendemos que o fascismo não é uma invenção maquiavélica da grande burguesia; que ele é “produto ideológico duma reação pulsional da pequena-burguesia enraivecida”; portanto, “um risco permanente que se infiltra em todas as esferas da vida quotidiana antes de se tornar um movimento político de massas do terror branco”. Em suma, concluirá que “há com certeza muitas

por último, dos seus comprometimentos políticos permanentes e do seu papel no internamento asilar ou psicológico dos ‘desviados’, dos ‘marginais’, dos ‘inadaptados’, etc. (repressão psicológica). Esta crítica desembocou numa *prática nova*; e é aqui que o freudo-marxismo se prepara para tirar a desforra dos seus adversários. Com efeito, o freudo-marxismo tenta introduzir a luta de classes no interior do campo psicológico e das suas instituições de profilaxia mental ou de reeducação, ao passo que os psicanalistas ortodoxos ficam prudentemente bem comportados e colados às suas poltronas privadas, escutando de ouvido suspenso os rumores, o estrépito e a fúria das lutas de classe que provocam e fazem explodir algures os cérebros dos seus pacientes neuróticos” (BROHM, 1978, pp. 101-2).

imprecisões reais na obra de Reich (sobretudo na sua última fase) e de Marcuse, mas o seu projecto mantém-se como um *modo de pensamento teórico novo e revolucionário*” (BROHM, 1978, p. 129).

Tendo em vista o desenvolvimento de nossa questão (cf. p. 76), devemos avaliar tal afirmação sobre o freudo-marxismo como um pensamento que permanece novo e revolucionário, em vista daquela crítica acerca de uma “defasagem teórica” na leitura reichiana de Marx⁴⁹. Em que medida tais riquezas teóricas do freudo-marxismo superam aquela defasagem apontada? Qual é o saldo do freudo-marxismo reichiano, se existe, para além da antropologia naturalista que ele carrega? Como determinar a validade da tese reichiana da interdependência das estruturas material, ideológica e instintual, a partir das relações que aí se encontram mobilizadas entre história e natureza? É possível esperar que a Teoria do orgasmo e a Análise do carácter, dado o papel que nelas desempenha a natureza, dialoguem de forma eficiente com uma crítica das condições histórico-sociais da neurose?

Não podemos mais adiar um estudo da crítica social de Reich.

⁴⁹ O próprio Dahmer, ao considerar aquela que seria a sua própria concepção de uma articulação possível entre psicanálise e marxismo (ver: “Psicanálise e teoria da sociedade para lá do naturalismo”, in: DAHMER, 1978, pp. 40 e ss.), se apropria de teses “sociológicas” reichianas como, por ex., a concepção segundo a qual a realização do instinto, no indivíduo, esbarra num aparato social que a antecede e, por isso, o seu estudo pela psicanálise não vale como teoria social (tese de que a psicanálise aplicada à sociedade, diretamente, redundaria numa psicologização reaccionária); ou ainda, a concepção de que a psicologia freudiana e a teoria social examinam diferentes aspectos dos indivíduos incompletamente socializados, a primeira tratando da miséria e organização psíquicas internas, enquanto a segunda reconstrói a coesão objetiva das instituições, descreve o seu desenvolvimento histórico e analisa os princípios de sua organização. Essas são algumas das teses apresentadas e desenvolvidas originalmente por Reich em *Materialismo dialético e psicanálise*, já em 1929.

CAPÍTULO 03:

A CRÍTICA SOCIAL-SEXUAL DE REICH

Introdução

Estudaremos o desenvolvimento de uma crítica social em Reich como nascimento do freudo-marxismo, a partir do seguinte esquema:

Primeiramente, um momento embrionário da crítica social, já aparecendo junto à Teoria do orgasmo em 1927, marcado pelas primeiras divergências teóricas em relação à tese freudiana da incompatibilidade entre sexualidade e cultura. Em seguida, veremos Reich desenvolver uma orientação sociológica explicitamente marxista, que o levará a propor um cruzamento entre freudismo e marxismo para investigar as origens históricas e sociais da repressão sexual. Essa proposta vai exigir da psicanálise o reconhecimento da dimensão política da neurose, para o qual, nessa época, Reich ainda acreditava poder encontrar respaldo no próprio pensamento de Freud. Esse reconhecimento não virá, levando Reich a radicalizar sua crítica, num terceiro momento, como denúncia das instituições reforçadoras da ordem social repressora, do caráter reacionário e burguês da psicanálise e do próprio Freud. Aprofundaremos, assim, o conhecido debate entre Reich e Freud em torno da questão da cultura.

Nosso interesse é discutir a ideia de que a “exploração” de uma “crítica social implícita da psicanálise” – conforme o espírito de Reich e de seus intérpretes – não é mera “extração” de algo contido no pensamento de Freud, mas possivelmente a colocação, digamos a modificação de sua forma de problematização, repleta de consequências. Noutros termos, a inserção da psicanálise de Freud na tradição do pensamento social europeu não ocorrerá sem que ela seja retomada a partir de determinados pressupostos filosóficos envolvidos na tradição marxista. Toda a fertilidade dessa discussão terá ainda que aguardar os próximos capítulos, para que

possa ser revelada. No tocante à questão mais imediata que estamos trabalhando – a respeito das relações entre história e natureza –, acompanhar a construção dessa injunção entre freudismo e marxismo nos permitirá visualizar como se estabelecem essas relações e assim alcançar novas conclusões.

1. Crítica social embrionária

A crítica social de Reich não inicia com a sua articulação sistemática entre psicanálise e marxismo. A descoberta da potência orgástica já implicava, desde 1927, uma primeira crítica da repressão sexual como condição necessária para a cultura. Tratava-se de uma forma embrionária de crítica social evidenciada nas consequências que a sua descoberta tinha, inicialmente, enquanto (a) questionamento teórico da concepção freudiana do mecanismo psíquico da sublimação e, ainda, para a (b) formulação de um diagnóstico do desenvolvimento sexual da civilização no início do século XX.

(a) Um dos pontos centrais daquilo que os reichianos consideram como a “orientação conservadora de Freud” e sua consequente legitimação da repressão reside na sua concepção de sublimação. Freud havia defendido que, no decurso do desenvolvimento psicosexual do indivíduo, a libido pré-genital deveria passar, em parte para o primado genital, e outra parte, não sexualizada, constituiria “fonte residual” de energia a serviço da sublimação. A sublimação dependeria daquilo que ocorre à libido pré-genital, sendo mais desenvolvida no caso em que esta não sofresse fixações perturbadoras, uma vez que tais fixações exigem sempre maior contra investimento repressivo, estabelecendo um quadro neurótico que subtrairia das capacidades culturais do indivíduo. Conforme a concepção freudiana, portanto, a sublimação não depende do desenvolvimento da genitalidade, mas sim daquilo que ocorre com tal fonte residual da libido. A repressão sexual é mesmo desejável, em certa medida, pois favorece a constituição dessa fonte residual de libido e a direciona para objetos cultural e socialmente mais aceitáveis.

No livro que dedicou a Freud, em 1927, Reich discutiria o significado social das tendências genitais afirmando a existência de “relações sistemáticas” entre a função do orgasmo e as atividades sociais e culturais mais elevadas. Ele então considera que, para uma abordagem do problema da sublimação, seria necessário distinguir as “verdadeiras

sublimações” daquelas que revelam excessivo caráter reacional e impressão de rigidez; ou ainda, distinguir o verdadeiro princípio de realidade na vida social e no amor, de um “falso realismo reacional de tipo compulsivo” (REICH, 1977, p. 249). Trata-se aqui de uma menção que Reich faz da expressão de Ferenczi sobre o “*erotisches Wirklichkeitsinn*”, o senso de realidade erótico. A realidade social passará a ser avaliada em sua maior ou menor compatibilidade com o senso de realidade erótico e, na medida em que a ordem social for considerada hostil à genitalidade, ver-se-á que o modelo genital de Reich revelará seu poder de crítica da ideologia dominante (ROUANET, 1998, p. 30).

Ao distinguir formas autênticas e patológicas de sublimação, mostrando suas correlações com a atividade genital, Reich pretende defender que, para o desenvolvimento do princípio de realidade, e com ele todas as funções sociais e culturais elevadas do indivíduo, *não se faz necessária uma repressão sexual generalizada*. A libido genital seria em si mesma insublimável, e quando se exige o seu deslocamento, forçando-a a encontrar outros caminhos para sua satisfação, “mais não se faz do que re-sexualizar as tendências primitivamente libidinais, e reorientar também a agressividade para os seus primitivos objectivos” (REICH, 1977, p. 251). O resultado desta repressão generalizada é uma perturbação das capacidades sociais e culturais do indivíduo. Já a libido genital satisfeita manteria desviadas e socialmente aplicadas, de forma duradoura, os instintos pré-genitais e a agressividade. O orgasmo produz um deslocamento das energias, rejuvenescendo as funções vegetativas, que assim “se vai aliar às tendências sublimadas” (REICH, 1977, pp. 251-2). “Pode portanto dizer-se que *as energias libidinais modificadas no orgasmo reanimaram as sublimações, sempre que o orgasmo se deu*” (REICH, 1977, p. 251).

Segundo Claude Alzon, a originalidade de Reich teria consistido em atribuir a devida importância à libido genital “da qual capta e apercebe simultaneamente o primado e a especificidade, em relação às formas pré-genitais da libido que são a oralidade e a analidade” (ALZON, 1972, p. 52). A fonte energética da verdadeira sublimação não é a libido genital, esclarece, mas sim os instintos pré-genitais e a agressividade. O homem sadio exerce sua genitalidade diretamente, e sublima sua destrutividade e seus instintos pré-genitais. Já o doente sexualiza suas atividades sociais e intelectuais e permite que seus instintos pré-genitais e agressividade dominem sua vida amorosa (REICH, 1977, p. 250). Desse modo, a descoberta da potência orgástica implica uma crítica da concepção freudiana do mecanismo psíquico da sublimação e

suas possíveis fontes energéticas, pois a sublimação não se oporia à satisfação sexual e sim à sexualidade insatisfatória, isto é, a uma sexualidade onde não se constitui o primado da genitalidade com potência orgástica (cf. REICH, 1977, p. 252). “Para Reich, muito pelo contrário, é satisfazendo a libido que o homem se torna capaz de atividade cultural”, afirma Alzon (1972, p. 53). Para o teórico do orgasmo, que defende a natureza insublimável da libido genital, “segue-se que não somente a vida social é plenamente compatível com o livre desenvolvimento da libido genital, como tal desenvolvimento constitui condição *sine qua non* para a formação da cultura e para a manutenção de uma vida social harmoniosa” (ROUANET, 1998, p. 31).⁵⁰

A potência orgástica implica, portanto, uma primeira crítica teórica do estatuto da repressão sexual em psicanálise. Nos parágrafos finais de *Die funktion des orgasmus*, o autor visa a uma contestação da tese freudiana da incompatibilidade entre sexualidade e cultura. A “oposição entre a sensualidade física e a cultura do espírito”, seria ela uma evidência ou teria meramente um fundamento irracional? (REICH, 1977, p. 252). O fundamento irracional a que Reich se refere é o “medo constante da vida instintiva”, sofrido por aqueles cuja estrutura contrasta radicalmente com os que, “sendo interiormente fortes, não têm que recear abandonar-se também ao ritmo primitivo da sua vida sensual” (REICH, 1977, p. 253). Aos primeiros, fariam melhor se deixassem de depreciar a vida amorosa e substituíssem o slogan “Civilização ou Sensualidade” por outro: “Civilização na Sensualidade”. “Quando a civilização for uma sublimação e não já uma grande neurose colectiva, tudo o resto deveria vir por si” (REICH, 1977, p. 254). Nesta última passagem, reside uma crítica direta à concepção freudiana de civilização que, por volta de 1927, começava a se tornar mais explícita com a publicação de *O futuro de uma ilusão*. Cerca de três anos depois, quando Freud publicar *Mal-estar na civilização*, Reich entenderá aí uma resposta a suas próprias considerações (cf. REICH, 1990, p. 179-80).

(b) Esta crítica de Reich à repressão sexual não é apenas uma discussão teórica e pontual. Ela está amparada num diagnóstico acerca do desenvolvimento sexual da

⁵⁰ Outra consequência importante deste esquema teórico de sublimação “não-repressiva” – para lembrarmos a expressão de Marcuse –, que em Reich significa uma forma de sublimação orgasticamente potente, é a de que o Supereu perde sua capacidade punitiva, pois este retira sua energia principalmente dos instintos infantis e hostis reprimidos. Este é o verdadeiro sentido da tese reichiana, tão frequentemente vulgarizada, segundo a qual a potência orgástica é a base de uma sociedade e de uma cultura autenticamente livres.

civilização, que Reich traz ainda neste derradeiro capítulo sobre o “significado social das tendências genitais”. Segundo este diagnóstico, a sexualidade na cultura se encontraria no estágio anal: os grupos humanos se caracterizam por uma enorme dificuldade para alcançar a ternura em seus relacionamentos amorosos, inclinando-se para comportamentos sádicos e controladores; uma noção de conquista e de evacuação perpassa o imaginário sexual masculino, produzindo conflitos e sentimentos de presunção e inferioridade. Lembrando a análise freudiana do menino que, sob ameaça de castração ao exibir o seu pênis, regride para um comportamento sádico relativo ao estágio anal de seu desenvolvimento psicosssexual⁵¹, Reich analisa como a condenação das tendências genitais na ordem social vigente mantém a humanidade regredida no estágio sádico-anal.

Neste cenário, observa-se a intensidade da brutalidade humana e a degradação da experiência sexual. De acordo com o grau de condenação da genitalidade, que é maior em relação às mulheres, ocorre uma diferenciação entre o comportamento dos sexos (a mulher é frígida, genitalmente anestesiada, e objeto passivo; enquanto os homens, que não sofrem uma repressão tão completa, mas uma separação das tendências sensuais e amorosas, tornam-se conquistadores presunçosos vivendo sob uma “moral dupla”). Esta diferenciação também se observaria entre as classes sociais: no proletariado, a repressão genital seria menor, na medida em que a jornada de trabalho de ambos os pais permite uma maior liberdade entre as crianças. Esse pequeno adendo de satisfação genital explicaria, segundo Reich, porque a classe operária não se revolta suficientemente contra sua miséria material (REICH, 1977, p. 229).

Em seu diagnóstico, Reich está projetando a Teoria da libido de Freud, com seus estágios do desenvolvimento psicosssexual (oralidade, analidade e primado genital), para uma compreensão social ampla. Mais tarde, quando ele desenvolver uma relação mais bem estruturada entre a psicologia sexual analítica e a sociologia, conforme veremos em *Materialismo dialético e psicanálise*, obra de 1929, esse procedimento será rejeitado como uma “psicologização da sociedade”, que perde a complexidade própria à dimensão social. Nesse momento embrionário, entretanto, a crítica social de Reich não possui uma orientação sociológica explícita. Segundo Sharaf (1994), tratava-se apenas de conexões gerais entre a repressão sexual e uma moral burguesa capitalista, uma crítica subdesenvolvida que ainda retinha conceitos freudianos que serão abandonados

⁵¹ Ver FREUD, *História de uma neurose infantil* (“O homem dos lobos”). In: FREUD, 2010 (c), pp. 13-160 (a análise desta regressão e de suas consequências encontra-se a partir da página 36).

mais tarde, por exemplo, acerca da existência de dois instintos originários, a libidinal e a agressiva. O objetivo desta crítica era fazer uma correlação entre a destrutividade sádica e atitudes sociais negativas perante a genitalidade.⁵²

Estamos prestes a surpreender como Reich foi despertado por uma determinada orientação teórico-política, elemento a partir do qual ele formulará uma articulação com a psicanálise que ele então trazia na bagagem. No contexto de uma primeira decepção com Freud e seu círculo íntimo de Viena, relacionada à recepção pouco entusiástica de sua Teoria do orgasmo, observaremos uma aproximação de Reich com outro universo de pessoas e preocupações. Sharaf relata alguns acontecimentos políticos que, entre 1927 e 1928, alertaram Reich, ainda leigo na teoria social marxista mas já um “homem de esquerda”, para o comportamento dos homens na cena pública a partir de suas observações clínicas acerca da couraça como automatismo e falta de espontaneidade. Num acontecimento então vivenciado por Reich, este se impressionará com a ação da polícia, diante de um grupo de manifestantes, não pelo aspecto da brutalidade, mas da mecanicidade: de repente, Reich os viu como autômatos rígidos, e dava-se conta de que ele também fora um robô quando disparou contra o inimigo na primeira guerra mundial (SHARAF, 1994, p. 124). Dava-se também com isso o disparo para “a interação entre seu trabalho clínico mais estabelecido e seus esforços sociais embrionários” (SHARAF, 1994, p. 126).

A participação direta nesses acontecimentos políticos fez Reich sentir que poderia cumprir, como psicanalista, uma função específica no movimento social revolucionário. Reich participava ativamente de movimentos sociais, como marchas de protesto, concentrações populares, e também apresentando palestras sobre psicanálise nas associações e encontros de jovens, estudantes e trabalhadores. Porém, insatisfeito com a reação de incompreensão das classes operárias frente a assuntos complexos, ele

⁵² “Os últimos capítulos de livros ou últimos parágrafos de artigos de Reich frequentemente indicavam novos problemas por vir. Aqui ele sustentava que muito da destrutividade sádica, bem como os estados de ansiedade das ‘neuroses atuais’, tinham raízes numa excitação sexual perturbada. Aqui, também, ele começava sua crítica das atitudes sociais negativas perante a genitalidade. Em particular, ele enfatizava as maneiras como essas atitudes destruíam a felicidade erótica (...) O criticismo social de Reich era ainda embrionário nesse estágio. Sem qualquer orientação social explícita, ele fez referências a conexões entre a supressão sexual e a ‘moral capitalista burguesa’, mas sem prover detalhes (...) O criticismo social do último capítulo do livro é subdesenvolvido e fortemente misturado com noções freudianas mais tradicionais que mais tarde Reich abandonaria. Por exemplo, Reich manteve conceitos freudianos, como o instinto de morte, em parte porque ele acreditava parcialmente neles, em parte porque ele não desejava afastar-se demais da doutrina psicanalítica tal como enunciada por Freud” (SHARAF, 1994, p. 120; *tradução nossa*).

então transformará sua abordagem para tratar problemas mais concretos relativos à vida sexual das pessoas. O objetivo do que ele então chamará movimento *Sexpol*⁵³ será o de “tornar as necessidades sexuais da vida amorosa normal questões políticas relevantes dentro do contexto maior do movimento revolucionário” (SHARAF, 1994, pp. 129-30). Algumas dessas questões que se buscava politizar eram, por exemplo, aborto, contracepção, sexualidade adolescente e educação sexual infantil, casamento e divórcio, etc. Se a elucidação de sua Teoria do orgasmo já tocava em questões políticas e sociais desde 1927 – como vimos acerca do problema da sublimação e da relação entre sexualidade e cultura –, sua perspectiva participativa nos movimentos políticos agora tornaria premente o maior desenvolvimento dessas implicações. Noutros termos, Reich teria que enfrentar agora os conflitos teóricos entre a teoria norteadora que ele encontrava fomentando esses movimentos sociais, por um lado, e aquilo que ele traz como sua formação, isto é, entre a sociologia marxista e a psicanálise freudiana.

Em 1928, num encontro de estudantes de medicina, Boadella (1985, p. 66) relata que Reich “levantou pela primeira vez a questão da ‘Relação entre a psicanálise e a sociologia marxista’”. Um professor russo de psicologia, que também havia sido convidado, reagiu então declarando “que toda a teoria psicanalítica das neuroses era uma ficção e era não-marxista”. Em resposta, naquele mesmo ano Reich publicará o manuscrito daquele que será, no ano seguinte, o seu livro *Materialismo dialético e psicanálise*, projetando o desenvolvimento de sua crítica social através da formulação de uma proposta metodológica, clara e bem demarcada, sobre como ele então pensava que deveria ser feita a articulação entre marxismo e psicanálise. Reich inaugurava uma nova fase em seu trabalho, bastante significativa para o amadurecimento de seu pensamento social, marcado ainda pela sua primeira visita à URSS, em que se surpreenderia positivamente diante da política sexual oficial do governo soviético.

2. O nascimento do freudo-marxismo

⁵³ Esse termo é o nome da organização criada por Reich, encarregada das atividades político-sexuais das massas. Refere-se também à política-sexual como a aplicação prática dos conceitos da economia sexual no cenário social, um trabalho feito principalmente dentro dos movimentos da liberdade revolucionária em Áustria e Alemanha, de 1927 a 1933.

2.1. O problema da ideologia

Para além de uma perspectiva estritamente individual sobre o percurso de Reich como iniciador do freudo-marxismo, encontramos em Sérgio Paulo Rouanet (1998) uma visão mais geral sobre o debate e sobre o ambiente de fusão entre freudismo e marxismo na Alemanha dos anos 1920 e 1930. Para o autor, dois grandes marcos históricos levaram à tentativa de integrar psicanálise e marxismo, a saber, a revolução bolchevista de 1917, e a chegada de Hitler ao poder, em 1933. Estes episódios, cada um ao seu modo, marcariam um descompasso entre os assim chamados fatores objetivos e subjetivos, revelando a significação estratégica dos últimos.

No caso da URSS, os fatores subjetivos foram decisivos para impulsionar uma revolução num contexto de condições objetivas subdesenvolvidas; enquanto na Alemanha, a revolução emperrava apesar das condições objetivas consideradas favoráveis, como a industrialização avançada, a existência de um proletariado numeroso e com experiência de luta organizada, além da forte crise econômica. A psicanálise, então, tornava-se atrativa como “doutrina do funcionamento psíquico da ação irracional” (ROUANET, 1998, p. 14), oferecendo os instrumentos para o acesso aos fatores subjetivos profundos. Este descompasso, e a psicanálise como meio de exploração de sua solução, determinam o conteúdo do freudo-marxismo alemão de 1920 e 1930. Já sua forma, como veremos – o cientificismo-positivista –, será determinada pela necessidade de responder às críticas feitas à psicanálise, naquele momento, segundo as quais ela seria um fenômeno da ideologia burguesa.

Com a morte de Lenin, Rouanet explica que o marxismo se tornava uma religião de Estado, sendo excomungado o seu potencial crítico e afirmado como ciência da natureza. A psicanálise, como qualquer outra teoria sociológica ou psicológica subversiva, na perspectiva do “marxismo soviético” era banida como ideologia burguesa. Já os marxistas e intelectuais alemães não tinham as mesmas razões para criticar a psicanálise. Eles apenas tentavam encontrar uma explicação para a falência do movimento revolucionário, ao mesmo tempo em que a psicanálise vinha tornando-se atrativa como porta de acesso para a esfera subjetiva do comportamento irracional. No entanto, a abordagem que então será feita da psicanálise, visando dar-lhe estatuto de ciência natural, será determinada pela “necessidade tática de evitar um choque frontal com a direção do Partido e as palavras de ordem da III Internacional” (ROUANET, 1998, p. 17). O freudo-marxismo alemão das décadas de 1920 e 1930 será determinado,

quanto a sua forma, pelo cientificismo positivista, que na verdade se revelará uma “simples fachada”, pois não se tratava aí de constituir a psicanálise como ciência, mas sim apropriar-se de sua dimensão crítica para, junto com o marxismo, elaborar uma crítica da ideologia (ROUANET, 1998, p. 18).

Com esse esclarecimento seria possível compreender, portanto, que foi essa tendência no tratamento da psicanálise que fez o Reich médico e cientista natural, que estudamos anteriormente, sentir-se propenso a contribuir para sistematizar sua articulação com o marxismo. Nesse ambiente teórico e político da época, Reich podia permitir que toda sua “perspectiva naturalista” se fizesse valer diante do tema. Haverá um jogo de combinatórias onde serão criticados certos aspectos da psicanálise pelo marxismo e vice-versa, com o objetivo de desmistificar a ideologia e dissolver seus efeitos sobre a consciência. A ideologia vai sendo revelada como um longo processo de desmobilização das forças do indivíduo na luta contra o mundo externo, tornando-o vulnerável às suas condições. Esse processo é entendido como uma reestruturação que o subtrai a qualquer crítica dessas condições. Dentre muitas ideias difusas sobre esse processo, Reich cristalizará uma proposta de articulação entre freudismo e marxismo.

A julgar pela proposta de *Materialismo dialético e psicanálise*, o primeiro passo de Reich na construção desta articulação foi distinguir entre os conceitos produzidos pela sociologia marxista, por um lado, e o método de investigação materialista dialético, propriamente dito. Assim, o conceito de luta de classe, por ex., resultava da aplicação do método a uma região do Ser, o social, formando a ciência sociológica marxista. A psicanálise, por sua vez, não seria outra coisa que a ciência formada pelos conceitos e teorias obtidas pela aplicação deste mesmo método a outra região do Ser, o psiquismo. Tomadas isoladamente numa tentativa de compreender eventos históricos e sociais, cada uma dessas ciências tenderia a reduzir a complexidade desses eventos ao domínio particular de sua investigação: o marxismo os reduz aos processos econômicos, e a psicanálise ao domínio da vida psíquica individual – noutras palavras, economicismo e psicologização.

A inventividade de Reich consistiu em correlacionar essa “carência” do marxismo vulgar⁵⁴ à carência da própria psicanálise, mostrando-se receptivo às críticas

⁵⁴ No seu *Préface à la réédition de L'oeuvre de Wilhelm Reich*, de Constantin Sinelnikoff (2002), Jean-Marie Brohm esclarece que “as teses críticas de Reich se aplicam perfeitamente, apesar de alguns excessos ou simplificações, às organização políticas do movimento operário e sobretudo aos Estados ditos ‘socialistas’. As organizações marxista-leninistas sectárias e puritanas, mas também a URSS, a RDA, Cuba, China, e outros Estados pretensamente ‘operários’ entram evidentemente no escopo da crítica.

feitas pelos marxistas acerca das descobertas freudianas como uma psicologia metafísica e reducionista. Explorando a fundo todas essas “justificadas críticas”, Reich esboça as limitações simetricamente sofridas por ambas as ciências para afirmar que, quando empreendidas de forma articulada, levariam à solução de um impasse dramático sofrido pela filosofia marxista, tema delicado e de grande interesse na primeira metade do século XX. Este impasse diz respeito à perda da capacidade do marxismo para abordar a dinâmica própria da superestrutura, isto é, a autonomia relativa da ideologia, que então era pensada apenas nos termos da função social e política que ela desempenharia numa determinada formação social.

Conforme vimos em nossa *Introdução* (p. 2 e ss.), a análise marxista “oficial” encontrava-se em dificuldade para explicar como a grande massa alemã se tornava nacionalista num processo de pauperização, isto é, como a ideologia manifestava uma força autônoma em relação à sua base econômica, levando à ascensão do programa fascista quando a crise econômica deveria conduzir – assim era esperado de acordo com a teoria marxista clássica – a um processo de revolução social. O envolvimento com o movimento socialista e a orientação sociológica marxista despertaram Reich para o problema da ideologia, problema que ele vai abordar com base em suas teorias da genitalidade e da estrutura caracterológica.

O que ainda não havia sido compreendido acerca da relação entre ideologia e base econômica? A tese fundamental de Reich, que segundo Robinson (1971, p. 35) seria uma “reinterpretação da teoria social marxista clássica”, é a de que uma determinada ordem social, e os mecanismos ideológicos para sua manutenção, não se explicariam somente nos termos do poder econômico das classes dominantes. Havia frequentemente uma defasagem entre estrutura política e ideológica, que o marxismo tendia a explicar como um fenômeno de “falsa consciência” que, no entanto, não se harmonizava com a teoria da dependência da consciência em relação às condições

As teses cardeais de *Psicologia de massas do fascismo*, de *A revolução sexual*, de *A função do orgasmo*, com efeito encontram na repressão sexual, no absolutismo burocrático, no autoritarismo cultural, na ausência de democracia, na miséria psicológica das massas, na paranoia xenófoba de tais organizações e regimes, uma viva ilustração contemporânea” [“bien compris que les thèses critiques de Reich s'appliquaient parfaitement, malgré certains excès ou simplifications, aux organisations politiques du mouvement ouvrier et surtout aux États dits ‘socialistes’. Les organisations marxistes-léninistes sectaires et puritaines, mais aussi l'URSS, la RDA, Cuba, la Chine, et autres États prétendument ‘ouvriers’ entraînent de toute évidence dans le champ de la critique. Les thèses cardinales de la *Psychologie de masse du fascisme*, de la *Révolution sexuelle*, de la *Fonction de l'orgasme* trouvaient en effet dans la répression sexuelle, l'absolutisme bureaucratique, l'autoritarisme culturel, l'absence de démocratie, la misère psychologique de masse, la paranoïa xénophobe de ces organisations et régimes une vivante illustration contemporaine”].

econômicas reais. Tal era o grande dilema a ser enfrentado, e no qual Reich trabalhava oferecendo a psicanálise, mas também enfrentando as dificuldades “de persuadir os seus camaradas marxistas de que a psicanálise não era uma manobra diversionária ‘idealista’ da burguesia decadente, a contrapartida espiritual, por assim dizer, do imperialismo” (ROBINSON, 1971, p. 33).

Tais críticas e desconfianças eram justificadas, afirma Reich, devido às tentativas que até então se realizaram para se articular a psicanálise aos problemas sociais, psicologizando a sociedade. A crítica marxista feita à aplicação da psicanálise à teoria social seria em parte justificada pela ausência de orientação adequada, entre os psicanalistas, nas questões fundamentais de materialismo dialético, sobretudo o desprezo pelo problema central da luta de classes (cf. REICH, 1983, pp. 15-6). Seu procedimento perde a complexidade própria à dimensão social, ignorando a esfera política para apresenta-la como uma esfera psicossociológica, sendo por isso um procedimento reacionário. O que a psicanálise poderia explicar das massas são apenas as manifestações e fenômenos que ela conhece no indivíduo – como a obediência, o medo ou o pânico –, enquanto escapam-lhe completamente problemas sociológicos como uma greve, um movimento de massas ou o fenômeno da consciência de classe (cf. REICH, 1983, p. 19). Como um método para descrever e explicar um domínio particular da natureza – a vida psíquica –, sua aplicação ao domínio social a tornava *Weltanschauung*, uma concepção de mundo sistemática e fechada (REICH, 1983, pp. 18). Tese que Reich retoma em sua *Psicologia de massas do fascismo*, ao afirmar que, quando a psicologia tenta explicar a gênese da sociedade ou do modo de produção capitalista, “surtem inépcias reacionárias, por ex., que o capitalismo é uma manifestação da cobiça dos homens” (REICH, 1974, p 19).

Num artigo escrito posteriormente, para responder a algumas críticas, e incorporado a *Materialismo dialético e psicanálise*, chamado *A aplicação da psicanálise à pesquisa histórica*, Reich explica qual deveria ser a solução: erradicar a aplicação direta do método de interpretação psicanalítico ao domínio sociológico. Por outro lado, a aplicação do método materialista-dialético ao domínio da vida psíquica produz resultados que se revelam mediações decisivas entre a estrutura econômica e a formação ideológica. São essas mediações que permitirão o desenvolvimento de uma autêntica “psicologia social marxista”.

Resulta daqui, em conclusão que *a aplicação consciente ou inconsciente do materialismo dialético no domínio da psicologia, nos fornece os resultados*

da psicanálise clínica, que a aplicação destes resultados na sociologia e na própria política levam a uma psicologia social marxista, enquanto que a aplicação do método psicanalítico aos problemas da sociologia e da política, redundando, necessariamente, numa sociologia metafísica psicologizante e, o que é mais, reacionária (REICH, “A aplicação da psicanálise na pesquisa histórica”, in: REICH, 1983, p. 167).

De que modo então procede esta “psicologia social marxista”, e como ela se distingue, na prática, de uma “psicologização” reacionária da sociedade?

A questão da sociologia marxista é a do processo de socialização e de formação ideológica do indivíduo, determinado, em última instância, pelas condições materiais de produção. Mas a compreensão deste processo não pode prescindir, por ex., da especificidade do papel desempenhado por uma estrutura que frequentemente introduz o indivíduo na sociedade, a saber, a família triangular pequeno-burguesa, patriarcal, monogâmica e autoritária, como um modelo de estrutura familiar difundido pelas sociedades industrializadas. Esta se revela uma mediação atuante no processo que a sociologia investiga, relativa à produção de uma estrutura instintual caracterológica. A descoberta desses “aparelhos” ideológicos articulados para a produção de uma estrutura de caráter mediadora entre as condições materiais, por um lado, e a ideologia, enquanto sistema de valores e representações sociais, por outro, não nega o papel determinante da infraestrutura sobre a superestrutura, mas se traduz na necessidade de explorar as repercussões psíquicas das forças produtivas.

Um dos grandes instrumentos por meio do qual se pode elaborar o papel dessa instância chamada família, por ex., é o conceito psicanalítico de “complexo de Édipo”, como um resultado obtido por Freud através da aplicação do método de interpretação, desenvolvido por ele, no campo psíquico. Ele funcionaria como um operador descritivo do conjunto das relações entre os membros de tal instituição e os efeitos para a formação ideológica dos indivíduos envolvidos.

Estas considerações autorizam a admitir que a psicanálise, graças ao seu método – que lhe permite descobrir as razões pulsionais da atividade social do indivíduo – e graças à sua teoria dialética das pulsões, é chamada a esclarecer no pormenor as repercussões psíquicas, no indivíduo, das forças produtivas, isto é, a explicar a formação das ideologias “no cérebro dos homens”. Entre estes dois extremos: *a estrutura econômica da sociedade* e *a superestrutura ideológica*, de que a concepção materialista da história definiu no conjunto as relações causais, a concepção psicanalítica da psicologia do homem social insere uma série de mediações. Ela pode mostrar que a estrutura econômica da sociedade não se transforma diretamente em ideologia “no cérebro dos homens” (REICH, 1983, p. 106).

Reich desmistifica o complexo de Édipo para os marxistas, e transforma o que era visto por eles como um problema – a articulação do marxismo com a psicologia freudiana – em solução para um de seus grandes impasses: explicar a força autônoma da ideologia. Entre os polos extremos do processo de socialização, que vai da infraestrutura das relações de produção até a superestrutura ideológica, Reich revela o caráter neurótico como o “lugar” onde devem ser estudadas as raízes da ideologia. Sua proposição mostra que a força material da ideologia, conforme Marx, não se dá na medida de sua plausibilidade intelectual ou de seu convencimento discursivo, mas por meio de uma sedimentação de base afetivo- instintual (cf. BARRETO, 2000, pp. 165-6). Enfim, mostra que as ideias e dogmas não são meramente questões a que os indivíduos consentiriam intelectualmente, mas que dizem respeito àquilo que está enraizado no seu caráter (cf. ROBINSON, 1971, p. 35). Num período de grandes transformações econômicas e sociais, tal estrutura se manterá relativamente fixa por mais tempo do que essas iminentes transformações, o que explicaria, por ex., aquilo que aparece como a defasagem ou o efeito de ricochete da ideologia sobre as condições materiais de produção.

A noção de que a ideologia se tornou psicologicamente internalizada torna possível entender como a política é incapaz de refletir, eventualmente, as realidades econômicas, sobretudo numa sociedade que esteja passando por uma rápida transformação. A ideologia foi internalizada na estrutura do caráter mas, como a estrutura do caráter foi formada na infância, consubstanciou as formas ideológicas de uma era anterior. É esse o significado da “força da tradição”. Precisamente porque a tradição está enraizada na personalidade dos homens é que pode manter uma ordem social completamente em conflito com a lógica do desenvolvimento econômico e a realidade das necessidades humanas (ROBINSON, 1971, p. 36).

A ideia acerca de uma relação entre infraestrutura e superestrutura, mediada pela estrutura instintual que é o caráter, é bastante interessante e tornou-se muito conhecida a partir de então. De certa maneira, Reich acirra o debate sobre a relação entre infra e superestrutura, defendendo uma posição menos economicista perante a ideia de revolução, que para Reich necessitava abarcar, além de uma distribuição material mais igualitária, também uma transformação cultural, envolvendo a estrutura caracterológica das massas e todas as instituições e mecanismos envolvidos na sua produção, como a família, o casamento, a escola e a Igreja.

No entanto, no fim dos anos 1920, o panfleto de Reich ainda dependia de empreender uma demonstração de que os conceitos psicanalíticos resultavam da aplicação do método materialista dialético, e que por isso mesmo tinham uma “base

material” verificável. Uma das objeções que Reich analisará como parte de sua proposta é aquela segundo a qual “a psicanálise é ciência burguesa idealista” (REICH, 1983, p. 25). Numa ordem burguesa, argumenta Reich, qualquer ciência conterà “desvios idealistas”. O que deveria ser colocado em questão, entretanto, seriam as concepções psicanalíticas fundamentais do psiquismo, de modo a verificar se possuem base materialista, apontar onde ela se encontra e como pode ser explorada, e então distinguir os elementos e conceitos idealistas daqueles que poderiam ser articulados ao marxismo.

Qual será a relação, estabelecida por Reich, entre noções da filosofia marxista, como “base material” e “desvio idealista”, por um lado, e suas concepções fundamentais acerca de um “cerne de natureza” ou de uma “biologia vital” que autorregula o organismo? Segundo Boadella (1985), a demonstração de Reich refletirá a ênfase que ele mesmo vinha dando ao substrato orgânico e físico da repressão sexual e do orgasmo, algo que nós mesmos já constatamos em nosso estudo de sua Teoria do orgasmo e de seu trabalho clínico nos dois capítulos anteriores.

Reich, na época de seu panfleto sobre o materialismo dialético, já estava bem adiantado no desenvolvimento de seu conceito de libido, quer teoricamente com os seus conceitos econômico-sexuais e o da neurose vasomotora, e praticamente na forma da liberação caracterológico-analítica da energia reprimida da blindagem do caráter. Desta maneira, era lógico que Reich acima de qualquer pessoa deveria, naquele momento, estar enfatizando a natureza orgânica dos processos libidinais (BOADELLA, 1985, p. 68).

Esta “ênfase da natureza orgânica” poderia sugerir que a concepção reichiana de base materialista será *naturalista*? Reencontraríamos aqui, em sua crítica social, o naturalismo que vimos na Teoria do orgasmo e na Análise do caráter? Confirmaremos a tese de Dahmer, acerca de uma antropologia naturalista em Reich, da qual ele jamais se desvencilharia, inviabilizando sua tentativa de aplicar o materialismo histórico de Marx e Engels à questão das origens da neurose? A fim de respondermos essas questões, é preciso agora acompanhar como Reich empreenderá esta “demonstração”, que abrangerá uma série de elementos do compêndio psicanalítico, como a teoria dos instintos, as formulações sobre os princípios de prazer e de realidade, bem como a teoria do inconsciente e do recalçamento, no tocante ao complexo de Édipo e às estruturas da segunda tópica (Eu, Id, Supereu, instinto de morte).

2.2. *As bases materiais da psicanálise, segundo Reich*

Os instintos de vida e de auto conservação são os pontos de maior facilidade na verificação das bases materiais da psicanálise, uma vez que as funções psíquicas descobertas por Freud foram elaboradas a partir de funções orgânicas cujo conhecimento estaria já bem estabelecido. A natureza material da teoria freudiana da libido se confirmaria por descobertas e experimentos no campo da fisiologia sexual. A relação entre os estágios do desenvolvimento da libido e as práticas de alimentação e higiene evidenciaria a abertura dessa teoria para as condições materiais de existência da criança. Por outro lado, Reich defende que a teoria freudiana do instinto de morte traria dificuldades para a apreensão de sua base material. Em *Para além do princípio de prazer*, instintos de vida e de morte foram apresentados por Freud a partir de uma analogia com “as funções fundamentais da substância orgânica”, como assimilação e desassimilação. Mas, se as relações entre os “processos fisiológicos que se desenrolam no aparelho das secreções internas e no sistema nervoso correspondente” e os instintos de vida, sexuais e de auto conservação, estavam bem determinadas, tal não era o caso com as relações entre esses processos e o instinto de morte. Neste último caso, a tentativa freudiana de embasar esta hipótese com processos de desassimilação (catabolismo) constituiria uma analogia meramente formal, abrindo o caminho para especulações bastante equivocadas:

Enquanto a base física da pulsão sexual e da pulsão de nutrição é evidente, à noção de pulsão de morte falta um fundamento material igualmente claro: a invocação do processo orgânico de desassimilação representa, neste caso, mais uma analogia formal do que uma relação efetiva de conteúdo. A pulsão de morte só será materialista na medida em que uma relação *real* a ligue aos processos de autodestruição no organismo. Mas não podemos negar que o seu conteúdo impreciso e a impossibilidade de a captar como tal – o que já é possível para a libido por exemplo – fazem facilmente dela o refúgio das especulações idealistas e metafísicas sobre a vida psíquica. Já suscitou na psicanálise vários equívocos, conduziu a teorias finalistas e a exageros das funções morais, o que consideramos como um desvio idealista da psicanálise (REICH, 1983, pp. 42-3).

A concepção freudiana de “instinto” (*Trieb*), explica Reich, remete a uma necessidade engendrada por uma excitação (excitação que gera uma medida de trabalho para o psiquismo, nos termos de Freud), e que objetiva a satisfação. A excitação dos órgãos de nutrição desperta a fome e impele à ingestão do alimento; a excitação da zona genital desperta o desejo sexual e impele à descarga orgástica. Assim, para Reich, a

economia instintual permanece sob o princípio de prazer, que “determina a transformação do estado de coisas existente” como uma “função do aparelho orgânico das pulsões” (REICH, 1983, p. 45). Na base desses processos de tensão e satisfação, explicados pela teoria psicanalítica dos instintos de vida (nutrição, sexual), encontram-se processos de metabolismo. Segundo Reich, “uma vez satisfeita a necessidade, sobrevém um período de repouso no fim do qual o aparelho das pulsões se distende de novo, como uma mola. Na base desta tensão, encontramos processos de metabolismo” (REICH, 1983, p. 46).

Na medida em que esses processos são o que permitiriam verificar, segundo Reich, a base materialista da teoria freudiana dos instintos, podemos extrair, do que vimos até aqui, sua aceção de “base materialista”: um conceito possui base materialista quando se pode estabelecer sua relação com processos verificáveis pelas ciências que estudam funções orgânicas como o metabolismo, as contrações musculares, as secreções internas, etc., como a biologia, fisiologia e química. “Desvio idealista”, portanto – ponto central da sua resposta à objeção dos marxistas sobre a psicanálise –, seria a ausência de respaldo desses conceitos pelas ciências naturais, como é o caso do instinto de morte.

A impossibilidade de se estabelecer uma relação “clara”, segundo Reich, entre o conceito de instinto de morte e processos orgânicos, está em que as manifestações de destrutividade do organismo, tais como o processo de destruição celular (catabolismo), estão sempre *subordinadas à finalidade da vida*. No nível celular, por ex., o organismo destrói, isto é, decompõe células vivas para adquirir nutrientes necessários à manutenção de outros processos vitais. No nível macro, uma pessoa age com um objetivo destrutivo irracional apenas em aparência, pois essa reação – tal é a tese de Reich – não é a manifestação direta de um instinto biológico, como quer Freud, mas sim consiste numa tentativa do organismo para quebrar a repressão que recaiu sobre ele, no intuito de desobstruir assim suas funções vitais.

Após verificar as bases materiais dos instintos que operam sob o princípio de prazer, Reich acompanhará como a psicanálise descreverá o processo social de limitação da satisfação desses instintos, através da noção de um “princípio de realidade”. A substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade se caracterizaria por questões de ordem material como a necessidade de alimentação. Esta realidade se opõe ao princípio de prazer, fazendo exigências violentadoras de adiamento da satisfação, tolerância do desprazer, abstinência sexual, ou modificando os meios

disponíveis para a satisfação de modo a incluir outros socialmente mais aceitáveis. O princípio de realidade apresentado por Freud, descrito no processo de sua instalação, possuiria base material, segundo Reich, na medida em que as características, limitações e obrigações descritas como sendo impostas por esta realidade (luta pela sobrevivência, forma sexual monogâmica, competição social, concorrência profissional, ascetismo, etc.) são elas mesmas relativas às condições econômicas e sociais concretas, ao modo de produção capitalista, à moral, à religião, etc.

No entanto, a apresentação deste princípio de realidade, como um dado absoluto, sem a devida consideração de sua relação com as condições sociais historicamente determinadas, representaria um desvio ideológico em contradição com o caráter revolucionário da psicanálise:

Mas a definição do princípio da realidade como exigência da sociedade permanece formal se não acrescentar concretamente que o princípio da realidade, sob a forma que reveste para nós atualmente, é o princípio da sociedade capitalista, baseada na economia privada (...). É necessário ver claramente que o conceito de princípio de realidade tal como é atualmente concebido por numerosos psicanalistas, corresponde a uma atitude conservadora (se bem que talvez inconsciente) e encontra-se assim em contradição com o caráter objetivamente revolucionário da psicanálise. O princípio da realidade tinha originalmente um outro conteúdo; modificar-se-á na medida em que se modificar a ordem social (REICH, 1983, pp. 47-8).

O desvio idealista acerca do princípio de realidade consiste na negligência da especificidade histórica desta realidade, que se conceitua como limitadora e é então apresentada de modo a legitimar os seus aspectos socioeconômicos, e que implicará ainda uma questionável noção de adaptação à realidade. Observe-se, no entanto, que a “base material” deste conceito é verificada numa acepção bastante diferente da que encontramos anteriormente: trata-se agora não de uma relação entre o conceito psicanalítico e as ciências naturais, mas sim entre o conceito e as condições sociais historicamente estabelecidas. É nessa perspectiva que Reich abordará as estruturas da segunda tópica e o complexo edípico.

Para Reich, a segunda tópica é uma complementação da teoria, movida pelo fato de que as pesquisas psicanalíticas mostraram que o inconsciente contém muito mais do que o recalcado, a saber, as resistências do Eu e as exigências superegoicas. Em sua existência social, o indivíduo adquire conteúdos (prescrições, interdições) que permanecem em grande parte inconscientes. Isso revela que a psicanálise analisa a moral não numa perspectiva metafísica (como a noção kantiana de moral), mas sim “numa perspectiva materialista, referenciando-a nas experiências vividas (...)” (REICH,

1983, p. 56). Assim, o *Id* é constituído de processos orgânicos profundos no corpo. O próprio *Eu* revela sua natureza materialista na medida em que está ligado ao sistema de percepção dos órgãos sensoriais; surge como uma diferenciação do biológico, pelo contato do organismo com o mundo externo, e permanece limitado entre elas. O seu “livre-arbítrio” não é metafísico, mas “sempre limitado pelas exigências das necessidades naturais” (REICH, 1983, p. 61), uma noção de liberdade que segundo Reich se correlaciona com a de Engels, para quem o livre-arbítrio é aptidão para poder decidir com conhecimento de causa. Por sua vez, o *Supereu* é forjado através das proibições das figuras paternas e, portanto, os conteúdos dessas instâncias da segunda tópica remetem à ordem social vigente e à posição do indivíduo no processo de produção. O próprio complexo de Édipo poderia ser demonstrado variar de acordo com uma dada estrutura de família e em uma forma particular de sociedade.

Desmistificando esses conceitos para os marxistas, Reich afirma que é sua absolutização, como estruturas fixas sem história, que representaria um desvio idealista. O conteúdo que Freud universalizou como complexo edípico tem um significado histórico, que necessita ser recuperado pela investigação sociológica. O desvio de Freud teria sido motivado, afirma Reich, pelo fato de que “a forma familiar, base do complexo de Édipo, se mantém *relativamente* fixa há séculos” (REICH, 1983, pp. 108-9).

Isto significa apenas que uma das teses fundamentais da psicanálise verá a sua validade restringir-se a determinadas formas sociais. Isto significa ao mesmo tempo que o complexo de Édipo se encontra caracterizado como um fato socialmente condicionado, pelo menos na forma e, em última análise, economicamente condicionado (REICH, 1983, p. 110).

Eis que então se confirma para nós uma “ambiguidade” na aceção de Reich sobre base material. Se, anteriormente, base material dizia respeito àqueles processos do organismo verificáveis pelas ciências naturais, agora, ela é relativa à ordem social vigente, às suas exigências e prescrições conflitantes com as necessidades do organismo, à posição social do indivíduo no processo de produção e às transformações históricas dessa ordem.

Esta ambiguidade aparece também no momento em que Reich tenta qualificar um “desvio idealista”. Segundo ele, no caso do instinto de morte, na universalização do complexo edípico ou na absolutização do princípio de realidade, os desvios idealistas surgem como uma “naturalização” que impede a compreensão crítica das condições históricas e sociais responsáveis pela origem da repressão sexual, o que teria o efeito

político danoso de legitimar a repressão. Por outro lado, todas essas noções são também “desvios” na medida em que contradizem um conhecimento das leis biológicas do organismo vivo naturalmente tendente à autorregulação orgástica.

Quando um autor define o que entende por base material, ele nos fornece, da sua perspectiva, uma hierarquia das ciências e saberes. A verificação reichiana dos conceitos freudianos nos oferece, como numa pirâmide de Maslow, a imagem de uma figura que traz em sua base, de maneira desconcertante, a ordem das condições sociais e históricas *ao lado* de ciências naturais como a biologia, a fisiologia, a química e a própria física. Para Rouanet (1998, p. 27), Reich colocava lado a lado, subordinadas ao materialismo dialético que estaria “na cúpula da hierarquia científica”, a ciência natural do psiquismo (psicanálise) e a ciência das formações sociais concretas (materialismo histórico). *Assim, a investigação “crítica” das origens históricas e sociais da repressão sexual, em Reich, permanece articulada, num mesmo nível, a uma compreensão das condições materiais que, pelo menos em parte, se dá segundo os termos de uma fundamentação naturalista.* Como, então, uma historicização das naturalizações de Freud poderia se desenvolver em harmonia com tais pressupostos naturais? Reencontramos aqui o problema das relações, possivelmente conflitantes, entre história e natureza em Reich.

É plausível afirmar que esta tentativa reichiana de articulação entre psicanálise e marxismo estará “teoricamente defasada” em relação a algumas premissas do materialismo histórico de Marx e Engels, por ex., a premissa de que a “natureza humana” remete a um estágio da formação histórica do homem, porém jamais a um fundamento normativo invariante. O entendimento de Reich sobre a libido parece mesmo remeter a esse fundamento, segundo suas noções de “cerne biológico vital” ou de “autorregulação”. Contudo, no tocante ao princípio de realidade e ao complexo de Édipo, por ex., sua proposta de articulação valeria como *insight* para a exploração dos mecanismos de produção de subjetividade no âmbito do capitalismo moderno. A afirmação de que a base material desses conceitos está nas condições sociais vigentes é uma proposta de pensar a afetividade, a subjetividade, a ética das relações entre os indivíduos e as coisas, etc., tais como pautadas pela exigência de ascetismo, pela aceitação de estereótipos socialmente construídos em torno da figura de gênero masculina, suas relações assimétricas com a mulher, seu papel autoritário no interior da

estrutura familiar, dentre outras formas de relação estabelecidas como aceitáveis para o prazer e para a realização dos sujeitos.

Foi no grande debate freudo-marxista dos anos 20 e 30, do qual Reich não é o único mas é destacado colaborador, que se estabeleceram os elementos para uma reflexão efetiva sobre os processos de socialização e produção de subjetividade. Aí se pensou processos marcados por prescrições e proscricções, imperativos éticos, normas negativas e positivas que formam momentos estratégicos para a incorporação de valores e para a reprodução dos padrões sexuais, disciplinares, ideológicos, estereotípicos, etc. Foi neste debate, em suma, que aprendemos que a psicanálise pode ser uma peça indireta de historiografia e sociologia, a dizer coisas muito importantes sobre o destino do homem ocidental que vive no âmbito das relações sociais capitalistas. É também a partir deste *insight* que Marcuse se instalará com sua discussão das condições históricas do domínio do princípio de realidade em *Eros e civilização*. Como em Reich, sua crítica da psicanálise parte das próprias categorias psicanalíticas que, adotadas pelo marxismo, funcionam como crítica do freudismo, num jogo que relaciona e autoriza diversas combinatórias entre as *Ideologiekritics* psicanalítica e marxista.

Há, portanto, um saldo considerável da crítica social reichiana. Ainda que autores mais contemporâneos, como Deleuze e Guatarri em seu *O anti-Édipo*, ou Michel Foucault em sua *História da sexualidade vol. I*, critiquem o privilégio do mecanismo do recalque como elemento-chave no processo de formação ideológica, ou a concepção exclusivamente negativa de poder nessas discussões, não se deveria tomar essas críticas como invalidando a interface proposta por Reich entre Filosofia política e Psicologia. Assumindo, portanto, sua fertilidade, consideramos que uma defasagem na crítica social reichiana não implica sua inviabilização. O importante é que esta crítica parece *funcionar*, mesmo diante da presença de um paradigma científico-naturalista. Deve haver, para isso, um conjunto de condições de possibilidade que a autoriza.

Até aqui, o criticismo social desenvolvido por Reich ainda encontrava apoio na posição do próprio Freud sobre a família e a educação. Segundo Claude-Alzon,

Até aí, pode-se dizer que se mantém na linha do pensamento freudiano, antes de este se não inflectir no sentido de conservadorismo. Prosseguindo a sua reflexão em direção contrária, Reich interroga-se sobre a razão de ser de uma moral e de instituições repressivas, cuja nocividade o próprio Freud, originariamente, se sentira levado a reconhecer (ALZON, 1972, p. 54).

O que acontecerá a partir de 1929, é uma radicalização, tanto da postura pessoal de Reich em relação a Freud, como da sua investigação das condições históricas e institucionais da repressão sexual. Enquanto Freud se limitava a reconhecer a inaptidão dos pais inibidos e infelizes para a educação, e como os filhos, assim educados no ambiente familiar frustrado, reproduziriam sua condição de imaturidade sexual na idade adulta, “Reich, esse, via precisamente na educação anti-sexual dos jovens uma política pretendida pela sociedade, dado ser impossível suportar o casamento sexualmente repressivo sem uma educação anti-sexual prévia” (ALZON, 1972, p. 56).

A pergunta de Reich pelo significado histórico do complexo de Édipo, por ex., evidencia determinados mecanismos e instituições que ele encontra diretamente articulados para a produção de caracteres neuróticos. Na medida em que a análise da estrutura psíquica do indivíduo revela-a profundamente relacionada com as práticas institucionalizadas do casamento, da abstinência, das relações familiares, de observâncias religiosas, etc., torna-se ainda mais urgente uma análise da dimensão social da neurose, sob pena de que a teoria e a psicoterapia se tornem uma prática ideológica legitimadora do caráter repressor da ordem social vigente. A partir deste momento, Reich não hesitará mais em rejeitar completamente justificações “biológicas” para a repressão sexual, como é feito com a hipótese freudiana de um instinto de morte, ou com a especulação em torno de “esquemas filogenéticos herdados” com que Freud e ortodoxos buscavam assegurar a universalidade do complexo edípico⁵⁵. Segundo Sharaf, “esse tipo de especulação genética acerca de um ‘inconsciente arcaico’ contrasta

⁵⁵ Para se ter uma ideia de como determinados aspectos do pensamento de Freud vão se tornando repudiáveis perante as convicções sociológicas de Reich, tomemos, por ex., a concepção de “esquemas filogenéticos herdados”, com a qual Freud buscava assegurar a universalidade de Édipo. Se o pai do menino que teve o famoso sonho com os lobos era um pai afável, carinhoso, que jamais lhe surrou ou repreendeu, Freud desenvolveria a concepção filogenética de conteúdos universais, pertencentes ao legado humano, que se imporiam às vivências individuais mesmo quando essas fossem insuficientes para a formulação do complexo de Édipo (cf. FREUD, *Homem dos lobos*, in: FREUD, 2010 (c), pp. 157-8). Anna Freud também avançou semelhante especulação genética quando afirma “a existência na natureza humana de uma disposição para repudiar certas pulsões, em particular as pulsões sexuais, de um modo indiscriminado e independente da experiência individual. Essa disposição parece constituir uma herança filo-genética, uma espécie de depósito acumulado de atos de recalamento praticados durante muitas gerações e meramente continuados, não iniciados, por indivíduos” (FREUD, Anna. 2006, p. 112). Mais um exemplo: Para explicar o período de latência, como interrupção do florescimento sexual nos primeiros anos da infância, Freud recorria a algum evento “que deve ter ocorrido, entre as vicissitudes da espécie humana, algo importante, que deixou essa interrupção do desenvolvimento sexual como precipitado histórico” (FREUD, 2014 (a), p. 102). Em *O eu e o id*, tal vicissitude é explicada como sendo a Era Glacial. Nada mais distante dos esforços de Reich para localizar os mecanismos sociais de combate à sexualidade, em seus diferentes estágios.

fortemente com a ênfase de Reich nos fatores sociais determinantes da ansiedade e culpa que tão frequentemente assolam os impulsos genitais” (SHARAF, 1994, p. 138).

Todavia, à época de *Materialismo dialético e psicanálise* – voltado às questões epistemológicas e metodológicas da articulação entre psicanálise e marxismo –, Reich ainda não tinha executado, a rigor, uma investigação de envergadura a respeito das origens históricas e sociais da repressão sexual. Estes desenvolvimentos virão somente com a trilogia das suas obras “sociológicas” da década de 1930, como *A revolução sexual* – que propõe uma autonomia caracterológica do homem –, *As origens da moral sexual* – uma espécie de fenomenologia da econômica sexual primitiva e comunista –, e sua análise da servidão voluntária e do fascismo alemão em *Psicologia de massas do fascismo*. Essas obras farão a denúncia de instituições basilares que fabricam a estrutura de caráter neurótica, necessária à manutenção do sistema opressor, sobretudo a família pequeno-burguesa e o casamento monogâmico vitalício de cunho burocrático e religioso. Elas não pouparão também a instituição psicanalítica e a própria postura “conservadora” de Freud. Digamos que, se Freud teria desmascarado a pretendida edificação *moral* do homem com que a religião justificava a repressão sexual, Reich irá ainda mais longe, desmascarando a pretendida atividade *cultural* com que Freud continuava a justificar a repressão, mostrando sua função política de preservação do regime social autoritário. Tocamos, assim, no problema das “contradições da filosofia cultural de Freud”, segundo Reich.

3. Radicalismo sexual

Reich vinha estabelecendo vínculos com alguns grupos psicanalíticos da capital Berlim, onde suas teorias do caráter eram mais populares, e onde também havia “um grau maior de consciência sociológica” do que em Viena (cf. BOADELLA, 1985, p. 78). Por esses motivos, Reich decidiu mudar-se, em fins de setembro de 1930, em busca de um ambiente mais receptivo às suas ideias e ao seu trabalho, unindo-se a outros profissionais “esquerdistas” como Sigfried Bernfeld, Erich Fromm e Karen Horney.⁵⁶

⁵⁶ “Em Viena, todas as incursões de Reich pela sociologia foram apenas ensaios para uma exploração ampla na Alemanha do que ele em breve viria a chamar de ‘psicologia política’. Havia uma consciência sociológica maior em Berlim do que Reich encontrou em Viena. A teoria do orgasmo foi melhor compreendida, muitos analistas o procuraram para aprender as técnicas da análise do caráter, e ele era muito requisitado para falar sobre as origens sociais da neurose. A Associação de Médicos Socialistas de

Antes de sua mudança, Reich teve um último encontro pessoal com Freud, na casa deste em Grundlsee. Falaram sobre o livro de Reich que acabara de sair, *Maturidade sexual, abstinência e moral conjugal: crítica da reforma sexual burguesa*, no qual ele analisa a família autoritária e o casamento compulsivo (in: REICH, 1991). Nessa conversa, Reich tentou deixar clara a sua distinção entre a moralidade natural e a compulsiva, e entre as formas típicas de família patriarcal e a família natural baseada no amor, respeito e ternura sexual.

Reich relata então, sobre este episódio, que Freud teve uma forte reação de animosidade contra ele, dizendo que o seu trabalho não tinha relação com a psicanálise. “Conversamos por uma hora, talvez uma hora e meia, e eu parti. Sabia que seria a última vez que eu o veria” (cf. HIGGINS; RAPHAEL, 1967, p. 66). Foi uma cena trágica, lembra Reich, o momento em que ele, descendo as escadas da casa de Freud, olhou pela janela e viu seu velho mentor como um “animal enjaulado”, andando rapidamente de um lado para o outro. Esse retrato de Freud é largamente mimetizado na literatura reichiana por vários autores e intérpretes de Reich, e parece desempenhar um importante papel na argumentação acerca da posição de Reich no debate sobre a cultura. Por isso, vamos aprofunda-lo, no interesse de levantar as questões envolvidas.

As críticas de Reich, a partir da década de 1930, retratam um Freud resignado, chegado à velhice e sem a coragem e a segurança necessárias para levar adiante sua “introvisão original” e a consequente crítica da cultura (cf. RYCROFT, 1971, pp. 36-7). Conforme o relato autobiográfico de Reich, o jovem Freud teria sido um combatador da moral burguesa, em vista da inquestionável miséria sexual constatada a partir de sua própria clínica. As primeiras obras da psicanálise representaram um grande impacto ao revelar ao mundo o papel do inconsciente, como um golpe no orgulho humano (cf. REICH, 1990, cap. II). Textos freudianos pré-psicanalíticos como *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*, segundo Reich, “apontam justamente na direção de uma crítica cultural sexual-revolucionária” (REICH, 1991, p. 45). Intérpretes já qualificaram esse texto “como o mais reichiano de Freud” (BARRETO, 2000, p. 76). Outros afirmam que neste texto, e também em *Sobre a mais comum forma de depreciação na vida amorosa*, Freud “empenhava-se na via da contestação do

Berlim, dirigida na época por Ernest Simmel, convidou Reich para falar sobre ‘*A profilaxia das neuroses*’ em novembro de 1930, e ele se deparou com uma recepção entusiástica de quase 200 médicos e estudantes” (BOADELLA, 1985, p. 79).

casamento, da família e da educação burguesa”, bem como criticava “a educação anti-sexual da juventude” (ALZON, 1972, p. 65 e p. 53, *respectivamente*).

Entretanto, empenhado em denunciar o excesso de repressão na vida civilizada, Freud tinha algumas convicções muito arraigadas, por exemplo, de que a natureza libidinal dos homens seria agressiva; de que a civilização, desde sua origem, repousaria na supressão dos instintos em nome da luta contra a necessidade material. Seu hábito de procurar um fundamento biológico para os mecanismos repressivos, e sua aposta na sublimação como solução para os problemas psicológicos, terminaram pesando contra o caráter crítico implícito na sua teoria. Segundo esta interpretação, Freud posteriormente deixará de fazer a denúncia dos efeitos nocivos da repressão, legitimando o caráter repressivo da civilização e dando provas de que ele mesmo não reconheceu o verdadeiro alcance de sua descoberta. No plano teórico, a introdução posterior da teoria da angústia instintiva e do instinto de morte deveria demonstrar que a psicanálise, apesar desta prematura crítica implícita, não estava em desacordo com a cultura tradicional mas, de fato, viria apoiá-la (cf. BOADELLA, 1985, p. 64). O seu pensamento se tornaria “cada vez mais reacionário socialmente” (ALZON, 1972, p. 66), e sua genialidade inicial culminaria numa teoria cultural resignada.⁵⁷ Trata-se da imagem de um Freud “que se pôs, e à sua autoridade, no ápice de uma ideologia conservadora e, com a sua teoria da civilização, destruiu aquilo que havia realizado por meio de um trabalho contínuo como cientista natural e como médico” (REICH, 1990, p. 192).

Assim, Reich deverá conceber para si a tarefa de continuar a legítima função social da psicanálise (cf. REICH, 1983, pp. 119-20, *nota de 1934*), rejeitada por seus próprios representantes. “Este caminho Freud nunca mais seguiu: pelo contrário, ele era refratário a tais experiências e certa vez as designou verbalmente como experiências fora do caminho da psicanálise” (REICH, 1991, p. 45). Para Reich, “as conclusões de Freud eram desesperadoras” (REICH, 1990, p. 190), pois, “*admitir a possibilidade da felicidade humana teria sido a mesma coisa que admitir a incorreção da teoria do*

⁵⁷ “Esta breve análise terá mostrado suficientemente o caráter politicamente conservador do Freud chegado à velhice. A noção de sociedade de classes é-lhe estranha. O facto do Estado poder estar ao serviço de interesses particulares escapa-lhe completamente. É por isso que todas as sociedades têm o mesmo valor aos seus olhos. Todas são um mal necessário, a que a gente tem de se resignar, à falta de melhor”. E, em nota, Alzon acrescenta que, se Freud em alguns momentos admite que a falta de inteligência e agressividade do povo resulta da sociedade tal como tem existido até hoje, “é para logo a seguir duvidar que algum dia seja possível educar o povo de modo diverso do da repressão, o que conduz a manter e a perpetuar o regime existente, a coberto da necessidade de direção das massas por uma pseudo-elite, cujo caráter burguês se recusa a ver” (ALZON, 1972, p. 67, *nota*).

instinto de morte”, isto é, “teria significado uma crítica às instituições sociais que destroem a felicidade da vida” (REICH, 1990, p. 184).

Em *A função do orgasmo*, Reich retoma o cenário da época evidenciando certa decepção pelo modo como Freud se recusava a reconhecer as implicações políticas e sociais da psicanálise:

Eu não entendia como era ele capaz de acreditar que a descoberta da sexualidade infantil pudesse não ter um efeito, fosse qual fosse, de mudança no mundo. Ele me parecia cometer uma terrível injustiça contra o seu próprio trabalho, e sentir a tragédia dessa contradição (...) Três anos depois, as condições na Alemanha e na Áustria já se encontravam em tal estado de tumulto que desfiguravam toda a atividade profissional. A irracionalidade na vida política tornava-se cada vez mais visível. A psicologia analítica penetrava cada vez mais nos problemas sociais (REICH, 1990, pp. 184-5).

Seguem algumas breves considerações a respeito dos argumentos que Reich utiliza para fundamentar seu retrato de Freud:

Quando Reich considerou o seu trabalho de 1927 a continuação legítima da psicanálise, ele se referia às exigências científico-naturais para uma fundamentação da libido em termos fisiológicos puros, e em relação a qual Freud haveria se desviado (cf. nossa discussão no Capítulo 01: “Retomada da teoria freudiana da libido”). Na década de 1930, Reich reafirmará o seu compromisso com uma continuação legítima da psicanálise, agora no tocante à sua função de crítica social, em relação a qual Freud teria se desviado ao deixar de questionar se a situação existente é inerentemente necessária e imutável. *Sendo assim, continuar o trabalho de Freud de forma legítima significa, de acordo com a letra de Reich, fundamentar sua teoria numa natureza e, ao mesmo tempo, fazer uma crítica histórica das condições sociais da neurose.* Reaparece aqui uma ambiguidade, que já identificamos anteriormente acerca das noções de base materialista e desvio idealista.

Segunda consideração: O animal enjaulado corria de um lado para outro, diz Reich, perdendo-se em tentativas de buscar explicações biológicas para o sofrimento humano e, ainda, tentando incursões pela sociologia de maneira equivocada.

A resignação de Freud era apenas uma fuga à enorme dificuldade apresentada pela patologia que se contém no comportamento humano – a malícia do homem. Freud estava desiludido. A princípio, pensava haver descoberto a terapia radical das neuroses. Na realidade, isso fora apenas um começo. Era muito mais complicado do que sugeria a fórmula de tornar o inconsciente consciente. Sustentava que a psicanálise podia abraçar não apenas problemas médicos, mas problemas universais da existência humana. Mas não encontrou o seu caminho na sociologia. Em *Além do princípio do prazer*, penetrara, por meio de hipóteses, em importantes questões biológicas e

deduzira daí a teoria do instinto de morte, que acabou sendo uma teoria errônea. A princípio, o próprio Freud assumira uma posição muito cética a respeito. A psicologização da sociologia e também da biologia impedia qualquer perspectiva de conseguir um domínio prático desses enormes problemas (REICH, 1990, pp. 187-8).

Freud psicologizava a sociedade, afirma Reich. Em suas obras de psicologia social, como *Totem e tabu*, *O Futuro de uma ilusão* ou *Mal-estar na civilização*, dentre outras, “não encontrou seu caminho na sociologia”, ou pior, promovia “falsas incursões pela sociologia” (cf. REICH, 1988). Por falta de conhecimento de conceitos sociológicos elementares, Freud e outros analistas apresentavam a esfera social como uma esfera psicossociológica, produzindo uma sociologia reacionária. Este problema Reich teria solucionado em seu *Materialismo dialético e psicanálise*, ao estabelecer os conceitos freudianos à luz das condições históricas e sociais a que eles remetem, conforme vimos no tópico anterior. Por outro lado, na passagem acima Reich também acusa Freud de psicologizar a biologia, como em *Para além do princípio de prazer*. Onde se tornava difícil prosseguir na investigação biológica científica, Freud relaxava sua exigência científico-natural, buscando resolver os problemas em questão produzindo explicações de caráter psicológico como um substituto. Terminara, assim, criando uma hipótese absurdamente contraditória com a própria ciência biológica, acerca de um instinto orientado contra a vida. *Sendo assim, Reich avança numa dupla fundamentação: perfura na direção de uma crítica histórico-social marxista, contra a “psicologização da sociedade”, e também na direção de uma fundamentação biológica, contra aquilo que ele chama de “psicologização da biologia”. Mais uma vez, nos deparamos com uma ambiguidade, agora em relação ao termo “psicologização”.*

Terceira consideração: Com este retrato de Freud, esboçado nas críticas de Reich, note-se a interpretação dada ao percurso freudiano, a partir da viragem teórica dos anos 1920, em termos de um afastamento da teoria da libido. O significado dessa viragem, para Reich, é claramente um passo atrás no aspecto crítico-revolucionário da teoria psicanalítica. Juntamente com as ideias de Adler e Jung, haveria sinais de um “abandono crescente da teoria sexual” (REICH, 1983, p. 125, *nota*), uma espécie de “dessexualização” da teoria psicanalítica, onde o enfoque se desloca da energia libidinal para uma análise da estrutura e dos mecanismos defensivos do Eu. Na visão de Reich, que vai criticar a minimização dos fatores históricos e sociais na produção da neurose, o sentido mais amplo dessas mudanças teóricas é a adesão a uma ideologia política conservadora e a uma filosofia metafísica. Sobre o instinto de morte, Reich afirma que

as conclusões de Freud eram desesperadoras porque “embora admitisse que o anseio de prazer é inextirpável, afirmava que não é o caos social mas o impulso de prazer que deveria ser modificado” (REICH, 1990, p. 190). Retrato de um movimento de reformulação teórica no qual “a psicanálise, originariamente uma teoria revolucionária do sexo e da psicologia do inconsciente, começou a adaptar-se, no que diz respeito à teoria sexual, às condições autoritárias da existência, tornando-se assim aceitável por parte de uma sociedade reacionária” (REICH, 1988, p. 24).

Vejamos, agora, como esta interpretação a respeito de Freud liga-se às posições defendidas por Reich no debate sobre a questão da cultura, e à radicalização do seu criticismo social.

A teoria cultural de Freud parte da premissa de que a repressão sexual está na base da civilização, cujos desenvolvimentos consistem na sublimação da energia libidinal desviada de sua meta original. Freud encontrou, na análise do inconsciente, um conjunto de impulsos que podem ser descritos como antissociais, perversos ou destrutivos. Constatou que a inibição destes impulsos favoreceria a sociabilidade, e que a sua superação pelo indivíduo levaria a uma existência cultural, ainda que, ao mesmo tempo e em certa medida, resultasse no desenvolvimento de uma neurose que restringe, inevitavelmente, suas capacidades culturais. Esta é uma convicção elementar de Freud, presente em toda a sua obra, desde, por ex., os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), onde afirma uma “relação inversa entre a cultura e o livre desenvolvimento da sexualidade” (FREUD, 2002, p. 119), até obras tardias, onde esta teoria é desenvolvida extensivamente, como em *Mal-estar na civilização* (1930).

Em sua viagem para os Estados Unidos, a convite de Stanley Hall, então professor da Clarke University de Manchester, Massachussets, para divulgar a “nova ciência” no Novo Mundo⁵⁸, Freud esclarecia à sua dedicada audiência a utilidade da psicoterapia analítica: a repressão infantil brutal é substituída, no curso da análise adulta, por mecanismos de sublimação, ou também pela condenação do impulso, por

⁵⁸ As conferências de Freud e sua equipe nos EUA, em 1909, foram publicadas como as famosas *Cinco lições de psicanálise*. Sobre os fatos que marcaram essa viagem, ver o interessantíssimo artigo de Myriam Chinalli, *A chegada da peste: cem anos da viagem de Freud aos EUA (1909-2009)* (in: *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v. 4, nº. 7, Out. 2010). A passagem em que Freud fala sobre o objetivo da psicoterapia analítica encontra-se na 2ª lição (cf. FREUD, 2013, p. 237 e ss.).

parte de um Eu forte e que pode abster-se ao invés de reprimir-se. A sublimação é apresentada por Freud como o caminho desejável para os instintos que são liberados pelo processo analítico. No entanto, muitos analistas sabem que esta exigência revela-se, em muitos casos, irrealista. Reich surpreende-se que “a necessidade de satisfação sexual directa não era mencionada em parte alguma” (REICH, 1988, p. 18)⁵⁹ e, “portanto, se assim é lícito dizer, ‘abstenção voluntária’ no lugar da repressão” (REICH, 1991, p. 47). Reich observa que, com a sua teoria cultural, onde a *abstenção sexual* perpassa toda a existência da cultura, desde a possibilidade de seu advento até o seu objetivo máximo, “Freud justificou a renúncia de milhões de pessoas à felicidade tão habilmente como defendera a existência da sexualidade infantil” (REICH, 1990, p. 181). Reich, por sua vez, defenderá a satisfação real, isto é, genital, dos instintos sexuais, conforme vimos em nosso capítulo sobre a teoria do orgasmo.

Em seu livro *A revolução sexual*, resultado das conclusões nascidas do seu trabalho de higiene mental e de seu contato com movimentos de juventude, Reich desenvolve um diagnóstico a respeito das relações amorosas, em suas condições políticas e sociais. Ele amadurece sua crítica social embrionária, sobre o significado social das tendências genitais, para realizar, agora, uma “crítica econômico-sexual”, revelando a incompatibilidade entre um *princípio de regulação moral*, historicamente estabelecido, e o *princípio de autorregulação econômico-sexual*, fundado nas leis e necessidades biológicas do organismo vivo (cf. REICH, 1991, pp. 42-3). Reich desloca para a contraposição entre esses dois princípios aquilo que se atribuía, segundo ele, a uma antítese artificial entre sexualidade e cultura. O pensamento e os argumentos que estabeleceram esta antítese estariam sustentados pelas próprias condições do atual princípio moral, a saber, condições históricas na qual a sexualidade inibida tornou-se destrutiva, dando sinais, equivocadamente, de uma necessidade de reforço das inibições morais.

Por outro lado, sexualidade e cultura estarão juntas no princípio de autorregulação econômico-sexual. Com base na reestruturação do princípio moral em princípio de autorregulação – uma prática levada a cabo no tratamento caracterológico de indivíduos neuróticos –, Reich elabora uma crítica com o objetivo de

⁵⁹ “Ao longo de muitos anos de experiência, descobri que a esmagadora maioria das pessoas doentes não tem a capacidade de sublimação necessária para a cura de uma doença psíquica. O controlo e a condenação dos impulsos instintivos infantis libertados revelam-se sempre como uma mera esperança piedosa se a vida sexual individual não tiver sido melhorada, ou seja, se o tratamento não der ao paciente a capacidade para uma relação sexual satisfatória e regular” (REICH, 1988, p. 18).

revelar as contradições envolvidas naquela antítese e, no caso da psicanálise, como sua adesão a esta antítese, naturalizando fenômenos históricos, a fez degenerar numa “metafísica”:

A antítese absoluta entre sexualidade e cultura domina toda a moral, a filosofia, a cultura, a ciência, a psicologia e a psicoterapia, como um dogma inatacável. A posição mais significativa aqui é assumida, inquestionavelmente, pela psicanálise de Freud, que, apesar de suas descobertas clínico-naturalistas originais, ainda se atém à antítese absoluta já citada. É indispensável descrever sucintamente as contradições das quais padecia a teoria cultural psicanalítica e que fizeram que seu trabalho científico degenerasse em trabalho metafísico (REICH, 1991, pp. 43-4).

Se, em *Materialismo dialético e psicanálise*, Reich apontou como a hipótese freudiana de um instinto de morte “suscitou equívocos e exageros”, como um “desvio idealista” que “abriu portas para especulações inúteis” (cf. REICH, 1983, p. 43), agora sua crítica torna-se mais aguda, como revela a passagem acima sobre a psicanálise, empregando os termos “padecer de contradições” e “degeneração metafísica”.

Em linhas gerais, Reich identifica o que ele considera uma “contradição na teoria cultural de Freud” (REICH, 1991, p. 44), segundo a qual a repressão que estaria na base dos desenvolvimentos culturais e sociais dos indivíduos desfavorece esses mesmos desenvolvimentos com a neurose. Rycroft (1971, p. 26) sugere que a noção freudiana de uma “renúncia instintual”, em sua teoria cultural, não é exatamente ascética, mas irônica e trágica. Para Robinson (1971, p. 27), a “contradição” apontada por Reich não deve ser localizada no pensamento de Freud, pois ela seria na verdade o próprio dilema que este estaria tentando descrever no processo objetivo da civilização. No entanto, reconheceremos o objetivo de Reich não em uma suposta “análise da coerência intelectual de Freud”, mas sim como tentativa de fazer a denúncia dos efeitos práticos e políticos de legitimação que sua teoria cultural tem em relação aos aspectos trágicos, ascéticos, abstinentes e sexualmente repressivos de sua sociedade.

Segundo a investigação reichiana das condições históricas e sociais da repressão sexual, é na perspectiva do princípio de regulação moral, onde já não se distingue mais entre os “impulsos *biológicos* naturais” e os “impulsos *secundários* anti-sociais” (REICH, 1991, p. 57), que a ideia de um controle sobre os instintos vai se legitimar como fator necessário para a sociedade e cultura. Torna-se então verdadeiro que a simples remoção destes mecanismos repressores, dada a estrutura psíquica atual dos homens, acarretará sérios problemas para a convivência em sociedade. Nesta perspectiva, torna-se verdadeira a afirmação de que a manutenção da repressão é uma

condição da socialização.⁶⁰ *Sua crítica histórica, portanto, visa desnaturalizar a repressão sexual, retirando a sexualidade do registro de uma incompatibilidade com a sociedade e com a cultura.*

Em Berlim, Reich lerá, pela primeira vez em 1930 (cf. SHARAF, 1994, p. 138), o relato do antropólogo polonês Bronislaw Malinowski⁶¹ sobre os Trobriandeses. Em *A vida sexual dos selvagens*, Malinowski descreveu um povo caloroso e aberto, cuja vida sexual não conhecia o complexo edípico “universal”, fato que ele mesmo atribuía à “organização matriarcal” da família trobriandesa. A constatação, através do relato de um renomado antropólogo, de que existem culturas que não conhecem a repressão, constituiria, além dos conceitos de potência orgástica e de caráter autorregulado, como vimos, agora uma *via etnológica para a desnaturalização da repressão sexual*. “As investigações de Malinowski nas ilhas dos Mares do Sul tiveram um efeito singularmente benéfico” (REICH, 1990, p. 197), afirma Reich, que então escreveu uma obra sobre o assunto, *As origens da moral sexual*, revelando um paralelo entre as transformações socioeconômicas (ocorridas nas sociedades primitivas com o aparecimento gradativo do patriarcado) e o processo de transformações na economia sexual desses mesmos povos. Reich defenderia que “a repressão sexual é de origem econômico-social e não biológica”, e que “a sua função é assentar o fundamento para uma cultura patriarcal e autoritária e para a escravidão econômica, que encontramos especialmente pronunciada no Japão, na China, na Índia e em outros países” (REICH, 1990, pp. 199-200). Esta seria a primeira contestação frontal de um dos dogmas da psicanálise, proveniente de seus próprios quadros, e a partir da qual a cultura tornava-se condescendente com os instintos sexuais e a repressão deixava de ser inevitável, como um fato natural ou imutável (cf. BARRETO, 2000, p. 83).

Nos documentos etnográficos de Malinowski, Reich manifestava grande interesse pelo casamento trobriandês e pelas relações estabelecidas no interior das suas famílias, bem como pelo desenvolvimento da sexualidade infantil e dos jovens. Muito além das conclusões do próprio Malinowski, segundo Boadella (1985, p. 80), o objetivo de Reich foi relacionar o seu relato ao trabalho de Engels sobre a origem da família,

⁶⁰ Neste ponto, Reich dá um exemplo prático sobre como a repressão termina por justificar a si mesma: “a repressão da satisfação correspondente à necessidade natural, por exemplo, criou a tendência para o furto, e esta por sua vez tornou necessária uma regulamentação moral para que não se furtasse” (REICH, 1991, p. 57).

⁶¹ Atuante na *London School for Economics*, um dos fundadores da antropologia social e que tinha o trabalho de Reich em alta conta.

elaborando uma “teoria etnográfica completa” para explicar o desenvolvimento das formas patriarcais de sociedade, como elas se chocavam com os interesses sexuais e asseguravam os interesses materiais das classes dominantes.⁶² A tese inicial de que a ideologia estava enraizada no caráter agora se desenvolvia na direção de um exame da estrutura familiar, como “um imaginativo instrumento conceitual para a pesquisa sociológica e histórica”.⁶³ Para Reich, a psicanálise, que reconheceu o conflito sexual edípico no interior da família, permanecia o instrumento para a formulação de uma questão essencial acerca da “função social da educação familiar e da repressão sexual por ela efetuada” (cf. REICH, 1988, pp. 19-20).⁶⁴ Quando se pergunta pela função social ou pelo significado político da repressão sexual, revelam-se a família e o matrimônio como campo de intensa luta sexual. Vejamos.

Conforme a crítica de Reich, a exigência de abstinência e a proibição da masturbação preparam a aceitação das limitações orgásticas no casamento monogâmico.⁶⁵ Em suas palavras, “a exigência de abstinência sexual serve para criar uma estrutura sexual dos indivíduos que deverá determinar a educação de bons cidadãos e corresponder à vida sexual matrimonial rigorosa” (REICH, 1991, p. 139). A instituição matrimonial a que Reich se refere é uma união contratual, compulsória, de caráter jurídico, religioso e vitalício, no interesse da criação dos filhos e da estabilidade

⁶² “Ele desenvolveu uma teoria etnográfica completa, explicando satisfatoriamente o desenvolvimento das formas patriarcais de sociedade a partir de uma forma originalmente matriarcal, ligando a transição à instituição do dote de casamento, que acreditava ser o ponto focal onde os interesses econômicos primeiro se chocaram com os interesses sexuais e levaram à restrição da sexualidade adolescente face ao interesse pelos benefícios” (BOADELLA, 1985, p. 80).

⁶³ “Assim enunciada, em sua mais genérica forma, a teoria social de Reich oferece um imaginativo instrumento conceptual para a pesquisa sociológica e histórica. Sugere que devemos examinar a estrutura da família e as práticas de criação dos filhos de uma época cultural ou histórica para compreender como as realidades econômicas são traduzidas em política, ética e religião; de fato, para entender até como é mantida a própria ordem econômica. A teoria sugere ainda que se pode analisar as principais forças sociais, *dentro* de uma determinada sociedade, em função da situação familiar típica e da estrutura de caráter” (ROBINSON, 1971, pp. 36-7).

⁶⁴ “Freud tinha reconhecido o conflito da criança com os pais, em especial a sua componente sexual, o complexo de Édipo, como o elemento central da etiologia das neuroses. Por que é que a família tinha essa função? A neurose é originada pelo conflito entre a sexualidade e o mundo exterior que a nega. A repressão sexual vem, por conseguinte, da sociedade. A família e a educação em conjunto exercem o recalçamento sexual com todos os meios ao seu dispor. Por quê? *Qual a função social da educação familiar e da repressão sexual por ela efetuada?*” (REICH, 1988, pp. 19-20).

⁶⁵ “Na sua opinião, as proibições e as restrições impostas às atividades sexuais dos adolescentes não só causam uma enorme quantidade de frustração e infelicidade no momento, mas também têm efeitos permanentes e deletérios na personalidade; sendo esses efeitos deletérios, na realidade, a razão pela qual as proibições foram impostas. A sua função social era fazer com que a nova geração fosse submissa, conformista e, em especial, suficientemente iníbia para aceitar humildemente as limitações da satisfação orgástica impostas pela instituição do ‘casamento compulsivo monógamo’, enquanto que o motivo subjacente na imposição era ‘o medo que as gerações mais velhas tinham da sexualidade e do espírito de luta dos jovens’” (RYCROFT, 1971, p. 62).

financeira das partes. Já a vida amorosa e eroticamente satisfatória seria relegada para um plano de menor importância, quando não excluída completamente.

A questão da abstinência se revela nos termos: Como eu preparo um organismo biológico, que tende naturalmente à satisfação de seus impulsos, pela descarga orgástica, para ser capaz de viver indefinidamente em uma relação onde suas necessidades vitais não poderão ser satisfeitas? No âmbito deste princípio de regulação moral, há medo e preocupação com a realização dos milhares de atos de prazer determinados pela necessidade biológica porque a instituição matrimonial “não está aparelhada para esse estado de fatos naturais” (cf. REICH, 1991, p. 72). Como uma instituição autoritária ligada à família patriarcal, o matrimônio se revela, em suma, incompatível com a sexualidade natural e manifesta contradições ali onde esta faz suas exigências. Trata-se, em suma, da *impossibilidade econômico-sexual de realização do ideal do matrimônio* (cf. REICH, 1991, p. 79).

A angústia de castração, descoberta por Freud, é na realidade “uma medida racional e bem fundamentada do grupo dominante para reprimir a genitalidade púbere, que é desvantajosa neste estágio do desenvolvimento econômico” (REICH, 1988, p. 85). Originalmente mutilação genital física (cf. REICH, 1988, p. 85), veremos uma sofisticação deste mecanismo de combate à sexualidade infantil num complexo conjunto de preocupações e mecanismos de vigilância e educação para a infância, destruindo as bases da potência orgástica e criando o caráter neurótico. As raízes desses mecanismos encontram-se no interesse econômico do casamento, pelo qual “o poder privado e o poder de estado têm um interesse adquirido” (REICH, 1988, p. 80). Não tendo um fundamento cultural, mas econômico-material, família e matrimônio revelam as contradições de uma ideologia determinada e devem ser erradicados. Na medida ainda em que tornam-se os dois principais campos de batalha contra a moral sexual e apontam os pais como os “instrumentos executivos” dessa ordem repressiva (REICH, 1988, p. 34), Reich chegou a defender posições bastante radicais como a criação dos filhos em comunidades que assegurassem a distância das crianças do convívio com os pais.

Em sua incursão etnológica, Reich afirmou que a inibição geral das possibilidades de satisfação sexual sobrecarrega com desejo sexual aquilo que seria um “laço natural” entre pais e filhos. Assim,

a *intensidade* do desejo de incesto, entre as nossas próprias crianças (...) é em grande medida o resultado, para além dos laços naturais aos pais, irmãos e irmãs, da negação completa de outras relações sexuais, e entre as causas não serão de ínfima importância os laços sexuais que ligam os pais aos filhos, que

são por seu turno influenciados pela insatisfação sexual dos adultos (REICH, 1988, p. 33).

No interior das relações da estrutura familiar pequeno-burguesa, caracteriza-se então o complexo edípico bastante conhecido em nossa sociedade, em termos de desejos intensos que se desenvolvem na direção das fixações determinadas pelas mesmas relações familiares. O complexo dos intensos desejos incestuosos e homicidas é relativo às instituições e mecanismos de uma sociedade determinada, sendo, portanto, de acordo com Reich, um equívoco imagina-lo como universal e que temos necessidade de proibir e combater esses desejos com regras e preceitos morais que são justamente os fatores desencadeadores dessa trágica configuração edípica.

Em *A revolução sexual*, Reich esclarece que a família assume um “significado educativo” por força de sua própria estrutura sexual triangular, que consiste na “relação entre o pai patriarcal, a mulher e os filhos” (REICH, 1991, p. 110). O pai desempenha o papel de um transmissor da ideologia. Como subordinado no processo de produção, absorve os valores dominantes e, com sua autoridade de chefe na família, assegura que esses valores sejam incorporados no seu interior. Reich identifica essas relações como pertencentes ao modelo de estrutura familiar pequeno-burguesa, amplamente disseminado após a revolução industrial, onde o condicionamento da sexualidade assume formas específicas. De acordo com os valores incorporados por ela, dá-se “ênfase exagerada às funções de nutrição e excreção, ao passo que se cerceia totalmente a atividade genital (combate ao onanismo)” (REICH, 1991, p. 111). Essa operação determina uma inibição genital e fixações pré-genitais que predispõem ao sadismo, o que conflita a atmosfera doméstica, desde o comportamento dos próprios pais, e gerando o “inevitável ambiente sexualmente acentuado na família” que “as crianças não deixam de observar” (REICH, 1991, p. 111).

A descoberta freudiana do complexo de Édipo, segundo Reich, é a descoberta da produção, nas crianças, de “uma fixação nos pais de forma sexual e autoritária” (REICH, 1991, p. 113), cujas consequências se farão duradouras e desastrosas. O sentido dessa ligação é a inibição das necessidades naturais da criança, a infantilização⁶⁶, a subjugação e a culpabilização do indivíduo, quando não desenvolve ainda, com base no que a criança observou em casa, uma “aversão ao casamento” que

⁶⁶ “O ideal pequeno-burguês do bom filho e da boa filha caseira, que até a idade madura ainda se encontram psiquicamente na situação infantil, é o extremo oposto da juventude livre e autônoma” (REICH, 1991, p. 114).

mais tarde poderá se somar a uma “compulsão econômica de casar”. Para Reich, a repressão sexual torna os indivíduos passivos, despolitizados, desenvolvendo satisfações substitutivas e reações sádicas que serão canalizadas no campo social. Reich alerta assim para o alcance político da repressão sexual, como uma tese que será mais bem explorada em sua *Psicologia de massas do fascismo*, que veremos adiante.

Para Reich, a interiorização da interdição que, em Freud é quem abre o acesso à cultura, não seria a forma universal de acesso à cultura, mas apenas o aspecto definidor de uma cultura de submissão e autoritarismo. Em suma, da destruição deste laço familiar (e não apenas de uma “superação do complexo edípico”, como quer Freud) dependerá a possibilidade de uma vida sexual sadia no futuro⁶⁷. Essa ligação incestuosa, realizada pelo dispositivo da família, é a verdadeira base das dificuldades para se manter uma relação sexual duradoura na fase adulta. Ela constitui o fundamento psicológico do comportamento promíscuo (cf. REICH, 1991, p. 159-60), mas também, como veremos, do caráter submisso e ao mesmo tempo autoritário, sádico, ardiloso, conservador, reacionário e, ainda, fascista. Reich compreendia ainda que sua crítica desses pilares do princípio de regulação moral impulsionava a tomada de consciência e as transformações das redes institucionais que, gradativamente, já dariam sinais de uma desintegração gradativa no tocante ao seu papel sociológico de opressão material e repressão sexual.⁶⁸

Antes de concluirmos o nosso estudo da crítica social de Reich, que necessita passar pela sua obra mais conhecida, sobre a ascensão do fascismo alemão na década de 1930, faremos algumas novas observações a respeito das relações que encontramos entre, por um lado, suas análises das condições históricas do princípio de regulação moral (que sustentaria todas as filosofias, teorias ou sistemas morais que partilham a noção de uma incompatibilidade entre sexualidade e cultura) e, por outro, suas

⁶⁷ “A educação sexual familiar, pela sua natureza, tem que acarretar danos à vida sexual do indivíduo. Caso um ou outro consiga uma vida sexual sadia, isso acontece costumeiramente às custas dos seus laços familiares” (REICH, 1991, p. 115).

⁶⁸ “A família patriarcal, através da repressão que exerce sobre a sexualidade, para além de se reproduzir ideologicamente, torna-se o mais importante produtor dos pilares que sustentam a sociedade reacionária, a saber, a hierarquia do estado, a igreja e o negócio [*business*]. Por essa razão ela é defendida de todas as maneiras possíveis, por todos os filósofos sociais e investigadores reacionários nos domínios da sexualidade e da cultura, como a base do estado, tornando difícil o reconhecimento da sua natureza reacionária. Um dos sintomas da transformação da nossa organização social é a desintegração da família compulsória, que ocorre sem um conhecimento consciente de todo esse processo. A orientação consciente e activa da promoção deste processo objetivo de desintegração só será possível quando tiver sido completamente reconhecido o papel sociológico da opressão e da repressão sexual que afecta todos os indivíduos, e o conhecimento adquirido for transposto para medidas preventivas e educacionais” (REICH, 1988, pp. 146-7).

concepções fundamentais sobre a natureza sexual humana, conceituadas no princípio de autorregulação.

Reich criticou a “filosofia cultural de Freud” partindo inicialmente de uma reflexão teórica, mas também com base na sua experiência clínica e, por fim, a partir de sua atuação política e de uma concepção sociológica sistematizada em torno de toda sua experiência. O princípio de autorregulação, postulado com base no “conhecimento das leis e necessidades biológicas do organismo vivo”, contradizia a associação entre repressão sexual e cultura, e a filosofia marxista se tornava uma via para compreender seus motivos. Diferentemente de Freud, Reich não pensava que a renúncia instintual deveria levar à cultura; mas sim a satisfação completa das necessidades sexuais, pelo orgasmo potente, é o que criaria as condições para um caráter sadio, ordeiro, sociável de forma autêntica e espontânea, dedicado ao trabalho, tendente a relacionamentos duradouros e satisfatórios, sem o caráter compulsivo que acompanha a vida e os afazeres cotidianos de um neurótico. Segundo o professor A. Jacinto Rodrigues, em *Viva Reich!*, o economista sexual estaria salientando que é no orgasmo “que se encontram as condições psico-fisiológicas para uma nova cultura” (RODRIGUES, 1982, p. 17).

Junto com a compatibilidade entre sexualidade e cultura, revelava-se para Reich uma relação entre a estrutura psíquica neurótica e a ordem social repressora vigente. Isso exigia, na sua visão, uma crítica social, política, mesmo etnológica, da civilização neurótica, feita segundo uma orientação histórico-materialista, visando à desnaturalização da repressão sexual. Jogar Marx contra Freud, *A origem da família e da propriedade* de Engels contra a hipótese freudiana da horda primitiva de *Totem e tabu* e, como veremos adiante, *Psicologia de massas do fascismo* contra a “saudação respeitosa” de Freud, enviada por carta a Benito Mussolini em 26 de Abril de 1933 (cf. ONFRAY, 2013, p. 183). O grande alvo dessa crítica foi a antítese postulada por Freud entre sexualidade e cultura, fruto de uma perspectiva a-histórica do processo civilizatório que naturalizaria a neurose e a repressão sexual. Esse seria o sentido, como vimos, de sua acusação de “metafísica” ao trabalho de Freud.

Primeiramente, é preciso dizer que Reich se utiliza do termo “metafísica” no sentido pejorativo que lhe confere o pensamento materialista de Marx, como relativo à insuficiência de toda reflexão que ignora as suas condições materiais de existência. Este termo é utilizado como sinônimo de dogma, especulação inútil, equívoco e ideologia,

como vimos, e até mesmo de filosofia moral (REICH, 1990, p. 113). Segundo o empréstimo feito deste termo, tratar-se-ia de acusar uma tentativa de Freud para especular sobre a natureza de processos – princípio de realidade limitador do princípio de prazer; natureza destrutiva dos instintos, etc. – sem perguntar-se pelo processo histórico de sua constituição.

Mas vimos também outra justificativa, dada por Reich, para a sua acusação do instinto de morte como uma metafísica: a falta de embasamento científico-naturalista que pudesse confirmar suas especulações acerca da repressão, da angústia e da natureza destrutiva do instinto. Enquanto os instintos de vida teriam uma analogia direta com processos verificáveis pelas ciências naturais, o instinto de morte representaria uma analogia meramente formal, destituída de conteúdo (cf. p. 194). Portanto, uma vez que Reich também acusou a falta de fundamentação científico-naturalista nos trabalhos de Freud, não devemos entender a crítica reichiana de “metafísica”, simplesmente, como crítica da tentativa freudiana de conhecer uma natureza dos fenômenos em questão. Qual é o sentido de metafísica, então, quando Reich utiliza esse termo para denunciar os limites do pensamento de Freud? É possível encontrarmos uma definição unívoca para as acusações feitas à hipótese de instinto de morte, de *Para além do princípio de prazer*, e à teoria cultural, de *Mal-estar na civilização*?

Ausência de respaldo pelas ciências naturais e abandono da teoria da libido. A hipótese freudiana do “instinto de morte” é uma naturalização que abre os flancos para especulações reacionárias, legitimando a ordem social repressora. Como tal, deve ser historicizada. A historicização desta natureza, por Reich, nós sabemos que resultará no desvelamento de uma outra natureza: o “cerne biológico vital”, onde um “colorido sexual”, ingênuo e amoroso, reduto das leis naturais da autorregulação, irrompe como garantia das relações e comportamentos saudáveis. A crítica da universalidade do complexo edípico se justificaria na medida em que tal conceito foi concebido com base na naturalização dos efeitos de determinados acontecimentos históricos, encobrindo o entendimento dos verdadeiros laços naturais de amor e sexualidade entre pais e filhos. As vias de crítica histórica para uma “desnaturalização” dessas ideias sobre uma sexualidade perversa e destrutiva levam ao conhecimento de uma natureza sexual anterior à moldagem social do potencial instintual dos seres humanos. No limite, afora as ambiguidades encontradas nos termos empregados, registraremos que *o criticismo social reichiano parece engendrar uma oscilação insuperável entre natureza e história*.

4. Psicologia de massas do fascismo

Enquanto a sua articulação entre sociologia e psicanálise foi encarada com reservas, e as suas posições sobre aborto, relacionamentos ou educação sexual eram vistas como excêntricas, há maior unanimidade na literatura de que *Psicologia de massas do fascismo* (1933) seja a obra de Reich de maior envergadura no período sociológico em questão. Para Pierre-Henri Castel, há um elemento de originalidade nesta obra de Reich, que teria sido o primeiro a criticar o hitlerismo e o estalinismo *juntos*: um a título de delírio de uma “pureza assexual”, robotização da experiência e misticismo da vida; o outro, por não abolir a “moral sexual” tradicional, e assim reduzir o “novo homem” a um slogan vazio e ser incapaz de liberar a potência para o trabalho, reinstaurando o culto ao Pai e a infantilização das massas. “Assim, cada um abrigava *em si mesmo* a possibilidade de fascismo, e a subjetivação torna-se um conflito político, ligado ao modelo familiar mais ou menos autoritário que nos teria dominado” (CASTEL, *in*: KAUFMANN, 1996, p. 648). Segundo Sharaf, vinte anos antes de *A personalidade autoritária*, de Theodor Adorno, Reich apresentava ideias originais sobre a relação entre movimentos políticos e a estrutura psicológica, formulando as teses que respondiam às questões de por que as massas acolhiam a propaganda nazi apesar da necessidade de adotarem uma postura transformadora diante das condições objetivamente opressivas (cf. SHARAF, 1994, pp. 163-7).

Em Berlim, a patologia das sociedades civilizadas, a que Freud se referia em *Mal-estar na civilização*, apresentava-se abertamente para estudo. Reich relacionava grande parte da força da ascensão do nazismo, no início da década de 1930, ao que se passou com as classes médias alemãs. Com a destruição da sua base econômica (avanço da industrialização, pauperização dos trabalhadores médios, comerciantes e pequenos empresários), a ideologia pequeno-burguesa não se viu diretamente abalada, pois tinha raízes numa estrutura de fatos afetivos apenas indiretamente determinados pela economia. A tese principal de Reich é a de que a propaganda política nazista deverá encontrar ressonância na estrutura de caráter média pré-existente dos indivíduos de massa (cf. REICH, 1974, II, 1).

No contexto da família alemã pequeno-burguesa – instituição cujo papel desempenhado na formação de uma estrutura de caráter neurótica Reich já havia estudado –, o homem alemão médio, desamparado e temente à liberdade, é mais

imediatamente o resultado de experiências sexualmente negativas, cujas consequências são bem conhecidas, em torno das noções de honra, dever, pureza, pertença, angústia e submissão. A fixação edípica na figura materna formava um núcleo subjetivo-afetivo para as representações de pátria e nação.⁶⁹ Ao mesmo tempo, a castração tornava-se fonte da ligação afetiva com o Líder-pai autoritário, bem como a fonte dos fantasmas da punição e das faltas sexuais, raízes do antissemitismo, das fantasias do invasor sujo e depreciador da pátria mãe. Assim, o fascismo (sentimento nacionalista exacerbado, programa de limpeza étnica, mobilização de forças autoritárias militares, etc.) é fenômeno de uma sociedade na agonia econômica, mas também *sexual*.

As camadas médias pequeno-burguesas desta sociedade aperceberam-se que o estabelecimento de uma liberdade econômica (eminência de uma revolução social proletária com a crise econômica) implicava também a abolição das velhas instituições ideológicas, culturais e morais em que ela se reconhecia. Esta é uma análise marxista “vulgar”, onde a crise econômica impulsiona na direção de uma revolução social, e uma transformação da base implica transformações na superestrutura. Porém, Reich aprofundará a compreensão deste fenômeno ao mostrar que, neste cenário de transformações, se fortalece a angústia sexual perante a ideia de uma liberdade, que aparece na imaginação burguesa como caos e depravação. Essa angústia se manifestará recalando a aspiração do burguês em ser libertado do jugo da exploração econômica (REICH, 1974, p. 59).

Essa pequena-burguesia era amplamente diversificada, incapaz de uma consciência unificada de classe, porém, segundo Reich, assumia formas idênticas no tocante aos grandes traços de sua situação familiar e do modo como se identificam com o aparelho de estado e com as autoridades para quem trabalham. A investigação de seus laços familiares constitui a chave para a compreensão dessa estrutura em que se enraíza o seu sentimento nacionalista. Na iminência de uma transformação radical da sua base econômica, as camadas médias se agarrarão à ideia neurótica de uma pertença à pátria (fixação incestuosa) e de uma limpeza étnica (punição severa aos infratores). A ideologia conserva sua força autônoma porque, apesar da transformação da base econômica, se enraíza numa estrutura de caráter neurótica que está fazendo ressonância

⁶⁹ “Essa ligação fixa e inconsciente com a mãe passa a ser um produto social na medida em que se transforma em ligação familiar e nacionalista. É nessa perpetuação socialmente motivada que a ligação com a mãe constitui a base do sentimento nacionalista do adulto, transformando-se numa força social reacionária”. Cf. OLIVEIRA e CRUZ; “Sobre a Psicologia de Massas do Fascismo de W. Reich”. In: *Revista Psicologia e Saúde*, 2009, 1 (1), pp. 70-76.

ao programa político fascista alemão. O “conservadorismo” ou a reação política, entendidos como oposição a ideias “revolucionárias”, é, na perspectiva reichiana, uma reação emocional de defesa ao movimento e à mudança. O pensamento conservador é uma racionalização do receio emocional frente a um desequilíbrio sentido como grande angústia (cf. BARRETO, 2000, p. 192).

Mas a estrutura encoraçada dos alemães não é apenas submissa e ajustada. A noção de “encorçamento do caráter” torna também compreensível o comportamento irracional e despolitizado. A psicologia social de Reich persegue a canalização dos fortes impulsos que permanecem absorvidos e distorcidos na couraça, como uma estrutura que agrega, simultaneamente, tendências “revolucionárias” e “reacionárias”. Os alemães clamavam por uma vida melhor e ao mesmo tempo por lei e ordem, simultaneamente cativos de um desejo e de um medo perante a liberdade. Neste ponto, o gênio de Hitler, o Líder-pai, através de sua ideia de uma Alemanha de raça pura, a Grande-mãe, demonstrava sutil habilidade explorando a ideologia da família. Enquanto os intelectuais acusavam contradições em seu programa político, Reich levava Hitler muito à sério como um psicólogo de massas (cf. SHARAF, 1994, p. 163), observando como ele unia habilmente os desejos e os medos da população⁷⁰. Sua esperteza em apelar para as emoções contrastava com a ineficiência do discurso de oposição, que prendia-se em formalismos e teorizações ou, ainda, em tentativas de apontar falácias intelectuais no uso que Hitler fazia da figura dos judeus, equívocos no planejamento orçamentário, tratando o nazismo em termos de uma aberração passageira, de uma falsa consciência de classe dos operários, ou de um carisma da personalidade de Hitler, a ser finalmente desmascarado.

Para Reich, a relação dos alemães com o seu Líder tinha um conteúdo emocional definido. Hitler capitaliza em seu benefício a estrutura instintual construída pelo Estado, pela Igreja, pela escola, pela fábrica e pela família.⁷¹ O nazismo alemão operava com algo mais forte do que a sabedoria do povo, a saber, suas reações emocionais infantis,

⁷⁰ “Muito de sua propaganda trazia à tona sentimentos revolucionários na forma de protestos difusos contra os ‘patrões’ capitalistas. Ao mesmo tempo, o medo da mudança revolucionária internacional – o sentido de caos que ela invoca, a ameaça ao orgulho nacionalista – era mobilizado por ataques contra ‘porcos’ bolcheviques que subverteriam a nação alemã. O próprio termo ‘nacional socialismo’ expressava essa unidade de contradições, apelando aos sentimentos nacionalistas e ao desejo de socialismo” (SHARAF, 1994, pp. 165-6; *tradução nossa*).

⁷¹ “A família alemã autoritária típica, particularmente no campo e nas cidades pequenas, incubava a mentalidade fascista, aos milhões. Essas famílias moldavam a criança de acordo com o modelo do dever compulsivo, da renúncia, da obediência absoluta à autoridade, que Hitler sabia como explorar tão brilhantemente” (REICH, 1990, p. 208).

realizando-se no “apelo a um sentimento místico e obscuro, a um desejo vago e nebuloso mas extraordinário e poderoso” (REICH, 1990, p. 203). Isso significa que Hitler não procederia por argumentação racional, persuasão retórica, não solicitaria a camada de superfície do caráter, onde vimos que se encontra a polidez artificiosa, a cortesia compulsiva, a conscienciosidade. Ele também não solicitaria a camada nuclear das funções biológicas autorregulatórias, que predispõem o homem para o trabalho, para o amor e a sociabilidade. Ele mobilizará a camada intermediária do caráter, formada como consequência da repressão sexual, onde se encontram os impulsos cruéis, sádicos, destrutivos, invejosos e egoístas. Toda esta ressonância catastrófica entre o *Führer* e seu povo, na tese de *Psicologia de massa do fascismo*, é a expressão politicamente organizada da estrutura caracterológica do homem médio, e a “liberdade” ansiada pelas massas alemãs era apenas um meio para fugir à responsabilidade individual (REICH, 1990, p. 204).

Este poderoso anseio das massas foi então capaz de sustentar um regime que o representasse em sua estrutura de caráter: um regime que pudesse prover uma autoridade para os homens desamparados, uma ideia de liberdade conforme a sua enfermidade, que incluía também uma assimetria na relação entre homens e mulheres, dentre uma série de outras restrições individuais e sociais. Hitler prometia a submissão da mulher ao homem, o reforço da sua dependência econômica, além de fortes medidas contra o controle de natalidade e aborto. O irracionalismo é a característica do cerne biológico reprimido que se rebela, dando provas da “consistência e exatidão do pensamento econômico-sexual” (REICH, 1990, p. 209). O fenômeno do fascismo alemão personificava a antítese do que o trabalho de Reich pretendia realizar (cf. BOADELLA, 1985, p. 87).

Segundo Robinson (1971), a proposta inicial de *Psicologia de massa do fascismo* seria bastante original: uma análise das raízes sociológicas e sexuais do nazismo, em que Reich aplicaria sua teoria social genérica – em que a família determina a formação do caráter neurótico – a um caso concreto. Porém, de um estudo dos fatos determinados da história do nazismo alemão, o interesse de Reich se desbanda para uma abordagem do fascismo como um flagelo da humanidade.

A sua ambição era mais grandiosa: diagnosticar os males da humanidade como um todo. Todas as categorias da sua análise do nazismo *desabaram* à medida que o livro se desenvolveu. O nazismo, afinal de contas, não era um fenômeno exclusivo nem mesmo típico da baixa classe média mas,

outrossim, estava escorado na estrutura de caráter de todos os alemães. De fato, não era sequer um produto explicitamente alemão, visto que o fascismo, em última instância, era internacional. Tampouco se limitava ao século XX: o hitlerismo era apenas a mais desenvolvida forma de uma doença que flagela a humanidade há séculos: o misticismo. Em conclusão, o fascismo revelou, simplesmente, de uma forma indisfarçada, a doença de que todos nós sofremos e temos sofrido há muito tempo. “O fascismo é apenas a expressão politicamente organizada da estrutura caracterológica humana comum, uma estrutura de caráter que nada tem a ver com esta ou aquela raça, nação ou facção política, porquanto é geral e internacional”. Assim se transferiu Reich do particular para o universal, o único domínio do discurso em que ele sentia-se à vontade (ROBINSON, 1971, p. 39; *grifo nosso*).

A publicação de sua *Psicologia de massas do fascismo*, em 1933, era simultânea à subida de Hitler ao poder, momento em que Reich deveria fugir de Berlim. O que Robinson está criticando na passagem acima seria também uma fuga de Reich, do particular para o universal. Podemos identificar, neste caso, o movimento pelo qual Reich vai, do particular dos fatos históricos determinados, ao universal resultado que se obtém quando a biologia é reprimida – independentemente do fato se passar na Alemanha, no século XX, ou com uma raça específica. Um resultado que diz respeito à “humanidade como um todo”, uma estrutura “geral e internacional”. A repressão pode ter condições e motivações particulares, relacionadas a um contexto histórico determinado, mas aquilo que é reprimido, e portanto a principal consequência da repressão, é universal. *O “desabamento” que Robinson está acusando na passagem acima é, mais uma vez, o movimento de oscilação de Reich entre dois domínios: o particular da história e o universal da natureza.*

É chegado o momento de tratar as conclusões que pudemos obter com este estudo do pensamento de Wilhelm Reich.

CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE

Os grandes problemas colocados para o criticismo social-sexual de Wilhelm Reich, que tem por fundamento o conceito científico-naturalista de potência orgástica e é correlato de uma prática clínica de análise da estrutura do caráter, podem ser elencados como segue:

Helmut Dahmer afirmou uma redução da história à natureza.

Paul Frappier sugere que uma “psicologia das necessidades” fez Reich perder a dimensão histórico-sociológica da sexualidade.

Paul Robinson observou que Reich evadiu o domínio da historiografia e da sociologia para o domínio do universal, onde sentia-se mais à vontade.

Jean-Michel Palmier propõe que o estudo do pensamento político e social de Reich requer uma abstração de seu delírio mítico-biológico.

As demais interpretações que consideramos, como Rycroft, Boadella, Sharaf e Alzon, são todas “pró-Reich” e não realizam uma problematização organizada sobre a sua obra.

Em nosso estudo do pensamento de Reich, constatamos, de fato, uma *oscilação contínua* nas relações entre natureza e história – ou ainda, entre o domínio de uma análise sócio histórica e o domínio de ciências naturais como a biologia. Identificamos ocorrências dessa oscilação na ambiguidade das concepções apresentadas por Reich acerca de base material e desvio ideológico, nas acusações de psychologização e de metafísica feitas ao pensamento de Freud, e também na maneira como a crítica das condições sociais da repressão sexual se baseava num conhecimento das leis e necessidades biológicas universais do organismo vivo.

Assim, não parece que estamos lidando com uma “contradição” no pensamento de Reich, algo como uma crítica histórica que deixaria escapar, por negligência, a figura de um pressuposto naturalista não explicitado. Diferentemente de uma redução, perda

ou evasão entre os dois domínios, nos aproximamos da ideia de que história e natureza remetem uma à outra, estando como que entrelaçadas, ou em reciprocidade. *É possível que exista um conjunto de condições de possibilidade que autorizaria essa relação, pois a natureza parece fundamentar sua crítica social, que por sua vez redescobre continuamente o fundamento natural; sua “desnaturalização” opera sobre o pano de fundo de uma naturalização.*

Portanto, a questão que estamos investigando não caberia ser respondida nos termos de uma oposição entre história e natureza, como já suspeitamos anteriormente, e como pressupõem as interpretações de outros autores. Em suma, *a insistência dessa oscilação nos faz parecer insuficiente a pressuposição de uma “relação de incompatibilidade” entre natureza e história em Reich.*

Qual é, então, o tipo de relação que essas figuras entretêm no seu pensamento?

Estamos agora numa posição mais adequada para tentar uma nova investida contra essa questão.

SEGUNDA PARTE

PREÂMBULO

É preciso observar essas narrativas em torno do nascimento do freudo-marxismo um pouco mais de perto. De um lado, a caricatura de Freud como animal enjaulado, que Reich visitara pela última vez na sua casa, velho, desesperado e preso a sua visão reacionária do mundo, orgulhoso e sem a coragem para levar adiante sua introvisão original. O defensor de uma teoria que explica as coisas pelo passado filogenético e pelo determinismo biológico, que as obriga a obedecer a um instinto de morte que impele ao nada. De outro, Reich, que sai da velha Viena, do império monarquista em ruínas, e vai para Berlim, a capital efervescente de novas ideias. Reich, que recusa o divã, o consultório próspero que ele tinha na mesma rua de Freud, para ganhar as ruas, os movimentos sociais. Reich, que defende o instinto de vida e a liberdade contra a velha tradição... É a procura de Reich por um ambiente com maior grau de consciência sociológica, capaz de receber e compreender suas ideias revolucionárias, afirma Boadella (cf. 1985, pp. 78-9). É a questão sexual que demanda uma resposta política, afirma Onfray (cf. 2013, p. 140).

Essas narrativas criam um contexto que vangloria a reação heroica por parte dos assim chamados insurgentes, “esquerdistas freudianos”, segundo Robinson (1971), que se mobilizariam contra a terrível “visão sombria do mundo” (ONFRAY, 2013, p. 124) implícita nos escritos de Freud. Grandes acontecimentos históricos, como a Segunda Guerra Mundial e Maio de 1968, não lhes dariam razão?

A partir de agora nos dedicaremos a uma abordagem mais crítica acerca dos pressupostos do freudo-marxismo reichiano. Demos início à tarefa de determinar o tipo de relação mantida entre as figuras da História e da Natureza no pensamento de Reich. Ao nos acercarmos da *relação de cooperação* entre essas figuras, no Capítulo 4, o estudo das suas condições de possibilidade representará um passo determinante em nossa investigação. No Capítulo 5, estudaremos na arqueologia das ciências humanas de Michel Foucault a formação de uma *questão antropológica metafísica*, em fins do

século XVIII, caracterizada por um tipo de relação com o transcendental que em muitos aspectos nos remete ao criticismo reichiano. Uma explicitação das condições de possibilidade dessa antropologia nos permitirá lançar a hipótese segundo a qual ela seria o terreno em que Reich laborou com sua ciência da economia social-sexual. Seria possível esperar que a acusação reichiana de uma metafísica em Freud se invertesse contra o próprio Reich?

Esta hipótese será então mais aprofundada, no Capítulo 6, através das ligações do pensamento de Reich com algumas figuras capitais da metafísica antropológica, como a dialética, a história, dentre outras noções do pensamento marxista. A verificação dessa hipótese e de suas implicações nos levará a um retorno a Freud, cujo destacamento dessa forma de antropologia metafísica será o tema da Terceira Parte desta pesquisa.

CAPÍTULO 4:

INTERLÚDIO FILOSÓFICO

Introdução

O trabalho de André Valente de Barros Barreto (2000), situando Reich numa “tradição romântica” de filosofia às voltas com uma problemática sobre a “origem do mal”, fornece um contexto para o debate científico, político e cultural que abordamos na Primeira Parte de nossa pesquisa. Sua interpretação acerca de duas concepções antropológicas distintas, que estariam na raiz das divergências entre Freud e Reich, torna-se ponto de partida para retomarmos e reformularmos nossa discussão sobre as relações entre História e Natureza. Ao cabo desta análise, estaremos em posição de determinar satisfatoriamente essas relações.

1. Freud e Reich: duas antropologias?

André Valente de Barros Barreto é, no Brasil, uma autoridade no estudo da psicologia política de Wilhelm Reich. Em seu livro *A revolução das paixões* (2000), ele situa a atuação política e o pensamento social de Reich na história do pensamento ocidental, fazendo uma distinção acerca das diferentes concepções antropológicas que estariam na raiz do debate cultural entre Reich e Freud. Freud seria tributário de uma tradição política desde os gregos entendida como exercício da racionalidade, e que realiza uma oposição entre natureza e cultura. Nesta tradição, as paixões pertenceriam ao universo individual, instável e sensível, como aquilo que inviabiliza a política e que, portanto necessita ser dominado. A partir dela, a condição social dos homens ficou

associada à sua capacidade para superar sua própria natureza, esta última como sinônima do seu lado irracional, baixo e vil.

Uma importante “via de contestação” deste ideário racionalista de uma “luta da razão contra as paixões”, segundo a apresentação de Barreto, seria representada por Jean Jacques Rousseau, filósofo que irá atribuir um papel positivo às paixões humanas. O problema de Rousseau seria a degeneração das paixões, portanto o de construir um meio social que permitisse o bom uso destas. Trata-se de uma tendência do Iluminismo que encontraria expressão máxima no Romantismo, e na qual o autor então situa a crítica reichiana da repressão sexual, em favor de uma recuperação das paixões humanas no interior de uma proposta política de organização social racional. No campo científico, esta recuperação seria realizada como crítica do mecanicismo em favor de um novo paradigma biológico, desenvolvendo-se como uma “releitura da natureza”, onde esta deixa de opor-se à cultura.

Sendo assim, a “questão da cultura”, que vimos no capítulo anterior, teria como problemática central, na interpretação de Barreto (2000, p. 61), “a origem do mal” e os elementos responsáveis pelo sofrimento humano. As críticas de Reich à teoria cultural de Freud devem ser assim contextualizadas como uma forma de contestação da tradição racionalista, defendendo uma concepção diversa acerca da natureza humana. Com a universalidade do complexo edípico, defendida em *Totem e tabu*, Freud fazia da repressão dos instintos sexuais a base constitucional da vida social; com o instinto de morte de *Além do princípio de prazer*, o mal se tornava intrínseco, isto é, uma manifestação da própria natureza humana. A crueldade humana não teria desaparecido, pensa Freud, e continuaria a existir como reprimida, reinvestida, e também como risco para a convivência entre os homens. No campo político, Freud se aproximaria de uma concepção hobbesiana para a natureza do homem.

Por outro lado, na concepção “romântica” de Reich, a natureza sexual humana e a cultura “somente se contrapõem quando e sempre que a cultura der fundamento a princípios, normas e valores que visem reprimir e dominar a natureza humana” (BARRETO, 2000, p. 16). Ao questionar o instinto de morte e a universalidade do complexo edípico, Reich quer localizar na organização social patriarcal, como uma construção histórica e cultural, a origem do mal.

No centro desta crítica, confrontam-se duas concepções filosóficas divergentes acerca da natureza humana. Destas duas concepções, emergem diferentes posições sobre a relação entre razão e paixão e, por conseguinte, entre natureza e cultura, indivíduo e sociedade (BARRETO, 2000, p. 91).

A ideia de que Freud defenderia uma concepção hobbesiana de natureza “má” vem na direção do que já pudemos depreender, na primeira parte de nosso trabalho, do significado da crítica reichiana de “naturalização” em Freud. Ela também dialoga com o viés daquela interpretação sobre Freud como um velho burguês resignado. Vejamos.

Para Freud, a civilização faz o indivíduo introjetar a sua agressividade, como atividade superegoica, a partir da qual a renúncia instintual passa a ser uma condição da própria estrutura humana. Isso significa que os fatores internos são mais decisivos para a insatisfação instintual do que as ameaças externas de punição e os fatores sociais objetivos. Observe-se que, na perspectiva de Freud, a civilização não é exatamente o problema, e sim a agressividade humana constitutiva, que a civilização apenas faz o homem dirigir contra si mesmo. Segundo a interpretação de Reich, Freud “culpava” a natureza pelo sofrimento humano, que passava a ser concebida ela mesma como detentora de um conflito instintual constitutivo. Além disso, indivíduo e cultura representariam, para Freud, tendências antagônicas, sendo o primeiro, sob coerção de seus instintos, uma ameaça à segunda. A cultura é assim uma oposição direta à natureza humana, espaço de minimização do mal.

Dada a sua agressividade original, o Homem natura, para Freud, é um ser avesso à convivência pacífica com os demais e, em função disso, necessita de forças psíquicas capazes de manter essa violência sob controle. A hostilidade do indivíduo para com a cultura – capaz de colocá-la em risco e da qual temos que nos defender – seria uma reação frente à renúncia a ele imposta em benefício da civilização e teria por fundamento restos de personalidade primitiva não devidamente domados pela cultura. E assim será, já que esta resistência é, segundo Freud, absolutamente compreensível. Os homens jamais deixarão de defender sua liberdade individual contra a coletividade que coloca-la em risco, do mesmo modo que toda comunidade humana lançará mão de medidas destinadas a conter os impulsos e a revolta dos indivíduos. Para Freud, há um antagonismo insuperável entre indivíduo e cultura. Faz-se necessário, portanto, a adoção de mecanismos inibidores capazes de transformar as forças pulsionais selvagens em elevados e nobres impulsos cordiais e solidários. A cultura “elevando” a natureza bestial dos Homens (BARRETO, 2000, p. 94).

O que estaria em jogo na denúncia de Reich, acerca das “naturalizações” reacionárias na atividade teórica de Freud, seria essa concepção que isentava a sociedade de suas responsabilidades pela miséria humana, tornando a psicanálise condescendente com a ideologia burguesa. Dada a “primordial hostilidade entre os homens”, afirmava Freud em *O mal-estar na civilização*, “a cultura se vê obrigada a realizar múltiplos esforços para pôr barreiras às tendências agressivas do homem”, o

que explicaria a inevitabilidade dos vínculos amorosos inibidos em seu fim, as restrições à vida sexual, e o mandamento, tão contrário à primitiva natureza humana, de amar ao próximo como a si mesmo. Para Reich, porém, os problemas da natureza começam apenas com o conflito dos impulsos com o mundo externo, pelas frustrações impostas no período infantil, pela atmosfera ideológica repressiva da sociedade, e pela introjeção da repressão através do supereu.

Reich rejeita a divisão hierárquica entre paixões e racionalidade, isto é, entre a natureza humana caótica, antissocial e irracional, de um lado, e os elevados interesses racionais e culturais, de outro. Rejeição, aliás, de toda uma tradição racionalista que afirma a cultura como um processo de elevação do ser humano que deixa atrás de si uma natureza vil (BARRETO, 2000, p. 95). Seu trabalho sobre a estrutura do caráter caminhou na direção da desconstrução da ideia de uma natureza originalmente perversa e destrutiva. Ao afirmar que a repressão torna o organismo rígido e incapaz para o prazer, depreende-se também, de sua concepção de natureza, que os instintos não têm o caráter emergencial de satisfação que se lhes costuma atribuir. Essa natureza instintual, portanto, não carece de ser “dominada”, em absoluto, desde que se possa lhe garantir possibilidades adequadas de satisfação. A natureza em Freud é campo de forças antagônicas em enfrentamento, enquanto na concepção monista de Reich ela é o espaço da harmonia e do encontro, sendo os conflitos, o sofrimento e as perversões, um estado posterior à natureza (BARRETO, 2000, p. 97-8). “Se, para Reich, Freud sustentava a ideia de que esta origem remontava à natureza, ele próprio desloca o mal para outro campo, o da cultura” (BARRETO, 2000, p. 109).

Assim, o “romantismo” de Reich concebe o homem como naturalmente racional, naturalmente social, contrapondo-se a uma tradição em que a racionalidade e a sociabilidade humanas emergiriam somente como frutos de uma cultura em que os instintos naturais teriam sido dominados a contento. É também esta concepção antropológica que permite relacionar a “resignação” de Freud à ideia supostamente equivocada de uma natureza humana traiçoeira e perigosa. Sua ideologia tipicamente burguesa o manteria suficientemente afastado de uma visão mais crítica, enquanto que, fundamentalmente, sua concepção pseudocientífica de uma natureza humana destrutiva, perversa e antissocial, o manteria descrente das possibilidades de transformação da realidade em que vive, reservado perante os movimentos políticos que trabalhavam nessa direção, temente à inclusão dos psicanalistas na arena política, e recusando-se a

compreender todo o caráter revolucionário de suas próprias descobertas. Todas essas críticas que vimos na primeira parte de nosso estudo.

A apresentação de Barreto desperta nossa curiosidade sobre essa “via de contestação romântica”, representada por Reich no referido debate cultural: como exatamente ela nos auxilia a compreender o papel aí desempenhado pela figura da natureza? E o que fica reservado para a história?

2. A figura da Natureza

Barreto (2000, pp. 109 e ss.) defende uma relação da crítica social reichiana com o romantismo, entendido, ao estilo da busca de Rousseau por um estado de natureza perdido, como referência ao passado pré-capitalista e crítica aos valores burgueses. Para os românticos, as sociedades pré-capitalistas são portadoras de determinadas virtudes, ausentes nas sociedades capitalistas. Reich se enquadraria num tipo de romantismo, definido por Michel Lowi como “romantismo revolucionário e/ou utópico”, que “reconhece os valores éticos das sociedades pré-capitalistas sem propor um ‘retorno ao passado’, ao mesmo tempo em que recusa a sociedade capitalista, apostando na esperança de uma sociedade futura” (BARRETO, 2000, p. 112). Reich, apesar de romântico, revolucionário e utópico, não propõe um retorno ao passado perdido, mas aposta na reconquista de determinadas condições humanas em direção ao futuro. Reich busca uma essência humana, presente porém distante, que pode ser reencontrada. “É exatamente essa a função da psicoterapia reichiana, eliminar gradualmente todas as camadas de cultura repressora que se interpõem entre a personalidade superficial e a essência humana, o cerne biológico, reconectando o indivíduo com a natureza”. Como Rousseau, Reich tem na ordem da natureza o paradigma da ordem social (BARRETO, 2000, pp. 113-4).

Barreto aponta uma semelhança entre as críticas de Rousseau aos filósofos, e de Reich a seus oponentes. Rousseau, no *Segundo discurso*, criticara filósofos que “transportavam para o estado de natureza ideias que tinham adquirido em sociedade”. Da mesma forma, Reich criticava o conceito de natureza e instinto em Freud, que tomava por naturais características que seriam, na verdade, culturais, confundindo seus contemporâneos com o Homem natural. Rousseau recusava a hipótese de uma perversão original da vontade humana, localizando a origem do mal no plano das relações sociais,

da história e da cultura. Ele criava um novo sujeito de imputabilidade, que não era da esfera metafísica, Deus, ou o homem pecador, mas o homem em sociedade. Reich seguiria o mesmo caminho no debate com Freud, recusando a repressão sexual e o instinto de morte como originários, para afirmá-las como relativas a uma determinada ordenação social.

Podemos ver aqui a proximidade de Reich com o pensamento de Rousseau, mostrando-se tributário de sua teoria ético-política, na medida em que segue o mesmo caminho no debate com Freud. Também para Reich as noções freudianas de repressão sexual universal e pulsão de morte não seriam originárias, mas construções históricas decorrentes de um determinado tipo de estrutura social e que, portanto, *não estavam inscritas na natureza, mas no âmbito da cultura* (BARRETO, 2000, p. 116).

Para Rousseau, a origem da tragédia humana está na degeneração das paixões naturais, a partir da qual o mal se institui amparado em paixões como o amor-próprio, não mais natural. Esta seria uma ideia muito próxima da distinção reichiana entre impulsos primários e derivados, ou secundários. Reich critica Freud por haver tomado as manifestações de destrutividade como primárias, assim como, segundo Rousseau, Hobbes haveria tomado o amor próprio como paixão natural. Segundo Barreto, na verdade, estas “são, nas visões românticas de Rousseau e Reich, paixões degeneradas, portanto, *não naturais*, características do Homem em sociedade” (BARRETO, 2000, p. 127). Reich e Rousseau partilham da ideia de um homem fragmentado, que rompeu sua ligação com a natureza, vivendo distanciado de sua essência. Este homem agora se identifica com camadas mais superficiais do seu ser, relativas à degeneração de sua natureza pela vida social. A origem do mal é então explicada por algo ocorrido no âmbito da vida em sociedade, que motivou o afastamento do homem de sua essência.⁷²

⁷² A explicação de Reich para o problema do mal encontra ainda expressão na sua leitura orgonômica dos evangelhos, sobre a vida e a morte de Jesus Cristo, em *O assassinato de Cristo*. Este teria sido um ser em plena comunhão com a natureza; que falava sobre a ligação com a energia cósmica, que cada um traria em si mesmo; ele seria o exemplo máximo da potência orgástica, capaz de viver a vida em sua plenitude e em total ligação com a natureza (cf. REICH, 1999). A surpresa que nos causa tal apresentação de Reich está em que o Cristo que conhecemos é aquele tal como interpretado (e deturpado) pela tradição do cristianismo e sua moral sexo-repressiva. Já os homens debilitados em sua capacidade biofísica de unidade com a natureza, que não podiam partilhar dessa entrega amorosa da qual falava Cristo, reagiram segundo um fenômeno característico da neurose, que é o *ódio a tudo o que vive*, o medo, a resignação e a destrutividade irracionais. A solução desse conflito neurótico, como incapacidade para suportar a vivacidade de Cristo, foi a sua morte e mistificação, no interior de uma tradição que, ao torná-lo supraterrâneo, desviava a atenção das profundas implicações biofísicas de sua vida terrena. A origem do mal, portanto, estaria, segundo Reich, na supressão das forças vitais, na negação da sexualidade natural. Daí que as religiões, como grandes e antigos sistemas de vida e pensamento, de moral e de entendimento do mundo e das coisas, dirigem parte considerável de seu interesse e de sua ação para a questão da sexualidade.

Haveria também uma ideia platônica da lembrança e do esquecimento muito presente no romantismo. O homem se distanciou e se esqueceu de sua essência, porém, haveria uma porta de acesso para lembrar-se desta condição de comunhão com a natureza. A distância entre essência e aparência não é distância de um paraíso longínquo, mas algo a ser vencido pelo “recurso à interioridade”, pelo abandonar-se ao fluxo que nos conecta plenamente à natureza que permanece em nós. Esse recurso à interioridade, como maneira de vencer a distância criada pelos acontecimentos que desconectaram o homem de sua natureza, uma vez que esta permanece presente, estaria patente nas reformulações propostas por Reich no campo da psicoterapia:

Ao introduzir a noção de caráter enquanto traços de personalidade adquiridos ao longo da vida do indivíduo e presentes sob a forma de couraças musculares, Reich realiza uma profunda mudança no percurso e na temporalidade da psicoterapia. Não é mais preciso ir buscar a liberação dos conteúdos recalcados na “pré-história” do indivíduo. Todos os seus conflitos são *atuais*, porque ativos sob a forma de tensões musculares crônicas, personificando-se enquanto caráter, o qual, devidamente desvelado, permite a eliminação dos traços de cultura que obscurecem a essência humana e cujo afloramento dá-se sob a forma da realização pulsional. Do mesmo modo que Rousseau pensa a essência humana não como algo passado, mas como interioridade esquecida, o conceito de caráter engendra o *tempo presente* na clínica, minimizando com isso o método interpretativo que visa reconstituir o padrão afetivo estabelecido na história infantil do paciente. O passado se faz presente tanto na teoria do conhecimento de Rousseau, como na perspectiva existencial da psicoterapia reichiana (BARRETO, 2000, p. 121).

As ideias de homem fragmentado, de natureza desconexa, de “presente eterno da natureza”, que perpassam o processo psicoterapêutico de reencontro com uma essência que não é desfeita ou perdida através dos acontecimentos da história, revelam o papel da natureza como uma *referência* deste mesmo processo clínico, e também para a reflexão sociológica que se desdobra a partir da clínica reichiana. Os acontecimentos históricos não destroem a natureza, mas apenas se interpõem, entre a natureza que permanece intacta, por um lado, e o homem cada vez mais distante dela, perdendo a capacidade de reconhecê-la, experimentá-la ou compreendê-la, por outro.

O mal, assim, não impediria a salvaguarda da identidade original e, portanto, nada teria sido perdido; o tempo não alterara o essencial, apenas corroera a superfície, alocando no exterior a responsabilidade dessa alteração. Neste sentido, a natureza persistiria intacta, embora oculta, envolta por véus superpostos (BARRETO, 2000, p. 144).

O processo psicoterapêutico, em Reich, se desenrola como processo de retomada dessa conexão com a natureza primeira, e a nós cabe observar aqui a relação dessa

natureza com a história: *a natureza será a referência de Reich para pensar a saúde do homem em meio à neurose da civilização moderna, para a crítica histórica e para as transformações sociais. Distante mas sempre presente, ela se mantém como um referencial para além de todos os acontecimentos históricos, isto é, uma referência transistórica.*

A história, no entanto, permanece elemento fundamental para que se possa apreender esta natureza. A seguir, uma análise das transformações do pensamento político e social de Reich, ao longo das décadas posteriores a 1930, nos trará maior clareza quanto ao papel desempenhado pela história, e suas relações com a natureza.

3. A figura da História

David Boadella (1985) é da opinião de que a fase mais significativa do pensamento social de Reich ainda estaria por vir após a sua fase marxista. Barreto (2000, pp. 17 e 155) afirma que a atuação política de Reich ultrapassa o seu “temporário viés marxista” e vai “até o fim de sua vida”. Para ele, é o entusiasmo de Reich pela filosofia marxista e pelo movimento comunista que parece contrastar com o seu modo de atuação política a partir do fim dos anos 1930, sobretudo quando se muda para os EUA. Reich perseguirá então uma revolução cultural de base fortemente científica, representada pelo que passará a denominar Democracia Natural do Trabalho (cf. BARRETO, 2000, p. 156). Uma mudança importante nesta sua nova concepção sociológica é que Reich não relacionará mais a origem da repressão sexual ao advento do capitalismo, deslocando-a para acontecimentos muito anteriores na história humana.

Segundo Reich, foi a partir do momento em que o homem se deparou com a grandiosidade do seu fluxo energético que, tentando compreendê-lo, produziu uma interferência neste fluxo. O homem sentiu-se ameaçado por essa energia, buscando pensar para defender-se dela, e dessa forma provocou um primeiro bloqueio emocional, instaurando-se a couraça.

Sob essa ótica, a humanidade teria se iniciado com o temor do ser humano diante da majestade da natureza e seu consequente sentimento de angústia, transformando-se, na forma de Cultura, num gigantesco e violento esforço de dominação dessa natureza. Prever suas manifestações, explicar seus processos, descrever seus acontecimentos, controlar suas forças, vencer suas imposições, enfim, boa parte – certamente a maior – daquilo que os Homens, desde nossa história conhecida, realizaram sob o nome de filosofia, ciência,

conhecimento, progresso, desenvolvimento, tecnologia; em uma palavra: civilização. Tudo isso na tentativa, consciente ou não, de dominar a natureza que pulsa e manifesta-se em seu próprio corpo (BARRETO, 2000, p. 139).

Para Barreto, essa revisão não alteraria, entretanto, a importância que Reich confere aos fatores sociais na constituição do mal. Apenas, o capitalismo deixa de ser um centro motriz da degeneração humana, para ser um “exemplo histórico” de uma organização social em que prevalece a cisão do homem com a natureza (BARRETO, 2000, p. 140). Se o advento do capitalismo não é mais a origem da repressão sexual para Reich, ainda assim a repressão sexual continuará sendo a condição fundamental para a exploração econômica e a dominação política (cf. BARRETO, 2000, p. 138).

Apesar de algumas modificações no ideário político e historiográfico do pensamento social de Reich, podemos constatar a permanência de um elemento central de todo o seu pensamento social, o resgate da necessidade de transformação da estrutura humana. É a partir dessa necessidade que compreende-se que Reich tenha sido levado a criticar, em diferentes momentos, o viés economicista das análises marxistas (ver *Materialismo dialético e psicanálise*, de 1929), ou a negligência do papel desta estrutura caracterológica do homem médio alemão no empoderamento de Hitler (ver *Psicologia de massas do fascismo*, de 1933). É a partir dela também que Reich estruturará suas novas ideias políticas após a década de 1930. De algum modo, o desfecho da segunda grande guerra parece ter dado razão a Reich, e este retornaria com uma nova edição complementada de sua *Psicologia de massas do fascismo*. Segundo intérpretes, com um tom ainda mais severo de crítica ao movimento comunista, na qual o grande desafio socialista não consistiria apenas na melhoria material das massas, e sim numa transformação cultural ampla.

Haveria uma discrepância sendo apontada por Reich entre o progresso socioeconômico e a estrutura humana, como objetivos dos esforços revolucionários, negligenciando-se a segunda em benefício de uma supervalorização do primeiro (cf. BARRETO, 2000, p. 157). Ao criticar os ideais de apropriação social da riqueza, justiça e igualdade, como insuficientes para uma transformação das relações humanas e da estrutura de caráter das massas, Reich era pioneiro na crítica aos rumos do bloco soviético, que se afastava da concepção de autogoverno social de Marx para produzir um capitalismo e um totalitarismo de Estado. O marxismo, originalmente humanitário, acabou degenerando-se numa tirania, porque manteve intacta a incapacidade emocional das massas para experimentar a liberdade, assumir a responsabilidade pela sua

existência e entregar-se a relações amorosas autênticas – estas assumem, contrariamente, comportamento sádico, rígido e submisso. Reich persistiria na divisa de uma transformação que “*consiste na gestação de seres humanos verdadeiramente livres e racionais*, o que significa uma transformação profunda do Homem, um ‘novo Homem’” (cf. BARRETO, 2000, p. 157).

Aquilo que colocou Reich em rota de colisão com o movimento comunista – a ideia da recusa da coerção externa – diz respeito ao princípio de *autorregulação*, que já estudamos anteriormente e que também permanecerá na Democracia Natural do Trabalho. Segundo este princípio, o organismo saudável não se regula por nenhuma lei que não seja aquela dos seus ritmos orgânicos, relativa à funcionalidade dos seus fluxos naturais, assim seguindo o seu próprio movimento na relação com o meio. Através da ideia de autorregulação, Reich sinalizaria para a necessidade de outra equação na relação entre indivíduo e coletividade, longe do ideal coletivista do comunismo que, na prática, deságua na homogeneidade passiva e irresponsável das massas perante o Líder-pai. No período americano de sua obra, Reich já não imagina que procedimentos socioeconômicos pudessem cumprir o propósito de liberar os homens de sua cultura mecanicista e negadora da dimensão animal. Para uma transformação cultural, seria necessário criar todas as condições para a funcionalidade dos fluxos naturais, rompendo com as dicotomias entre natureza e cultura, indivíduo e sociedade. Como então se caracteriza a ideia de uma organização social racional em Reich, após o seu período marxista?

Haveria, segundo Reich, uma “função biossociológica” fundamental do trabalho, cuja essência é a *autogestão social*, praticada por indivíduos livres, naturalmente racionais e morais, em oposição a toda forma de autoritarismo e coerção. Tal forma de gestão não seria alcançável por decreto ou medidas políticas formais, e sim apenas “organicamente”. Para se alcançar essa forma de organização social, baseada nos fluxos naturais do homem animal, é necessário “o conhecimento da organização natural do trabalho, das condições biológicas e sociológicas da democracia do trabalho”, algo que os fundadores do socialismo desconheciam (cf. BARRETO, 2000, p. 173). Paz, cooperatividade e racionalidade, por exemplo, seriam funções biossociais do trabalho, que não se introduzem através de voto ou programas políticos, mas organicamente. Do mesmo modo, o médico não introduz saúde num organismo doente, mas se apoia nos elementos naturais saudáveis ainda existentes nele, para travar o processo da doença, fortalecendo-os, e recuperando o estado geral da saúde (cf. BARRETO, 2000, p. 174).

Para Reich, há uma relação direta entre a vida sexual do trabalhador e seu desempenho no trabalho. “É errado pensar que se trabalha tanto mais quanto mais energia sexual for desviada da satisfação natural. O que ocorre é o inverso: quanto mais satisfatória é a vida sexual, tanto mais produtivo e satisfatório é o trabalho” (REICH, 1982, p. 279). Como realização direta da libido, o trabalho é um fluxo energético natural capaz de autorregular-se, sendo racional e social. A energia sexual não representaria, conforme alguns, forças antissociais irracionais, mas pró-sociais (BARRETO, 2000, p. 154). Segundo Barreto, “isso significa que o trabalho é racional em sua essência, que tem efeitos racionais em si mesmo e por si mesmo, pois responde a um processo natural. Através dele o Homem estabelece relações racionais com a natureza e com os demais” (BARRETO, 2000, p. 174).

Trata-se aí da afirmação de um potencial natural de autogestão do organismo social, baseado nas funções biossociais do trabalho. Na Democracia Natural do Trabalho, a autorregulação implica uma noção de “responsabilidade social” dos homens pelo seu próprio destino, através do trabalho com que asseguram a permanência da sociedade e na contramão dos programas políticos que miram na dependência e submissão das massas (cf. BARRETO, 2000, p. 162). Neste mundo de “autogestionamento da sociedade” e satisfação das necessidades humanas pelo trabalho, é consensual que a política se tornaria supérflua para Reich, como afirmam Oliveira e Cruz:

A democracia do trabalho é o sistema que permite a confirmação da racionalidade humana. Seria o inverso da repressão e do controle, a ideia é a autogestão da sociedade. Ao invés de um Estado opressor, ou de um modo de produção autoritário, que domine a liberdade, as atividades do trabalho vitalmente importantes à manutenção da vida “corrigiriam” qualquer deslize, qualquer irracionalismo. Pela atividade do trabalho as pessoas são convocadas a utilizar a racionalidade ao invés da irracionalidade, típica das massas sob ideologias fascistas (OLIVEIRA; CRUZ, 2009, p. 76).

A partir do conhecimento das funções biossociais do trabalho, Reich caminhará numa direção diversão da política partidária e representativa, dos esforços revolucionários e dos movimentos de libertação do qual havia feito parte em décadas anteriores. Reich então romperia com a política, entendida como campo de especulação, instância de pensamento e ação desvinculada dos processos práticos e racionais da vida. Sua forma partidária, parlamentar e institucional é considerada um afastamento das necessidades básicas da natureza humana, sendo incapaz de resolver concretamente problemas e cuja existência decorre da incapacidade de autogoverno dos Homens, dada

sua estrutura caracterológica atual. Ela seria apenas manifestação da irresponsabilidade social característica da peste emocional das massas. Numa entrevista, Reich indica sua percepção do modelo de política partidária e representativa, onde a atividade política seria deturpada, jamais atingindo seus verdadeiros objetivos:

Nunca procedam de maneira política! As pessoas ficarão muito entusiasmadas a respeito. Irão vibrar. Irão se inflamar. Mas as suas estruturas não as acompanham. [...] A discrepância existente entre aquilo que um ser humano quer, aquilo com o que sonha, aquilo que intelectualmente considera como verdadeiro e bom e aquilo que ele realmente pode fazer, ou seja, o que a sua estrutura, a estrutura de caráter de fato lhe permite realizar, é um grande problema em higiene mental (HIGGINS; RAPHAEL; 1967, p. 82; *tradução nossa*).

Há, no entanto, uma outra forma de política que interessa a Reich, “anterior e mais primária, que diz respeito à estrutura subjetiva de emancipação pessoal e que coloca o indivíduo em contato com os demais de forma socialmente responsável” (BARRETO, 2000, p. 176). A política que Reich rejeita é aquela que começou exatamente onde esta haveria sido interrompida. Barreto aproxima o homem reichiano da Democracia Natural do Trabalho de um ideal anarquista, essencialmente político e que assume seu próprio papel na sociedade, vislumbrando a destruição da política partidário-representativa.

Ao indivíduo assumido politicamente não haveria mais a quem representar, já que cada um representa a si próprio e responde por todos. A DNT almeja uma democracia autêntica e prática, autogestionária e não meramente formal e representativa. É, portanto, avessa às formas de autoritarismo, especialmente o de Estado. É o antigo ideal da busca de transparência social e de democracia direta (BARRETO, 2000, p. 177).

Assim, essa crítica convergiria novamente para Rousseau, como uma afirmação de que às instituições cabe assegurar a sociabilidade natural e responsável dos Homens, isto é, “dar todas as condições necessárias para que os homens possam aflorar suas características essenciais em busca da máxima dimensão da vida”. A cultura não deve ensinar o indivíduo a viver, no tocante às suas funções vitais, mas sim “respeitar, no plano do amor, as leis naturais da sexualidade e, no plano econômico, as leis naturais do trabalho. A Democracia Natural do Trabalho visa permitir que a ‘Vida viva’ manifeste-se, impedindo que a cultura degenere a natureza. Podemos afirmar que a cultura, para Reich, não é um espaço de minimização do mal, permitindo ao homem deixar para trás sua natureza vil. Muito diferentemente, a cultura tem o papel de “assegurar”, fazer “aflorar”, ser “favorável à”, isto é, *promover a natureza* (BARRETO, 2000, pp. 177-8).

Duas conclusões podem ser extraídas dessa breve discussão acerca do desenvolvimento da atuação política e do pensamento social de Reich, após os anos 1930:

A primeira diz respeito à divisa do “novo Homem”, conforme Barreto traduziu para o campo político o ideário reichiano romântico de uma natureza humana. Como pilar de todo o pensamento social de Reich, ela trai, mais uma vez, para nós, o papel da natureza no pensamento de Reich. A Democracia Natural do Trabalho é pensada segundo uma transposição, para a coletividade, dos princípios pertinentes ao indivíduo sexualmente potente, autorregulado, equilibrado, responsável, porque reencontrado consigo mesmo, isto é, não fragmentado, e em contato com sua natureza. As “funções biossociais do trabalho” que acabamos de ver remetem a uma natureza preservada fora dos acontecimentos históricos, isto é, como uma referência trans-histórica. Ela está para ser recuperada, reencontrada, para além dos acontecimentos que a fizeram degenerar. Em suma, a noção de que a natureza sadia é aquilo no que se deve apoiar a transformação da sociedade confirma o *papel de referencial normativo desta natureza que Reich conceituou*, em diferentes momentos, como energia, libido ou orgônio.

A segunda conclusão está ligada às consequências que este papel desempenhado pela natureza tem para o pensamento sociológico de Reich. A concepção reichiana de história mantém-se muito próxima da concepção marxista, a que se filiou no fim dos anos 1920, como uma história milenar da repressão do homem. Por outro lado, o estudo de Barreto nos fez notar que “política” e “pensamento social”, em Reich, não equivalem – como tratamos até aqui – a marxismo. Autores importantes, como Paul Robinson, mas também Sérgio Paulo Rouanet, em *Teoria crítica e psicanálise*, e Jean-Michel Palmier em seu *Essai sur la naissance du freudo-marxisme*, manifestam desinteresse pelo estudo do período posterior a 1934 na obra de Reich. Suas justificativas – acerca do abandono do marxismo e da psicanálise por Reich, das suspeitas de esquizofrenia e do pouco interesse teórico de sua teoria do orgônio como explicação das galáxias e da origem do câncer⁷³ – deixam entrever o desconhecimento de seu pensamento político e social

⁷³ “É quase supérflua a ressalva de que o Reich que nos interessa é o da fase anterior à sua emigração para a Dinamarca e depois para os Estados Unidos, fase que se encerra por volta de 1934. Suas teses posteriores sobre o orgônio, substância primordial subjacente tanto à vida psíquica do homem como à estrutura da via láctea, não têm, sem dúvida, um interesse muito direto para nossa pesquisa. Independentemente da questão, sem importância teórica, de saber se o Reich dessa fase era ou não psicótico, o que é fundamental é que nos últimos anos de sua vida Reich tinha se distanciado completamente tanto da psicanálise como do marxismo” (ROUANET, 1998, p. 26). Para Palmier (2013,

posterior, problema que vem sendo sanado com estudos sérios a esse respeito, dos quais a dissertação de Barreto é exemplar.

Portanto, os anos posteriores a sua fase marxista apresentam desdobramentos significativos na concepção sociológica de Reich, sobretudo no tocante ao modo de conceber a transformação social, cuja ênfase deixa de estar numa política partidária para recair sobre uma base fortemente científica, a Democracia Natural do Trabalho. A abordagem desse período desperta nosso interesse, uma vez que o sentido amplo de política e sociedade em Reich, em relação ao qual seu freudo-marxismo foi apenas um episódio, vem de encontro – e mobiliza ainda mais – o que já indicávamos sobre as relações entre natureza e história em seu pensamento. Vejamos.

Segundo Albertini e Bedani (2009, p. 9), toda abordagem feita sobre a obra de Reich exige uma reflexão a respeito de um dos fundamentos da sua produção, de seu referencial teórico e de sua participação prática, a saber, a “perspectiva científico-natural”. O valor associado a esta perspectiva teria implicações para a intersecção operada por Reich entre Ciência e Política. Para os autores, a política (dos movimentos sociais libertários comunistas) teria sido o meio encontrado por Reich para fazer sua ciência da natureza; em suas palavras, teria sido, “ela própria uma forma de exercício da ciência natural”⁷⁴.

Rouanet, que também limitou-se ao período marxista de Reich, enfatiza a ligação direta entre ciência e política em Reich, isto é, da ciência como inimiga mortal da reação política. O autor relembra como Reich já indicava que somente a ciência burguesa poderia dar-se ao luxo de ser *Wertfrei*, e que o apolitismo do cientista puro era já uma posição política (cf. ROUANET, 1998, p. 27). Aqui, Rouanet desenvolve uma acepção peculiar de utopia em Reich, bem ao largo do registro de ingenuidade, segundo a qual “Reich esboça uma espécie de ‘utopia genital’ que enquanto utopia entra necessariamente em choque com a ordem social que inibe sua realização histórica” (ROUANET, 1998, p. 30). O modelo genital de Reich teria sido cientificamente concebido como crítica da ideologia dominante.⁷⁵

pp. 137-8), a partir dessa data, Reich teria se tornado uma espécie de ideólogo, que acredita apenas nas transformações espirituais, como André Malraux. Reich “elabora um programa de reforma, vago, utópico, fundado sobre a Democracia natural do trabalho, desprovido de qualquer interesse, visando transformar o mundo sem o uso da política”.

⁷⁴ Ver ALBERTINI & BEDANI: *Política e sexualidade na trajetória de Reich: Berlim (1930-1933)*, in: “Arquivos Brasileiros de Psicologia”, v. 61, n. 2, 2009.

⁷⁵ “Enfim, o indivíduo ‘genital’ não precisa mais viver num mundo imaginário, para escapar a uma realidade intolerável. Pois a ‘Phantasiewelt’ do neurótico se destina a permitir a gratificação alucinatória

Observe-se que no período que está sendo considerado pelos autores acima, a atuação política de Reich tinha como arma principal uma crítica histórica das condições sociais geradoras de neurose e destrutividade humanas. A repressão sexual é aí concebida como um “momento” histórico, que deixaria de ser na própria esteira dos acontecimentos e do transcorrer da história. Aqui, Reich aventava uma hipótese dialética, da qual Marcuse se apropriará mais tarde, segundo a qual a repressão e o autoritarismo sexual criam as condições de sua própria destruição.⁷⁶ É esse mesmo papel de libertação ou livramento da Natureza que mais tarde Reich passou a atribuir às funções biossociais do trabalho, no registro de outro modelo de atuação política: a crítica histórica de viés marxista vai dar lugar à afirmação do potencial natural de autogestão do organismo individual e social.

Através do trabalho vital, Reich afirma que o homem pode construir uma cultura em que são estabelecidas relações racionais com a natureza e com os demais. Na Democracia Natural do Trabalho, a comunidade é o plano em que essa natureza poderá se desdobrar organicamente, função que, no “período marxista”, estava associada a um tipo de crítica dirigida contra as ideias e instituições repressivas, para desemperrar a natureza humana dos entraves sociais e econômicos que a ela sobrepuseram-se. Conforme essa filiação reichiana ao modelo marxista de crítica, era pela crítica histórica, pela regressão da história ou pela demonstração da constituição histórica das coisas que se pretendia recuperar o desenvolvimento da natureza que ficou contida. Se esse modelo político partidário-representativo foi abandonado por Reich, no essencial – e essa é a segunda conclusão que vamos enunciar – *a problematização de Reich vai sempre girar em torno de uma função de desdobramento da natureza. É esta função que encontramos bem estruturada no tipo de crítica histórica marxista a que Reich se filiou, e que permanecerá mesmo depois de sua desilusão com a política comunista.*⁷⁷

de desejos vetados pela realidade. O orgasmo pode ser interpretado como negativo da fantasia. Num certo sentido, a ‘consciência genital’ constitui o órgão por excelência de crítica dos fantasmas gerados pela realidade repressiva” (ROUANET, 1998, p. 31).

⁷⁶ Ver “A posição sociológica da psicanálise”, in: REICH, 1983, pp. 113-134.

⁷⁷ O tipo de interseção entre ciência e política operada por Reich, cujo modelo permanecerá na Democracia Natural do Trabalho, é uma busca pela realização dessa função, que admite um aspecto histórico-temporal, social, ético e também político. Quando compreendemos essa estrutura da problematização reichiana da natureza, veremos que os diferentes momentos de sua obra são apenas as diferentes ênfases que cada um desses aspectos recebeu. Assim, a crítica histórico-materialista foi a arma maior de um tipo de pensamento político a que Reich esteve ligado nos anos 1920-30, o marxismo. Porém, na Democracia Natural do Trabalho permanece o pano de fundo de uma longa história humana em que a natureza foi alienada. Do mesmo modo, a sua fase marxista não deixou de

É preciso aprofundar a forma dessa problematização reichiana, bem como de suas condições e limites.

É unânime na literatura, a exemplo dos intérpretes que estudamos, a ideia de que as discussões de Reich sobre as sociedades primitivas visavam dar à organização familiar e social uma dimensão histórica, contra-atacando a perspectiva natural e burguesa em que determinadas instituições eram normalmente concebidas. Todavia, julgamos necessário acrescentar que essa “dimensão histórica”, ou a “historicização” empreendida por Reich, não é exatamente uma desconstrução da natureza, mas a *efetivação* de uma natureza fundamental, em detrimento de outras naturezas – falsas, artificiais, ou pelo menos “naturezas” que estariam associadas, segundo a visão de Reich, a ideias políticas e culturais catastróficas. Foi nesse sentido que Reich criticou a universalização do complexo de Édipo como uma forma de naturalização politicamente reacionária.

O uso que Reich fará, ele mesmo, deste conceito, será como peça de historicização indireta das relações sociais no âmbito da instituição familiar pequeno-burguesa. Observe-se, entretanto, que este uso está para uma *história apenas da repressão da natureza*: o complexo edípico é em si insignificante, a não ser pela maneira como sua ativação indicaria uma estase somática de libido (*Die funktion des orgasmus*); o desejo de incesto é apenas consequência de uma inibição das possibilidades normais de descarga da libido (*As origens da moral sexual*). A “historicização” de Reich fica assim esgotada, tematicamente, numa reconstituição da história na qual a Natureza foi reprimida e, na prática, numa tentativa de reverter a história, liberando a Natureza, ela mesma sem história. A historicização empreendida por Reich é, portanto, sempre relativa à repressão, nunca ao reprimido; ela toca os fatos da repressão, deixando intacta a natureza reprimida. Trata-se de uma abordagem da constituição histórica dos mecanismos de repressão sexual, e de como eles produzem diferentes formas de manifestação da sexualidade.

Tal afirmação talvez motivasse algumas objeções, pois, em *Materialismo dialético e psicanálise*, por ex., Reich teria afirmado que o conteúdo concreto do princípio de prazer (portanto, a natureza libidinal) também se modifica conforme o modo de existência social. Em diferentes sociedades, épocas ou classes, a observação de

lado os elementos biológicos, sociais e éticos – presentes na crítica da moral e dos valores burgueses –, todos eles aspectos relevantes da transformação cultural pretendida por Reich.

determinados hábitos de higiene, de estética, o modo de educação ou as condições de habitação, por ex., modelariam diferentemente o conteúdo do princípio do prazer, que se exprimiria em elementos de prazer e traços de caráter peculiares à existência social (cf. REICH, 1983, p. 48). Todavia, este aparente indício de que Reich não naturalizaria a sexualidade (pois estaria considerando o seu desenvolvimento histórico e social), revela-se limitado. Na realidade, o que muda são apenas as formas do desenvolvimento da libido, como uma espécie de *história das diversas possibilidades de interferência no desenvolvimento natural*, e que implicam, por sua vez, diferentes formas de erotismo e seus significados.

Para ilustrar esse último ponto, tomemos o exemplo da “anabilidade”. Independentemente do tipo de organização social, ela permanece, segundo Reich, como uma tendência para a satisfação a se manifestar com maior ou menor intensidade. Estas diferenças exprimem-se também qualitativamente na formação de traços de caráter. Tudo se passa como se a existência social dos indivíduos, segundo suas condições econômicas e culturais, modificando o conteúdo do princípio de prazer, implicasse apenas variações na patologia. Assim, Reich afirma, em *Psicopatologia e sociologia da vida sexual*, que

os instintos que servem de base às leis biológicas estão inscritos no organismo, e só o momento, o modo e a intensidade da sua emergência dependem da experiência individual. Assim, verificamos que o aparecimento das pulsões parciais erógenas se faz segundo uma ordem determinada, ordem que depende intimamente das exigências da educação material e moral (REICH, 1977, p. 213).

Há mudanças quanto às formas de manifestação dos instintos, que Reich chama “conteúdo concreto do princípio de prazer”. Porém, essas formas concretas de manifestação não são tão amplas: mudam apenas o momento do seu aparecimento (mais cedo ou mais tarde na vida dos indivíduos), o modo (mais disfarçado ou mais diretamente) e a intensidade (quantidade de energia investida). Para além das variações de traços de caráter, permanece a exigência de satisfação, e sua via legítima (genital e orgástica), naturalizada e absoluta, como “exigência biológica de satisfação sexual natural (orgástica)” (REICH, 1990, pp. 16-7).

Ao apresentar o argumento de Reich sobre a construção social da estrutura subjetiva humana, Barreto deixa escapar mais uma vez essa *limitação da crítica histórica* que estamos tratando. Segundo ele,

Para Reich, a subjetividade humana é a somatória de processos biológicos fundamentais com as contingências sócio-históricas, as quais exercem um papel decisivo de regulação dessa biologia humana e, nesse sentido, podemos afirmar que é socialmente construída, já que dependerá do sentido em que esta regulação se der (a favor ou contra os processos biológicos) (BARRETO, 2000, p. 190).

Observe-se, aqui, o limite da expressão “socialmente construída”: o social e a história não constroem nada, a não ser *na medida em que interferem* “a favor ou contra os processos biológicos”. E o autor acrescenta, sobre os resultados possíveis dessa construção social, que “é substancialmente isso que definirá o caráter social dos Homens, se eles serão sociáveis e cooperativos ou sádicos e cruéis (ou o quanto de cada uma dessas características juntas)” (BARRETO, 2000, p. 191). O social e a história são aqui como a tesoura do jardineiro, que em si mesma não coloca nada no jardim, a não ser pelo modo como faz a poda da natureza das plantas. *O que aí se entende por socialmente construído é apenas um efeito de reflexo ou ricochete, operado sobre uma natureza que, em sua essência, permanece sempre fora da existência social e do escopo da crítica histórica. A historicização empreendida por Reich não toca a Natureza, que permanece trans-histórica; a crítica histórica deve ir somente até onde ela limpou o caminho e fez enxergar – esta é sua função a cumprir – a natureza última e verdadeira das coisas.*

4. Co-operações entre Natureza e História

Na conclusão da Primeira Parte, havíamos sugerido a insuficiência da tese de uma relação de incompatibilidade entre história e natureza, como figuras conflitantes e excludentes no pensamento de Reich. Diferentemente, constatávamos uma “oscilação contínua” que nos tornava propensos a afirmar a existência de algum vínculo entre história e natureza (cf. p. 129). Agora, tornou-se possível compreender, mais precisamente, que se trata aí de um *vínculo de cooperação* mantido entre essas duas figuras. Antes de partirmos do pressuposto de uma incompatibilidade entre natureza e história, como uma contradição negligenciada a minar o pensamento de Reich, caberia investigarmos melhor como a história, numa relação de forte reciprocidade com a natureza de Reich (libido, orgônio), viria na verdade acolhê-la. Mais do que isso, o

estudo minucioso do comportamento dessas figuras talvez revelasse uma *afinidade eletiva* entre elas.

É devido a esse vínculo profundo que a história reichiana mantém com a natureza que pode haver o diálogo entre a Análise do caráter e sua crítica social, respaldando-se e tendo na Teoria do orgasmo um ponto de origem comum; que sua crítica social, imbuída do objetivo de historicizar as naturalizações legitimadoras do pensamento político contemporâneo, possa ao mesmo tempo estar explicitamente fundamentada numa Teoria do orgasmo e norteadas pela noção teórico-clínica de uma autorregulação biológica. Essas observações indicam uma resposta para as questões que deixamos em aberto no capítulo 2, sobre como seria possível que a natureza libidinal e as funções vegetativas da teoria do orgasmo e da análise do caráter se harmonizassem com uma crítica das condições históricas da neurose (cf. p. 75 e ss.).

O “cerne biológico” que nos surpreendeu anteriormente, quando o encontramos como resultado da análise histórica empreendida por Reich, na realidade fornece o critério normativo a partir do qual Reich pensa uma história de repressão sexual, mas também um projeto de reforma política e de transformações sociais. Torna-se agora mais claro que nosso psicólogo e filósofo social está baseado num pressuposto historicista, cuja característica é tal que, quando opera, requer uma dimensão trans-histórica, para a qual Reich elege, sucessivamente, a biologia, a fisiologia, a física e outras ciências naturais. A consequência é uma espécie de projeto de desalienação da natureza, através de seu desdobramento sistemático. Portanto, *o recurso reichiano a uma crítica historicizante não constituiu uma ruptura com o seu pensamento anterior, mas foi na realidade o prolongamento de sua ciência da natureza libidinal.*

É preciso reconsiderar nossa colocação acerca de uma perda de história em Reich: não houve perda de história, mas sim a reflexão de Reich se fez acompanhar de uma bem determinada noção de história, a história onde a natureza se realiza. Reich, o cientista natural, construiu uma história para abrigar sua natureza. O orgasmo representa a crítica máxima da repressão e o fim da história. Fica evidente a diferença no modo como compreendemos o lugar da Natureza no pensamento de Reich: ela não é um ponto de reducionismo, a perder de vista a história. Nós, diferentemente, compreendemos que *a história em Reich é funcional à sua noção de natureza.* O cerne biológico não está em oposição a uma reflexão histórica em Reich, a “defasá-la”; ele é na verdade o produto de uma análise histórica. Por isso essa história se orienta por uma natureza que ela descobre, ou desvela, como o seu fim; por isso também a equivalência dessas noções

em Reich: fim da história/fim da terapia/potência orgástica/realização da natureza/liberdade.

A ideia de uma incompatibilidade ou oposição entre História e Natureza traz consigo a ideia de que a natureza seria a “fixação” ou o congelamento do desdobramento histórico. Trata-se aí de um pressuposto ou condição de um determinado tipo de “crítica historicista” em que se busca desmistificar as ilusórias naturalizações em vista de um desdobramento histórico, este último como sendo a verdadeira dimensão do Ser. Segundo essa crítica, cujo maior representante é Helmut Dahmer, a antropologia naturalista de Reich limitava o alcance de sua perspectiva histórica, dada a incompatibilidade entre antropologia naturalista e antropologia histórica. O ponto de partida reichiano numa natureza libidinal o impediria de alcançar uma reflexão histórica autêntica; sua exigência científico-naturalista o levou a um realismo ingênuo, a um reducionismo biológico anti-histórico. Em suma, a natureza de Reich seria a origem dos erros que o fizeram afastar-se da história como terreno crítico.

Ao questionarmos esse pressuposto, apreendendo em Reich uma relação mais profunda entre história e natureza, a partir da qual podemos observar que se opõem na superfície mas cooperam na profundidade, quais consequências podemos esperar? Noutros termos, o que significa a descoberta desta *relação de cooperação* entre história e natureza?

Nós alcançamos uma compreensão a partir da qual começamos a perceber que o historicismo reichiano não é um ponto “inalcançável” (tendo em vista sua fundamentação naturalista supostamente incompatível), mas que ele está a serviço, isto é, operando e sendo funcional à ciência reichiana da natureza. Nossa hipótese permite compreender que o reducionismo ou o realismo de Reich não são consequências evitáveis de um excesso de consideração da natureza (exigência científico-naturalista), ou do fato de ele ter negligenciado a história como terreno único originário de onde deve partir uma teoria crítica. Diferentemente, a natureza em Reich (a doutrina acabada, o ideal ou a exigência teórica e prática) é algo preparado de antemão no conjunto das condições de seu pensamento, como uma dimensão trans-histórica a ser ocupada por um referencial transcendental. No caso de Reich, foram eleitos para ocupar este lugar, em diferentes momentos, a libido freudiana, o sistema vegetativo, a energia orgônica. A configuração geral dessas condições diz respeito a uma história metafísica intimamente vinculada, em seu desenvolvimento, a essa dimensão trans-histórica que ela carrega consigo.

Seria possível afirmar que avançamos em relação ao tipo de interpretação feita por Dahmer, como uma tentativa defasada de criticar o postulado naturalista pela via do historicismo? Voltaremos a essa questão mais adiante.

Para o momento, temos que lidar ainda com uma questão mais elementar: Como pôde Reich colocar o historicismo marxista a serviço de sua antropologia científico-natural? Como pôde Reich colocar a história para *cooperar* com a natureza? Deve haver pressupostos que autorizem essa cooperação, e seu estudo nos levaria a uma compreensão mais aprofundada sobre as bases da reflexão praticada por Reich, para além daquilo que ele mesmo deixou explícito em seu debate sobre a cultura. O filósofo francês Michel Foucault oferece, em sua arqueologia, um nível de abordagem diferente do estudo longitudinal e temático feito por Barreto. Nesta, não vamos encontrar uma história das ideias antropológicas, alinhando Reich a uma tradição romântica desde Rousseau, e Freud a uma tradição racionalista desde os gregos. As análises foucaultianas em torno de uma reflexão antropológica, surgida no fim do século XVIII, nos darão a conhecer alguns aspectos problemáticos do humanismo do século XX.

CAPÍTULO 5:

ANTROPOLOGIA E METAFÍSICA EM *AS PALAVRAS E AS COISAS* DE MICHEL FOUCAULT

Introdução

Segundo Michel Foucault, numa entrevista a Alain Badiou de 1965, *Philosophie et psychologie*, a passagem do século XVIII para o XIX marcou um fato fundamental na história da cultura europeia: a partir de Kant, algo como uma Antropologia se tornou possível. Trata-se de uma estrutura que redefiniria os problemas da filosofia em torno de uma finitude humana fundadora, na esteira da qual veremos diversas formas de reflexão que tentam liberar uma essência do homem que pudesse enunciar-se a partir de si mesma, e que fosse ao mesmo tempo o fundamento e o limite de todo conhecimento e de toda experiência possíveis (cf. FOUCAULT, 2001, p. 480).

Explorando este acontecimento, a arqueologia de *As palavras e as coisas* descreve como a abertura do saber para o tema do transcendental foi inicialmente uma realização dos novos domínios empíricos como a economia, a biologia e a linguística. Esses domínios surgiram no fim do século XVIII a partir de uma ruptura com a ordem clássica do saber, na medida em que teriam buscado as condições da experiência no exterior da representação, interditando a análise das representações vigente desde o século XVII. A partir de então, o saber não percorrerá mais horizontalmente a rede visível das ligações, mas deverá encontrar verticalmente um núcleo escondido de historicidade, descobrindo a finitude humana no interior de uma reflexão caracterizada pela presença desses objetos quase transcendentais que são a vida, o trabalho e a linguagem.

A queda vertical do saber é explorada na arqueologia de Foucault a partir da noção de desnível (*décalage*) entre a representação (como espaço visível e do

diretamente apreensível pela consciência) e aquilo que a funda (como a lei ou o princípio de funcionamento das coisas). A dissociação do ser e da representação fornece a Foucault a chave da forma antropológica do saber moderno, que ele percorrerá a partir das correlações que se estabelecem com a noção de uma finitude humana.

Essa dissociação nos remete à importância de Kant na arqueologia de *As palavras e as coisas*, pois, historicamente, a partir do momento em que não haveria mais um *lugar comum* para o ser e as representações, Kant vai propor analisar esse desnível nos termos de uma diferença (*écart*) entre o empírico e o transcendental. Ele contorna a representação clássica em direção ao além de toda experiência, para interrogar seus fundamentos do lado de uma subjetividade finita transcendental, *a priori*. Com isso, Kant introduz, no limiar de emergência da modernidade, um modo de pensar a finitude do homem a partir de si mesma, distanciando-se dos clássicos que, apesar de terem conferido um lugar privilegiado para o homem na ordem do mundo, não puderam pensá-lo a partir de si mesmo, mas sempre reportando-o a um Deus ou ao infinito como fundamento primeiro.

Paralelamente à reflexão kantiana, os novos domínios empíricos da segunda metade do século XVIII se interrogam por essas condições do lado do ser mesmo que aí se encontra representado – a vida, o trabalho e a linguagem. São positivismos que partilham da “abertura para o transcendental” da interrogação kantiana (FOUCAULT, 2002, p. 335), porém com a diferença de buscarem as condições da experiência do lado dos objetos e *a posteriori*.

A inovação da arqueologia foucaultiana consiste em mostrar a emergência, na esteira do kantismo, das modernas “analíticas” que confluem com os domínios empíricos e incorreriam assim numa Antropologia, como uma estrutura filosófica dominante a partir do século XIX. Trata-se de um tipo de reflexão que se situaria a meio caminho entre o positivismo (que atribui anterioridade e exterioridade a seu objeto) e a analítica transcendental (na qual o sujeito não se confunde com a experiência). Da reflexão kantiana elas tomam de empréstimo o modo de pensar a finitude por si mesma e o sujeito como fundamento da experiência; dos positivismos tomam a possibilidade de conhecer o fundamento da experiência como um objeto dado nessa mesma experiência.

As analíticas da finitude vão identificar as condições da experiência não com seus objetos (o que permite a positividade das ciências da vida, trabalho e linguagem), mas com um sujeito que, não sendo o kantiano, teria a qualidade de ser um objeto peculiar de experiência. O resultado dessa operação antropológica será um sujeito finito

que, como objeto da experiência – na medida em que ele mesmo é visto como ser que vive, fala e trabalha –, será condição de possibilidade e limite de toda experiência possível. Desse modo, a tese de Foucault é a de que a reflexão antropológica subsumiria o empírico como “dobra” interior do transcendental, reconduzindo o que se conhece objetivamente acerca da vida, do trabalho e da linguagem a uma subjetividade que terá suas formas e limites pensados, justamente, nessa correlação com o que se conhece objetivamente. *Antropologia* significa, assim, para Foucault, o tipo de reflexão que “apareceu primeiramente com a fenomenologia hegeliana, quando a totalidade do domínio empírico foi retomada no interior de uma consciência que se revela a si própria como espírito, isto é, como campo ao mesmo tempo empírico e transcendental” (FOUCAULT, 2002, p. 341).

Vemos se esboçar nessa arqueologia de *As palavras e as coisas* uma matriz hegeliano-marxista de pensamento que oferece, ora numa chave idealista, ora materialista, os temas de uma confusão empírico-transcendental que permaneceria *pré-crítica* em relação à distinção kantiana entre esses dois níveis, esta última sendo uma precaução face aos riscos da metafísica. Noutros termos, na obra de Foucault, a *Crítica* kantiana servirá como baliza para as aporias de uma estrutura antropológica metafísica operante em plenos séculos XIX e XX.

Com base no livro-comentário de Philippe Sabot, *Lire Les mots et les choses de Michel Foucault*, vamos ressaltar algumas polêmicas importantes pretendidas por Foucault com essas análises. Primeiramente, uma polêmica com o marxismo, onde Foucault relativizará a ruptura representada por Marx na disposição do saber moderno, ao evidenciar uma vinculação entre economia, história e antropologia da finitude humana desde David Ricardo. Em seguida, uma polêmica com as tentativas contemporâneas de refundação do marxismo no humanismo, sobretudo de Sartre, diretamente ligadas ao prejuízo metafísico da confusão empírico-transcendental. Essas polêmicas estão ligadas a uma nova perspectiva sobre a modernidade, demarcada pela arqueologia de Foucault e caracterizada pelo retorno da metafísica na filosofia ocidental.

Neste capítulo, estudaremos as características de algumas operações relativas à reflexão antropológica. No capítulo seguinte, vamos verificar o alcance das análises de Foucault em relação aos pressupostos da crítica reichiana da repressão sexual, na medida em que Reich – segundo nossa hipótese – teria contribuído largamente para articular a psicanálise de Freud nesta matriz antropológica moderna.

1. As novas empiricidades e a finitude humana

A reconfiguração moderna do saber ocidental, em fins do século XVIII, será analisada por Foucault na segunda parte de *As palavras e as coisas*, num capítulo sobre “Os limites da representação”, através da análise de determinados acontecimentos isomórficos em diferentes campos empíricos (FOUCAULT, 2002, p. 303). Os conceitos de organização, trabalho e flexão – nas obras de Jussieu, Vicq d’Azyr, Lamarck, Adam Smith e os primeiros filólogos –, não constituiriam ainda, segundo o arqueólogo, as futuras ciências empíricas, como a biologia, a economia política e a linguística. O que esses novos objetos fizeram foi produzir um desequilíbrio na análise das representações, a partir do qual as relações entre as empiricidades – como as mercadorias na análise das riquezas de Adam Smith – ganham uma opacidade histórica inacessível à representação. Produz-se, na verdade, uma “fratura epistemológica” que alojará, no caso da economia, a antropologia da finitude que veremos surgir com Ricardo e depois em Marx. Em nossa discussão, vamos privilegiar a ruptura tematizada por Foucault entre a análise das riquezas de Adam Smith e a economia política de David Ricardo⁷⁸, o que nos levará mais diretamente às polêmicas condições do marxismo e, portanto, a Reich.

Na arqueologia de Foucault, Adam Smith – considerado um dos fundadores do pensamento econômico moderno – situa-se no domínio de uma análise clássica das riquezas, isto é, de uma análise das representações. O que é inédito na sua obra não é a introdução da noção de trabalho no domínio das riquezas, mas sim uma verticalidade obscura do tempo laborioso na rede ordenada das trocas. O trabalho em Smith abre a antiga análise das riquezas sobre uma dimensão interior, invisível e volumosa, que escapa ao domínio puro das representações. Com Smith, o trabalho deixa de remeter à pura representação das necessidades dos homens, pois suas condições extrapolam a vida de um homem trabalhador. Como uma jornada e um esforço que talha e gasta a vida, o uso que Smith faz da categoria de trabalho anuncia uma nova forma de finitude humana.

⁷⁸ Ao descrever a positividade das novas ciências empíricas a partir de um solo arqueologicamente distinto dos saberes clássicos, como a análise de riquezas, a história natural ou a gramática geral, Foucault desfaz a falácia segundo a qual as ciências modernas derivariam de uma aplicação de métodos mais científicos a um domínio que haveria permanecido inexplorado. Essa continuidade implicaria, segundo Foucault, negligenciar um fator de extrema importância para a compreensão do aparecimento daquela estrutura antropológica ligada ao ineditismo da reflexão kantiana.

A discussão sobre a medida do trabalho em Smith, assim como a noção de uma organização dos seres ou de sistema flexional em outros domínios, anunciam isomorficamente os limites da representação clássica, que teria vigorado entre os séculos XVII e XVIII. Elas não alteram a disposição geral do saber clássico, que se mantém no âmbito de uma tentativa de análise das representações. A fratura com a análise das representações no domínio das riquezas virá através de David Ricardo, que tematiza a dimensão histórica da produção e inscreve a finitude humana no coração do dispositivo epistemológico da economia. Com Ricardo, não será mais nos jogos da representação que a economia encontra seu princípio, isto é, as coisas não tiram mais seu valor econômico do fato delas poderem ser trocadas por dinheiro ou por outros bens que lhes representam no sistema de trocas. Não será mais possível o mercantilismo ou a fisiocracia, onde o valor que as mercadorias representam entre si é o que permitiria, por esta representação, as trocas, o comércio, a economia. Agora, as coisas têm valor na exata medida em que foram os homens que a produziram, isto é, a economia encontra seu princípio “do lado dessa região perigosa onde a vida afronta a morte” (FOUCAULT, 2002, p. 353).

Para Ricardo, a atividade da economia aparece na história do mundo no dia em que os homens se acharam numerosos demais para poderem nutrir-se dos frutos espontâneos da terra. Daí uma série de considerações, segundo Foucault, que se podem chamar “antropológicas”, na medida em que a positividade da economia perfaz a existência desse *Homo œconomicus*, como aquele que passa, usa e perde sua vida escapando da iminência da morte. A positividade da economia estará correlacionada com a finitude do homem, afirma Foucault, e a partir de então a economia repousará numa antropologia como discurso que tenta atribuir à finitude natural do homem suas formas concretas (FOUCAULT, 2002, p. 354). Fora do sistema de representação, o trabalho é origem radical do valor e, assim, “a teoria da produção, doravante, deverá sempre preceder a da circulação” (FOUCAULT, 2002, p. 350).

Segundo Foucault, a distinção de Ricardo entre o trabalho que se compra como uma mercadoria, em forma de salários, e o trabalho como formador de valor de uma mercadoria, instaura uma série causal pela qual o tempo da produção permite a articulação da economia com a história. A primeira consequência dessa distinção é a instauração de uma série causal radicalmente nova, como uma série linear e homogênea que é a da produção. Todo trabalho é aplicado a um novo trabalho, que por sua vez entra na formação de valor. Essa acumulação em série rompe, segundo Foucault, com as

determinações recíprocas da representação clássica, o que o trabalho de Smith não fazia, e introduz a possibilidade de um tempo histórico contínuo. Para Foucault, ao dissociar formação e representatividade do valor, Ricardo permitiu a articulação da economia com a história, na medida em que as riquezas organizam-se e se acumulam numa cadeia temporal: o modo de ser da economia, em sua positividade, é o tempo das produções sucessivas (FOUCAULT, 2002, p. 351), uma figura agora fundamental que funciona como um “transcendental” da economia política.

A descoberta que faz a economia, na atividade de produção, de uma temporalidade vertical associada a uma determinação antropológica – como relação entre o tempo da produção e a finitude humana fundamental –, esboça o envolvimento recíproco, segundo Foucault, entre história e antropologia. Há assim uma relação fundamental da finitude com a história, que na obra de Smith se esboçava numa forma vazia, mas que encontrará em Ricardo uma forma positiva. Será dessa articulação íntima entre uma antropologia da finitude e o movimento da história que se formará a perspectiva de um “fim da história”, sobre a qual Foucault fundamentará sua polêmica contra uma interpretação marxista da economia moderna.

Para Foucault, este envolvimento condiciona, na modernidade, a noção de “evolução da economia”. Segundo Ricardo, a necessidade de se explorar novas terras, de expandir a produção para defender-se da ameaça constante de morte, atira o homem em condições cada vez mais difíceis, impulsionando a economia para um limite de salários e lucros que acaba tornando essa mesma expansão inviável. A história e a finitude do homem então ficam estagnadas. “Paradoxalmente, afirma Foucault, é a historicidade introduzida na economia por Ricardo que permite pensar essa imobilização da História” (FOUCAULT, 2002, p. 356). A finitude do homem acompanha toda a história da economia, é sua origem, seu drama e seu fim, como uma correlação entre o tema antropológico e a História, em que se percebe que a finitude humana não cessa de dramatizar cada vez mais sua História. “No momento em que toca tais confins, a História só pode deter-se, vibrar um instante sobre seu eixo e imobilizar-se para sempre” (FOUCAULT, 2002, p. 357).

A correlação em que o drama histórico fixa o quadro de expressão da finitude antropológica permitirá dois desfechos. Conforme a análise arqueológica, veremos que são na verdade apenas duas maneiras de se percorrer, em direções inversas, o mesmo conjunto de condições de possibilidade, que é definido como uma correlação entre

História e antropologia, isto é, como uma dramatização da finitude humana no modo de ser da História:

Com Ricardo, a história tem o papel positivo, como mecanismo compensador da finitude, até alcançar uma estagnação do crescimento econômico e da produção. Salários e preços se estabelecem, a população não cresce mais, e as condições da produção, bem como da subsistência humana, ficam definidas para sempre. Nessa versão, que para Foucault é patente no “pessimismo de Ricardo” (FOUCAULT, 2002, p. 357), a história representa este caminho da finitude até ela mesma, como movimento de estabilização progressiva da carência fundamental e insuperável do homem. “Por longos caminhos, mas inevitáveis e constringentes, a História terá conduzido o homem até essa verdade que o detém sobre si mesmo” (FOUCAULT, 2002, p. 358).

Já a versão de Marx não representaria, para Foucault, nenhuma ruptura propriamente dita com essas articulações. Apenas, em sua leitura, “a relação da História com a finitude antropológica é decifrada segundo a direção inversa” (FOUCAULT, 2002, p. 358). Na leitura profética e revolucionária de Marx, a História desempenha um papel negativo, de acentuar as pressões da necessidade, fazer crescer as carências até que irrompa uma reversão violenta da direção da história, pelo próprio número daqueles que foram mantidos nos limites de suas condições de existência. Tornando a própria existência impossível, aí será reconhecido o resultado de uma história e a alienação de uma finitude que não tem essa forma. Os homens tomam consciência de que sua alienação não é natural, mas histórica e que, por conseguinte, podem alcançar “pela supressão ou, pelo menos, pela reversão da História tal como ela se desenrolou até o presente”, a restauração de sua verdade material (FOUCAULT, 2002, p. 359).

Ambas essas alternativas percorrem o fim da história, cada uma a seu modo, numa dramatização da finitude humana até uma suspensão total da história como momento da irrupção da verdade antropológica. Trata-se de uma rede de condições em que a História faz realçar a verdade antropológica do homem, superpondo-se à essência humana. “O escoar do devir, com todos os seus recursos de drama, de olvido, de alienação, será captado numa finitude antropológica que aí encontra em troca sua manifestação iluminada” (FOUCAULT, 2002, p. 361). Entre as alternativas de Ricardo e Marx, Foucault não vê uma ruptura propriamente, mas “duas maneiras possíveis de percorrer as relações entre a antropologia e a História” (FOUCAULT, 2002, p. 359). Nessa disposição, e somente nela, pode vir à luz essas filosofias da desalienação, essas

promessas mescladas da dialética e da antropologia, como utopias do pensamento causal e de um termo da história pela reanimação da essência do homem.

O essencial é que, no começo do século XIX, constituiu-se uma disposição do saber em que figuram, a um tempo, a historicidade da economia (em relação com as formas de produção), a finitude da existência humana (em relação com a raridade e o trabalho) e o aprazamento de um fim da História – quer por afrouxamento indevido quer por reversão radical. História, antropologia e suspensão do devir se pertencem segundo uma figura que define para o pensamento do século XIX uma de suas redes maiores (FOUCAULT, 2002, pp. 360-1).

Para Philippe Sabot, em *Lire Les mots et les choses de Michel Foucault*, há um tom de provocação nessas conhecidas passagens de Foucault sobre o marxismo (SABOT, 2006, p. 78). Ao marcar o corte constitutivo da economia política entre Ricardo e Smith, e não entre Marx e os “economistas burgueses” que o antecederam, Foucault pretende recusar uma leitura marxista da economia moderna. Ricardo é o signo de uma transformação que se opera nas condições fundamentais do saber, e cuja reorganização abrigará, “como peixe n’água”, a obra de Marx. Tal expressão de Foucault (em francês: *tempêtes au bassin des enfants*) sugere que Marx não se opõe às teorias burguesas da economia, projetando contra elas uma reversão radical da História, mas faria parte do mesmo acontecimento que prescreveu “simultaneamente, segundo o mesmo modo, a economia burguesa e a economia revolucionária do século XIX” (FOUCAULT, 2002, p. 360).

Estas passagens, observa Sabot (2006, pp. 84-5), poderiam também ser um possível diálogo, ainda que à distância, com a leitura althusseriana de Marx. Em *Lire Le Capital* e *Pour Marx* – duas obras de Althusser de 1965, com a qual Foucault possivelmente teve contato antes da publicação de *As palavras e as coisas* –, encontra-se a tese de um corte epistemológico representado por Marx, a partir do qual este se deslocaria da ideologia em direção à epistemologia. Tratar-se-ia de uma ruptura de Marx com as velhas categorias da alienação, do sujeito, da essência humana, na direção da elaboração de uma verdadeira ciência das transformações históricas dos modos de produção.

Para além dessas polêmicas, entretanto, Foucault pretende demarcar uma outra perspectiva acerca da modernidade, sublinhando o caráter aporético de algumas reflexões que tornaram-se dominantes no seu interior, e que marcariam o retorno da metafísica na filosofia política.

2. Modernidade e metafísica

Com o acontecimento do desnível entre o ser e a representação, investigado por Foucault no capítulo VII de *As palavras e as coisas*, o pensamento perdeu sua autonomia enquanto sistema de representações. Segundo Foucault, na virada para o século XIX, “a representação perdeu o poder de criar, a partir de si mesma, no seu desdobramento próprio e pelo jogo que a reduplica sobre si, os liames que podem unir seus diversos elementos” (FOUCAULT, 2002, 328). A partir de então, para pensar, será necessário levar em conta determinadas condições que residem no exterior da representação, para além de sua imediata visibilidade, numa espécie de *arrière-monde* mais profundo que ela própria e mais espesso.

É nesse mundo subjacente que se encontram o valor das riquezas, a organização dos seres e a sintaxe das palavras, como um mundo vertical em que as coisas enrolam-se sobre si mesmas, num volume próprio, em que definem para si um espaço interno e que a nós se revela apenas por fragmentos e perfis. A partir deste desnível, “o ser mesmo do que é representado vai agora cair fora da própria representação” (FOUCAULT, 2002, p. 330).

Todavia, esse acontecimento não teria se dado de um único golpe. Antes, houve um momento de instabilidade e ambiguidade epistemológica, onde coexistiram a Ideologia e a Crítica kantiana. É ao campo filosófico que a arqueologia vai agora se reportar, como o terreno em que este acontecimento da ruptura oferece os seus sinais da maneira mais manifesta e no qual os limites da representação podem ser sancionados. Foucault refere-se ao “gesto crítico” de Kant, como contorno da visibilidade das coisas em direção àquilo que, fora de toda representação, fornece suas regras. O gesto crítico de Kant mostra-se no momento em que ele “contorna a representação e o que nela é dado, para endereçar-se àquilo mesmo a partir do qual toda representação, seja ela qual for, pode ser dada” (FOUCAULT, 2002, p. 333). Com esse gesto, Kant “sanciona” esse acontecimento da cultura europeia no fim do século XVIII: “a retirada do saber e do pensamento para fora do espaço da representação”, que é então posto em questão no seu fundamento, na sua origem e nos seus limites. (FOUCAULT, 2002, pp. 333-4). É do ponto de vista dessa ruptura radical no campo do pensamento que a crítica kantiana recebe, em *As palavras e as coisas*, uma “função inaugural” (SABOT, 2006, p. 69).

Como já observamos, o acontecimento da dissociação entre ser e representação fez surgir, simultaneamente, um tema transcendental e campos empíricos organizados de uma maneira nova. O tema transcendental pode ser elaborado teoricamente do lado da subjetividade, como na crítica kantiana, em que a análise do sujeito transcendental libera o fundamento de uma síntese das representações. Mas ele também pode ser elaborado do lado da objetividade, na medida em que se procuram as condições de possibilidade da experiência nas condições de possibilidade do objeto e de sua existência, isto é, do lado deste ser das coisas que ultrapassa a representação mas que permite articulá-la na forma positiva de um saber. Trabalho, vida e linguagem são “quase transcendentais” que tornam possível o conhecimento objetivo das leis de produção, dos seres vivos e das formas de linguagem.

Segundo Sabot, a correlação entre o transcendental e o empírico tomará formas variadas ao longo dos séculos XIX e XX, todavia reportando-se de uma maneira ou de outra à crítica kantiana que abalizou o desnível (SABOT, 2006, pp. 70-1). É esse destino pós-kantiano da Crítica que a continuação de *As palavras e as coisas* vai tentar alcançar em seu movimento próprio, investigando mais de perto a constituição desses quase-transcendentais que são a Vida, o Trabalho e a Linguagem (capítulo VIII), em seguida examinando a “dobra” antropológica na qual eles se encontram irremediavelmente submetidos na configuração moderna do saber (capítulo IX) (SABOT, 2006, p. 74).

A Crítica kantiana, observa Foucault, evidenciou a metafísica, vigente ainda no século XVIII, de uma tentativa de análise ilimitada das representações, “que jamais se teria delimitado a si mesma, que se teria assentado num dogmatismo desavisado, e jamais fizera vir à plena luz a questão de seu direito” (FOUCAULT, 2002, p. 334). Porém, essa Crítica abriria, ao mesmo tempo, segundo a tese de Foucault,

a possibilidade de uma outra metafísica que teria por propósito interrogar, fora da representação, tudo o que constitui sua fonte e origem; ela permite essas filosofias da Vida, da Vontade, da Palavra, que o século XIX vai desenvolver na esteira da crítica [kantiana] (FOUCAULT, 2002, p. 334).

Daí a ambivalência do kantismo em *As palavras e as coisas*, segundo alguns autores⁷⁹. O pensamento kantiano portaria um duplo princípio de inteligibilidade, crítico e antropológico, que a arqueologia expõe sucessivamente para sublinhar sua

⁷⁹ Cf. CANDIOTTO, “Foucault, Kant e o lugar simbólico da *Crítica da razão pura* em *As palavras e as coisas*”. In: *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 4, n. 1, pp. 185-200, jan.-jun., 2009.

ambivalência profunda que termina por colocar o saber moderno numa “instabilidade crônica”, isto é, numa nova forma de ambiguidade (SABOT, 2006, pp. 69-70). O “gesto de Kant” é aí aquilo que abre a modernidade, ao sancionar o desnível do ser em relação à representação. Ele assim impede, ou melhor, deixa que se feche sobre si mesma, a empresa metafísica clássica de uma análise ilimitada das representações. Por outro lado, fornece os termos na esteira dos quais se constitui *uma dobra antropológica como retorno da metafísica*, e cujas aporias serão justamente aquelas que serão investigadas pela arqueologia.

Assim como o privilégio da ruptura de Ricardo estava para uma crítica do marxismo, o destaque dado ao gesto crítico de Kant está para uma crítica das modernas analíticas da finitude. No caso da fenomenologia husserliana, trata-se de situar sua *démarche* no campo das doutrinas pós-kantianas, como um campo problemático tornado possível pela abertura da crítica kantiana, e não em referência (como pensa Husserl, e outros fenomenólogos franceses, como Sartre e Merleau-Ponty) a alguma inauguração cartesiana da filosofia transcendental (cf. SABOT, 2006, pp. 72-4). Nessas operações arqueológicas, Foucault elabora uma perspectiva distinta acerca da modernidade, buscando demarcar (e demarcar-se em relação a) o grande tema moderno de um sujeito transcendental como polo de unificação dos saberes empíricos.

Se os saberes positivos buscam as condições da experiência do lado dos objetos *a posteriori*, as modernas analíticas vão repetir este conhecimento (da biologia, da economia, da história e das ciências da linguagem, etc.) num esquema transcendental, julgando assim poderem conhecer o fundamento da experiência como um objeto dado nessa mesma experiência. Trata-se daquilo que Foucault chamou “repetição do positivo no fundamental” (FOUCAULT, 2002, p. 435), uma operação recorrente no pensamento ocidental moderno ligada à ambiguidade na posição do homem. Por isso o caráter determinante das ciências empíricas modernas para a compreensão da filosofia a partir do século XIX: a repetição das empiricidades vai endossar uma via de interrogação que, reduplicando esses saberes empíricos, tematiza a experiência humana de fato, nos seus limites, em busca daquilo que pode funcionar como formas transcendentais que tornam esta mesma experiência possível. Constitui-se assim a aporia de um objeto muito peculiar – o Homem –, que é este sujeito finito dado na experiência objetiva, e que funciona ao mesmo tempo como forma e limite de toda experiência possível. Fecha-se assim o circuito inaugurador da figura de um homem total, que marcará o retorno da metafísica na filosofia política ocidental.

Segundo Sabot, é provável que o ataque de Foucault se dirija às tentativas de refundação do marxismo, tal como proposta por Sartre, por ex., desde o início de 1960, em sua *Crítica da razão dialética* (SABOT, 2006, p. 86). Haveria, contemporaneamente à arqueologia de *As palavras e as coisas*, um certo “uso” de Marx que se mantém nos limites da *épistémè* moderna e de suas aporias. Seguindo esta intuição de Sabot, observaríamos, nesta mesma obra mencionada, que a perspectiva de Sartre sobre a modernidade é tal esta teria sido iniciada com a ruptura de Marx em relação a Hegel⁸⁰. A modernidade tem o significado de um momento de revolução e transformação em relação ao conservadorismo idealista e burguês (cf. SARTRE, 1978).

Por outro lado, a arqueologia terá por consequência fazer passar o corte inaugurador da modernidade antes de Hegel, definindo uma matriz hegeliano-marxista de pensamento como um desdobramento possível no seu interior. O debate idealismo vs. materialismo será apenas as duas chaves de leitura com que se percorreriam as condições de possibilidade de uma metafísica da realização do sujeito histórico. A metafísica que retornaria na filosofia política moderna, segundo Foucault, é esta reflexão que vai oferecer, ora numa chave idealista, ora materialista, o projeto de uma desalienação do homem.

É nesse sentido que Foucault teria denunciado um grande esgotamento das reflexões antropológicas modernas, em relação à qual Sartre, um de seus grandes expoentes franceses em plena década de 1960, representaria uma espécie de último suspiro hegeliano e marxista:

Ora, me parece que ao escrever a *Crítica da razão dialética*, de algum modo Sartre colocou um ponto final neste episódio da nossa cultura, fechando um parêntese que se inicia com Hegel. Ele fez tudo o que pôde para reintegrar a cultura contemporânea (quer dizer, as aquisições da psicanálise, da economia política, da história, da sociologia) à dialética (...) A *Crítica da razão dialética* é o magnífico e patético esforço de um homem do século XIX para pensar o século XX. Nesse sentido, Sartre é o último hegeliano, e eu diria mesmo o último marxista (FOUCAULT, 2001, pp. 569-70; tradução nossa).⁸¹

⁸⁰ Sartre escreve uma espécie de breve história da filosofia para demarcar este “passo de Marx” em relação a Hegel, no ensaio *Questão de método*, escrito em 1957 para a revista *Les temps modernes* e mais tarde incorporado como prefácio da sua *Crítica da razão dialética*.

⁸¹ « Or il me semble qu'en écrivant la *Critique de la raison dialectique*, Sartre a en quelque sorte mis un point final, il a refermé la parenthèse sur tout cet épisode de notre culture qui commence avec Hegel. Il a fait tout ce qu'il a pu pour intégrer la culture contemporaine, c'est-à-dire les acquisitions de la psychanalyse, de l'économie politique, de l'histoire, de la sociologie, à la dialectique (...) La *Critique de la raison dialectique*, c'est le magnifique et pathétique effort d'un homme du XIXe siècle pour penser le XXe siècle. En ce sens, Sartre est le dernier hégélien, et je dirai même le dernier marxiste ».

A crítica de Foucault a esta tradição que a arqueologia demarca, de modo bastante generalista, de Hegel a Sartre, é a crítica de uma espécie de imperativo político humanista de reconciliação do homem consigo mesmo. Daí uma espécie de “afinidade eletiva” que essas reflexões desalienantes têm com os positivismos, como a economia, a biologia, as ciências da linguagem, a psicologia e mesmo a história como ciência empírica. Elas buscam alimentar-se do conhecimento produzido positivamente nesses domínios, para repeti-los numa subjetividade constituinte. São projetos de uma totalização objetiva do homem, que aparecem aliados a uma racionalidade dialética, como o tipo de razão que permite pensar uma progressiva retomada, pelo homem, daquilo que lhe teria sido historicamente alienado.

Essa tradição antropológica, segundo Foucault, desenvolve-se em referência à existência e à totalidade, em todas as suas características e pretensões de pensar a condição humana – as relações entre indivíduo e sociedade, da consciência com a história, do sentido e não sentido, do vivo e do inerte. A dialética desempenha aí o papel privilegiado de uma racionalidade conciliadora, como forma de recuperar tudo o que escapa à consciência, à finitude de um homem cujas forças, cujo conhecimento, cuja origem estão alienados de si mesmo, e que se promete devolvê-lo. A dialética, que para um grande número de autores é a racionalidade única capaz de pensar a história, estaria estreitamente vinculada a essa estrutura antropológica por uma série de razões:

Porque ela é uma filosofia da história, porque ela é uma filosofia da prática humana, porque ela é uma filosofia da alienação e da reconciliação. Por todas essas razões e porque ela é sempre, no fundo, uma filosofia do retorno a si mesmo, a dialética promete em alguma medida ao ser humano que ele será um homem autêntico e verdadeiro. Ela promete o homem ao homem e, dessa forma, ela não é dissociável de uma moral humanista. Nesse sentido, os grandes responsáveis pelo humanismo contemporâneo, são evidentemente Hegel e Marx (*L’homme est-il mort?*, in : FOUCAULT, 2001, p. 569; tradução nossa).

Essa tradição necessita de um modelo de história, que ela mesma produz para consumo próprio e apesar do trabalho dos historiadores profissionais, para pensar a totalidade do seu próprio sujeito e de sua consciência. Essa história é a própria forma do desdobramento com que essa tradição busca pensar a totalidade. O deslocamento de Foucault consiste em circunscrever uma grande tradição que, de Hegel e Marx até Sartre, resolve-se numa pretensão de pensar a totalidade, confundida com a tarefa

primeira e intemporal de toda filosofia e que se cobrará a todas as formas de reflexão que não as assumirem.

Mas você está certo de que a filosofia consiste precisamente nisto? Quero dizer que a filosofia que visa a pensar a totalidade poderia perfeitamente ser apenas uma das formas possíveis de filosofia, uma das formas que foi efetivamente a via real do pensamento filosófico do último século desde Hegel; mas, apesar de tudo, poderíamos muito bem pensar hoje que a filosofia não consiste mais nisto. Eu lembraria que antes de Hegel a filosofia não dispunha necessariamente desta pretensão à totalidade: Descartes não produziu uma política mais do que fizeram Condillac e Malebranche, o pensamento matemático de Hume pode ser negligenciado sem grande prejuízo. Por conseguinte creio que a ideia de uma filosofia que abraça a totalidade é uma ideia relativamente recente; me parece que a filosofia do século XX está de novo prestes a mudar de natureza, não apenas no sentido de que ela se limita, ou se circunscreve, mas também no sentido de que ela se relativiza. Em suma, o que significa fazer filosofia hoje? Não mais constituir um discurso sobre a totalidade, um discurso no qual seja retomada a totalidade do mundo [...] (FOUCAULT, 2001, pp. 639-40; *tradução nossa*).⁸²

A pretensão de pensar a totalidade do homem no mundo envolve uma história que permanece lugar das continuidades ininterruptas, a permitir a realização dos encadeamentos entre tudo o que os homens dizem e fazem. A afinidade entre essa função da história e a referida tradição antropológica e humanista será um tema capital do pensamento arqueológico de Foucault até o fim da década de 1960, que culminará com *A arqueologia do saber*.

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada (FOUCAULT, 2009, p. 14).

⁸² « Mais êtes-vous bien sûr que la philosophie consiste précisément en cela? Je veux dire que la philosophie qui vise à penser la totalité pourrait parfaitement n'être que l'une des formes possibles de philosophie, l'une des formes possibles qui a été effectivement la voie royale de la pensée philosophique du siècle dernier depuis Hegel; mais, après tout, nous pourrions très bien penser aujourd'hui que la philosophie ne consiste plus en cela. Je vous ferai remarquer qu'avant Hegel la philosophie ne disposait pas nécessairement de cette prétention à la totalité: Descartes n'a pas plus produit une politique que ne l'ont fait Condillac et Malebranche, la pensée mathématique de Hume peut être négligée sans grand danger. Je crois par conséquent que l'idée d'une philosophie qui embrasse la totalité est une idée relativement récente; il me semble que la philosophie du XXe siècle est de nouveau en train de changer de nature, non seulement au sens où elle se limite, où elle se circonscrit, mais aussi au sens où elle se relativise. Au fond, qu'est-ce que cela signifie faire de la philosophie aujourd'hui? Non pas constituer un discours sur la totalité, un discours dans lequel soit reprise la totalité du monde [...] » (FOUCAULT, 2001, pp. 639-40)

A metafísica do século XIX, marcada pelas figuras da história, do homem e da dialética e da totalidade, vai negar tudo o que se impõe como limite do homem, pela possibilidade prometida de uma reconciliação entre este homem e tudo aquilo que ele ainda não é no presente, pelo imperativo moral de uma completude como projeto político dominante desde seu aparecimento. Por isso essa história é basicamente uma história da repressão, isto é, uma reconstrução dos acontecimentos alienantes, de tudo o que pode apontar para as perdas sofridas por um homem que permanece fundamental e transcendente a esses mesmos acontecimentos. Daí a necessidade de vencer os sortilégios da dialética ou que uma determinada noção de história apareça como *démodée* (FOUCAULT, 2001, p. 613). Pelo fato de permanecerem enraizados nesta disposição antropológica que comanda o pensamento ocidental há aproximadamente dois séculos, afirma o arqueólogo, estes seriam os sinais da necessidade de sua superação, num esforço para que a filosofia desperte deste “sono antropológico” e recomece enfim a pensar.

A demarcação da matriz antropológica metafísica, em Foucault, é indissociável de sua referência ao pensamento de Nietzsche. Para compreendermos esta referência em sua arqueologia dos anos 1960, é preciso considerar que, para Foucault, a pergunta pelo homem, pela natureza humana, no campo da filosofia, se encerra na resposta que a recusa e a desarma: o *Übermensch*. Segundo o artigo de Diogo Sardinha, *Différence entre l'anthropologie pragmatique et l'anthropologie métaphysique*, que explora a ambiguidade da posição de Kant na arqueologia da modernidade de Foucault, a referência ao Superhomem de Nietzsche é uma referência à recusa da interrogação pela essência humana, revelando-a em sua vaidade: “assim, o superhomem de Nietzsche é o nome que traduz, num dado momento da história do pensamento, o fato de que o humano não é estável, e portanto não alcançável pela via de uma interrogação pela essência, isto é, de um ‘o que é?’” (SARDINHA, 2012/3, p. 47).⁸³

⁸³ « Ainsi, le surhomme de Nietzsche est le nom qui traduit, à un moment donnée de l'histoire de la pensée, le fait que l'humain n'est pas stable, et donc pas saisissable par le biais d'une recherche de l'essence, c'est-à-dire d'un 'qu'est-ce que ?' ». – É a interrogação kantiana pela essência do homem – *Was ist der mensch?* – que Nietzsche quer recusar. Porém, Sardinha esclarece que haveria duas antropologias em Kant, uma metafísica, que faz a pergunta “O que é o homem?”, e outra pragmática, posterior à *Crítica*, isto é, após a propedêutica da *Crítica* e pertencente a um momento filosófico “construtivo” – onde Kant oferece a ideia de uma “destinação do ser humano”, de uma “evolução”, e que forma uma via de investigação cuidadosamente separada da investigação metafísica. « Les interrogations sur l'être et le faire définissent, au sein de la réflexion kantienne, deux voies divergentes – voire opposées – pour la recherche anthropologique, que j'ai appelées respectivement 'la voie de l'être' et 'la voie de l'action'. Dans la mesure où jamais Kant n'essaie de les mettre en rapport, nous disons qu'il ne les confond pas, et même qu'il les sépare soigneusement (...) La question qui réclame une

Nesse artigo, Sardinha esclarece a importante noção de *desarme*: o Super-Homem de Nietzsche desarma a questão antropológica metafísica, como uma questão que busca conhecer a essência do homem como fundamento e limite de toda experiência possível. Este homem é ele mesmo um produto histórico ultrapassável, enquanto a pergunta pela sua essência o fixa num conhecimento da sua natureza e, por este caminho, rompe com a transformação histórica e se torna ela mesma uma interrogação metafísica.

*

As análises arqueológicas de Foucault nos remetem àquela dinâmica das relações entre natureza e história no pensamento de Reich, cuja coordenação nos surpreendeu na conclusão da Primeira Parte. Contra a crítica de uma simples defasagem do historicismo reichiano pela presença de uma antropologia naturalista, e contra o pressuposto de uma relação de exclusão entre natureza e história, suspeitamos de uma relação de forte cooperação entre essas figuras. Agora, começam a se tornar mais claras as condições dessa cooperação, como condições relativas a uma reflexão antropológica, que mobiliza o empírico e o transcendental, o historicamente produzido e o naturalmente dado, num criticismo desalienante no qual possivelmente Reich estaria instalado com a sua crítica sociológica e sua revolução sexual.

Fundamentalmente, as modernas analíticas da finitude descritas por Foucault fazem conteúdos empíricos funcionarem como reflexão transcendental. Elas assim constituem duas vias de interrogação que, ora na natureza, ora na história, buscam aquilo que ao mesmo tempo se manifesta em seus conteúdos e prescreve suas formas. Consequentemente, tanto uma interrogação direta e “ingênua” da natureza, como também uma crítica histórica que se desenvolve como busca dos conteúdos transcendentais, incorreriam numa espécie de metafísica antropológica. Em Reich, observamos uma busca pelo fundamento da experiência humana no lado de ciências como a biologia e da fisiologia (natureza sexual). Por outro lado, a busca por este

définition – et que Platon posait déjà (*Théétète*, 174b) – se rapporte à la nature inchangeable de l'être humain ; or, l'anthropologie ne saurait trouver une essence qui soit ainsi anhistorique. Si l'on cherche un équivalent de la question 'qu'est-ce que l'homme ?', on découvre une 'destination de l'être humain' évolutive, que le cours de Kant [*Anthropologie d'un point de vue pragmatique*] traite comme l'aboutissement de l'anthropologie pragmatique » (SARDINHA, 2012/3, p. 48).

fundamento também estava associada a uma forma de interrogação histórica, orientada pela liberação desse fundamento.

Sucessivas figuras – a libido, as correntes vegetativas ou a energia orgônica – foram eleitas, em diferentes momentos da obra reichiana, para ocupar o lugar sempre disponível de um referencial transcendental, enquanto por outro lado, a estrutura que prevê este lugar e esta função parece ter sido mantida intacta ao longo de toda a obra de Reich (cf. capítulo 4: “4. Co-operações entre Natureza e História”). Nessa antropologia metafísica, e somente nela, segundo Foucault, encontraremos “as promessas mescladas da dialética e da antropologia” (FOUCAULT, 2002, p. 362), que têm como condição de possibilidade o vínculo genético entre história e verdade antropológica.

Segundo nossa discussão sobre a historicização empreendida por Reich, que visava combater a perspectiva naturalizante em que eram tomadas as instituições sociais repressivas (casamento, família, etc.), esta reduzia-se a uma abordagem histórica dos fatos da repressão, deixando intacto o reprimido. A historicização empreendida por Reich não tocava a essência sexual humana, que permanecia ela mesma trans-histórica, a ser finalmente revelada como verdade histórica (cf. p. 149 e ss.). Na contramão do pessimismo de Ricardo, essa forma de decifração da finitude antropológica na história é aquela percorrida por Marx, segundo Foucault, onde a História faz realçar a verdade antropológica do homem. Nesse sentido, a História tem o papel de acentuar as pressões da necessidade, até o ponto limite em que se reconhece uma alienação humana que não teria, originalmente, essa forma. Conforme a arqueologia de Foucault, desse expediente é que brotariam as filosofias da desalienação. Reich cairia assim na mesma aporética da análise empírico-transcendental moderna, que descobrirá na crítica histórica apenas a natureza, repetida no transcendental, a partir da positividade das ciências empíricas.

O tipo de relação entre a história e a natureza humana que encontramos na matriz antropológica marxista, segundo Foucault, vai na contramão do que revelamos anteriormente como o “pressuposto da incompatibilidade entre história e natureza”. Neste, as duas figuras são tematizadas a partir de uma relação de exclusão, onde a natureza representa a interrupção do desenvolvimento da crítica histórica ou, por outro lado, a história representa a dissolução do preconceito natural. Diferentemente, na configuração em que as encontramos presentes nos duplos empírico-transcendentais, história e natureza entretêm uma relação de afinidade eletiva. A reflexão antropológica guarda um espaço de mútua cooperação entre o naturalismo e o historicismo. Elas

constituem um jogo entre duas direções inversas em que podem ser percorridas a rede geral da configuração do saber antropológico.

Por esta razão, são insuficientes as abordagens que estudamos em Dahmer, Frappier, Robinson, Palmier, que criticam o biologismo ou o naturalismo de Reich no solo do historicismo marxista. No intuito de desatar a história das figuras de uma natureza que lhe constitui o entrave, estes autores não rompem com o postulado antropológico do qual fazem parte. Seguem sem tocar no fundo metafísico que ameaça todo o projeto antropológico, isto é, seguem sem despertar do sono antropológico em que dorme a filosofia moderna, segundo Foucault.

Apesar das incongruências teóricas mais pontuais no marxismo de Reich, é uma grande tradição antropológica que se torna evidente como solo tanto do pensamento de Reich como de Marx – onde a história não serve à expugnação de toda natureza, não opera como um questionamento de todo elemento transcendental (o que se pressupõe a partir da ideia de uma incompatibilidade entre história e natureza). Em relação aos pressupostos mais importantes de sua reflexão social, Reich não escaparia a uma concepção marxista e antropológica de história, do homem e da alienação.

Em que medida, portanto, sua articulação entre marxismo e freudismo manter-se-ia nos limites do humanismo, como uma metafísica moderna pós-kantiana, segundo Foucault? Sua solução para o impasse teórico e para o “pessimismo cultural de Freud”, sua utopia da sociedade orgasticamente potente, em suma, seriam como episódios dessas promessas mescladas da dialética e da antropologia, engodo metafísico de uma totalidade prometida, de uma história evolutiva da realização do homem, que se imporiam sedutoramente contra as dificuldades e os desafios revelados pelo trabalho de Freud?

Antes de nos dedicarmos a essa suspeita, analisaremos com mais detalhe algumas operações da crítica reichiana da repressão sexual, à luz do que a arqueologia foucaultiana nos ajudou a descobrir como as figuras capitais da antropologia metafísica – a História, a dialética, a revolução, o homem e a totalidade.

CAPÍTULO 6:

REICH E AS FIGURAS ANTROPOLÓGICAS

1. Reich e o materialismo histórico

Após haver distanciado-se do entusiasmo e do ambiente político da Alemanha dos anos 1930, finalmente imigrado para os EUA, rompido com o pensamento de Freud, de Marx e com os movimentos sociais em que esteve envolvido, Reich parece ter mudado radicalmente sua concepção sobre as lutas políticas. O modelo partidário e representativo de política, assim como o problema da ideologia, das massas e da neurose coletiva não serão mais pontos de grande interesse teórico ou prático de Reich. Sua obra escrita carregará as marcas dessas mudanças, na medida em que, nas suas reedições subsequentes, Reich efetuou diversas alterações, correções, omissões, tanto terminológicas como também de análises conjunturais. O resultado final é uma visão bastante distorcida do seu pensamento marxista.

Sex-Pol. Essays, 1929-1934, é uma reunião de textos reichianos deste período, de difícil acesso, traduzidos diretamente das edições originais alemãs e visando corrigir esse problema. Bertell Ollman, professor de política na NYU, reconhecido pela sua obra *Alienation* e também autor de *Social and Sexual Revolution: Essays on Marx and Reich*, é um estudioso da teoria marxista da alienação e do pensamento político de Reich. Ollman escreveu uma Introdução para essa coletânea, apresentando uma tese a favor da concepção autenticamente materialista de história em Reich. Vamos nos deter sobre essa tese, pois ela permitirá repensar as relações entre Marx, Reich e Freud, no contexto da filosofia política, a partir de uma perspectiva diferente das críticas ao marxismo de Reich tal como feitas por Dahmer, Frappier e Robinson, estudados por nós na Primeira Parte.

Segundo Ollman, os esforços de Reich como marxista estiveram direcionados a uma complementação da teoria marxista da alienação, aplicada à dimensão sexual.

Essas contribuições estão presentes, por ex., na discussão sobre a separação entre o indivíduo e sua atividade sexual natural; sobre o fato de a sexualidade vir junto com uma questão de controle, repressão e manipulação de indivíduos sobre outros; sobre a objetificação e reificação relativas às estruturas repressivas; sobre a insatisfação proveniente do tratamento das pessoas entre si como objetos sexuais; sobre o papel do dinheiro na aquisição de favores sexuais, possível porque estes não fazem parte integral da personalidade. Dentre uma série de temas, afirma Ollman,

é talvez ao marcar a portagem da repressão sexual sobre a habilidade dos indivíduos para enfrentarem sua situação de vida (e, em particular, da classe operária para reconhecer seus interesses e tornar-se consciente) que Reich faz a mais importante contribuição para a teoria da alienação de Marx (OLLMAN, “Introduction”. In: REICH, 1972, p. XV; *tradução nossa*).

No bojo dessa contribuição de Reich para a teoria da alienação, a estrutura de caráter figura como o principal produto da atividade sexual alienada (OLLMAN, *in*: REICH, 1972, p. XVIII). Segundo o autor, “ela é uma objetificação da existência humana que adquiriu poder sobre o indivíduo através da sua formação em condições inumanas”. Suas formas são reificadas em sentido moral, força de caráter, senso de dever, etc., como uma estrutura que provê o “suporte psicológico necessário” para a manutenção do sistema de opressão, através de instituições como a família, a igreja e a escola. É à luz desse papel social reacionário da estrutura de caráter que compreendemos como a estratégia política de Reich consistiu no ataque e enfraquecimento dessas instituições, como os campos onde as contradições sociais aparecem com maior intensidade, envolvendo principalmente os jovens.

Já vimos outros autores comentarem o papel da estrutura instintual em Reich, porém, segundo Ollman, frequentemente interpretações sobre Reich perdem de vista aspectos decisivos de sua análise da função social da repressão sexual. Além da falaciosa ideia, propagada por autores importantes como Marcuse e Norman Brown, de que Reich teria afirmado o orgasmo como uma panaceia para os males humanos, uma interpretação desastrosa da sua obra seria proveniente das críticas marxistas segundo as quais Reich apenas substituiria o determinismo econômico (como um aspecto já amplamente explorado contra o marxismo doutrinário) por um determinismo sexual. Na medida em que a sexualidade faria parte da superestrutura ideológica e cultural de uma sociedade, segundo estes marxistas, Reich apresentaria uma concepção de história não

materialista, mas ideológica, uma crítica que já vimos anteriormente em Dahmer e Frappier (*et. al.*, 1978).

É possível, no entanto, segundo Ollman, destacar na obra de Reich duas maneiras complementares de responder a essa acusação. Pode-se tanto fazer alargar a noção de “produção”, da qual parte a concepção materialista de história em Marx, para nela incluir a sexualidade; ou também discutir a interação da base com os elementos que compõem a superestrutura, onde se costuma colocar a sexualidade, de modo a enfatizar a importância desta última na produção do todo.

De um lado, ele aponta que o materialismo de Marx precede logicamente sua ênfase sobre os fatores econômicos, como a produção, e que o sexo é uma ‘necessidade material’. De outro lado, enquanto declara até mesmo para as práticas sexuais a primazia ‘em última instância’ dos fatores econômicos (trabalho, alojamento, lazer, etc.), argumenta que os efeitos sociais da repressão sexual são bem maiores do que se tem reconhecido (OLLMAN, “Introduction”. *In*: REICH, 1972, p. XX).

A estratégia de Reich, segundo Ollman, tira vantagem de ambas as possibilidades. No primeiro caso, considera-se a afirmação de Marx de que as relações sexuais, assim como comer e trabalhar, são pertinentes a uma relação do homem com a natureza e, como uma “necessidade material”, pode oferecer um claro insight sobre o grau com que o animal homem, numa determinada sociedade e tempo histórico, tornou-se ser humano. A sexualidade, portanto, faria parte do vasto âmbito de produção da vida e, conseqüentemente, uma organização social seria determinada pelas respostas dadas às tentativas dos indivíduos tanto para satisfazerem sua fome como para obterem prazer sexual (OLLMAN, *in*: REICH, 1972, p. XXI). Essa análise revira a crítica de Frappier segundo a qual uma “psicologia das necessidades” teria feito Reich perder a dimensão histórica e social da sexualidade (cf. p. 82).

A segunda maneira para responder a acusação de um determinismo sexual em Reich consiste na sua estratégia para, sem negar a tese da primazia dos fatores econômico-materiais, investigar todo o alcance da repressão sexual na produção de doenças neuróticas e de comportamento social irracional, destrutivo e submisso. A interação dialética ocorre entre todos os elementos na realidade, porém alguns elementos podem vir a exercer proporcionalmente maior efeito sobre outros. A premissa da primazia dos fatores econômicos em Marx, como determinantes da superestrutura e da história, é uma generalização empírica baseada no estudo de sociedades reais, a não uma verdade apriorística sobre o mundo. Apenas, Marx teria enfatizado o trabalho, por

falta de condições para abarcar as relações sexuais (o que se tornaria possível com Freud), o que resultou na já bastante discutida “carência” do marxismo quanto a uma abordagem da dimensão psicossexual dos fenômenos sociais.

Nenhuma dessas duas estratégias implicaria, segundo Ollman, uma concepção “não materialista” da história em Reich. Em suas palavras, “o ataque feito a Reich como um determinista sexual levou muitos críticos marxistas a negligenciarem as verdadeiras diferenças que existem entre a concepção materialista de história de Marx e a de Reich” (OLLMAN, *in*: REICH, 1972, p. XXIII). Uma importante diferença estaria nos períodos históricos colocados em foco por cada um. Enquanto Marx opera com um critério econômico-social para fazer as divisões de períodos históricos dos últimos dois ou três mil anos (escravagismo, feudalismo, capitalismo), Reich, aceitando as divisões de Marx, costuma operar com uma periodização baseada no desenvolvimento sexual-social, concebendo um matriarcado, um patriarcado (que cobre toda a história de que se têm registros) e um comunismo. Apesar de sobreporem-se, essas duas maneiras de dividir o tempo não se integram, nem conceitualmente nem na prática, sendo que marxistas ou reichianos frequentemente negligenciam fatores econômicos ou psicológicos quando se colocam a pensar a transformação social (OLLMAN, *in*: REICH, 1972, p. XXIII).

A afirmação de Ollman a respeito da complementaridade da pesquisa de Reich em relação a de Marx, levando em conta as diferenças que existem entre a concepção materialista de história de cada um deles, visa à revisão da acusação de que Reich teria simplificado a história até o ponto de criar uma espécie de “fantasia antropológica” (RYCROFT, 1971; ROBINSON, 1971).⁸⁴

As peculiaridades ou a diferença no enfoque das pesquisas histórico-materialistas de Marx, por um lado, e de Reich, por outro, apareceria com clareza no tratamento do tema das contradições. Ambos os autores pensam o conteúdo das tendências contraditórias, existentes no material que examinam, como provenientes da sociedade particular onde a resolução dessas mesmas contradições ocorre.

⁸⁴ Robinson formula esta acusação nos seguintes termos: “Em vez de empenhar-se numa cuidadosa análise histórica das diferentes estruturas de família e práticas de criação dos filhos, Reich reduziu, simplesmente, toda a história a dois tipos básicos de família: o matriarcado tolerante e o patriarcado autoritário. Havia tão-somente um divisor importante na história humana: aquele que separou a era do matriarcado da era do patriarcado (cerca de 4000 a. C.). Em comparação com esse grande evento a transição do feudalismo para o capitalismo dissolve-se na insignificância. Do mesmo modo, existem apenas duas estruturas de caráter com importância histórica: o caráter genital da sociedade matriarcal, capaz de uma autodeterminação genuína, e o caráter neurótico da sociedade patriarcal, cuja postura política básica era a submissão” (ROBINSON, 1971, pp. 39-40).

Sem raízes na sociedade particular em que são encontradas (capitalismo), não seria claro como essas contradições contribuem para o falecimento dessa sociedade, nem por que o seu falecimento deve necessariamente levar à resolução dessas contradições (OLLMAN, *in*: REICH, 1972, p. XXIV).

Assim, o aumento do número de trabalhadores num determinado centro urbano, para satisfazer as necessidades de produção do capital, levaria, segundo Marx, ao colapso desta mesma organização social em questão. De modo semelhante, em Reich, a repressão sexual que produz uma estrutura caracterológica submissa à autoridade para fortalecer o casamento e a família, por outro lado cria a miséria sexual no interior dessas instituições, e a revolta contra a figura da autoridade, minando assim as próprias condições de sua existência.

Entretanto, Reich conceitualizará suas descobertas aparte das descobertas da sociologia marxista, ao invés de integrá-las no interior das mesmas contradições sociais das quais ambos partem: as contradições do capitalismo. Tal procedimento seria um erro da parte de Reich, pois, sem essa integração, o fenômeno da alienação sexual que ele estuda, na medida em que estaria apenas encoberto por aspectos peculiares ao capitalismo, mas seria na verdade pertencente a uma estrutura social patriarcal que vai muito além do período de tempo que concerne à história de Marx, acaba surgindo aos olhos dos marxistas como um “fenômeno atemporal”. Até a União soviética, que não era capitalista, porém “patriarcal”, sofreria o fenômeno da repressão sexual, segundo a tese de Reich. Robinson já havia apontado (como vimos no final do capítulo 3), uma tendência de Reich para se lançar no domínio do universal e do atemporal, deixando para trás a promissora tentativa de análise de um contexto histórico particular. Para Ollman, porém, este impasse teria solução.

As descobertas de Reich, no campo da “economia sexual”, não deveriam servir de material para formular uma outra história, mas ser aplicadas ao esclarecimento das transições já explicadas pelos marxistas, entre o escravagismo e o feudalismo, e deste ao capitalismo e, eventualmente, às indicações de uma transição para o comunismo. Ela assim contribuiria, segundo Ollman, para esclarecer as qualidades da repressão sexual que são peculiares ao capitalismo. De uma concepção social patriarcal, a repressão sexual deveria ser “quebrada” em repressão sexual escravocrata, feudal, capitalista e mesmo socialista de relações sociais, permitindo a apreensão das suas características, bem como das oportunidades disponíveis para sua superação em cada período histórico (OLLMAN, *in*: REICH, 1972, p. XXV). As contribuições de Ollman para essa

integração encontram-se no seu livro *Social and Sexual Revolution*, no capítulo “The Marxism of Wilhelm Reich: or the Social Function of Sexual Repression”.

Ollman afirma a autenticidade da pesquisa histórico-materialista de Reich, em complementação à pesquisa de Marx e Engels. A ênfase de Reich sobre a sexualidade, como âmbito de produção da vida determinante da organização social, não implicaria um “determinismo sexual”, mas na verdade exploraria uma dimensão decisiva no processo de socialização, relativa ao circuito das emoções e do modo como estruturam os indivíduos e a sociedade. Assim, as descobertas sociológicas realizadas por Reich não devem aparecer como concorrentes à sociologia marxista, mas articuladas constantemente no interior das mesmas contradições sociais exploradas por ela: o capitalismo e suas estratégias de condicionamento repressivo dos homens, em diversos níveis. Segundo Ollman, a concepção reichiana de história contribui portanto para uma teoria marxista da alienação do homem.

Notaremos, a partir de nosso próprio estudo da obra de Reich, realizado na Primeira Parte, a perspectiva histórico-materialista de Reich como pano de fundo de sua investida contra uma espécie de “idealismo freudiano”. Suas críticas sobre a concepção da técnica analítica ou sobre a teoria freudiana da sublimação lembram a icônica figura de ponta-cabeça que Marx vira na dialética hegeliana. Para Reich, a tematização adequada do conflito neurótico não pode prescindir de uma experimentação fisiológica das emoções, unicamente a partir da qual se pode reorganizar sua síntese. A técnica interpretativa tradicional, o papel passivo do terapeuta e o *setting* cômodo do paciente no divã revelavam, segundo Reich, o caráter puramente intelectual da análise freudiana (cf. Capítulo 2, item “1. Desvendando as fontes escondidas da energia genital”).

Quanto ao mecanismo psíquico da sublimação, a ideia freudiana da sublimação da libido genital não viabilizaria uma síntese verdadeira, uma vez que ressexualizaria as tendências sádicas e orais, alimentando as forças do conflito neurótico que assim se torna insuperável. Reich chamaria essa forma de síntese uma sublimação repressiva (e também Marcuse, ainda que por outros motivos), isto é, alienante, pois por ela se produziria o falso realismo reacional de tipo compulsivo, um adulto em suma sem contato com sua materialidade libidinal e portanto com dificuldades para lidar com a realidade (cf. Capítulo 3, item “1. Crítica social embrionária”). Mais uma vez é o aspecto puramente ideológico da concepção freudiana que está em questão, demonstrando que Reich não apenas reproduziria um discurso em voga para recobrir uma concepção

sociológica que permaneceria, ela mesma, antimarxista, antimaterialista e ideológica, como afirmam Dahmer e Frappier (*et. al.*, 1978).

2. Reich e a história

Ao considerarmos os limites da Análise reichiana do caráter (cf. Capítulo 2), nos perguntamos se Reich não haveria reduzido a complexidade histórica da neurose e da formação da subjetividade à couraça e, portanto, a uma questão de fisiologia pura. Naquela ocasião, deixamos essa questão em aberto em nome do papel que a história ainda desempenharia na crítica social de Reich, e para a qual nos voltamos no último capítulo da Primeira Parte. Desde então, começamos a nos aproximar das características da noção de história operante no criticismo de Reich.

Segundo Brohm, o que aproxima a psicanálise freudiana, como teoria revolucionária, ao marxismo, é precisamente sua capacidade de tornar consciente aquilo que fora historicamente recalcado (*et. al.*, 1978, p. 124). Nessa maneira de entender a correlação entre psicanálise e marxismo, fica evidente a figura da história como uma narrativa onde o homem se restitui a parte que lhe fora alienada, uma história cujas leis o marxismo teve por missão tornar conscientes. Daí que, lá onde Freud não pensou historicamente (o que, no jargão freudo-marxista quer dizer, não pensou nos termos de uma dialética histórico-materialista), será necessário “historicizar” os seus conceitos. Historicizar é, portanto, absorver os conceitos freudianos numa matriz de pensamento que, como vimos no capítulo anterior, articula o problema do mal e as formas da finitude humana no modo de ser de uma história da realização progressiva do homem. Vejamos como esta articulação é operada por Reich tanto na clínica como na sua crítica sociológica.

No âmbito clínico, a figura da história funciona como uma narrativa da sucessão dos fatos energéticos na vida do indivíduo. A estrutura do caráter é formada por estratos ou camadas, como couraças sucessivamente sobrepostas. Reich utiliza-se aqui da expressão “depósitos geológicos”. A história, segundo Reich, está contida inteira na rigidez muscular, como a cronologia desses depósitos energéticos que são precipitados deixados por cada conflito travado pela libido. Numa ordem inversa à cronologia desses conflitos vividos pelo indivíduo (do mais superficial e recente em direção ao mais profundo e arcaico), o terapeuta desfaz as couraças liberando a energia nelas contida.

Essa história só admite liberações, desfeitas, descargas, desalienações. A história é simplificada nos termos das adversidades sobrevindas ao instinto, simples cronologia das repressões. O instinto permanece, ele mesmo, em sua natureza, fora da história, por baixo da qual o terapeuta reichiano deve descobrir, ou menos ainda, reencontrar o mundo simples e decente da “natureza humana espontaneamente verdadeira” (BOADELLA, 1985, p. 47). A história aqui é relativa tão somente à repressão do instinto, enquanto o instinto ele mesmo é absoluto e anterior à história, e retornará lá onde a história tiver sido encerrada. A afirmação da libido e da liberdade é uma espécie de anulação de toda e qualquer história.

A psicoterapia reichiana, como técnica para desvendar as fontes escondidas da energia genital (REICH, 1990), é a técnica de *reversão da história*. E aqui encontramos outra característica importante da história antropológica. Segundo o exemplo paradigmático de Reich sobre o paciente garçom cujo comportamento se mostrava inabalável, o terapeuta deveria abordar inicialmente o conflito relativo à camada mais superficial, no caso, sua polidez exagerada, evitando as questões edípicas profundas. Com esse exemplo, Reich mostrava que a história da neurose se concretiza em camadas estruturais na personalidade, onde cada uma representa a solução para um conflito vivido em um período da vida. Partindo das camadas mais superficiais, o terapeuta seguirá até o conflito original. A técnica reichiana de Análise do caráter, e também o seu criticismo social, com veremos adiante, se encontram nessa tarefa de uma grande reversão da história da neurose, no sentido de um empoderamento do homem alienado pelo exercício da libido.⁸⁵

Ao descobrir as estruturas caracterológicas defensivas e resistentes ao tratamento, Reich elaborou uma teoria do caráter onde a estrutura é pensada como uma função da energia libidinal. A energia libidinal, que Reich postulou como processo fundamental em termos fisiológicos, desenvolve, através da estrutura, a função de proteger o indivíduo de sentimentos fortes ocasionados pelo fluxo da energia. Estrutura de caráter e energia libidinal passam a ser concebidas como estando em relação inversa, isto é, quanto maior a solidificação e a estratificação da estrutura, menos fluida a corrente de energia. A estrutura do caráter neurótico é uma “história congelada”, onde

⁸⁵ Em Freud, a história dos instintos começa muito antes do advento da repressão. Ela é relativa a toda e qualquer configuração na relação dos instintos, onde as instâncias de *Ics*, *Cs* ou *Eu*, supereu, resultam como construções acontecimentais nessa história. O advento da repressão não será mais do que um episódio nessa história, como uma reconfiguração na relação das forças existentes.

ocorre o aprisionamento da carga emocional (BOADELLA, 1985, p. 43). A análise do caráter de Reich aborda a neurose sob a luz da figura de uma *história emperrada*.

“O elemento histórico, isto é, infantil, é incorporado e continua a viver e a atuar no caráter, assim como o faz no sintoma neurótico” (REICH, 1995, p. 60). A história agora é uma projeção retrospectiva a partir da sedimentação da estrutura do caráter. Ela ainda colocará o problema da totalidade do homem, na medida em que “o mundo total da experiência passada incorpora-se ao presente sob a forma de atitudes de caráter”, e que “o caráter de uma pessoa é a soma total funcional de todas as experiências passadas. Essas explicações, por mais acadêmicas que pareçam, são da maior importância para a compreensão da reestruturação humana” (REICH, 1990, p. 129).

No âmbito de seu criticismo social, uma obra bastante representativa da concepção reichiana de história é *As origens da moral sexual*. Nesse verdadeiro anti-*Totem e tabu*, segundo Onfray (2013, p. 160), Reich propõe uma espécie de fenomenologia da economia sexual primitiva e comunista (ONFRAY, 2013, p. 158), jogando *A origem da família e da propriedade* de Engels contra *Totem e tabu* de Freud, o antimarxista (ONFRAY, 2013, p. 166). Para explicar a angústia e as enfermidades, Reich joga Marx contra Freud, a história (do patriarcado, do desenvolvimento da sociedade capitalista) contra a lenda edípica (ONFRAY, 2013, p. 167). O argumento de Reich contra a presumida naturalização de Freud seria o da mutabilidade histórica das estruturas psíquicas e sociais. Para Reich, a passagem do matriarcado de economia primitiva para o patriarcado capitalista prova que as coisas mudam, evoluem ou se modificam historicamente e que, portanto, é legítimo esperar também o desaparecimento da moral sexual e a transformação do patriarcado (ONFRAY, 2013, p. 176). Todavia, veremos que essa “mutabilidade histórica” é pensada por Reich sob a luz da reflexão antropológica.

Segundo Rycroft apontou, de uma maneira isolada, a história pensada por Reich faz parte de uma “atividade especulativa” que já foi bem aceita, porém invalidada pelos desenvolvimentos da própria ciência antropológica. Ela estaria baseada numa “crença na busca das origens” e “no avanço linear da civilização” (RYCROFT, 1971, pp. 52-3). Como na clínica reichiana do caráter, a história se sobressai pelo aspecto de uma linearidade e de uma continuidade. A antropologia historicista hegeliana, que segundo Foucault encontraria sua versão materialista em Marx, se torna patente nessa

pressuposição de Reich de uma continuidade histórica nas transformações que levaram do matriarcado ao patriarcado, e no modo de uma derivação necessária:

É altamente improvável que o matriarcado seja originário de um patriarcado anterior. Devemos ter em consideração o facto de o matriarcado ser caracterizado pela democracia do trabalho primitiva e pela mais ampla liberdade sexual. O patriarcado, por seu lado, onde quer que o encontremos, é caracterizado pela propriedade privada, escravatura das mulheres e por uma repressão sexual semelhante à da nossa própria sociedade. *O primeiro é por consequência o que se encontra mais próximo da ordem natural.* Se o matriarcado derivasse do patriarcado, teríamos que presumir incorretamente um desenvolvimento invertido, visto que isso implicaria a transformação de uma organização muito mais complicada numa mais primitiva, mais natural. Desse modo todas as premissas históricas deixariam de ser válidas (REICH, 1988, p. 88).

Assim, Reich busca desnaturalizar as representações em torno da ordem repressiva vigente, inserindo-a no processo de sua produção histórica. Todavia, ele se baseia na ideia de um processo que mantém fora da história o elemento sexual “natural”, confirmando uma hipótese que aventamos no Capítulo 4 sobre a figura da história, segundo a qual ela serviria como aporte para se pensar uma liberação do homem.

3. Reich e a dialética

É muito provável que Reich tenha sido o primeiro autor a buscar compreender o pensamento de Freud nos moldes de uma razão dialética. De fato, o diagnóstico de Reich acerca do conflito entre sexualidade e cultura foi elaborado com base numa racionalidade dialética. Reich buscou demonstrar a dialética dos grandes conceitos freudianos desde *Materialismo dialético e psicanálise*. Nesta obra, há uma seção intitulada “A dialética do psiquismo”, inteiramente dedicada a esta demonstração, na qual Reich reelabora conceitos freudianos como conflito, sintoma neurótico e repetição. Segundo nossa hipótese, tratam-se de expedientes teóricos em que Reich aproximará a psicanálise da matriz antropológica moderna.

Se, conforme ao argumento de Reich, a sexualidade é afirmada no comunismo primitivo, o desenvolvimento da economia mercantil privada representará a sua negação, levando ao momento em que, segundo o seu diagnóstico, nos encontramos no seio de um conflito

entre a tendência para a supressão da economia mercantil e a da sua manutenção, mas também num conflito, que se acentua cada vez mais, entre a tendência social para o aumento da repressão sexual e a tendência oposta para o restabelecimento da economia sexual natural em vez da regulamentação moral e da repressão (REICH, 1983, p. 71, *nota*).

Nesta passagem, Reich coloca em paralelo as contradições do processo material e social. Assim como o capitalismo acirrou contradições que desestruturam sua ordem, gerando crise, a repressão sexual geraria uma reação que destrói suas bases morais e ideológicas, colocando em xeque as instituições que as sustentam. Observe-se que sua noção de “conflito” é fundamentalmente dialética. Sexualidade e negação da sexualidade constituem a contradição que move o processo em relação ao qual “é preciso admitir necessariamente a hipótese de que num estágio mais avançado a negação da sexualidade se transformará por sua vez em afirmação social e estrutural da sexualidade” (REICH, 1983, p. 71, *nota*).

Ademais, do mesmo modo que o marxismo representava uma tomada de consciência das contradições do capitalismo, a ciência da econômica sexual, segundo seu autor, “pode ser concebida como (...) tomada de consciência teórica desta contradição social” (REICH, 1983, p. 71, *nota*). Por este caminho, Reich revela o papel político do problema da neurose, denuncia as origens sociais da repressão, do caráter repressor das instituições e o papel da psicologia na promoção da tomada de consciência da contradição social e como tal a negação da orientação negadora da sexualidade. Ela impele para o avanço do processo de liberação da sexualidade.

O sintoma neurótico se originaria também de um processo dialético (REICH, 1983, p. 74). Para Reich, Freud teria descrito o sintoma neurótico a partir de um conflito vivido pelo Eu, entre uma exigência instintual e uma impossibilidade social de satisfazê-la. A formação deste sintoma se dá pelo recalçamento de uma moção instintual que, por sua vez, rompe este mesmo recalçamento para reaparecer de forma disfarçada. A dialética da formação do sintoma estaria, para Reich, no fato de que essa forma disfarçada (que é o sintoma neurótico) reúne ao mesmo tempo as duas tendências opostas, a moção instintual que suscitou a defesa e a própria defesa. Enquanto o primeiro estágio é marcado pela exigência instintual, o segundo estágio recalca o instinto, modificando a estrutura do Eu e da consciência, que se empobrece num estado de tranquilidade passageira. No entanto, esta negação do instinto, que é o recalçamento, não o aniquila. O instinto se mantém ativo e se fortalece, fora da consciência, e no

desenrolar deste processo veremos o recalçamento implicar sua própria destruição, sob a forma de sintoma.

Este contém o elemento antigo, a pulsão, ao mesmo tempo que o seu contrário, a censura do eu. Na terceira fase (sintoma), os elementos antagônicos iniciais estão portanto reunidos num só fenômeno. Este é a negação (rotura) da negação (recalçamento) (REICH, 1983, p. 77).

Assim, o conflito que Reich entende é fundamentalmente a contradição entre duas tendências cujo acirramento levará, de acordo com as leis dialéticas da negação determinada, a uma síntese no sintoma.

Reich ainda passará em revista diversos outros aspectos que, segundo ele, na concepção freudiana do psiquismo, diriam respeito a “princípios essenciais do materialismo dialético” (REICH, 1983, p. 68). Eles seriam, em relação à forma disfarçada que é o sintoma, a transformação em seu contrário (princípio dialético da identidade dos contrários); a transformação em algo qualitativamente diferente (libido que se transforma em angústia, por ex.). Há dialética também em relação à ambivalência emocional (onde amor e ódio transformam-se entre si conservando seu contrário); entre as estruturas da neurose e da perversão, que “resolvem-se dialeticamente no sentido em que toda a neurose é uma perversão negada e inversamente” (REICH, 1983, pp. 85-6); etc. Em tudo isso, segundo Reich, “vemos agora em que medida a psicanálise também revelou a dialética do psiquismo no que respeita ao desenvolvimento geral do indivíduo na sociedade” (REICH, 1983, p. 87).

Esta dialética dos fenômenos psíquicos, Reich pretende investiga-la remetendo-a a uma contradição originária entre o eu-instinto e o mundo exterior⁸⁶. Segundo Reich, essa relação é uma das questões essenciais a ser considerada uma vez revelada a dialética dos fenômenos psíquicos (cf. REICH, 1983, p. 87). Devemos atentar para essas passagens, pois aí residem elementos-chave de sua noção de conflito que é, basicamente, uma contradição que surge entre o eu-instinto e a ordem social, modificando-se reciprocamente, e tornando-se o motor de um processo dialético que segue por etapas.

Reduzida à sua expressão mais simples, a estrutura econômica da sociedade – graças a numerosos elos intermediários: posição de classe dos pais, condições econômicas da família, ideologia, relações dos pais entre si, etc., – entra

⁸⁶ Cf. nossa *Introdução*, o mundo como ordem de carência, necessidade e exploração capitalista, historicamente estabelecida.

numa relação de efeito recíproco com o eu-pulsão do recém-nascido (...) surge uma contradição entre as necessidades pulsionais e a ordem social da qual a família (e mais tarde a escola) é, como dissemos, a representante. Esta contradição conduz a um conflito, ponto de origem de modificações (...) surgem cada dia, até mesmo cada hora, e constituem o verdadeiro elemento motor (...) do desenvolvimento dialético (...) por contradições, de etapa em etapa (REICH, 1983, pp. 88-9).

Precisamente a frustração da satisfação instintual, no conflito com o social, constitui o motor das etapas do desenvolvimento libidinal. Se assim não fosse, tal é o argumento de Reich, teríamos que atribuir o progresso que a criança faz, entre um estágio de fixação libidinal e outro, a um princípio inato de desenvolvimento, princípio que seria metafísico e não dialético (cf. ROBINSON, 1971, p. 34, *nota*).

Os diversos conflitos de um indivíduo, Reich não deixa de observar, resultam em soluções que constituem os seus traços de caráter. Esses resultados podem muitas vezes ser apreendidos em sua forma embrionária desde conflitos anteriores. Os conflitos ocorrem numa série que manifesta permanências, bem como sucessivos desenvolvimentos desses traços. “Uma criança cruel pode tornar-se um adulto de grande sensibilidade, mas uma análise penetrante revela a antiga crueldade na sua sensibilidade” (REICH, 1983, p. 96). Mesmo no caso de uma solução que transforma uma qualidade em seu contrário, por exemplo, “enquanto que uma parte da qualidade se transforma para dar lugar à qualidade contrária, a outra parte permanece intacta” (REICH, 1983, p. 96).

É preciso fazer uma distinção importante a respeito da noção reichiana de conflito. Para Reich, existem conflitos psíquicos cotidianos, comum aos relacionamentos afetivos, por ex., a serem enfrentados por um Eu forte e sadio de uma maneira construtiva. Estes são conflitos comuns na vida dos instintos, e seu enfrentamento consiste no motor do desenvolvimento da personalidade. Jamais se observaria nesse sentido uma luta declarada com o mundo externo, mas um conflito salutar para o desenvolvimento natural do organismo, não neurótico.

Por outro lado, a moral sexual transformará esses conflitos normais em conflitos neuróticos. Nesse caso, o conflito neurótico é uma formação secundária, como consequência do contato dos instintos com uma realidade externa e suas exigências inibidoras, organizadas institucionalmente em um nível de exigência insuperável. Haveria assim uma dinâmica natural dos instintos, em que este tipo de conflito estaria ausente, e em relação a qual o seu aparecimento não é necessário. O conflito neurótico será simplesmente uma internalização deste modelo de relação insuportável entre o

organismo e o mundo externo, para o mundo interno. No entanto, o conflito é sempre um processo dialético em Reich. O conflito normal é pensado nos termos de uma dialética evolutiva ou desenvolvimental, e o conflito neurótico é a fixação desta dinâmica na forma contraditória do homem alienado.

A hipótese de que Reich reelaboraria os conceitos freudianos, a partir de uma concepção dialética, e assim articulando a psicanálise àquela matriz antropológica descrita por Foucault, depende ainda de um estudo desses mesmos conceitos em Freud, o que será feito na Terceira Parte. Aqui, faremos ainda uma consideração para explorar uma perspectiva diferente daquela proposta pelas críticas de Robinson, Dahmer e Frappier, e do modo como a literatura costuma alinhar Reich, Freud e Marx.

Segundo Robinson, Reich concebia a psicanálise como ciência dialética, afirmação que ele defendia investigando uma série de conceitos freudianos, sobretudo o de conflito. Para Reich, “o tema dialético subjacente em toda a obra de Freud era a noção de conflito psíquico. Assim como o marxismo era uma sociologia de conflito, também o freudismo era uma psicologia de conflito” (ROBINSON, 1971, p. 33). Seguindo esta intuição, Robinson concebe uma analogia entre os motivos da ruptura de Reich com Freud, por um lado, e de Reich com Marx, por outro. Essa analogia residiria numa diferença de interpretação quanto à realidade última dos conflitos. Se, através da síntese entre Freud e Marx, Reich pretendia fazer dialogar um pensamento sobre os conflitos psíquicos com um pensamento sobre os conflitos sociais, Reich não aceitava, em ambos os seus mestres, a ausência de uma concepção sobre a vida que seria, em seu fundamento, isenta de conflitos.

Assim como recusou a falta de unidade interna ao homem e a eterna luta dos instintos, em Freud, minimizaria a noção marxiana de conflito social, afirmando que este seria apenas uma criação artificial das ideologias políticas. Segundo a interpretação de Robinson,

Subjacente nos conflitos manifestos estava uma comunidade básica de interesses que unia todos os indivíduos produtivos. Em última análise, é óbvio que Reich preferia Bentham a Marx. O seu tendencionismo utópico levou-o a desprezar as tensões da vida comunal, tal como fizera em relação às da vida psíquica. Freud e Marx podem ter sido, de fato, parceiros revolucionários, como Reich argumentara em 1929, mas também eram realistas. Reich, por seu lado, era um romântico, tanto em suas concepções políticas como em sua psicologia (ROBINSON, 1971, pp. 47-8).

Tendo em vista nossa discussão feita no capítulo anterior, do ponto de vista do retorno insidioso de uma metafísica antropológica na modernidade, sugerimos que não é possível continuar associando Marx e Freud para com isso analisar incoerências e infidelidades no pensamento de Reich. Para além do “romantismo”, do “tendencionismo utópico” ou das “predileções pessoais” que tornariam Reich predisposto a “desprezar as tensões da vida comunal” – um esquema que, além de Robinson, Dahmer e Frappier também repetem –, *é o engodo marxista dialético da desalienação do homem, orientado pela extinção das tensões psíquicas e sociais, que marca o solo do pensamento de Reich.*

Segundo Rouanet, “a teoria de Reich elimina o conflito, ou pelo menos o relativiza, transpondo-o, do plano estrutural das fatalidades biológicas para o plano das contradições históricas, solúveis historicamente” (ROUANET, 1998, p. 29). Contra a síntese freudo-marxista de Reich, nossa hipótese é a de que o conflito de forças pensado por Freud tomará uma forma que ele não tem, a saber, a forma dialética da luta de classes que ele tem na sociologia marxista. É dessa injunção antropológica que as interpretações correntes do pensamento de Reich não conseguem escapar. Na contramão das críticas das infidelidades de Reich em relação a um suposto marxismo autêntico, a dialética pacificadora do conflito determina características decisivas em suas perspectivas sociológicas, ao mesmo tempo em que poderia ser um elemento que os distancia das concepções freudianas.

CONCLUSÃO DA SEGUNDA PARTE

Ao acusar a “metafísica” nas reformulações teóricas de Freud, o principal objetivo de Reich foi apontar as implicações catastróficas de suas novas teorias, tendo em vista o cenário político e social em que se desencadearia a Segunda Guerra Mundial. Ainda que Freud e seu grupo ortodoxo não fossem politicamente posicionados no sentido de uma militância ou de filiação a partidos, suas novas teorias caíam como luva para discursos conservadores de interesses duvidosos. A hipótese de um instinto de morte biologicamente dado, a teoria de uma angústia que se manifestaria instintivamente, sem o concurso decisivo de episódios repressivos por parte do meio social, o suposto caráter naturalmente antissocial, sádico e perverso das forças biológicas sexuais, dentre outras ideias, legitimavam o tipo de “moral sexo-negativa” (REICH, 1988) que Reich combatia diariamente em seu consultório e em seus escritos.

Para Reich, essas ideias motivariam, ainda mais, a busca dos indivíduos pelo conforto oferecido pelas instituições religiosas, por métodos educacionais de concepção pedagógica repressiva, por perspectivas higienistas de saúde. Elas prestavam uma confirmação do caráter supostamente natural das relações assimétricas entre homens e mulheres, e entre classes dominantes e dominadas. Em suma, endossavam a visão política sobre uma massa heterônoma, carente de um líder forte calcado na figura de um Pai protetor e portador de grande autoridade. Esse é o horror antevisto por Reich, visão sombria de uma infantilização das massas que tem por base a condenação das aspirações sexuais de seus jovens.

A lição tirada dos grandes casos estudados por Freud foi a de que a repressão sexual influi diretamente na capacidade de juízo crítico pelo indivíduo, que assim regride e se torna fixado numa estrutura psíquica infantil, dependente de uma figura de autoridade, sádico e supersticioso. Para Reich, através da condenação da sexualidade, era a liberdade e a felicidade dos indivíduos que estavam em questão. Por isso, sua militância entre os anos de 1920 e 1930 para politizar as aspirações sexuais da juventude, através de publicações científicas de suas descobertas sobre o caráter, sobre a

potência orgástica, sobre a origem social da repressão sexual, associando-se a grupos de jovens e de trabalhadores e criando a organização estratégica chamada SexPol⁸⁷. Toda a potência orgástica contra a moderação de uma sublimação repressiva, *As origens da moral sexual* contra *Totem e Tabu*, e *Psicologia de massas do fascismo* contra *Psicologia das massas e análise do eu*. Para Reich, um “percurso lógico” o teria conduzido a Marx (REICH, 1988, p. 19). O materialismo histórico permitia demonstrar a mutabilidade de grandes estruturas consolidadas, como o capitalismo e o patriarcado, e assim também, interligadas a essas estruturas sociais, aquelas estruturas psíquicas descobertas por Freud.

Todavia, se Reich pensa a mudança histórica através dessa crítica revolucionária, são as formas com que se pensa a mudança que têm se tornado problemáticas no âmbito da filosofia contemporânea. Uma tal crítica desalienadora e liberacionista se enraíza, como vimos, no solo de um projeto ético-político moderno, em que se busca pensar as formas completas do homem, no domínio de um discurso antropológico que teria nascido a partir do século XIX. Com o auxílio da arqueologia de Michel Foucault, exploramos as ligações entre a psicologia biológica de Reich e o historicismo marxista, como uma forma de interrogação metafísica no interior da qual Reich labora, a saber, a questão sobre “o que é o homem”. Trata-se de uma questão que tenta recuperar especulativamente, no homem, aquilo que lhe teria sido historicamente alienado.

Baseado num biologismo das funções sexuais, o criticismo de Reich projeta uma situação humana onde estas funções encontrar-se-iam desimpedidas. Pelo filtro da eliminação sistemática de todas as repressões, constrói-se a imagem de uma liberdade e de uma felicidade humanas. Daí o caráter também possivelmente metafísico deste projeto, onde as angústias, as defesas patológicas, as inibições do desenvolvimento, as manifestações neuróticas, o sadismo, a guerra, todo o desatino e todo o mal pelo qual o humano é acometido, na sua existência individual ou em comunidade, é mapeado numa espécie de origem social que os colocará no plano do culturalmente produzido e, portanto, historicamente solúvel.

Se esta vinculação feita por nós – entre o criticismo de Reich e a matriz antropológica moderna do pensamento ocidental – estiver correta, a acusação reichiana de uma metafísica em Freud se inverteria contra ele mesmo, portanto. Seria possível a

⁸⁷ Ver nota nº 53.

partir de agora trabalharmos com uma nova hipótese a respeito de Freud, reinterpretando os seus esforços no debate com Reich. Pois, do ponto de vista da demarcação foucaultiana da questão antropológica moderna, Freud estaria muito mais próximo da atitude representativa de uma *recusa* desta questão. Por esse motivo, nosso próximo passo será determinar os pontos dessa recusa, a partir das inovações teóricas introduzidas por Freud nos anos 1920. É possível suspeitar que será na justa medida em que o pensamento freudiano não colabora com o paradigma teórico-clínico do restabelecimento da potência orgástica e do primado genital, ou com o projeto político de destruição das instituições repressivas, com o projeto ético de reintegração ao homem de suas formas alienadas – em suma, a não coincidência dos rumos tomados pela reflexão freudiana, marcadamente a partir de 1920, com essa reflexão antropológica desalienadora, bem poderia ser aquilo que será chamado o “conservadorismo de Freud”.

Gerard Lebrun, em *O avesso da dialética*, afirma que somos nós, os modernos, que temos dificuldade para simpatizar com a resignação dos heróis trágicos. Com a ajuda de analisadores emprestados a Nietzsche, Lebrun vincula a ideia hegeliana de uma “Razão na história” às suas raízes no cristianismo. O cristianismo teria espiritualizado a Necessidade, nos ensinando a não mais vê-la como um peso a dominar as criaturas, tal como na filosofia antiga. Hegel então retomará esta Necessidade espiritualizada na figura de Deus sob a forma de um pensamento especulativo da História. O *Geist* impõe sua vontade, numa narrativa hegeliana-cristã que enxerga, na sua diferença e em tudo aquilo que com ele não colabora, resignação. Sabemos que esta metafísica especulativa abrigará um determinado pensamento político moderno sobre a Revolução desde o século XIX (cf. LEBRUN, 1988, pp. 41-2).

Se aceitarmos essa análise de Lebrun, temos boas condições para vermos na crítica reichiana a anamorfose de tudo o que ele sempre procurou rejeitar. É a raiz que o projeto social e político de Reich tem na metafísica especulativa da História que o faz enxergar resignação, lá onde Freud não realinha a destrutividade humana sob o vetor de uma transformação social que deveria ir à direção de uma extinção deste conflito. Nem mesmo a sublimação, como vimos (cf. capítulo 6: “1. Reich e o materialismo histórico”) – mecanismo psíquico que Freud sugeriu como sendo a melhor saída possível para o homem civilizado –, é suficiente diante da exigência de solução colocada por esta metafísica radical.

Sendo assim, enxerga-se “resignação” sempre que os conflitos e as dificuldades, do homem, das classes, das sociedades, da civilização, não forem subsumidos ao projeto de uma potência que se manifestaria no próprio homem e que pudesse antagonizar enfim o princípio de realidade repressor. É o esquema finalista, o pensamento especulativo da História, a ideia cristã (segundo Nietzsche e Lebrun) de um sentido Providencial nos acontecimentos, que *recusam*, sob a acusação de “resignação”, a tematização dos problemas, das contradições e das insuficiências, fora do registro deste mesmo esquema metafísico. A crítica social e política de Reich revela-se, sob este aspecto, uma metafísica especulativa, utópica, de raízes cristãs, num arrojo de ingênua rebeldia e presunção contra seu próprio mestre.

É possível esperar, como afirmamos acima, que esta hipótese nos orientasse na compreensão das grandes inovações teóricas e filosóficas lançadas por Freud a partir de 1920; inovações que parecem incompreensíveis, ou mesmo absurdas, diante da interpretação e do trabalho de Reich. No atual momento de nossa pesquisa, uma nova interpretação para o debate entre Reich e Freud se configurou. Estamos agora num ponto muito distante daquela interpretação corrente segundo a qual, por um lado, Freud buscava explicações numa natureza humana destrutiva, abandonando sua teoria da libido, abdicando da ciência⁸⁸ e elaborando uma fantasia reacionária e pessimista e, por outro lado, Reich compreendia criticamente as condições históricas e sociais da neurose, preparando os caminhos da revolução contra o mal.

Diferentemente, compreendemos que Reich esteve imbuído de uma metafísica da biologia sexual, para a qual ele encontrou respaldo, isto é, um “caminho lógico” para o historicismo marxista de sua época. Por outro lado, no bojo do *mainstream* marxista da primeira metade do século XX, Freud antecipava, pela análise lancinante dos conflitos psíquicos, os prejuízos de uma reflexão antropológica utópica e liberacionista. Numa espécie de eco ao “gesto crítico de Kant” – segundo a expressão de Foucault –, mas no outro limiar da modernidade, os expedientes teóricos freudianos, a partir de 1920, parecem alinhar-se numa nova tentativa de interditar a metafísica. Esta é a hipótese de que vamos cuidar a partir de agora na Terceira Parte, buscando conhecer quais são essas inovações e como exatamente elas representariam uma recusa da metafísica antropológica.

⁸⁸ “Descientificação da psicanálise”, conforme a expressão de BEDANI & ALBERTINI (2009, p. 8).

TERCEIRA PARTE

PREÂMBULO

O debate entre Reich e Freud percorreu grande diversidade de assuntos, desde, por ex., questões teóricas pontuais em torno das fontes energéticas do mecanismo da sublimação, questões técnicas a respeito das resistências e da interpretação, até as grandes perspectivas culturais, políticas e sociológicas implicadas no trabalho de cada autor. Via de regra, as críticas de Reich acusam um afastamento de Freud de sua própria teoria da libido – a culminar numa demarcação usual no corpo teórico da psicanálise freudiana, chamado viragem teórica –, que Reich associa a uma perda de cientificidade. Ao longo de nosso percurso até aqui, notamos a existência de alguns tópicos centrais em torno dos quais gravitam essas críticas. Eles são, precisamente, a introdução da hipótese de um instinto de morte, em *Para além do princípio de prazer* (1920); o privilégio concedido ao papel do Eu como instância psíquica, a partir de *O eu e o isso* (1923); a postulação de um masoquismo primário, em *O problema econômico do masoquismo* (1924); a nova teoria da angústia neurótica, em *Inibição, sintoma e angústia* (1926); e o papel da repressão sexual na organização social, tal como destacado em *Mal-estar na civilização* (1933).

A maior parte desses tópicos já estava estabelecida quando Reich apresentou a público, em 1927, a obra que marcaria seu ingresso na comunidade psicanalítica, *Die funktion des orgasmus*. Nesta obra, como vimos na Primeira Parte, Reich apresentou desenvolvimentos sobre diversos pontos de teoria psicanalítica, sendo dois deles bastante decisivos: o problema da fonte energética do mecanismo psíquico da sublimação, e sua revisão da gênese da angústia neurótica, este último um importante problema psicanalítico ainda em aberto no ano em que Reich escrevia sua obra. Apesar de alguns desses desenvolvimentos terem contestado hipóteses psicanalíticas já estabelecidas, a obra como um todo era oferecida em tom de colaboração com as linhas de trabalho existentes. Nessa época, Reich ainda não contestaria abertamente determinadas teses freudianas como o instinto de morte ou o masoquismo primário. Para Sharaf, a razão desta moderação estava no fato de que Reich “acreditava nelas ou

em parte porque ele não queria afastar-se demais da doutrina de Freud” (SHARAF, 1994, p. 120; *tradução nossa*). Vimos que a contestação frontal dessas teses, e junto a elas do pensamento freudiano sobre a cultura, viria somente mais tarde, como fruto do desenvolvimento de uma orientação sociológica marxista em Reich.

Segundo um especialista da obra de Reich, André Barreto, cuja dissertação também já estudamos anteriormente, esta ruptura entre Reich e Freud não radicaria somente no campo teórico e político, mas, na verdade, possuiria raízes bem mais profundas na personalidade dos dois autores. Segundo suas palavras,

Creio mesmo que perpassa a personalidade de Freud e de Reich. Tanto um como o outro tentaram transpor para o plano teórico o enfoque de vida que melhor se adequasse às suas estruturas de caráter, para usar uma expressão reichiana, o que os colocou em rota de colisão. O modelo de Reich não podia ser concebido por Freud. Com isso, quero realçar a ideia de que é muito pouco buscar explicações no plano meramente teórico-racional. Certamente, esse confronto germina em solo bem mais afetivo (BARRETO, 2000, pp. 59-60).

Outra perspectiva sobre as divergências que levaram à ruptura entre Reich e Freud é oferecida por Robinson, a partir de uma reconstituição da história de suas práticas profissionais. Segundo Robinson, para além das “predileções intelectuais e psicológicas muito diferentes dos dois homens”, essa ruptura caberia ser analisada sob o ponto de vista de “decisivas questões práticas” (ROBINSON, 1971, p. 29). Reich estava convencido de que a filosofia cultural de Freud solapava as suas atividades como reformador sexual⁸⁹. Para Reich, Freud escrevera *Mal-estar na civilização* como uma resposta direta às suas ideias, tornando impossível qualquer compromisso com uma crítica social e política radical. Assim, Reich, como outros, “foi forçado a separar-se da psicanálise por razões tanto políticas como intelectuais” (ROBINSON, 1971, p. 30).

É curioso, comenta Robinson, que a publicação do artigo de Reich sobre *O caráter masoquista* tenha sido permitida apenas com a adição de uma nota editorial censurando suas motivações. Freud era então o editor da revista, a *Internationalen Zeitschrift für Psychoanalyse*, e o leitor seria informado de que Wilhelm Reich

⁸⁹ “Decisivas questões práticas estavam igualmente em jogo. Se o argumento de *Mal-estar na civilização* era correto, então qualquer compromisso assumido com a libertação sexual envolveria, necessariamente, a disposição de aceitar as suas consequências culturais radicais: o fim da arte, da indústria, e, em última instância, até da própria vida comunal. Reich estava convencido, de fato, de que a perniciosa filosofia cultural de Freud fora ideada expressamente para abalar os alicerces das atividades práticas a que ele, Reich, se dedicava em prol da causa da reforma sexual. Freud colocara sua autoridade científica ‘à disposição de uma ideologia conservadora’; ele supervisara ‘o desenvolvimento da psicanálise... para convertê-la numa teoria *antissexual*’” (ROBINSON, 1971, p. 29).

escrevera este artigo contra o instinto de morte “a serviço” do Partido Comunista. Segundo Robinson, “a maneira violenta como Freud reagiu ao artigo de Reich (...) confere peso à análise psicológica de Freud pelo próprio Reich”, uma vez que este artigo “era uma peça de teorização psicanalítica perfeitamente legítima, sem *obter dicta* políticos”. Para Boadella, o artigo de Reich apresentava “exclusivamente material clínico derivado do paciente que Reich tratou em Viena a partir de 1928” (BOADELLA, 1985, p. 88). O artigo de Reich seria incorporado, no ano seguinte, a sua obra *Análise do caráter*. A hostilidade de Freud que, segundo o argumento desses intérpretes, portanto estaria para além de motivações teóricas, continuaria no ano seguinte quando votou também contra a publicação do livro de Reich (ROBINSON, 1971, p. 30, *nota*).

É evidente que o argumento de Barreto, Robinson e Boadella, evidenciando possíveis motivações caracterológicas e profissionais acerca da ruptura entre Freud e Reich, visa acusar uma determinada “posição política de Freud”, que se quer afirmar, no fundo, “conservadora”. A crítica de Reich então parece ganhar legitimidade como uma necessidade de reação contra o que seria um solapamento arbitrário de sua crítica social. Assim, a moderação de Reich deu lugar a uma radicalização na medida em que ele teria sido levado a forçar uma ruptura com o *establishment* psicanalítico, o que se entende por uma decisão consciente e louvável em defesa de uma causa necessária.

Todavia, nossos resultados nos permitem realizar aqui um avanço: primeiramente, rejeitando a compreensão desse debate a partir de uma análise psicológica reducionista do caráter dos autores, como quer Barreto. Do mesmo modo, as questões práticas sublinhadas por Robinson não parecem explicar as divergências em questão, mas são, a nosso ver, apenas alguns pontos onde essas divergências tornaram-se sensíveis. Não nos deixemos levar por esse expediente que já se tornou conhecido para nós: essas questões práticas ou esses traços de caráter apontados são na verdade uma forma de abrir caminho para as suposições a respeito das posições políticas antagônicas assumidas por cada autor – sendo uma correta e libertária, e a outra equivocada e ultrapassada –, entendidas como a verdadeira motivação de suas divergências no campo teórico e prático.

Diferentemente, sugerimos que a lógica do desenvolvimento das divergências entre Reich e Freud está ligada à dinâmica do encontro de duas formas distintas de problematização. Trata-se de uma dinâmica própria à relação entre essas estruturas de

pensamento, não explicável inteiramente pela *persona* de Reich e de Freud, ou de ideais político-partidários que eles supostamente representariam. É bastante provável que, ao final desta análise, compreenderemos que essa problematização freudiana distinta está também ligada a uma “posição política”. Porém, com essa abordagem que privilegia a análise das distinções entre duas formas de problematização, visamos à possibilidade de assim tratar as motivações políticas de Freud fora deste engodo maniqueísta em que a literatura fixou a polêmica Reich-Freud. Como vai se estruturar, então, esta abordagem?

Tendo em vista a nossa hipótese a respeito das bases antropológicas do criticismo esquerdista reichiano, e dos compromissos que este criticismo revelou com a metafísica da realização histórica de uma totalidade humana, nos sentimos levados a buscar outra interpretação para o que se chamou atitude especulativa freudiana. Esta interpretação seguirá a linha da abertura crítica implicada pela noção de “desarme” da estrutura antropológica, tal como estudamos a respeito das críticas de Nietzsche à antropologia kantiana, e de Foucault em sua arqueologia das ciências humanas⁹⁰.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault chamou “contra referências” as reflexões que apontavam para o limiar de ruptura da antropologia moderna. Do mesmo modo que os devaneios de Sade anunciavam, pela impossibilidade de uma representação autônoma, os limites do saber clássico; ou que as aventuras de Dom Quixote frustravam o jogo das similitudes que caracterizavam a *épistémè* do Renascimento – haveria, em relação à Antropologia moderna, contra referências filosóficas, científicas e literárias. Assim como a obra de Nietzsche é abordada como uma contra referência filosófica da modernidade – em relação à antropologia kantiana, por ex. –, a psicanálise é entendida por Foucault como uma contra referência científica, que evitaria reproduzir a positividade dos saberes antropológicos.

Para o professor Ernani Chaves, a figura de Lacan nos anos 1960 é estratégica para Foucault, sendo “contra ou a favor de Lacan, em grande parte, que a posição de Foucault em relação à psicanálise se organiza”. Segundo ele, “o caráter de contraciência da psicanálise em *As palavras e as coisas* deve-se, em grande parte, à aliança de Foucault com Lacan” (CHAVES, 2010)⁹¹. Em nosso caso, trata-se de compreender em que medida elaborações teóricas do próprio Freud, a partir de sua viragem teórica e orientadas pela desarticulação de um papel desempenhado pela figura da natureza,

⁹⁰ Ver p. 170.

⁹¹ Ver também Chaves (1988).

poderiam ser consideradas contra referências autênticas à estrutura antropológica moderna, segundo os termos da arqueologia de *As palavras e as coisas*.

Se essa suspeita não mostrar-se infundada, poderemos concluir que não houve uma ruptura entre Freud e Reich, em sentido próprio. A “proximidade” entre o jovem Reich psicanalista dedicado, e o Freud que o acolhera amistosamente em Viena, na década de 1920 – com sua segunda tópica já estruturada –, de um ponto de vista rigorosamente filosófico, é uma suposição vazia de qualquer conteúdo. Não seriam necessários mais do que alguns anos para que toda a incompatibilidade entre suas formas de problematização se desenvolvesse numa relação de grande tensão e de frustração para ambos os lados. O “encontro” ou a simultaneidade desses homens no espaço (Viena) e no tempo (década de 1920) não representaria a menor possibilidade de acordo entre dois sistemas de pensamento configurados de uma maneira radicalmente distinta.

A nova teoria freudiana da angústia neurótica – como veremos no Capítulo 7 – surge fora do registro de uma alienação da natureza. Ela tem por base o instinto de morte, como formulação da hipótese de um instinto “natural” contra a própria Natureza, representada pelo instinto de vida. Na estranheza dessa orientação de pensamento – que abordaremos no Capítulo final – residiria então uma sofisticação filosófica de Freud, que coloca, no mesmo nível da Natureza, uma anti-natureza, fazendo implodir a normatividade fundante da biologia na estrutura da problematização psicanalítica. Em que medida, poderíamos perguntar, Freud estaria aprendendo a reconhecer uma espécie de metafísica sexual a ser expurgada de dentro da sua própria casa?

CAPÍTULO 07:

A GÊNESE DA ANGÚSTIA NEURÓTICA

Introdução

A primeira teoria freudiana da angústia privilegia o fator econômico de explicação dos afetos, associando a gênese da angústia ao coito insatisfatório. Trata-se de uma “angústia do Id”, como manifestação do fato de que uma quantidade de energia libidinal não foi devidamente descarregada ou controlada dentro dos processos psíquicos. Este fenômeno é compreendido através do conceito de energia “não-ligada” – desenvolvido em 1893, por Josef Breuer e Freud, nos *Estudos sobre a histeria* – para pensar uma quantidade de energia que, incapaz de encontrar escoamento, inundaria o sistema psi.

O que se passa em *Inibição, sintoma e angústia*, em 1926, é que a angústia será, diferentemente, concebida fora do registro de uma inibição sexual. Trata-se agora de um processo que ocorreria estritamente no Eu – “sede genuína da angústia”, afirma Freud – que, através de um sinal, interferiria na instância prazer-desprazer para colocar o organismo em estado de alerta, e com isso realizar uma defesa de forma espontânea. A angústia será então tratada como um fenômeno *anterior* ao próprio acontecimento cujo desfecho é a *Verdrängung*. Esta obra realiza o estudo dos mecanismos do Eu para lidar com a angústia, como determinantes históricos e psicológicos do processo da formação de sintomas neuróticos. As conclusões deste estudo preliminar levarão Freud à compreensão de que a angústia é um fator decisivo no desencadeamento da própria repressão, e não meramente sua consequência, como sugeria a teoria inicialmente estabelecida.

Na mesma época, a revisão empreendida por Reich sobre este assunto se orientou pela fundamentação dos sintomas de angústia nos termos da fisiologia orgânica

– diante da qual a nova teoria de Freud sobre o “sinal de alerta” enviado pelo Eu seria um bom exemplo de psicologização excessiva (cf. “4. Revisão reichiana da economia sexual da angústia neurótica”, p. 46 e ss.). Todavia, é no abandono da concepção puramente fisiológica da angústia que Freud parece conquistar um novo horizonte de problematização deste afeto, fora do registro de uma alienação da natureza. Como esta inovação poderia estar ligada à transgressão de um limite da ordem antropológica?

1. Hemmung, symptom und angst (Freud, 1926)

Conforme a teoria psicanalítica estabelecida da repressão⁹², o Eu assume a tarefa de impedir a realização dos processos excitatórios provenientes do Id, e parte dessa tarefa consiste em excluir da consciência os seus representantes. A exclusão da consciência é uma das principais operações destacadas pela teoria psicanalítica da repressão; porém, segundo Freud, ela ainda deixaria muitas dúvidas acerca do que ocorre com o impulso reprimido. O Eu seria capaz de barrar a satisfação de tal impulso do Id, cuja energia se converteria em angústia? Ou, conforme uma conjectura posterior, haveria uma satisfação inconsciente do impulso segregado pelo Eu, que então motivaria a reação desprazerosa por parte da consciência?

A contribuição de Freud não consistirá em reafirmar qualquer dessas hipóteses, mas em lançar uma nova, no que concerne à produção do afeto da angústia, segundo a qual o Eu, ao opor-se a um processo instintual no Id, “precisa apenas dar um *sinal de desprazer* para realizar sua intenção, com a ajuda da quase todo-poderosa instância do princípio do prazer” (FREUD, 2014 (a), p. 21). Essa hipótese concede ao Eu certo poder de exercer influência sobre o Id, e leva imediatamente à questão pela fonte da energia que o Eu utiliza na produção do desprazer. Na verdade, “o Eu retira o investimento (pré-consciente) do representante do instinto a ser reprimido e o aplica na liberação de desprazer (angústia)” (FREUD, 2014 (a), p. 22). O Eu é, portanto “a genuína sede da angústia” (FREUD, 2014 (a), p. 22), cuja produção lhe é própria, de forma espontânea e autônoma, sem base causal no reprimido e como uma operação a ser distinguida do conhecido processo da repressão.

⁹² Ver Freud, “A repressão” (1915). In: FREUD, 2010 (b), pp. 82-98.

A formulação dessa hipótese, por Freud, minimiza a importância do fator econômico na explicação da angústia, pois é verdade que a *quantidade* de investimento que o Eu retirou daquilo que está para ser reprimido não explicaria a *intensidade* da angústia produzida. Sobre esse aspecto, Freud sugere que tal sequência causal (retração do investimento → angústia) não deve ser explicada economicamente, pois “a angústia não é gerada novamente na repressão, e sim reproduzida como um estado afetivo, segundo uma imagem mnêmica já existente” (FREUD, 2014 (a), p. 23).

Para testar sua conjectura, Freud propõe rever o estudo da formação do sintoma, inicialmente na histeria de angústia. Ele retomará o caso da fobia de cavalos do pequeno Hans⁹³, cuja análise levou, na época, a um conflito de ambivalência emocional do menino em relação ao pai. Revendo o caso mais de dezesseis anos depois, Freud observará que a angústia sentida perante o pai, consequência do impulso para eliminá-lo, ainda não poderia ser considerada um sintoma. Não se constitui uma neurose com esse afeto angustiado, mas sim “uma reação afetiva perfeitamente compreensível” (FREUD, 2014 (a), p. 35). Será apenas a substituição do pai pela figura do cavalo que produzirá o sintoma da zoofobia, como uma tentativa de solução para o conflito da ambivalência em que o menino se encontrava. Há certamente caminhos diversos para se sair de um conflito de ambivalência, mas em Hans prevaleceu o mecanismo do deslocamento, em que se vai contornar a figura do pai para que o impulso hostil possa se manifestar sem o repúdio da consciência. Digno de nota foi que, antes da repressão – que excluiu da consciência a ligação entre o afeto hostil e a figura do pai –, atuou um verdadeiro medo (*Angst*) da castração sentido pelo Eu, desencadeando a repressão no passo seguinte.

Essa análise levará Freud a fazer uma reconsideração sobre a repressão e a origem da angústia nos seguintes termos:

O afeto da angústia, que constitui a essência da fobia, não vem do processo de repressão, não vem dos investimentos libidinais dos impulsos reprimidos, mas da instância repressora mesma; a angústia da fobia de animal é o medo da castração inalterado, ou seja, um medo realista (*Realangst*), angústia ante um perigo propriamente ameaçador ou considerado real. Aqui é a angústia que gera a repressão, e não, como julguei anteriormente, a repressão que gera angústia (FREUD, 2014 (a), p. 43).

A formação da fobia com um objeto substitutivo tem duas vantagens. Primeiramente, desvincula a angústia do objeto amado, resolvendo o conflito da

⁹³ “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos” (1909). In: FREUD, 1987 (b).

ambivalência (o pai é o objeto do instinto amoroso, e o objeto do instinto hostil será outro). Em segundo lugar, a vinculação da angústia a um objeto que pode ser evitado ou subtraído da percepção, mesmo que para isso o Eu tenha que se impor severas restrições, permite uma maneira de fazer cessar o desenvolvimento da angústia. Nesse sentido, a repressão ainda não atuou, e a fobia presta um bom serviço como meio de defesa e tem grande tendência à estabilidade psíquica (FREUD, 2014 (a), p. 68).

Se, na histeria de angústia, como foi o caso da fobia do pequeno Hans, o Eu parece comportar-se como se não tivesse nenhum envolvimento na formação dos sintomas⁹⁴, na neurose obsessiva, sua participação será mais evidente. Um dos seus primeiros empenhos defensivos, frente às exigências instintuais do complexo edípico, é a regressão, pela qual o Eu exerce a defesa antes da repressão. A explicação metapsicológica para a regressão está numa “disjunção de instintos” (*Triebentmischung*), que consiste na desagregação de uma determinada organização instintual alcançada no desenvolvimento psíquico. Um exemplo desse fenômeno, na literatura psicanalítica, encontra-se no caso do Homem dos lobos.

Toda a incursão de Freud pela formação dos sintomas, em diferentes quadros mentais, visa a sublinhar o fato de que o Eu lida com a angústia como “elemento primário e instigador da repressão” (FREUD, 2014 (a), p. 44), e não mais como manifestação da libido reprimida. A repressão “constitui apenas um dos mecanismos de que a defesa se utiliza” (FREUD (a), 2014, p. 50) e, muito antes deste conhecido desfecho, o Eu já obteve seus primeiros sucessos na contenção da angústia, através de outros mecanismos. O protótipo da angústia não é a libido reprimida; sua fonte não são os investimentos libidinais não descarregados, mas o medo realista (*Realangst*) da castração, manifestação autêntica de angústia e verdadeiro móvel da repressão.

Diante destes acontecimentos históricos determinantes na constituição psicológica da angústia, Freud chega mesmo a afirmar que “não nos interessa aqui a fisiologia da angústia” (FREUD, 2014 (a), p. 72).⁹⁵ *A retirada da angústia do registro de uma manifestação dos instintos reprimidos, por Freud, parece apontar para uma*

⁹⁴ “Olhando para trás, chegamos a uma conjectura do que seria peculiar ao processo de defesa da histeria. Parece que ele se limita à repressão: o Eu se afasta do impulso instintual desagradável, deixa-o tomando seu curso no inconsciente e não mais participa de seu destino” (FREUD, 2014 (a), pp. 51-2).

⁹⁵ “Seguindo nossa concepção geral, acreditamos que na base da angústia exista um aumento da excitação que, por um lado, gera o caráter desprazeroso e, por outro lado, alivia-a com as descargas mencionadas. Mas esse resumo puramente fisiológico não poderá nos satisfazer; ficamos tentados a supor que há um fator histórico que une firmemente as sensações e as inervações da angústia” (FREUD, 2014 (a), p. 73).

insuficiência da concepção puramente fisiológica da angústia, sugerindo que sua gênese estaria ligada a construções históricas e psicológicas, na base das quais veremos surgir a nova teoria.

Em *O trauma do nascimento*, de 1923, Otto Rank explorou um importante fator histórico para a explicação da angústia. Segundo o seu argumento, seria da intensidade do trauma vivido pelo indivíduo ao nascer, isto é, da intensidade da convulsão econômica por ele produzida, e portanto da quantidade de angústia surgida nesse momento, que decorreria a evolução do sujeito para a normalidade ou para a patologia. A relação entre o evento do nascimento e a forma assumida pela manifestação da angústia é uma antiga ideia de Freud. No entanto, Rank fez mais do que retoma-la, nela centralizando a explicação da angústia e acrescentando que as suas irrupções posteriores seriam tentativas de ab-reagir o trauma do nascimento.⁹⁶ O argumento de Rank revelava um indesejável grau de parentesco com a velha teoria da sedução e, segundo Roudinesco, reavivava o debate psicanalítico em torno do trauma:

Em 1924, a discussão em torno do tema do trauma real reativou o debate sobre a teoria da sedução: conviria compreender a gênese das neuroses e das psicoses como consequência de choques realmente sofridos (abusos sexuais, violências diversas, traumas de guerra etc.), ou, ao contrário, sustentar a ideia de que os traumas estão ligados a questões psíquicas? (ROUDINESCO, 1998, p. 382).

A posição de Freud neste debate será a de que a gênese da angústia não pode ser direta e exclusivamente referida à força da impressão, ainda que bastante traumática, deixada pelo nascimento. A investigação psicanalítica das condições psíquicas para o desenvolvimento dos quadros neuróticos há muito se liberou dessa forma de explicação, revelando-lhe o caráter arbitrário⁹⁷. Segundo Mannoni, a teoria do trauma psíquico

⁹⁶ Nos *Estudos sobre a histeria*, Josef Breuer e Freud estabeleceram, a respeito da ação do *trauma psíquico*, que este consiste numa grande quantidade de excitação a invadir o sistema psi, através de uma ruptura das suas barreiras de proteção. Como uma onda excitatória muito intensa, ela estaria além da capacidade do sistema para dar-lhe o devido escoamento e, por isso, permaneceria como uma energia não ligada, livre ou flutuante, a desequilibrar funções desse sistema. *Ab-reação* é um termo então introduzido para definir o processo de liberação da carga afetiva originalmente ligada à experiência traumática, anulando seus efeitos patogênicos.

⁹⁷ “Ao considerar tais situações de angústia posteriores, Rank vê como fator operante, conforme sua necessidade, ou a lembrança da existência intrauterina feliz ou a da perturbação traumática desta, e com isso estão abertas as comportas para a arbitrariedade na interpretação. Casos específicos desse medo infantil contradizem frontalmente a aplicação do princípio de Rank. Quando uma criança é deixada sozinha na escuridão, seria de esperar que respondesse com satisfação a esse restabelecimento da situação intrauterina, e quando o fato de que justamente então reage com angústia é relacionado à

constituiu o impedimento maior à elaboração da teoria psicanalítica, pois nela os sintomas neuróticos permanecem dependentes de um acontecimento traumático real que os produziu e não das fantasias edípicas da criança (*apud* GARCIA-ROZA, 2002, pp. 34-5). Podemos certamente considerar que este seria um motivo suficiente para Freud ter recusado a obra de alguém que fora, até então, um grande amigo e discípulo da primeira geração de analistas. Notemos, entretanto, que parece haver algo mais em questão para a recusa de Freud.

A explicação de Rank tem base na tese de que a manifestação da angústia resulta de processos excitatórios que não encontram descarga, e que persistem fora do escopo de utilização do Eu. Por outro lado, a nova explicação de Freud consistirá em enfatizar que a angústia é uma produção do próprio Eu. Sua conjectura é a de que a situação psíquica de desamparo, durante o nascimento, encontrará satisfação associada à percepção de um objeto que pode garantir o seu equilíbrio: a mãe. A partir dessa experiência individual, a angústia irrompe sempre que houver a percepção (portanto uma atividade do Eu) da possibilidade de uma nova separação, situação análoga à vivência do nascimento para o bebê. “Comum a ambas é a perturbação econômica gerada pelo aumento das magnitudes de estímulo a pedir solução, sendo esse fator, portanto, o autêntico ‘núcleo do ‘perigo’” (FREUD, 2014 (a), p. 79). A angústia aparece, então, como reação do Eu à falta do objeto. Trata-se, sempre, da angústia primordial da separação da mãe, da qual se origina também o medo da castração, que tem por conteúdo a separação de um objeto estimado e que Freud já havia identificado como motor da ação defensiva do Eu para cessar o desenvolvimento da angústia⁹⁸.

Precisamente, é sempre a percepção da possibilidade de separação do objeto amado (perigo) que faz com que o Eu, antecipando-se a tal situação econômica de desamparo, coloque o organismo em estado de alerta, através do envio do sinal de angústia (*Angstsignal*). Antes da instalação desta situação, o sinal permite ao Eu reagir através de uma defesa, submetendo-se à angústia “como se esta fosse uma vacina, aceitando a forma atenuada de uma doença para escapar ao seu ataque pleno” (FREUD, 2014 (a), p. 110). Com essa inovação teórica, centrada nos determinantes históricos e

lembrança da perturbação daquela felicidade, não é mais possível ignorar o que existe de forçado nessa tentativa de explicação” (FREUD, 2014 (a), p. 77).

⁹⁸ “Se o bebê exige ter a percepção da mãe, isso ocorre porque sabe, por experiência, que ela satisfaz rapidamente todas as suas necessidades. A situação que ela avalia como perigosa, contra a qual deseja estar garantido, é a da insatisfação, do aumento da tensão gerada pela necessidade, diante da qual é impotente. Acho que considerado dessa maneira tudo se ordena” (FREUD, 2014 (a), p. 79).

psíquicos da angústia, Freud julga libertar-se da “coação” de pensar a angústia em termos da manifestação da energia que teve seu curso fisiológico bloqueado pela repressão.

Uma vez atribuí certo valor à explicação de que o investimento retirado no curso da repressão é que seria utilizado para descarga da angústia. A diferença está em que antes eu acreditava que o medo sempre surgia automaticamente, por um processo econômico, enquanto a atual concepção da angústia como um sinal emitido pelo Eu para influir sobre a instância prazer-desprazer nos torna independentes dessa coação econômica (FREUD, 2014 (a), p. 82).

Enfatizamos que, de alguma maneira, a angústia torna-se agora mais do que a mera “tradução” ou “expressão psicológica”, digamos, de um acontecimento mais profundo, cuja verdade residiria em suas raízes biofisiológicas. Trata-se aí de um transplante ou desenraizamento da angústia do solo da fisiologia das tensões corporais acumuladas, operado por Freud na reformulação da sua problemática em *Inibição, sintoma e angústia*, em torno do qual se dará o nó de espanto e incompreensão de Reich. Tal operação lhe aparecerá como algo absurdo, motivando-lhe a empreender uma revisão que não poderia ir noutra direção que não a contrária, isto é, refundar a angústia nas suas origens biofisiológicas. Os fatos que sucedem à apresentação desta revisão reichiana são muito indicativos para começarmos a delinear as operações de duas formas distintas de problematização.

Vimos no primeiro capítulo (“4. Revisão reichiana da economia sexual da angústia neurótica”, p. 46 e ss.) que Reich trataria a angústia neurótica em relação direta com o sistema vaso vegetativo, contornando o que julgava consistir numa psicologização excessivamente abstrata do tema. Com as noções de sobrecarga e irritação, confirmava uma vez mais a relação econômica entre o impedimento dos deslocamentos excitatórios e as manifestações de angústia. Esta foi a contribuição que Reich trazia no manuscrito até então não publicado de *Die funktion des orgasmus*, e que apresentou a Freud numa conversa pessoal em 1926, ano em que Freud publicaria sua nova teoria. Freud a rejeitou sem rodeios. Sem esconder sua enorme decepção, Reich acrescenta, a respeito desse episódio, que jamais foi capaz de compreender o motivo desta negativa:

Freud não havia mencionado o sistema nervoso vegetativo em relação com a sua teoria da angústia. Eu não tinha a menor dúvida de que o meu acréscimo seria claro para ele. Quando, entretanto, lhe apresentei a minha ideia em uma

reunião no seu apartamento, pelos fins de 1926, rejeitou a relação entre a angústia e o sistema vaso vegetativo. Nunca entendi por que (REICH, 1990, p. 121).

Na literatura reichiana, o desinteresse pelos fundamentos fisiológicos da angústia é sinônimo de desinteresse científico, *tout court*. A possível negligência de Freud em relação ao substrato fisiológico da angústia está relacionada ao que, mais tarde, Reich acusaria como a ausência de base material que impulsiona o desenvolvimento de teorias falsas e especulações psicológicas reacionárias dentro do desenvolvimento da psicanálise. Sob a perspectiva de uma terrível tendência de “descientificação da psicanálise” (BEDANI & ALBERTINI, 2009, p. 8), concluiríamos que a nova teoria freudiana da angústia seria apenas mais um de seus episódios.

De fato, Freud parece desenvolver sua problematização na direção de um distanciamento da questão do substrato biológico do afeto que investiga, criando um espaço de problematização onde essa questão não se coloca. Numa outra direção, Reich afirmaria: “[eu] estava firmemente convencido da exatidão da minha ampliação do conceito original de Freud sobre a angústia. Era muito agradável sentir que me estava aproximando cada vez mais da sua função fisiológica” (REICH, 1990, p. 123). Trilhando esse caminho, sentia-se convicto de que “Freud não chegou a ver que a angústia, fenômeno biológico, não pode aparecer no ego a menos que seja preparada, primeiro, na profundidade biológica” (REICH, 1990, p. 123). Seria possível esperar, no entanto, que o distanciamento de Freud em relação à concepção fisiológica da angústia, da qual ele mesmo havia partilhado durante alguns anos, guardaria alguma razão especial?

2. Novas formas do problema: o substrato biológico em questão

Já foi dito que a obra freudiana que acabamos de abordar é marcada por “indícios de Freud haver encontrado inusitada dificuldade em unificar o trabalho” (“Introdução do editor inglês”, *in*: FREUD, 1972), resultando “desprovida de uma verdadeira unidade e composta de reflexões clínicas sobre temas variados” (ROUDINESCO, 1998, p. 381). Essa constatação não é minimizada por Freud, que por mais de uma vez acentuou suas próprias contradições e as insuficiências de suas teorias sobre o tema.

É quase de envergonhar que ainda tenhamos dificuldades na apreensão de fatos fundamentais após tão longo trabalho, mas propusemo-nos nada simplificar e nada esconder. Se não conseguimos ver claramente, ao menos vejamos precisamente o que não está claro (FREUD, 2014 (a), p. 63).

Precisamente essa dificuldade é para Reich uma consequência do abandono da teoria da libido. Freud colheria os frutos de haver se embrenhado por caminhos errados. Apesar deste cenário, acreditamos poder lançar algumas hipóteses que apontam para um conjunto de inovações teóricas decisivas por parte de Freud, contestando frontalmente a interpretação de Wilhelm Reich.

Segundo David Boadella (1985, p. 25), a recusa do fator econômico de explicação, em *Inibição, sintoma e angústia*, representaria um passo importante de Freud no abandono da Teoria da libido. Ainda que estejamos distantes de concordar que este abandono seja sinônimo de involução teórica, concordamos que algo decisivo se passa com a recusa freudiana do fator econômico na problemática da angústia. Se não há uma nova teoria acabada da angústia, que Freud ofereceria em substituição à anterior, note-se, no entanto uma diferença considerável entre a explicação econômica e a inovação teórica em torno do “sinal de angústia”. Na primeira, a angústia irrompe “naturalmente” como o resultado da inibição do instinto. “A diferença está em que antes eu acreditava que o medo sempre surgia automaticamente, por um processo econômico”, afirma Freud, para marcar o que se acreditava ser uma “angústia do Id”, e cuja explicação para seus modos de expressão imitava esquemas concebidos para outros mecanismos naturais.

Ilustremos essa última asserção – a respeito da imitação dos esquemas naturais para a explicação dos fenômenos psicológicos – com exemplos que já vimos sendo utilizados por Reich: a artéria em que a passagem do sangue está dificultada, fazendo irromper uma angina peitoral; o bloqueio do trato respiratório ou pressões sobre os órgãos internos que provocam grande agonia. Em casos assim, as dores, angústias e palpitações surgem como expressão de um evento biológico mais profundo (interrupção da circulação, dilatação excessiva, falta de oxigenação), alguns deles como mecanismos de sobrevivência. As relações entre essas formas sintomáticas de expressão e o acontecimento biológico subjacente foram muito bem exploradas por Reich em *Die funktion des orgasmus* e em sua *Análise do caráter*, que por meio delas aprofundava “cientificamente” a compreensão da produção da angústia neurótica.

Note-se, em torno dessas formas de explicação sobre a angústia instintiva, a importação de esquemas derivados das ciências naturais, tanto nas primeiras concepções de Freud como, sobretudo, nestas que Reich valorizará em sua revisão do mecanismo da angústia. Enquanto Reich, em meados dos anos 1920, julgava sua contribuição “o prolongamento directo das teorias da psicanálise” (REICH, 1977, p. 26), contra as decisões mais recentes do próprio Freud, não podemos deixar de lembrar aqui a crítica acerca do prejuízo das suas teorias como uma antropologia naturalista “imitada das ciências da natureza” (DAHMER, 1978, p. 14). Para Dahmer, essa imitação tornava explícita a simplificação ingenuamente realista das problemáticas tratadas por Reich, tanto no campo psicológico como no campo de suas teorias sociológicas.

Numa outra direção, a tematização freudiana renovada da angústia estaria mais para a psicologia nietzschiana de *Genealogia da moral* do que da psiquiatria e dos modelos orgânico-naturais de explicação. Termos como “disjunção de instintos”, ou de um “sinal” enviado pelo Eu que, como uma organização vulnerável, se antecipa a uma situação de perigo, dentre outros, são estratégias buscadas para pensar o campo psíquico no modelo não teleológico de luta entre uma multiplicidade de forças. São esforços que precisam ser sublinhados quanto ao seu caráter *desnaturalizante*, portanto em contraste com a importação de modelos explicativos derivados da biologia e de outras ciências naturais.

Na conversa pessoal mencionada entre Freud e Reich, em 1926, os dois psicanalistas se cruzavam caminhando em direções opostas. O ponto de chegada de Reich (os fundamentos e as funções fisiológicas da angústia neurótica) consistia naquilo que Freud estava deixando para trás, para demarcar um novo espaço de problematização dos fenômenos psicológicos. Reich não poderia compreender tal propósito de Freud, que estava muito distante de suas preocupações mais imediatas e que por isso mesmo lhe apareceria como algo despropositado e absurdo. Como muitas das grandes novidades científicas, elas tendem a passar despercebidas ou são recebidas negativamente.

Pela nova discussão freudiana da angústia, o jogo de forças vivido pelo Eu – ele mesmo uma organização construída historicamente –, tem uma dimensão fisiológica, mas também histórica, social e psíquica; dimensões que ficariam em grande parte *congeladas* numa visão biologicista da angústia. É o esforço de Freud em combater essa “visão” – mesmo que, para alguns intérpretes, ainda não tivesse uma nova teoria bem acabada sobre o problema da angústia neurótica – que nós desejamos aqui enfatizar.

Parece plausível afirmarmos que a nova teoria freudiana consistiria numa alternativa para repensar o esquema biologicista da repressão da libido, como um esquema que traz consigo a referência normativa de saúde e prazer contida, por ex., no conceito reichiano de potência orgástica.

A novidade que o texto freudiano de 1926 está prestes a apresentar é preparada por uma passagem curiosa, segundo a qual no desenvolvimento da psicanálise, infelizmente algumas formulações tenderam a encontrar eco em vozes que se puseram a transforma-las em “pilares de uma ‘visão de mundo’ psicanalítica”:

Não sou a favor da fabricação de visões de mundo. Isso deve ser deixado para os filósofos, que confessadamente acham inexequível a jornada da existência sem um guia de viagem como esse, que informa sobre tudo. Aceitemos humildemente o desprezo com que eles nos olham, do alto de sua sublime carência. Mas, como também não podemos negar nosso orgulho narcísico, acharemos consolo na reflexão de que todos esses ‘guias de existência’ envelhecem rapidamente, de que é justamente o nosso trabalho miúdo, estreito e míope que torna necessárias novas edições deles, e de que inclusive os mais modernos desses guias são tentativas de achar substituto para o velho catecismo, tão cômodo e tão completo (FREUD, 2014 (a), p. 26).

Seria uma Weltanschauung que Freud recusaria através de seu afastamento da Teoria da libido, como uma visão esquemática que ele descobre no paradigma biológico da psique? Trata-se, para Freud, de um distanciamento em relação ao caráter biologicista e reducionista da sua primeira teoria da angústia, e não de uma recusa da biologia como ciência, *tout court*. Num contexto mais geral, tratar-se-ia de repensar a relação com a biologia, que até então vinha sendo uma relação *fundacionista*, para buscar uma relação mais cautelosa, por meio da qual Freud poderia *localizar e expurgar uma metafísica da biologia sexual* impregnada no coração da psicanálise, a qual estaria sendo colocada em xeque por outras elaborações teóricas, como a hipótese do instinto de morte. A nova teoria marcaria, portanto, uma dependência menor em relação a um fundamento biológico, criando um distanciamento que permitiria à problematização descomprometer-se, pelo menos em parte, com um substrato fisiológico-naturalista, “sempre-presente”, em relação ao qual as emoções e os fenômenos psíquicos são como que sua tradução ou expressão.

A ruptura de Freud com a psiquiatria organicista oitocentista não deve ser considerada um fato pontual, a ser delimitado com as primeiras publicações psicanalíticas. Mesmo as primeiras obras psicanalíticas, testemunhas dessa ruptura ao atentarem para os determinantes psicológicos da neurose, ainda subordinariam diversos

aspectos do psíquico ao biológico. É assim que os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, por ex., buscavam pensar em “substâncias químicas” regendo os fenômenos psíquicos mais elementares, como nós mesmos já apontamos anteriormente. Na mesma linha, as primeiras concepções freudianas da angústia davam ênfase à dimensão fisiológica e ao fator econômico de explicação. Essas concepções teriam sido originadas numa época em que Freud ainda se encontrava sob a influência de seus estudos neurológicos e imerso numa tentativa de expressar os dados da psicologia em termos fisiológicos. Segundo James Strachey,

quando, portanto, [Freud] fez a descoberta clínica de que em casos de neurose de angústia sempre era possível descobrir certa interferência com a descarga de tensão sexual, foi-lhe natural concluir que a excitação acumulada escapava sob a forma transformada de ansiedade. Ele considerou isso como um processo puramente físico sem quaisquer determinantes psicológicos (“Introdução do editor inglês”, in: FREUD, 1972).

Mais tarde, quando Freud elaborou a teoria da repressão nas psiconeuroses, a impossibilidade de descarga e o acúmulo de excitação passaram a ser explicados a partir de determinantes psicológicos, porém a irrupção da angústia continuou sendo explicada com a noção de “conversão” da excitação acumulada. Essa concepção será mantida ao longo de muitos anos, em textos capitais, como o texto metapsicológico *A Repressão*, em que Freud afirma que após a repressão “a parcela quantitativa [do impulso instintual - isto é, sua energia] não desapareceu, mas foi transformada em angústia”. É em *Inibição, Sintoma e Angústia* que essa concepção da angústia como libido transformada será definitivamente abandonada, para ser pensada como “uma reação sobre um modelo específico a situações de perigo” (cf. “Introdução do editor inglês”, in: FREUD, 1972).

Há uma tendência de Freud, constatável ao longo de toda a sua obra, para repensar sua relação com a biologia, em cuja linha de continuação encontramos sua nova teoria da angústia instintiva, expressa sob a forma de uma sofisticada tentativa de problematizar a angústia bem ao largo de seu substrato biológico. Para retomar a nossa discussão sobre as relações entre história e natureza, como uma coerência epistemológica no interior da qual Reich avaliava os problemas dessa nova teoria freudiana, podemos dizer que *Freud criará um espaço de problematização da angústia fora do registro segundo o qual ela seria expressão de uma natureza aprisionada*.

A nossa sugestão de compreender determinadas elaborações teóricas de Freud, como *contra referências* às bases antropológicas do criticismo reichiano, parece ter se

mostrado eficiente em mostrar outra possibilidade de interpretação para o debate que estamos abordando. As inovações teóricas de Freud, em torno de uma nova teoria da angústia neurótica, sobre o pano de fundo de um afastamento de sua teoria inicial da libido, nos colocaram no caminho de uma possível tentativa de ruptura de Freud com o paradigma da metafísica biológica sexual. No intuito de testar esta hipótese interpretativa mais a fundo, torna-se premente que abordemos uma das mais importantes intervenções de Freud no âmbito de sua grande reformulação teórica, que foi a introdução da hipótese do instinto de morte em *Além do princípio do prazer*.

CAPÍTULO 08:

ALÉM DO PRINCÍPIO DE PRAZER

1. A hipótese do instinto de morte em *Além do princípio do prazer* (1920)

A partir da publicação de *Além do princípio do prazer*, até a data da morte de Freud, constitui-se, segundo Renato Mezan, a quarta e última etapa do pensamento freudiano, organizada pelo tema onipresente da violência (MEZAN, 2013, p. 252). Conceitualmente, o instinto de morte será a grande novidade em relação à teoria dos instintos, à questão da eficácia terapêutica e à concepção de homem que subjaz à clínica e à teoria que a sustenta.

Segundo Garcia-Roza (2002, pp. 132-8), para compreendermos o que se passa em *Além do princípio do prazer*, seria preciso remontar ao estado da arte de uma discussão em psicanálise sobre os dois princípios de regulação psíquica, que Freud havia distinguido num texto de 1911, intitulado *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*. Este texto pode ser considerado um ensaio preparatório acerca de algumas consequências da adaptação do psiquismo humano ao mundo externo, e que serão abordadas de forma mais conclusiva em *Além do princípio do prazer*.

No texto de 1911, Freud discutira um princípio de realidade como relativo ao desenvolvimento da atenção, da consciência, da memória e de outras capacidades mentais, tendo como característica geral o adiamento da satisfação e mesmo a tolerância do desprazer. Estas capacidades seriam desenvolvidas a partir de um desvio, ou modificação, do princípio de prazer, e estariam voltadas a uma otimização do exame das condições do mundo externo e de sua transformação. Freud relaciona esses princípios, então, aos dois modos de funcionamento do aparelho psíquico, o processo primário e o processo secundário.

Sob o ponto de vista econômico, no processo primário a energia psíquica escoava livremente para a descarga, de maneira direta, enquanto o processo secundário caracteriza as exigências de autopreservação do Eu, que impedem ou retardam o escoamento da energia. No processo primário, o aparelho psíquico tende à satisfação sem consideração pelas condições da realidade externa, e pode mesmo alucinar a satisfação na ausência do objeto. O processo secundário surge, então, como uma modificação do processo primário, onde se instalará um novo princípio de regulação psíquica, relativo ao conjunto do meio físico e social, e que permitirá ao aparelho psíquico realizar a discriminação entre a alucinação e a percepção.

Entretanto, o desenvolvimento do princípio de realidade não representaria uma exclusão do princípio de prazer. Freud já observara, em 1911, que “a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade, com as consequências psíquicas dela resultantes (...), não se efetua de uma só vez e simultaneamente em todos os pontos” (FREUD, 2010[a], p. 115). É em *Além do princípio do prazer* que encontraremos a conhecida passagem de Freud sobre este processo da substituição do princípio de prazer, que,

por influência dos instintos de autoconservação do Eu é substituído pelo *princípio da realidade*, que, sem abandonar a intenção de obter afinal o prazer, exige e consegue o adiamento da satisfação, a renúncia a várias possibilidades desta e a temporária aceitação do desprazer, num longo rodeio para chegar ao prazer (FREUD, 2010[c], p. 165).

No entendimento de Freud, princípio de prazer e princípio de realidade não se opõem, pura e simplesmente, sendo o segundo uma forma de salvaguardar o primeiro. Portanto, imaginar que o desenvolvimento psíquico orienta-se no sentido da instauração predominante de um princípio de realidade seria uma forma equivocada de se fazer psicologia.

Durante muitos anos, esta será uma concepção estabelecida no pensamento freudiano, segundo a qual o princípio de prazer reinaria soberanamente no psiquismo, sob a forma de um “tenaz apego” da economia psíquica àquelas que foram suas mais primitivas fontes de prazer. Mesmo após a instalação do princípio de realidade, o processo primário continuaria ativo, no Inconsciente, e também irromperia na Consciência, seja na deturpação de algum fragmento da realidade característica da neurose, seja em atividades normais do aparelho psíquico, como a fantasia ou o devaneio.

Uma tendência geral de nosso aparelho psíquico, que pode ser relacionada ao princípio econômico da poupança de gastos, parece manifestar-se no tenaz apego às fontes de prazer disponíveis e na dificuldade em renunciar a elas. Com a introdução do princípio da realidade, dissociou-se um tipo de atividade de pensamento que permaneceu livre do teste da realidade e submetida somente ao princípio do prazer. É a atividade da fantasia, que tem início já na brincadeira das crianças e que depois, prosseguindo como devaneio, deixa de lado a sustentação em objetos reais (FREUD, 2010[a], pp. 114-5).

Em 1920, entretanto, Freud questionará essa ideia de um reinado do princípio do prazer. O tema da violência e do mal humano jamais será visto sob a mesma perspectiva em psicanálise.

De forma muito sucinta, o argumento será o de que, se o princípio de uma “tendência à estabilidade” fosse de fato o princípio mais elementar do funcionamento psíquico – tal como o grande psicólogo experimental G.T. Fechner o estabeleceu em associação às sensações de prazer-desprazer, e cuja concepção geral se fez presente na teoria psicanalítica desde sua origem – a tendência geral dos processos psíquicos deveria ser a de uma redução das quantidades excitatórias, isto é, da descarga associada a alguma forma de prazer. Por outro lado, os conhecimentos acumulados com décadas de experiência clínica, segundo Freud, apontariam em muitos casos para a tendência contrária. Segundo Mezan,

a observação de alguns fatos, tanto na esfera da normalidade quanto na da patologia, impõe uma revisão radical da teoria: o Princípio de Prazer se verá desalojado do posto de comando, ou, mais corretamente, ele só o galgará depois de verificados certos fenômenos lógicos e cronologicamente anteriores à sua supremacia. Tais fatos caem sob a rubrica da repetição: os neuróticos sonham com os acidentes que originaram seus traumas, uma criança reproduz simbolicamente as ausências da mãe; e sobretudo a experiência da transferência obriga a repensar a questão do prazer (MEZAN, 2013, p. 254).

O desalojamento do princípio de prazer será tematizado por Freud a partir da análise de determinados fatos clínicos que caem assim sob a rubrica da Repetição, como os fenômenos da neurose traumática e a bastante comum reprodução neurótica de situações conflitivas no interior de uma relação transferencial. Esses fenômenos e essas situações são experimentados com grande desprazer no momento de sua reprodução e, o que é ainda mais surpreendente, foram essencialmente desprazerosos na sua própria origem. Para Mezan,

é precisamente este rol de desgraças que o neurótico repete na situação transferencial, o que impede supor que a repetição vise a reprodução de um momento feliz para os desígnios pulsionais. Este fato é de importância

capital: poder-se-ia conceber que o ego reprime o que é desagradável para ele, mas prazeroso do ponto de vista da pulsão; isto seria perfeitamente explicável à luz do Princípio do Prazer, como o foi no seu momento a questão dos sonhos de angústia. O desprazer seria então tópico, isto é, restrito a uma das instâncias psíquicas, e serviria ao propósito mais geral de evitar um desprazer por assim dizer global. Ora, não é este o conteúdo da repetição: o que se repete é o doloroso, totalmente à margem das considerações do Princípio do Prazer (MEZAN, 2013, p. 255).

A concepção geral, até então aceita, acerca de um domínio do princípio de prazer, não compreenderia uma finalidade para a repetição de conteúdos traumáticos essencialmente desprazerosos. Mais exatamente, o que se repete nesses casos observados não é uma operação prazerosa que teria consequências desprazerosas – como num sonho de angústia, onde o desprazer é apenas reação consciente a um desejo inconsciente cuja realização foi sabidamente prazerosa.

Cogitar a existência de processos psíquicos que, de forma alguma seriam fonte de prazer, nem mesmo em sua origem, modificaria as concepções de base da antropologia freudiana e da dualidade instintual. De fato, o caráter compulsivo, e não meramente eventual, da repetição, levará Freud a suspeitar de algo “mais primordial, mais elementar, mais instintual do que o princípio do prazer, por ele posto de lado” (FREUD, 2010[c], p. 184). Para desenvolver esta suspeita, Freud retoma uma hipótese de Josef Breuer, em *Estudos sobre a histeria*, que precisamos aqui relembrar a fim de compreendermos o que será a sua polêmica hipótese.

No terceiro capítulo dos *Estudos sobre a histeria*⁹⁹, Breuer havia formulado a hipótese acerca da formação de uma barreira de estímulos na extremidade do organismo psíquico (em analogia a uma couraça anatomicamente protetora em um organismo físico), com o objetivo de protegê-lo de uma massa de excitações perceptivas vindas do exterior. Uma eventual invasão desses estímulos, no interior do organismo, provocaria sua inundação por uma quantidade de energia incontrolada, o que Breuer propôs chamar “energia em estado livre”. O organismo então lançaria mão de uma tentativa de “ligar” essa energia aos demais focos energéticos já existentes, no intuito de descarregá-la pelas vias já estabelecidas e operantes, e assim controlar essa massa de excitação. Essa operação do organismo, que necessita portanto repetir a excitação desprazerosa para buscar efetuar sua ligação – o que, psicologicamente, é sentido com repetido desprazer

⁹⁹ Ver: “Considerações teóricas”, item nº 2: “A excitação tônica intracerebral – os afetos” (FREUD, 2016, p. 272 e segs.).

–, não seria uma operação contraditória com o princípio de prazer, mas uma operação prévia necessária ao seu próprio funcionamento.

Ao fazer este resumo recapitulativo, no quarto capítulo da obra que estamos analisando, Freud então propõe transpor estas antigas conjecturas para o caso das neuroses traumáticas, concluindo que os sonhos aterrorizantes dos soldados traumatizados, por exemplo, contribuem para uma tarefa

que deve ser resolvida antes que o princípio do prazer possa começar seu domínio. Tais sonhos buscam o desenvolvimento da angústia, cuja omissão tornara-se a causa da neurose traumática. Assim nos permitem vislumbrar uma função do aparelho psíquico, que, sem contrariar o princípio do prazer, é independente dele e parece mais primitiva que a intenção de obter prazer e evitar desprazer (FREUD, 2010[c], pp. 195-6).

Num primeiro momento, o caso das neuroses traumáticas permite a especulação acerca de uma compulsão à repetição de fatos desprazerosos desde sua origem, que não ocorreria de forma meramente sintomática, mas como uma tendência instintual independente do princípio do prazer. É neste sentido, conforme Roudinesco (1998, p. 657), que a compulsão à repetição será a premissa do instinto de morte. Por outro lado, este caso não é o melhor terreno para o desenvolvimento do que será a hipótese do instinto de morte. Segundo Mezan,

é por esta razão que Freud não privilegia os fenômenos de repetição que visam a dominar a excitação, transformando-a de livre em ligada: não é difícil perceber que tal operação, ainda que prévia à instauração da tendência à descarga, é na verdade o seu primeiro tempo (MEZAN, 2013, p. 257).

É a compulsão à repetição, quando se manifesta no campo da situação transferencial, que constituirá uma prova mais completa acerca de sua natureza incompatível com o princípio do prazer, dando mostras de uma atividade instintual independente. Segundo Mezan, “a prova que o satisfaz por completo é a da situação transferencial, em que a repetição é, com todas as letras, *antagônica* ao Princípio do Prazer, e, por isso mesmo, mais elementar e mais propriamente pulsional” (MEZAN, 2013, *idem*). A relação transferencial, entre o médico e o paciente, se estabelece quando o paciente é levado a repetir o reprimido como uma vivência atual. O médico então se empenha em tornar o conteúdo repetido um conteúdo recordado pelo paciente, como uma vivência passada, e tornando-a assim consciente.¹⁰⁰

¹⁰⁰ “O médico se empenhou em restringir o campo dessa neurose de transferência, em empurrar o máximo possível para a recordação e deixar o mínimo para a repetição. A proporção que se estabelece

Diante de uma associação feita frequentemente, entre a compulsão à repetição e a ideia de uma “resistência do inconsciente”, Freud argumentará que o caráter irracional da repetição não deve ser tomado como uma resistência ao trabalho analítico, propriamente dito. Antecipando-se à reformulação tópica que seria tema de *O eu e o id*, de 1923, Freud afirma que é o próprio Eu que resiste ao tratamento, enquanto o que se repete deve ser atribuído ao reprimido, cuja manifestação se tornou possível pelo afrouxamento produzido pela psicoterapia. Nas palavras de Roudinesco, a repetição não é manifestação de resistência, mas, sim, o que se repete deve ser inscrito agora do lado do reprimido (cf. ROUDINESCO, 1998, p. 487).

Um novo entendimento se organiza, a partir desse deslocamento do fenômeno da repetição para o lado do reprimido, e fora do registro de uma resistência do inconsciente: por um lado, as resistências do Eu estariam de fato a serviço do princípio do prazer, operando uma repressão sobre conteúdos que se lhe tornaram incompatíveis, e cuja expressão é por isso mesmo desprazerosa. Por outro lado, “a compulsão à repetição também traz de volta experiências do passado que não possibilitam prazer, que também naquele tempo não podem ter sido satisfações” (FREUD, 2010[c], p. 179). O desfecho infeliz das experiências infantis e suas emoções dolorosas são vistos repetidos, tanto na relação transferencial entre o neurótico e seu médico, como também no destino de pessoas não neuróticas, sobrepujando o princípio do prazer. Exemplos comuns dessas repetições são longamente descritos por Freud nas páginas de *Além do princípio do prazer* (cf. pp. 179-83).

Qual é, então, a relação entre a compulsão à repetição e o princípio do prazer, agora que foram argumentados como domínios distintos no psiquismo? Como a análise da compulsão à repetição levará finalmente até a hipótese de um instinto de morte?

Para Mezan, ao colocar em evidência a compulsão à repetição na relação transferencial, Freud estaria desenvolvendo uma nova concepção de *temporalidade*. A análise do Inconsciente já havia levado a psicanálise à descoberta de uma organização psíquica fora dos arranjos cronológicos de passado, presente e futuro, bem como a sua

entre a recordação e a reprodução varia em cada caso. Via de regra, o médico não pode poupar ao analisando essa fase do tratamento; ele tem de fazê-lo reviver certa parte da vida esquecida e cuidar também para que seja mantido algum grau de superioridade, em virtude do qual a aparente realidade seja sempre reconhecida, afinal, como reflexo de um passado esquecido. Isso alcançado, chega-se ao convencimento do paciente e ao sucesso terapêutico que dele depende” (FREUD, 2010[c], pp. 177-8).

inalteração pelo transcorrer do tempo. Tratava-se do “caráter intemporal” dos processos inconscientes. Agora, a questão da temporalidade sofre um novo deslocamento, pelo qual se verá abolida a questão da origem¹⁰¹. Na conceituação freudiana da *Trieb*, no texto metapsicológico *Os instintos e seus destinos*, de 1915, nada há que se refira à repetição. Os instintos são ali conceituados como uma “medida de trabalho” e definidos por sua zona de origem, objeto, finalidade e intensidade.

A descoberta da repetição como uma nova temporalidade será a descoberta de uma “condição de possibilidade” do instinto, até então ignorada; algo que permitiria compreender como o instinto se reproduziria, por ex., após uma descarga que extinguisse seu ímpeto inicial. Para Mezan, Freud utiliza a repetição como “princípio transcendental” (no sentido kantiano), isto é, aquilo pelo qual, e os limites dentro dos quais, o instinto é possível (MEZAN, 2013, p. 258). Será esse estatuto alcançado pela repetição, na análise de Freud, que legitimará a sua polêmica especulação em torno de uma natureza conservadora do vivente:

Aqui se nos impõe a ideia de que viemos a deparar com uma característica geral dos instintos, talvez de toda a vida orgânica, que até agora não foi claramente reconhecida ou, pelo menos, explicitamente enfatizada. *Um instinto seria um impulso, presente em todo organismo vivo, tendente à restauração de um estado anterior*, que esse ser vivo teve de abandonar por influência de perturbadoras forças externas, uma espécie de elasticidade orgânica ou, se quiserem, a expressão da inércia da vida orgânica. Tal concepção do instinto soa estranha, pois já nos habituamos a ver nele o fator que impele à mudança e ao desenvolvimento, e devemos agora reconhecer ali a expressão da natureza *conservadora* do vivente (FREUD, 2010[c], pp. 201-2).

Como pensar a coexistência de tais forças conservadoras no vivente com as manifestações vitais responsáveis pelo desenvolvimento do organismo? Qual será o impacto desta especulação para as conceituações da *Trieb* que caíam, invariavelmente,

¹⁰¹ “Freud descobre que a origem, concebida como *causa ante*, é um falso problema, e é a clínica que lhe fornece a pista mais importante para o desvendamento da dimensão repetitiva. A teoria da sedução fora abandonada, em seu momento, porque não permitia a conclusão das análises; mas o significado pleno deste abandono só aparece agora. Nada mais falso do que supor um tempo linear, que fosse da cena “originária” até o divã onde se profere o discurso lacunar do paciente. Ao contrário, essas lacunas descobrem sempre a abertura para outra cena, para outro momento; a análise é interminável não porque nunca toque o seu fim, mas porque jamais atinge o começo. Defeito? Não: nova concepção de temporalidade. É a abolição do começo, e portanto do “meio” e do “fim”, que Freud designa com o nome repetição (...) Não há *primeiro* o Desejo, e *depois* a sua repetição; o desejo é repetição, como a experiência é reencontro; a repetição é o modo no qual o desejo existe e insiste. Ao narrar um fragmento do seu passado, o analisando o presentifica, isto é, o recria para e com o analista; da mesma forma, o ato falho denominado *sintomático* elimina a distância cronológica entre o *antes* e o *depois*” (MEZAN, 2013, p. 259).

no registro das forças vitais do desenvolvimento orgânico, da reprodução e sobrevivência da espécie e do indivíduo?

A partir dessa nova temporalidade que é a repetição, não será mais possível sustentar a ideia do desenvolvimento do instinto no registro simples da mudança, do crescimento e do desenvolvimento biológico dos organismos vivos. Noutras palavras, a descoberta do caráter originário da repetição, como condição de possibilidade do instinto, vai alterar o modelo pelo qual este havia sido pensado até então, que fora o modelo da sexualidade. A própria ideia de uma tendência para o desenvolvimento será subsumida à repetição, como um derivado seu. Os movimentos vitais que se estaria acostumado a reconhecer como característica dos instintos seriam nada mais do que desvios num “caminho que leva à morte”, sendo as forças conservadoras as verdadeiras senhoras do desenvolvimento global do organismo, este submetido a uma finalidade regressiva. Nessas páginas encontraremos as afirmações polêmicas de Freud como, por ex., a de que “o objetivo de toda vida é a morte” (FREUD, 2010[c], p. 204).

Esta concepção acerca do lugar da morte na vida dos instintos não é exatamente uma novidade trazida por Freud; ela inscreve-se na linha de numerosas correntes da filosofia alemã dos séculos XVIII e XIX, como Gothulf Heinrich von Schubert, Novalis, Arthur Schopenhauer – que Freud cita explicitamente –, e Friedrich Nietzsche (cf. ROUDINESCO, 1998, p. 488). A originalidade da contribuição freudiana, feita em *Além do princípio do prazer*, estaria na construção de um novo dualismo instintual, não mais caracterizado pela oposição entre instintos sexuais e instintos do Eu ou de auto conservação, mas, sim, um dualismo que opõe os instintos vitais (que agora reúnem os instintos sexuais e os instintos do Eu, ambos designados por *Eros*) aos instintos de morte. Conforme explica Roudinesco,

o que se tem aí é uma concepção global da vida psíquica cujo funcionamento seria ritmado por um movimento pendular que faz alternar certas pulsões, premidas a atingirem a meta final da vida, com outras que estão mais voltadas para fazer o percurso dessa vida durar (ROUDINESCO, 1998, p. 488).

Sobre esta revisão radical, imposta por Freud à teoria dos instintos, Mezan complementa que,

onde antes se defrontavam uma sexualidade de base orgânica e sediada no inconsciente, e uma perseveração na existência também de base orgânica mas localizada no ego, surgem agora dois princípios transcendentais, a Repetição e a Ligação, fundando respectivamente as pulsões de morte e as pulsões de vida (MEZAN, 2013, p. 268).

Após a descoberta da repetição como dimensão conservadora do vivente, e a reorganização do dualismo instintual por ela implicada, Freud vai reservar um capítulo de *Além do princípio do prazer* para inquirir a biologia em busca de argumentos que poderiam invalidar a hipótese do instinto de morte. No capítulo VI desta obra, vamos nos deparar com o fato de que a literatura biológica não poderia fornecer exemplos que confirmassem a existência do instinto de morte.

Esse inconveniente, todavia, não impediu o autor de apresentar tal hipótese estranha ao paradigma biológico, alegando que “podemos continuar nos ocupando de sua possibilidade, se temos outras razões para fazê-lo” (FREUD, 2010[c], p. 219). As “razões” para esta especulação serão alvo de grandes polêmicas em toda a história do pensamento freudiano, a exemplo das críticas formuladas, na época, por Wilhelm Reich.

2. Perspectivas políticas em questão

2.1. O substrato biológico

Segundo Reich, conforme estudamos detalhadamente o seu argumento em “As bases materiais da psicanálise”¹⁰², o conceito de libido ou de instintos de vida teriam uma analogia clara com processos biofisiológicos observáveis no organismo animal. Por esse motivo, a primeira teoria freudiana dos instintos possuiria uma base material sólida, na medida em que dizia respeito a processos verificáveis pelas ciências que estudam funções orgânicas – metabolismo, contrações musculares, secreções internas, etc. –, a exemplo da biologia, da fisiologia e da química. Por outro lado, as manifestações de destrutividade do organismo, sejam elas no nível celular (catabolismo) ou no nível macro do comportamento social humano destrutivo, estariam sempre *subordinadas à finalidade da vida*. Faltaria à hipótese do instinto de morte, portanto, uma “relação efetiva de conteúdo” com os processos orgânicos, tendo sido portanto baseada numa “analogia meramente formal” (REICH, 1983, pp. 42-3).

¹⁰² Ver: “2.2. As bases materiais da psicanálise, segundo Reich” (pp. 102 e ss).

Este impasse, na visão de Reich, seria suficiente para levar ao descarte daquela hipótese perturbadora. Freud, porém, o teria contornado com o expediente da “psicologização da biologia”. O que estaria por detrás da especulação provisória de Freud, segundo Reich, seria apenas o seu velho hábito de psicologizar lá onde não haveria condições de prosseguir cientificamente. Inicialmente, esse teria sido um hábito fértil em Freud, levando-o a descobertas inegáveis no campo da psicologia do inconsciente; porém, tornou-se um hábito maléfico e vicioso, levando-o a psicologizar *apesar* das evidências biológicas científicas em contrário. Se, em sua teoria inicial da libido, Freud buscava pautar-se pelo rigor de uma fundamentação científica – a exemplo dos seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*¹⁰³ –, em seguida Freud teria recuado em sua exigência, dando mostras de uma perda de cientificidade, através do desenvolvimento de um modelo especulativo para fazer psicologia.

A proposta de avaliar tais inovações teóricas de Freud à luz do que seriam contra referências da *épistémê* antropológica moderna – segundo a arqueologia de Foucault –, nos permitirá divisar duas formas distintas de problematização, possivelmente associadas a duas perspectivas político-filosóficas em jogo nesta polêmica. Este expediente nos lança a uma nova hipótese interpretativa para este debate travado entre Reich e Freud, que vamos agora desenvolver em continuação às considerações que fizemos ao fim do último capítulo.¹⁰⁴

Para formular nossa interpretação, partiremos da consideração de uma característica com a qual já nos deparamos anteriormente, no texto sobre a angústia neurótica, e tornamos a encontrar neste texto: a especulação freudiana não se orientou pela tentativa de *fundamentar*, na biologia ou em qualquer outra ciência, os fenômenos psíquicos discutidos. De modo similar ao que havíamos identificado no texto que estudamos no capítulo anterior, há uma particularidade na condução freudiana da problemática, que se revela avessa à busca pelo elemento biofisiológico fundante. Seria

¹⁰³ Ver “1. Retomada da teoria freudiana da libido” (pp. 18 e segs.).

¹⁰⁴ Elizabeth Roudinesco, ao tecer um comentário em seu *Dicionário de psicanálise*, sobre a passagem de *Além do princípio de prazer* em que Freud decide sustentar a hipótese do instinto de morte, mesmo apesar da ausência de fundamentação biológica, não adere ao tipo de criticismo esquerdista como o de Reich ou Marcuse. A psicanalista, porém, deixa o argumento freudiano flutuar numa estranha ausência de motivações mais concretas: “Na medida em que o desenvolvimento da biologia trazia o risco de destruir essa bela construção especulativa, podemos indagar-nos por que razões Freud se permitiu expô-la ao público. Simplesmente, respondeu ele, porque algumas das ligações e relações assim descobertas lhe pareceram ‘dignas de consideração’” (ROUDINESCO, 1998, p. 489).

um equívoco compreendê-la como meramente uma desqualificação da ciência biológica, como já sugerimos naquela ocasião. Porém, de fato, trata-se de uma mudança bastante evidente em relação ao “rigor” que Freud demonstrava – em relação a uma fundamentação naturalista – em textos como o *Projeto para uma psicologia científica* ou em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*.

Assim como o *Übermensch* de Nietzsche traduz, num dado momento da história da filosofia, a recusa da interrogação kantiana pela essência do homem, revelando-a em sua vaidade e presunção, a hipótese freudiana do instinto de morte desarmaria¹⁰⁵ uma metafísica sexual constituída na história do pensamento psicanalítico (mas cujas origens certamente remontam há muito antes). O instinto de morte faz perder a pertinência um saber que enuncia seu valor de verdade pelo modo como se pretende fundamentado na ciência natural estabelecida.

Possivelmente mais do que a pressuposição realista acerca da “existência” deste instinto, a formulação da sua hipótese tem o efeito patente de uma liberação da problemática psicanalítica do alcance do objeto transcendental Vida, bem como do lugar hierárquico que este ocupa na configuração do campo epistemológico da biologia. O instinto de morte freudiano, portanto, desarma a questão metafísica que busca conhecer a natureza biológica como fundamento e limite do trabalho em psicanálise. Neste sentido, a problematização construída por Freud, em *Além do princípio do prazer*, toca os limites de determinados saberes que compõem o círculo antropológico moderno. Menos uma metafísica no sentido de ilusão ou de ideologia conservadora, como pensa Reich, o instinto de morte consistiria num recurso teórico criado deliberadamente por Freud para desarmar a metafísica da biologia sexual.

Daí a crítica reichiana de uma “progressiva dessexualização” na teoria psicanalítica, após a viragem dos anos 1920 (cf. REICH, 1988, p. 24). Mezan observou anteriormente que a descoberta do caráter originário da Repetição, como condição de possibilidade do instinto, vai alterar o modelo pelo qual este havia sido pensado até então, que fora o modelo da sexualidade; e a própria ideia de uma tendência para o desenvolvimento será subsumida à repetição, como um derivado seu (MEZAN, 2013, p. 260). Baseado na análise empírica da repetição, Freud vai formular, no coração da natureza humana, uma anti-natureza; o tempo da repetição rompe a teleologia pura da vida e do desenvolvimento dos seres.

¹⁰⁵ Ver nossa discussão sobre a noção de “desarme” em Nietzsche, conforme o artigo de Diogo Sardinha: p. 170.

Por outro lado, interpretações correntes negam esta inovação radical na teoria psicanalítica, afirmando que, com o instinto de morte, Freud estaria buscando uma explicação para o sofrimento humano a partir da especulação de uma natureza humana = x. Afirmam, então, que Freud faria da natureza humana um bode expiatório, e assim “abria espaço para um determinismo passivo frente à vida: se o mal era originário, não seria preciso fazer nada e, o que é pior, poder-se-iam aceitar as desigualdades e opressões tal como existiam” (BARRETO, 2000, p. 103).

Para intérpretes como Barreto, Freud representaria um pensamento racionalista, de matriz hobbesiana, enquanto Reich representaria um pensamento romântico, de matriz rousseauiana (BARRETO, 2000, p. 142). Segundo ele, a crítica da metafísica em Freud e da utopia em Reich se equivaleriam entre si, na medida em que ambos os autores se utilizam de uma fantasia “do mesmo quilate”, mas “com sinal trocado” acerca de um homem mau.

Afinal, se Reich recorre ao mito cristão e defende uma natureza racional e social, Freud cria um hipotético parricídio primitivo, relacionando-o ao mito grego de Édipo, e uma pulsão de morte. São duas fantasias em questão e não uma contraposição entre ciência, de um lado, e fantasia, do outro, como alguns racionalistas tentam imputar. Ambos autores, cientistas convictos ardorosos, utilizam-se de fantasias para fundamentar suas obras (BARRETO, 2000, pp. 142-4).

A conclusão, nas palavras do próprio intérprete, seria a de que nada restaria a não ser “a escolha entre duas fantasias” (BARRETO, 2000, p. 142). Afinal, este seria um artifício amplamente utilizado na filosofia política, o de buscar na natureza o estatuto de verdade que legitime suas teorias. Porém, sabemos que, nessas interpretações, o “alinhamento” de Reich com uma análise “legítima” das condições históricas e sociais da civilização vai desequilibrar definitivamente o debate, no qual a “naturalização” de Freud será entendida como reação política:

O contato direto com a miséria da população leva Reich a questionar-se acerca da origem da infelicidade humana, do porquê de tanto sofrimento. Freud, diante desta pergunta, havia buscado a resposta na natureza humana, com sua teoria da pulsão de morte. Reich, porém, não aceita isso. Ele não pode menosprezar o impacto de um mundo externo tão privativo e vai buscar na sociologia, mais especificamente na obra de Marx e Engels, a resposta a essa questão (BARRETO, 2000, p. 73).

Neste modelo de interpretação sobre as polêmicas Reich-Freud – adotado integralmente por Michel Onfray, conforme vimos em nossa *Introdução*, e com

inúmeros aspectos também partilhados por Robinson (1971), Rycroft (1971), Alzon (1972), Boadella (1985) e Palmier (2013) –, destacamos o argumento que sustenta sua decisão: o paradigma de análise das condições históricas e sociais da neurose, no caso de Reich, torna-se o elemento legitimador do seu “otimismo revolucionário”, contra o “pessimismo conservador” de Freud. Para muitos destes intérpretes, o problema central no debate Reich-Freud poderia ser contextualizado como um antagonismo de Reich em relação à negligência de Freud dos fatores sociais na produção da neurose, sobretudo em relação ao instinto de morte, com o qual se legitimava a repressão e se culpabilizava a natureza pelo sofrimento humano (cf. BARRETO, 2000, p. 89).

Desvendar as relações do pensamento freudo-marxista reichiano com a antropologia metafísica moderna, por outro lado, nos permitiu compreender que Reich tenha ido buscar recurso na filosofia mais bem estabelecida da sua época, o marxismo, que, como crítica histórica, desenvolvia uma forma de problematização muito semelhante à sua própria em torno do orgasmo libertador e totalizador. Esta foi a nossa tese sustentada na Parte II, e que parece estar respaldada pelo fato de que, não por acaso, a recusa de Freud se deu *em bloco*: Reich, sua metafísica orgônica e seu marxismo revolucionário. Apreciação pouco otimista sobre a teoria do orgasmo; desagrado pelo tipo de militância política de Reich; desqualificação da mistura entre psicanálise e crítica social marxista; enfim, desgosto pela presença do próprio Reich nos quadros da instituição psicanalítica.

A hipótese de um conservadorismo político em Freud como motivação para todos esses fatos começa a tornar-se insuficiente. Nossas considerações à luz do diagnóstico arqueológico de Foucault nos fizeram progredir desta visão demasiadamente “esquerdista” para uma reavaliação do problema central em torno de uma diferença mais decisiva. Primeiramente, o deslocamento de Freud em relação ao fundacionismo biológico, quando da construção da hipótese sobre o instinto de morte, e tudo o que esta implica como ruptura em relação à figura da natureza biológica sexual e a normatização que esta impõe sobre o campo da problematização psicológica. A recusa de Freud em considerar o papel dos “fatores sociais”, segundo a abordagem reichiana, não parece implicar, necessariamente, “naturalização reacionária” dos problemas sociais, como pensam os intérpretes aderentes àquele modelo interpretativo.

De acordo com a nossa discussão acerca das relações entre história e natureza no pensamento de Reich, e em seguida na metafísica antropológica, sabemos que o fundacionismo biológico está ligado a uma configuração problemática de totalização.

Nesta se estabelece um referente trans-histórico, cujo conhecimento permite o desvelamento das formas alienantes do ser na história. No caso de Reich, esta configuração se manteve ao longo de sua obra, dando lugar à libido, à energia orgônica, dentre outros, como fundamento de uma metafísica para a realização histórica do ser do homem.¹⁰⁶

Em vista destas relações constitutivas entre as figuras da natureza e da história, poderemos vislumbrar outros efeitos da ruptura das elaborações teóricas de Freud com a antropologia metafísica. Há um caráter atinente a uma filosofia da história neste texto freudiano, na medida em que a hipótese do instinto de morte implica romper com o projeto de uma desalienação histórica da natureza humana. É aí que a “recusa de Freud” parece ultrapassar todos os limites do aceitável para os que laboram no interior deste projeto antropológico. Vejamos.

2.2. *A estrutura do conflito*

A conhecida viragem dos anos 20 em psicanálise teve início com *Além do princípio de Prazer e O eu e o isso*. Nesta última obra, Freud afirmará que a distinção entre consciente e inconsciente, fundamental em psicanálise, tornou-se insuficiente perante determinados fins práticos, nos dando a conhecer a nova tríade Eu-Id-Supereu. Com a reestruturação na passagem para a segunda tópica, muito será enfatizado quanto às incompatibilidades entre primeira e segunda tópicas, porém predomina a interpretação acerca de um “deslocamento temático”, a partir do qual o Eu assumirá papel de maior importância na análise da estrutura psíquica¹⁰⁷. Este aspecto pode ser constatado nas metáforas do Eu como um cavaleiro montado sobre o Id, em seu papel de mediador dos grandes conflitos vividos no âmbito da natureza e da cultura. Alinhada com essa reconhecida importância do Eu, a psicoterapia também se modifica para auxiliar no desempenho do seu papel e a fortalecer os seus mecanismos de controle.

A luta incessante entre a libido e a cultura repressora é para muitos autores um postulado da obra freudiana. Sobre o seu pano de fundo, alguns criticarão o deslocamento de ênfase da segunda tópica freudiana, que passaria a se preocupar em

¹⁰⁶ Ver “Co-operações entre Natureza e História” (Capítulo 4).

¹⁰⁷ Ver, por ex., Garcia-Roza (2002, p. 205), e Ricoeur (1977), para quem as questões da segunda tópica não se propõem a eliminar a tópica anterior, mas recairiam sobre outro polo, do recalcado para o recalculator.

demasia com o polo repressor. Na perspectiva de uma visão esquerdista em psicanálise, da qual Reich talvez tenha sido pioneiro, este deslocamento marcaria o momento em que a psicanálise deixará de pensar as exigências instintuais para se concentrar em como otimizar, e portanto reforçar, os mecanismos da repressão. No entendimento de alguns dos jovens dissidentes, a ortodoxia colocou-se a serviço do sistema.

No caso da nova teoria freudiana da angústia – que estudamos no capítulo anterior –, tal importância desproporcional do Eu se caracterizou pela sua capacidade de produzir a angústia de forma “autônoma”, isto é, sem base causal no instinto reprimido. Através do sinal de desprazer, o Eu seria capaz de interferir na constância regulatória do organismo, produzindo um desprazer que mobilizará forças do próprio organismo contra a excitação proveniente do Id. Uma consequência, à primeira vista difícil de aceitar, é a de que, então, o Eu seria capaz de mobilizar o organismo contra o próprio organismo.

No momento em que se preparava para apresentar essa ideia, Freud se utilizou de uma analogia bastante curiosa com a esfera política, que talvez nos dê alguma pista sobre o que estaria se passando com essa aparente inovação *ex-machina* que iria minimizar a importância dos chamados fatores sociais repressores no quadro da teoria psicanalítica:

Nós tendemos a imaginar o Eu como impotente contra o Id, mas, quando ele se opõe a um processo instintual no Id, precisa apenas dar um *sinal de desprazer* para realizar sua intenção, com a ajuda da quase todo-poderosa instância do princípio do prazer. Se, por um momento, consideramos esta situação de forma isolada, podemos ilustra-la com um exemplo de outra esfera. Tomemos um Estado em que determinada facção luta contra uma medida que, aprovada, corresponderia às inclinações da massa. Tal facção apodera-se então da imprensa, com esta influencia a soberana “opinião pública” e impede que ocorra a aprovação planejada (FREUD, 2014 (a), p. 21).

Para Reich, trata-se aí certamente de mais um caso da “psicologização” de Freud, onde este perde de vista a realidade biológica do fenômeno em questão, para tematiza-lo nos termos de personagens, diálogos e analogias com situações alheias, neste caso, ao processo da gênese da angústia¹⁰⁸. Mas é também exemplo, segundo Reich, de uma abstração, pois a formulação de Freud apareceria *faltada*. De algum modo, Freud minimiza o papel determinante do polo externo, o “mundo externo”, a “realidade social”, da estrutura do conflito instintual.

¹⁰⁸ Ver nota nº 21.

Em seu breve exemplo ilustrativo, Freud apresenta um movimento político de protesto e luta para a aprovação de uma medida nos termos, meramente, de uma luta de homens contra homens. “Facções”, “imprensa”, “opinião pública” e as “massas” são sempre forças humanas, interesses humanos. Fica excluída, portanto, a presença de uma instância extranatural ou extra-humana intervindo a partir do exterior, como possível explicação para o mal. No tocante à produção da angústia, a analogia está em que ela não resultaria da intervenção de uma instância externa à “natureza” instintual. O instinto contra o próprio instinto, os homens contra os próprios homens: a formulação de Freud manifesta a incômoda *ausência* de “algo em oposição ao qual” se poderia pensar, conforme alguns autores, a repressão, a neurose, a destrutividade humana ou o problema do mal.

Para Reich, tal ausência é reflexo direto da ideologia que isenta a responsabilidade da ordem social vigente na causação do mal humano. A absurdidade da formulação de Freud seria consequência de sua negligência do papel dos fatores sociais. Ao se concentrar de tal modo na atitude “autônoma” do Eu na produção da angústia, Freud estaria sendo conivente com uma ideologia que busca suprimir as raízes sociais concretas do sofrimento humano. Este esquema teórico-político se repete em outras “críticas da ortodoxia”. Vejamos.

A tese do Eu “naturalmente” antagônico a uma parcela de instintos sexuais. Esta tese freudiana será desenvolvida extensamente por sua filha Anna Freud, em *O ego e os mecanismos de defesa*, na figura de um Eu que antagonizaria os instintos sexuais sem o concurso de experiências pessoais repressivas com o meio externo. O argumento dos críticos dessa tese, que a consideram uma espécie de especulação filogenética, é o de que o Eu, concretamente, é reflexo da realidade social externa, assumindo seu objetivo antisssexual através da internalização de um conflito que foi, originalmente, entre a libido e a moral sexo-negativa vigente no mundo externo.

Esses são alguns dos aspectos da psicanálise que Reich considera, ora como preconceitos enraizados de Freud, ora como retrocessos introduzidos posteriormente no corpo da teoria. Eles estariam ligados a uma posição politicamente reacionária porque criam a tendência da legitimação da destrutividade humana e dos mecanismos sociais repressivos, inscrevendo-os como manifestação de uma natureza humana que as contém inevitavelmente, o instinto de morte e a fragilidade natural do Eu em relação ao instinto.

Segundo Rouanet, a teoria da genitalidade de Reich, que é pilar de sua crítica da cultura e de sua oposição a Freud, “se baseia no esquema freudiano original que define a

neurose como o resultado de um conflito entre a libido e uma instância moral repressora” (ROUANET, 1998, p. 27). Todavia, observe-se que os textos freudianos que estamos analisando parecem ser marcados por esse aspecto de prescindir da instância externa para elaborar a noção do conflito. O conflito deixaria de ser uma questão entre instintos sexuais, por um lado, e moral ou civilização repressora, por outro, para ser uma problemática interna à própria vida instintiva. O antagonismo entre instinto de vida e instinto de morte, entre o Eu e determinada porção de instintos provenientes do Id, é a matriz estruturante de uma noção de conflito instintual que não será mais explicada em termos de um organismo que encontrou repressão na realidade externa, diga-se social.

É preciso observar uma sutileza na formulação de Freud a esse respeito. Tomemos o caso paradigmático que Freud apresenta em *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*, do organismo que, entrando em contato com a realidade externa, tem parte de seu modo de funcionamento mental modificada. A substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade, conforme Freud, se bem atentarmos, não é uma consequência da “ação” da realidade externa “sobre” o aparelho psíquico. Ela é uma modificação introduzida neste aparelho “por influência dos instintos de autoconservação do Eu” (FREUD, 2010 (c), p. 165). O próprio organismo, para auto afirmar-se em meio às dificuldades encontradas, produziria em si mesmo essa modificação. Se, posteriormente, o Eu acolherá em si determinadas exigências morais provenientes do mundo externo (no Supereu), fica claro que o conflito instintual se estrutura logicamente antes dessas exigências, numa dinâmica instintiva anterior às ações do mundo externo.

Isso possivelmente demonstraria que, *para Freud, mesmo antes de sua virada teórica, a moral sexual civilizada nunca explicou inteiramente a doença nervosa moderna, isto é, a origem do conflito instintual*. Com a hipótese do instinto de morte, Freud enfatizaria uma reflexão sobre o conflito sem a concorrência determinante do “mundo externo”, do fator social repressor, como polo desencadeador da repressão que atuaria sobre o polo instintual no indivíduo. Autores como Stéphane Haber, em *Freud sociologue*, desmistificam a ideia de que o social em Freud fosse da ordem de uma coisa (*chose*) anteposta ao instintual; diferentemente, o social caberia ser compreendido como um vivido (*vécu*).

Portanto, aquilo que aparece como “faltado” na formulação de Freud – segundo a crítica acima, a respeito de sua suposta negligência dos fatores sociais – pode, na

verdade, ser apenas uma abstração inadvertidamente hipostasiada. Trata-se de um expediente que consiste em dar substância, no sentido ontológico, àquilo que é apenas um dos termos dentro de uma compreensão do conflito instintual. Atribuiu-se, assim, abusivamente, realidade absoluta a uma coisa apenas relativa. Perde-se de vista a dimensão de multiplicidade para hipostasiar o institucional, o antinatural, o repressor, a moral, a partir do que então se postulará que estão todos em oposição ao homem. O resultado será uma forma de reflexão sobre o conflito – que, em Freud, é estudado sob diversos aspectos – como se o instinto estivesse, fundamentalmente, em oposição ao mundo externo.

Em termos dinâmicos, um dos polos do conflito é projetado para o exterior, na figura de uma sociedade repressiva – com seus padrões, sua moral, suas autoridades arbitrárias –, como uma reflexão que abrigará, numa dimensão que lhe é própria, a figura de uma natureza.¹⁰⁹ *A “natureza” abrigada por esta reflexão deve ser compreendida como uma dimensão não implicada pelo “mal social”.* Ela está abrigada, isto é, defendida sub-repticiamente como uma consequência inevitável de todo ataque aos fatores que lhe seriam exteriores.

Uma implicação ética e politicamente catastrófica dessa reflexão, portanto, é a minimização das dificuldades próprias ao processo de constituição de si, da autonomia, de reconhecimento social e de liberdade, em benefício de uma supervalorização dos problemas de ordem social, institucional e moral. *Assim, a figura – hoje sabidamente ingênua – de uma natureza humana aparece ligada à mesma reflexão que produz, como seus fantasmas, a sociedade autoritária, a moral austera, os padrões repressivos e todas as figuras que se teme pela coação que produzem das supostas liberdades do sujeito.*

Existem muitas outras implicações a serem pensadas a partir desta recusa freudiana da matriz vida instintiva vs. mundo externo. Uma delas seria a de *evitar o raciocínio de que a destruição da moral e das instituições repressivas levaria a uma liberação feliz dos instintos*, tanto como objetivo de uma psicoterapia – que para Freud se torna desse modo por demais pragmática –, como de uma tarefa política e social – que Freud considera ideológica. É possível que os prejuízos implicados por essa matriz, no campo da psicoterapia e no campo ético-político, seriam aquilo que Freud recusa

¹⁰⁹ Tal “natureza” abrigada por esta forma de reflexão não necessita ser entendida imediatamente como afirmação explícita de uma biologia, por ex. A sua colocação em termos de uma natureza biológica é algo que se dará apenas em alguns casos.

como uma metafísica relativa ao *mainstream* filosófico, sociológico e político de sua época? Reservaremos essa questão em particular para as nossas Considerações Finais.

Pensar os conflitos humanos concebendo para isso um sistema capitalista, sua moral antissexual e suas intenções espúrias, fazer do plano dos instintos uma unidade na luta contra forças exteriores de outra natureza, é como valer-se de expedientes para a configuração de uma metafísica bastante comum nessa época. O seu tema é a realização desta natureza entrevista na história de sua alienação, ou a metafísica da desalienação da natureza humana. Essa é, provavelmente, a metafísica que Freud estaria aprendendo a reconhecer como presente, de fundo, no seu modelo inicial; modelo que Reich mantém tão insistentemente, segundo o qual a neurose é resultado do conflito entre um organismo naturalmente voltado para o prazer e um mundo externo que frustra tais impulsos.

Em que medida outras reflexões, supostamente mais críticas e mais atuais, também partilhariam dessa metafísica, ao se acreditarem como formas de “resistência” contra a imposição de identidades normativas, numa luta contra tantas forças conservadoras que querem reduzir as diferenças autênticas ao Mesmo? Em que medida aquilo a que se chama “crítica” não consiste em entregar-se ao jogo, prazeroso e emocionante, segundo o qual participamos de uma grande luta, um acontecimento libertador, de que colaboramos para uma grande causa na história?

Ideias como a de um “retorno ao inorgânico”, “vida como meramente uma perturbação de um equilíbrio anterior”, ou ainda, “o objetivo de toda vida é a morte”, permitiriam delimitar a arrogância de um dispositivo desenfreado de produção da vida, como uma forma colonizadora de pensamento político que silencia toda forma divergente. Trata-se de sublinhar, aqui, um *efeito de suspensão* que tais formulações têm para um determinado dispositivo de pensamento político; como se, de alguma maneira, Freud estivesse aprendendo a reconhecer na “vida” uma figura teórico-política problemática; como se ele reconhecesse, enfim, a parcela de contribuição da própria psicanálise para essa figura política da vida, no naturalismo da sua primeira teoria da libido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um contexto político e social para o debate travado entre Reich e Freud nos anos 1920 e 1930. A análise de acontecimentos históricos, sobretudo daqueles relativos à grande história do marxismo no período entre guerras – tal como feita por Eric Hobsbawn em *A história do marxismo* –, constituiria sem dúvida alguma uma diretriz possível para o desenvolvimento do nosso trabalho, perspectiva da qual nós todavia abdicamos, em proveito de uma análise mais teórica das ideias. Não obstante, aspectos históricos da relação direta de Reich com o movimento e o pensamento marxistas não deixaram de se fazer presentes na discussão com seus intérpretes, sobretudo Sharaf (1994), Boadella (1985), Dahmer (*et. al.*, 1978), Rouanet (1998) e Palmier (2013).

Podemos avaliar que a relação de Reich com o pensamento marxista foi determinante para a construção de sua crítica da psicanálise freudiana. Foram inúmeras as evidências que encontramos para o fato de que as ideias clínicas de Reich, a respeito da natureza sexual e da estrutura do caráter, desenvolveram-se respaldadas pela concepção marxista de homem e sociedade.

Com a arqueologia de Foucault, estudamos este *mainstream* filosófico-político de Reich a partir da delimitação de uma estrutura antropológica de pensamento, que teria se constituído na virada para o século XIX, e que se caracterizaria por ser uma forma particular de operar as relações entre as figuras da história e da natureza. Como uma espécie de metafísica pré-crítica operante em plenos séculos XIX e XX, esta antropologia moderna estaria patente em diversas formas de reflexão que tentarão liberar as formas historicamente alienadas de uma essência humana.

O trabalho de Foucault polemizou no seu cenário filosófico marcado, sobretudo, pelos debates com Sartre, Althusser, Merleau-Ponty, com o marxismo e com a fenomenologia. Ao propormos cotejar o criticismo reichiano com esta matriz do pensamento ocidental delimitada por Foucault – nossa principal hipótese de trabalho –, pudemos reavaliar o debate entre Reich e Freud, invertendo a acusação de uma metafísica em Freud contra o próprio Reich.

Em complemento à nossa tese, passamos a examinar algumas polêmicas inovações teóricas de Freud – alvo das críticas frenéticas de Reich e de uma tradição esquerdista que se formou em psicanálise – à luz da noção foucaultiana de *contra referência antropológica*. Segundo o arqueólogo, estas seriam reflexões que, no limiar epistemológico da modernidade, caberiam ser apreendidas no seu movimento de ruptura com relação à positividade dos saberes antropológicos. Esta ideia mostrou-se fértil ao nos fornecer uma interessante hipótese interpretativa para as mencionadas inovações de Freud, na contramão da tese esquerdista radical, segundo a qual estas teriam por base o seu conservadorismo político, *tout court*.

Na estrutura teórica da psicanálise, a antropologia delimitada por Foucault se manifestaria nos termos de uma metafísica da biologia sexual – uma outra hipótese que viemos a sustentar no percurso final –, e o seu desarme estaria patente na desconstrução, operada por Freud, do papel fundacionista da biologia e do antagonismo fundamental entre natureza e cultura.

Feita esta síntese, nos sentimos inclinados a uma última consideração acerca da relação de Freud com a filosofia.

Há um entendimento corrente sobre esta relação, tal como expresso por Renato Mezan, por ex., em *A trama dos conceitos*, nos termos de um “desprezo com que Freud encara a Filosofia e os filósofos”. Esta atitude estaria patente, nas palavras do autor, no modo como Freud “satiriza as pretensões”, o “dogmatismo” e a “indiferença” dos filósofos (MEZAN, 2013, p. XI).

Numa Conferência dos anos 1930, intitulada *A questão de uma Weltanschauung* (in: Freud, 2010 [d]), Freud faz uma distinção crítica entre psicanálise e filosofia, para recusar a segunda. Sua recusa tem como fator determinante a filosofia quando esta se desenvolve numa visão acabada de mundo. Em nossa própria análise de *Inibição, sintoma e angústia*, encontramos, de fato, um comentário mordaz de Freud sobre a construção de *Weltanschauungen* pelos filósofos, que a elas tudo reduziriam.

À primeira vista, estes momentos textuais de Freud endossariam interpretações como aquela de Mezan. Ao comentar essa mesma passagem de Freud sobre as *Weltanschauungen*, Mezan afirmará que “o que Freud critica com tanta veemência é

uma *imagem* da Filosofia¹¹⁰, vista do exterior, mais do que o trabalho filosófico propriamente dito”; uma imagem “construída com traços caricaturais”. Sobre a relação de Freud com o *mainstream* filosófico-político de sua época, afirma ainda que, “não sendo filósofo profissional, Freud não tinha qualquer obrigação de acompanhar o que se passava em terreno tão alheio” e que, de resto, “seu conhecimento do marxismo é superficial” (MEZAN, 2013, pp. XII-XIII).

Seria possível sustentar essa interpretação acerca de uma relação “despolitizada” de Freud com a filosofia, à luz do anti-humanismo que constituiu a tônica de nossa abordagem da posição de Freud no debate cultural? Pois, em que medida, podemos assim perguntar, a filosofia que Freud vê sendo confrontada pela psicanálise não seria o esgotamento de uma matriz hegeliano-marxista de pensamento, conforme proposto na arqueologia de Foucault em *As palavras e as coisas*?¹¹¹

Contra a tese da tradição esquerdista em psicanálise, segundo Paul Robinson (1971) unida pelo objetivo de tratar os fatores históricos e sociais da doença nervosa, em oposição ao conservadorismo político de Freud; contra as interpretações de Onfray (2010), Barreto (2000), Boadella (1985), Rycroft (1971), Alzon (1972), Palmier (1969) e outros que, de diferentes maneiras, terminam por forçar o debate cultural entre Freud e Reich dentro de um esquema maniqueísta de pessimismo vs. otimismo político, direita vs. esquerda, instinto de morte vs. liberdade, ortodoxia vs. freudo-marxistas; enfim, contra a ideia de uma despolitização filosófica implícita nas palavras de Mezan (2013), *consideramos que Freud não esteve alheio à filosofia, mas sim, que uma filosofia se vê recusada por Freud, como recusa da importação da matriz hegeliano-marxista de pensamento.*

¹¹⁰ Renato Mezan se utiliza de letra maiúscula para o termo filosofia, o que poderia denotar uma determinada compreensão sobre a história da filosofia, esta última entendida como disciplina, no seu aspecto de unidade e coerência.

¹¹¹ O argumento reichiano segundo o qual Freud jamais haveria se questionado pelas condições históricas e sociais de seus objetos de estudo não é verdadeiro. Freud qualifica, segundo essas condições, o perfil do sujeito que analisa em *Inibição, sintoma e angústia*: “as neuroses infantis são – segundo as observações que fizemos em crianças da cidade, de raça branca e submetidas às altas exigências da civilização – episódios regulares do desenvolvimento (...)” (FREUD, 2014 (a), p. 92). Passagens como essa nos autorizam lançar a reflexão de que Freud não negligenciaria os fatores sociais na causação das neuroses; não lhe falta o conhecimento de sua existência ou a consciência sobre sua importância. Há algo mais importante em jogo na recusa de seu valor, e que parece ser a recusa de se problematizar essas condições sociais no âmbito de uma determinada vertente de filosofia social. Seria essa uma razão estratégica para sua insistência, por ex., na importância dos “fatores psíquicos”, contra a sua subestimação pelas “concepções históricas chamadas de materialistas” (“Novas conferências introdutórias”, in: FREUD, 2010 (d), p. 206)?

Esta matriz, que vimos explicitada na base do criticismo esquerdista radical que a psicanálise enfrentaria, é incompatível com a estrutura da problematização que Freud está buscando elaborar, a partir de 1920. O *leitmotif* das críticas “de esquerda” a Freud reside principalmente no modo como as inovações de Freud inviabilizaram, para o tipo de análise freudo-marxista, o antagonismo fundamental entre instinto e sociedade, tema que se conduz no registro da desalienação histórica da natureza humana. Sob o nome de perda de historicidade, de ilusão especulativa ou de conservadorismo político, o que se critica nessas inovações de Freud, em última análise, é um atentado à antropologia que se vê ameaçada no abrigo de sua fortaleza, ao lado de suas figuras gêmeas, a história dialética e a natureza humana.

Muito além dos elementos rudimentares para uma crítica sexual da cultura, em que se baseia a tradição esquerdista da psicanálise (ROBINSON, 1971, p. 5), *haveria, portanto, um pensamento freudiano politizado e radical a partir da década de 1920*. Esta politização consistiria na sua precaução diante dos riscos e pressupostos relativos àquilo que se criticará, mais tarde, como o caráter utópico dos projetos de Reich e de Marcuse; ela estaria na maior sofisticação com que se desenvolve a estrutura da problematização psicanalítica da neurose, no que tange às suas relações com as ciências naturais, como também no tocante a um projeto ético de construção do homem em sociedade; enfim, a politização de Freud, a partir de conceitos como instinto de morte, ou da teoria da angústia instintiva, está na particularidade de uma crítica da repressão sexual que se desenvolve na contramão da antropologia metafísica como estrutura dominante do pensamento ocidental desde o século XIX.

REFERÊNCIAS

1. Bibliografia de Wilhelm Reich

Não há uma coleção ou edição padronizada para as obras de Reich em Língua Portuguesa. A esta falta de uma fonte padrão para as traduções soma-se ainda uma confusão editorial, para a qual Reich em muito colaborou com seu hábito de fazer modificações nas reedições de suas obras, sem, no entanto, indicá-las. Reunimos aqui o melhor material disponível em língua portuguesa, acrescentando apenas *Sex-Pol. Essays (1929-1934)*, uma edição em língua inglesa que organizou os escritos políticos originais de Reich do seu período freudo-marxista.

REICH, Wilhelm. **Maturidade sexual, abstinência e moral conjugal**: crítica da reforma sexual burguesa [Geschlechtsreife, enthaltsamkeit, ehemoral: kritik der bürgerlichen sexualreform. Viena: Münster Verlag, 1930].

_____. **Sex-Pol. Essays: 1929-1934**. Edited by Lee Baxandall. Introduction by Bertell Ollman. Translated by Anna Bostock, Tom DuBose and Lee Baxandall. Vintage Books: New York, 1972.

_____. **Psicologia de massa do fascismo**. Tradução de J. Silva Dias, a partir da versão francesa de Éditions La Pensée Molle. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

_____. **Sobre a genitalidade do ponto de vista da prognose e terapia da psicanálise** [On genitality: from the standpoint of psychoanalytic prognosis and therapy. In: Early writings, vol. 1. Translation by Philip Schmitz. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1975, pp. 158-79].

_____. **Psicopatologia e sociologia da vida sexual** (*Die Funktion des Orgasmus*). Tradução de M. S. P. Porto - Portugal: Publicações Escorpião, 1977. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, s/d.

- _____. **Materialismo dialéctico e psicanálise**. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. 4ª ed. Lisboa: Presença, 1983.
- _____. **O combate sexual da juventude**. Coleção Textos Marginais. Tradução de Jorge Silvano. Lisboa: Dinalivro, 1986.
- _____. **As origens da moral sexual**. Tradução de José Fragoso Fernandes e Jorge Mendes. 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- _____. **A função do orgasmo**. Problemas econômico-sexuais da energia biológica. Volume I de “A descoberta do orgônio”. Tradução de Maria da Glória Novak. 16ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- _____. **A revolução sexual**. Tradução de Ary Blaustein. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.
- _____. **Análise do caráter**. Tradução de M. Lizette e Marina Manuela Pecegueiro. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. **O Assassinato de Cristo**: volume um de A peste emocional da humanidade. Tradução de Carlos Ralph Lemos Viana. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **O caráter impulsivo**: um estudo psicanalítico da patologia do ego. Tradução de Maya Hantower. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

2. Bibliografia de Sigmund Freud

Optamos, sempre que possível, por fazer recurso às traduções de Paulo César de Souza, publicadas pela Companhia das Letras, por serem as mais bem elaboradas em Língua Portuguesa. Todavia, sendo estas traduções ainda incompletas, a bibliografia de Freud utilizada em nossa pesquisa não pôde ser organizada a partir de uma única coleção padronizada. O recurso às Edições Imago também foi indispensável quando discutimos as notas do editor inglês, exclusivas dessa coleção.

- FREUD, Sigmund. **Um estudo autobiográfico; Inibição, sintomas e ansiedade; a questão da análise leiga e outros trabalhos.** In: FREUD, S. et al. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 21 (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- _____. **Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna.** In: FREUD, S. et al. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 9: “Gradiva” de Jensen; Outros trabalhos (1906-1908). Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. **A sexualidade na etiologia das neuroses.** In: FREUD, S. et al. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 3: Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899). 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987 (a).
- _____. **Análise de uma fobia em um menino de cinco anos.** In: FREUD, S. et al. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 10: Duas histórias clínicas (o “pequeno Hans” e o “Homem dos ratos”) (1909). 2º ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987 (b).
- _____. **Estudos sobre a histeria.** In: FREUD, S. et al. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 2: Vol. 2: Estudos sobre a histeria (1893-1895). Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- _____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** In: FREUD, S. et al. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 7: Fragmento da análise de um caso de histeria; Três ensaios sobre a teoria da sexualidade; Outros trabalhos (1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- _____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Tradução de Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002.
- _____. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia : (“O caso Schreber”) : artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913).** Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (a).

- _____. **Introdução ao narcisismo : ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).** Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (b).
- _____. **História de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”) : além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920).** Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (c).
- _____. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936).** Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (d).
- _____. **Obras completas, volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925).** Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. **Obras completas, volume 9: observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910).** Tradução Paulo César de Souza. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. **Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929).** Tradução Paulo César de Souza. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (a).
- _____. **A negação.** Tradução, introdução e notas de Marilene Carone. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014 (b).
- _____. **Obras completas, volume 2: Estudos sobre a histeria (1893-1895).** Em coautoria com Josef Breuer. Tradução Laura Barreto; revisão da tradução Paulo César de Souza. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

3. Bibliografia dos demais autores

ADORNO, Theodor; *et. al.* **The Authoritarian Personality.** New York: Harper, 1950.

- ALTHUSSER, Luis. **Pour Marx**. Paris : F. Maspero, 1965.
- _____; BALIBAR, Étienne. **Lire « Le capital »**. Nouvelle éd., refondue. Paris : F. Maspero, 1975.
- ALZON, Claude; REICH, Wilhelm. **Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?** (Textos exemplares 4) 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- ASSOUN, Paul-Laurent. **Introdução à epistemologia freudiana**. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- BALTAZAR, Tiago H. **Algumas considerações sobre o problema das relações entre natureza e história em Wilhelm Reich**. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.). XXI Congresso Brasileiro e Encontro Paranaense de Psicoterapias Corporais, 2016. *Anais*. Curitiba: Centro Reichiano, 2016, pp. 177-85.
- BARRETO, André Valente de Barros. **A revolução das paixões: os fundamentos da psicologia política de Wilhelm Reich**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.
- BEDANI, Ailton; ALBERTINI, Paulo. **Política e sexualidade na trajetória de Reich: Berlim (1930-1933)**. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 61, n. 2, 2009.
- BOADELLA, David. **Nos caminhos de Reich**. São Paulo, SP: Summus, 1985.
- BOYER, Charles. **Les freudiens hérétiques de Michel Onfray**. In : *Le pshilosophoire*. 1/2013 (nº 39), pp. 171-3.
- CANDIOTTO, César. **Foucault, Kant e o lugar simbólico da Crítica da razão pura em As palavras e as coisas**. In: *Kant e-Prints*, Campinas, Série 2, v. 4, n. 1, p. 185-200, jan.-jun., 2009.
- CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1988.
- _____. **Entre o elogio e a crítica**. In: Revista Cult; edição nº 134, 2010.
- CHINALLI, Myriam. **A chegada da peste: cem anos da viagem de Freud aos EUA (1909-2009)**. In: *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v. 4, n. 7, out. 2010.

- DAHMER, Helmut; FRAPPIER, Paul; BROHM, Jean-Marie. **Reich perante Marx e Freud**. Lisboa (Portugal): Antídoto, 1978.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- _____. **Dits et écrits**, vol. I. 1954-1975. Paris: Éditions Gallimard, 2001.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FREUD, Anna. **O ego e os mecanismos de defesa**. Tradução de Francisco Settineri. Porto Alegre: ARTMED, 2006.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 19ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HABER, Stéphane. **Freud sociologue**. Bordeaux, Le Bord de L'eau, 2012.
- HIGGINS, Mary; RAPHAEL, Chester. **Reich speaks of Freud**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1967.
- KAUFMANN, Pierre. **Dicionário enciclopédico de psicanálise**. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- LEBRUN, Gerard. **O avesso da dialética: Hegel à luz de Nietzsche**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- MARCUSE, Herbert. **O fim da utopia**. Tradução de C. N. Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

- _____. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- OLIVEIRA, Deyse de Marie; CRUZ, Maria Helena Simão. **Sobre a psicologia de massas do fascismo de Wilhelm Reich**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Psicologia e Saúde*, 2009, 1 (1), pp. 70-76.
- OLLMAN, Bertell. **Alienation**: Marx's conception of man in capitalist society. Cambridge University Press, 1971.
- _____. **Social and sexual revolution**: essays on Marx and Reich. South End Press, 1978.
- ONFRAY, Michel. **Le crépuscule d'une idole**: l'affabulation freudienne. Grasset : 2010.
- _____. **Les freudiens hérétiques**. Contre-histoire de la philosophie VIII. Éditions Grasset & Fasquelle, 2013.
- PALMIER, Jean-Michel. **Wilhelm Reich**: essai sur la naissance du freudo-marxisme. Union Générale d'Éditions, 1969.
- _____. **Wilhelm Reich**: la revolution sexuelle entre Marx et Freud. Préface de Philippe Brenot. L'Ésprit du Temps, 2013.
- RANK, Otto. **O trauma do nascimento**: e seu significado para a psicanálise. Tradução de Érica Gonçalves de Castro. Editora: Cienbook, 2015.
- REGO, Ricardo Amaral. **Psicanálise e biologia: uma discussão da pulsão de morte em Freud e Reich**. (Tese doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. São Paulo, 2005. – 288 p.
- RICOEUR, Paul. **Da interpretação: ensaio sobre Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

- ROBINSON, Paul. **A esquerda freudiana**: Wilhelm Reich, Geza Roheim, Herbert Marcuse. Coleção Perspectivas do Homem. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1971.
- RODRIGUES, A. Jacinto. **Viva Reich!** Editora Afrontamento: Porto (Portugal), 1982.
- ROUANET, Sergio Paulo. **Teoria crítica e psicanálise**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- ROUDINESCO, Elizabeth. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- RYCROFT, Charles. **As ideias de Reich**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SABOT, Philippe. **Lire Les mots et les choses de Michel Foucault**. 1^{ère} ed., Presses Universitaires de France, 2006.
- SARDINHA, Diogo. **Différence entre l'anthropologie pragmatique et l'anthropologie métaphysique**. In : Collège International de Philosophie. Rue Descartes, 2012/3 (nº 75), pp. 46-59.
- SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. In: Col. Os Pensadores. Trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 115-197.
- _____. **Crítica da razão dialética**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- SHARAF, Myron R. **Fury on Earth**: a biography of Wilhelm Reich. Includes bibliographical references and index. First Da Capo Press edition, 1994 (Originally published: New York: St. Martin's Press, 1983).
- SINELNIKOFF, Constantin. **L'oeuvre de Wilhelm Reich**. Ed. Les Nuits Rouges, 2002.
- SOUZA, Paulo Cesar de. **As palavras de Freud**: O vocabulário freudiano e suas versões. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ANEXO 1:

APRECIÇÃO DOS PRINCIPAIS AUTORES UTILIZADOS PARA DISCUTIR O PENSAMENTO DE WILHELM REICH

BARRETO, André Valente: discurso dissertativo das características gerais dos pensamentos reichiano e freudiano, traçando relações com grandes tradições filosóficas.

BOADELLA, David: mais sofisticado estudo das teorias psicológicas desenvolvidas por Reich, e de como elas se baseiam, aprimoram, modificam ou recusam as teorias psicanalíticas em geral.

DAHMER, Helmut: análise do alcance do pensamento social reichiano, a partir de uma relação entre os aspectos filosóficos dos pensamentos de Marx e de Freud, por um lado, e o conteúdo teórico-clínico da obra reichiana, por outro.

ONFRAY, Michel: discurso anti-freudiano com intenção polêmica, que repete noções correntes sobre a vida e a obra de Wilhelm Reich.

PALMIER, Jean-Michel: estudo original que estabeleceu uma maneira de pensar o significado da existência de Reich, e da atualidade do seu pensamento, a partir de Maio de 68. Por outro lado, deixa a desejar na abordagem de algumas questões de teoria psicanalítica.

ROBINSON, Paul: breve estudo político do pensamento reichiano, bastante sintetizado quanto aos aspectos teóricos e clínicos.

ROUANET, Sérgio Paulo: estudo cuidadoso do lugar teórico-político de Reich na grande história da relação entre psicanálise e política, e do problema da ideologia.

RYCROFT, Charles: estudo não sistemático do pensamento de Reich, que se destaca pelos *insights* sobre suas teorias clínicas e, em alguns casos, sobre as suas implicações sociológicas.

SHARAF, Myron: mais completa biografia de Reich, que reúne contribuições feitas na literatura, mas também introduz relações teóricas e históricas importantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: **FILOSOFIA**

Por decisão do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPR, o aluno deverá atender as solicitações da banca, quando houver, e anexar este ao final da dissertação/tese como versão definitiva aprovada pelo orientador, que neste momento estará representando a Banca Examinadora.

Curitiba:

Prof. Dr. André de Macedo Duarte. Assinatura: 